



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 77 - SÁBADO, 31 DE MAIO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)

1º VICE-PRESIDENTE

Tião Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Alvaro Dias - (PSDB-PR)

1º SECRETÁRIO

Efraim Morais - (DEM-PB)

2º SECRETÁRIO

Gerson Camata - (PMDB-ES)

3º SECRETÁRIO

César Borges - (PR-BA) (1)

4º SECRETÁRIO

Magno Malta - (PR-ES)

Suplentes de Secretário

1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)

2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)

4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

<p align="center">Maioria (PMDB) - 20</p> <p align="center">Líder Valdir Raupp - PMDB</p> <p align="center">.....</p> <p align="center">Líder do PMDB - 20 Valdir Raupp</p> <p align="center">Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p align="center">Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21</p> <p align="center">Líder Ideli Salvatti - PT</p> <p align="center">Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles</p> <p align="center">Líder do PT - 12 Ideli Salvatti</p> <p align="center">Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns</p> <p align="center">Líder do PR - 4 João Ribeiro</p> <p align="center">Vice-Líder do PR Expedito Júnior</p> <p align="center">Líder do PSB - 2 Renato Casagrande</p> <p align="center">Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares</p> <p align="center">Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p> <p align="center">Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p> <p align="center">Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p align="center">Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 25</p> <p align="center">Líder Mário Couto - PSDB</p> <p align="center">Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes</p> <p align="center">Líder do DEM - 13 José Agripino</p> <p align="center">Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo</p> <p align="center">Líder do PSDB - 12 Arthur Virgílio</p> <p align="center">Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano</p>
<p align="center">PTB - 8</p> <p align="center">Líder Eptácio Cafeteira - PTB</p> <p align="center">Vice-Líder Sérgio Zambiasi</p>	<p align="center">PSOL - 1</p> <p align="center">Líder José Nery - PSOL</p>	<p align="center">Governo</p> <p align="center">Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p align="center">Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello</p>
<p align="center">PDT - 4</p> <p align="center">Líder Osmar Dias - PDT</p>		

EXPEDIENTE

<p align="center">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p align="center">Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p align="center">José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p align="center">Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p align="center">Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p align="center">Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
---	---

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 137, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Campinaverdense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Verde, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 230, de 20 de abril de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária Campinaverdense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Verde, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 138, DE 2008

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mercosul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Pontas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 410, de 28 de agosto de 2006, que outorga permissão à Rádio Mercosul Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Pontas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 139, DE 2008

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Içara Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de dezembro de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 12 de fevereiro de 2002, a concessão outorgada à Rádio Difusora Içara Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 140, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Mara Rosa (ADICOMAR) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mara Rosa, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 744, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Mara Rosa (ADICOMAR) para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mara Rosa, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 141, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Cultura Comunitária FM de São Miguel do Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.026, de 21 de dezembro de 2006, que outorga autorização à Associação Rádio Cultura Comunitária FM de São Miguel do Oeste para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 142, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Jardim de Angicos/RN – ACCCJA/RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim de Angicos, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 73, de 4 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Jardim de Angicos/RN – ACCCJA/RN para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim de Angicos, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 143, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Baía Formosa/RN – ACCCBFRN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baía Formosa, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 69, de 4 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Baía Formosa/RN – ACCCBFRN para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baía Formosa, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 144, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Águas Frias para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Frias, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 353, de 12 de julho de 2006, que outorga autorização à Rádio Comunitária Águas Frias para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Frias, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 145, DE 2008

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM do Porto Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.902, de 20 de setembro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 28 de abril de 1998, a permissão outorgada à Rádio FM do Porto Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 146, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Organização para a Cidadania e Desenvolvimento de Umarizal – Terezinha de Souza Fonseca – OCIDESH para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Umarizal, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 6, de 3 de janeiro de 2007, que outorga autorização à Organização para a Cidadania e Desenvolvimento de Umarizal – Terezinha de Souza Fonseca – OCIDESH para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Umarizal, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 147, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Lagopedrense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lago da Pedra, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 741, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Lagopedrense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lago da Pedra, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 148, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Desportiva, Cultural e Comunitária Terra Roxa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Roxa, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 121, de 23 de março de 2006, que outorga autorização à Associação Desportiva, Cultural e Comunitária Terra Roxa para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Roxa, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 149, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cruzeiro Vale Fm de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 810, de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Cruzeiro Vale FM de Radiodifusão para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 150, DE 2008

Aprova o ato que outorga permissão à AMG Publicidade e Comunicação LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 513, setembro de 2006, que outorga permissão à AMG Publicidade e Comunicação explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão frequência modulada na cidade de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de maio de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 151, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Palmeira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 598, de 24 de novembro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Palmeira para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 152, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Baionense de Rádio Difusão Comunitária – ABARCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baião, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 159, de 16 de abril de 2004, que outorga autorização à Associação Baionense de Rádio Difusão Comunitária – ABARCO para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baião, Estado do Pará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de maio de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 153, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores e Amigos de Serranópolis do Iguaçu – AMASI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serranópolis do Iguaçu, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 772, de 22 de dezembro de 2003, que outorga autorização à Associação de Moradores e Amigos de Serranópolis do Iguaçu – AMASI para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serranópolis do Iguaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 154, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunidade São João FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Polesine, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 686, de 9 de dezembro de 2003, que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunidade São João FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Polesine, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 90ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 30 DE MAIO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR *ADELMIR SANTANA* – Considerações a respeito da concessão à Sua Excelência do título de Cidadão Piauiense e da Medalha do Mérito Empresarial Piauiense. Justificativa ao Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2008, de sua autoria, que trata do Código de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos. 17497

SENADOR *JOÃO PEDRO* – Transcurso do Dia do Geógrafo e do Dia do Geólogo. Manifestação de pesar pelo falecimento de Iolanda da Silva Brilhante. Comentários ao parecer elaborado pelo Senador Jefferson Péres sobre o Projeto de Lei do Senado nº 662, de 2008, da autoria de Sua Excelência, que propõe a criação da Universidade do Pacto da Amazônia. 17499

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Desmandos praticados pelo Governo Federal no Estado de Roraima. Críticas à recriação da CPMF. 17500

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Comentários à decisão do Supremo Tribunal Federal de liberar as pesquisas científicas com o uso de células-tronco. 17531

SENADOR *MÃO SANTA* – Defesa da conclusão do Porto de Luís Correia, no Estado do Piauí. 17535

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, no último dia 23, sem apresentação de emendas perante a Mesa ao Projeto de Resolução nº 23, de 2008. 17541

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa ao Projeto de Resolução nº 25, de 2008. 17541

Encaminhamento do Ofício nº S/46, de 2007, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para continuar sua tramitação, tendo em vista o recebimento das informações referentes aos Requerimentos nºs 1.388 e 1.389, de 2007. 17541

Encaminhamento do Projeto de Lei da Câmara nº 215, de 2005, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para continuar sua tramitação, em decisão terminativa, tendo em vista o recebimento das informações referentes ao Requerimento nº 328, de 2007. 17541

Término do prazo único, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2008 (nº 1.650/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República. 17541

Recebimento do Aviso nº 32, de 2008 (nº 500/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 871/2008-TCU (Plenário), bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, referente a pedido de reexame interposto pelo Ministério Público junto àquele Tribunal contra o Acórdão 2.450/2007, que trata de denúncia sobre possíveis irregularidades na Concorrência nº 4/2001, realizada pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – Trensurb (TC – 007.444/2001-7). 17541

Retorno à tramitação normal do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2002, que se encontrava sobrestado. 17550

1.2.3 – Mensagens do Presidente da República

Nº 105, de 2008 (nº 320/2008, na origem), de 27 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Clodoaldo Hugueneu Filho*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China, exercer o de Embaixador do Brasil junto à Mongólia e República Popular Democrática da Coreia. 17550

Nº 106, de 2008 (nº 321/2008, na origem), de 27 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Luiz Augusto de Castro Neves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão. 17584

Nº 107, de 2008 (nº 322/2008, na origem), de 27 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Ivan Oliveira Canabrava*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo..... 17598

1.2.4 – Pareceres

Nº 485, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Araguaia (UNIVAR), com sede no Município de Araguatins, Estado do Tocantins..... 17623

Nº 486, de 2008, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 33, de 2001, do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia das Decisões nºs 850 e 1.089, de 2000, bem como dos respectivos relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no 11º Distrito Rodoviário Federal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem no Estado de Mato Grosso, com o objetivo de verificar os aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade nos processos de desapropriação de imóveis promovidos pela entidade (TC nº 425.052/98-2 e 425.021/98-0) 17628

Nº 487, de 2008, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 106, de 2007, do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 002.798/2007-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. 17630

Nº 488, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2003 (nº 335/1995, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, que trata das penitenciárias de mulheres... 17632

1.2.5 – Ofício do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Nº 50/2008, de 6 do corrente, comunicando a aprovação em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2007, em reunião realizada naquela data..... 17639

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2007, seja apreciado pelo Plenário..... 17639

Arquivamento dos Avisos nºs 33, de 2001, e 106, de 2007..... 17639

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÕES

Ata da 16ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 1º de março de 2008 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente..... 17639

Ata da 69ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 6 de maio de 2008 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente..... 17643

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 90ª Sessão Não Deliberativa, em 30 de maio de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa e Mozarildo Cavalcanti.

(Inicia-se a Sessão às 9 horas e 16 minutos e encerra-se às 11 horas e 38 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão de sexta-feira, 30 de maio de 2008, às 9 horas e 16 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos, coordenados por nossa Secretária-Executiva, Drª Cláudia Lyra.

Há oradores inscritos.

Pela ordem, é o Senador João Pedro e, depois, o Senador Adelmir Santana. Mas o João Pedro não tem problema de avião, porque, qualquer coisa, ele consegue o Aerolula e vai para o Amazonas.

Concedo a palavra ao Adelmir Santana, com a grande responsabilidade de representar três Estados. Dizem que ele nasceu no Maranhão, mas está em dúvida se foi no Piauí. Ele é cidadão municipal de Uruçuí – grande cidade do Piauí, capital da soja, cujo Prefeito é o Deputado Francisco Filho, extraordinário político – e cidadão por lei estadual. E Brasília, ele representa com grandeza a cidade, o povo do Piauí, porque há mais de 300 mil piauienses, o povo do Brasil que mora aqui, os brasilienses e os maranhenses. Então, ele é o único que representa, aqui, três fortes Estados e o Brasil todo.

V. Exª poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a propósito dessas colocações do título de cidadão piauiense, antes de iniciar o meu pronunciamento propriamente dito, quero fazer referência a essa homenagem que o Estado do Piauí me prestou recentemente, por iniciativa dos Deputados Paulo César Vilarinho e Ana Paula Carvalho, concedendo-me o título de cidadão piauiense. Tive oportunidade de estar na Assembléia daquele Estado recebendo o título, o que muito me honrou. Quero, portanto, Senador Mão Santa, falar da minha alegria

de receber o título de cidadão do Município de Uruçuí e, logo após, o título de cidadão piauiense, concedido pela bondade e pela grandeza destes dois Deputados, Paulo César Vilarinho e Ana Paula Carvalho, a quem quero aqui, sinceramente, agradecer.

É bom também, aproveitando esta mesma oportunidade, agradecer a participação naquele evento da direção do Sebrae regional, que teve a oportunidade de organizar o encontro e, ao mesmo tempo, me conceder uma Medalha do Mérito Empresarial Piauiense. Os meus agradecimentos ao Presidente do Conselho Regional do Sebrae, meu amigo Ulysses Moraes, a toda a sua diretoria, ao Delano Rocha, ao Evandro Cosme, ao Mário Lacerda, agradecimentos esses que estendo também às suas respectivas esposas, que tiveram a oportunidade de recepcionar a minha esposa, que me acompanhava àquela capital.

Quero, aqui, também, fazer um agradecimento especial ao Valdeci Cavalcante, Presidente do Sistema Fecomercio do Piauí – Federação do Comércio, Sesc e Senac, que tão bem me ajudou nesse processo, homenageando-me naquele Estado.

Portanto, meus agradecimentos a todos os piauienses, e a certeza de que eu tenho muito orgulho de ser membro daquela comunidade. Naquela ocasião, também tive a oportunidade de conviver com algumas lideranças do Piauí, entre elas, Elói Portela, João Claudino e o próprio Senador João Vicente Claudino, que se fazia presente àquela solenidade.

Só lamentei, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, que V. Exª não pudesse estar presente àquele evento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu pensava estar, porque imagino estar sempre no seu coração, como V. Exª está no meu.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Sr. Presidente, refiro-me à presença física, porque, claro, no coração, eu senti a presença de V. Exª naquele evento.

Muito obrigado ao Piauí pelas homenagens, obrigado aos Deputados que me agradeceram com esse

título, e a certeza de que procurarei corresponder à figura desse povo tão bravo e lutador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Mas o que me traz hoje a esta tribuna são algumas considerações que desejo fazer sobre um projeto de lei que apresentamos ao Senado a respeito do Código de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a promulgação do Código de Defesa do Consumidor, em 1990, constituiu um extraordinário marco no desenvolvimento das relações entre os fornecedores de produtos e serviços e o público consumidor brasileiro.

O CDC foi capaz de elevar o *status* do nosso consumidor a um estágio dos mais avançados.

Com o Código, foi alcançado um patamar mais adequado de igualdade e de isonomia entre produtor e consumidor.

Nessa relação, cabe ao Poder Público garantir o equilíbrio na relação desses dois pólos, “protegendo”, de forma diferenciada, o mais fraco, ou seja, o pólo do consumidor.

O relacionamento entre público e prestadores de serviços, entretanto, escapa ao relacionamento típico de mercado.

De fato, num serviço público, o consumidor é substituído pelo cidadão. Ademais, o fornecedor dos serviços é o próprio Estado, seja quando ele presta diretamente o serviço, seja nas delegações por autorização, concessão ou permissão.

É evidente, Sr. Presidente, que não se trata, então, de uma relação meramente mercantil. Existe, nos serviços públicos, uma dimensão específica de direitos e de deveres, exigindo regramento especializado, que não cabe, nem poderia caber, no âmbito do CDC.

Esse, aliás, é o entendimento da Constituição Federal, que prevê a edição de lei de defesa do usuário de serviços públicos, assim como o disciplinamento da participação do usuário na administração do serviço.

Com base nesses pressupostos, Sr. Presidente, apresentei o Projeto de Lei no Senado (PLS) nº 208, de 2008, sobre a defesa dos usuários de serviços públicos.

O projeto cuida dos aspectos principais, julgados os mais relevantes, para o equilíbrio da relação entre os prestadores de serviços públicos e os usuários.

Além da definição dos principais conceitos envolvidos, o PLS delimita a abrangência da norma e explicita os direitos e os deveres dos usuários, mas também estabelece os mecanismos de avaliação da qualidade da prestação, que, inseridos no texto da norma, visam, entre outros fins, a apoiar a atuação dos gestores.

Finalmente, foram estruturados mecanismos de reconhecimento do bom desempenho de órgãos e de servidores, pela excelência alcançada nos serviços prestados, havendo ainda sido tipificados os crimes contra a prestação de serviços públicos.

O PLS será apreciado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, após a apreciação da Comissão do Meio Ambiente e do Consumidor, onde se encontra, com o prazo aberto para emendas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, evitamos interferir naquelas hipóteses de prestações de serviços restritas às áreas de mercado, de modo a não afetar a livre iniciativa.

O regramento dos serviços públicos prestados diretamente pelo Governo, seja ele federal, estadual ou municipal, supre uma lacuna atual. Refiro-me aos serviços que não são de regra delegados, aos atendimentos prestados nos balcões e guichês das repartições públicas. Eles são, muitas vezes, prestados com qualidade sofrível, sem que qualquer norma ou regra que zele pelo usuário-cidadão esteja claramente definida no arcabouço jurídico.

Este, Sr. Presidente, é um projeto de lei que visa, principalmente, ao bem-estar do pequeno, do brasileiro e da brasileira, que tanto dependem do tratamento recebido da Administração Pública. São os atestados, as certidões, os nada-consta, tão prodigamente exigidos pela burocracia.

No pedido de seguro-desemprego, na obtenção da informação referente ao Fundo de Garantia e no atendimento para a quitação das obrigações tributárias, entre essas situações, há o relacionamento governocidadão na forma da prestação de serviços públicos.

O projeto estimula o aparato público a elevar os padrões de qualidade; atribui à sociedade voz e vez na definição desses padrões; equilibra o relacionamento entre o Estado, todo-poderoso, e o cidadão, que hoje quase nada pode.

É esse o tema que trago à atenção deste plenário, certo de sua sensibilidade, atenção e diligência para com toda e qualquer iniciativa de verdadeiro interesse popular.

Sr. Presidente, para esse projeto que está em tramitação, quero, sinceramente, pedir que haja, por parte de V. Ex^{as}, atenção especial. Como disse, ele preenche uma lacuna que, de fato, existe no arcabouço jurídico nacional. É de suma importância para marcar, definitivamente, os critérios e as relações entre o cidadão e o Estado brasileiro. Não podemos mais não saber a quem reclamar quando nos deparamos com uma série de exigências da burocracia do próprio Estado, que exige do cidadão várias certidões e declarações,

e, muitas vezes, somos mal-atendidos nos balcões dessas repartições.

Sr. Presidente, quero agradecer, portanto, a oportunidade de chamar a atenção para esse projeto.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado a todos os que tiveram a oportunidade de me ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ouvimos o brilhante pronunciamento do Senador Adelmir Santana, do Democratas do Distrito Federal, que também representa o Piauí e que garante a grandeza desse Estado nesta Casa e na História.

O Piauí, há pouco tempo, contava com o Senador do Acre Sibá Machado, homem inteligente e obstinado, que retornou ao Acre, deixando saudades nesta Casa. Agora, volta aqui mais um que se torna piauiense, o Senador Adelmir Santana. Portanto, nesta Casa, o Piauí continua com a supremacia de quatro Srs. Senadores.

Convidamos para usar da palavra o Senador João Pedro, que já tinha sido previamente anunciado, e, depois, Roraima, a Amazônia, o Brasil e todos nós ouviremos o combativo Senador Mozarildo Cavalcanti, que ali já está com seus alfarrábios para importante pronunciamento em defesa da justiça no Estado de Roraima, que parece que ainda é um Território Federal. Acho que devia sair, em vez de fazer outra lei, porque não valeu, lá não é o Governador que manda. Eu não entendo bem essas coisas, mas o Mozarildo vai defender a tese de liberdade administrativa do Estado de Roraima.

Concedo a palavra ao Senador João Pedro, que pode usar o tempo que achar conveniente.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, não foi possível falar no dia de ontem, pelos trabalhos. Ontem foi o Dia Nacional do Geógrafo – são profissionais muito importantes para o nosso País, de muitas contribuições ao País, à América Latina –, e hoje é o Dia Nacional do Geólogo.

Ontem, dia 29, comemorou-se o Dia do Geógrafo. Esse profissional, que tem atuação regulamentada pela Lei nº 6.669/69, presta relevantes serviços à sociedade pelo tributo dado para a compreensão da complexidade de um território continental como o Brasil. A história dessa profissão no Brasil retoma aos anos 30 do século passado com a implantação dos primeiros cursos superiores de Geografia na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade do Brasil, hoje

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Hoje, são vários cursos de graduação e de pós-graduação espalhados pelo País. Ainda nos anos 30, foi criada a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), entidade nacional com representações em várias cidades brasileiras, congregando profissionais da Geografia. Nesses mais de 70 anos da Geografia brasileira, vários professores e pesquisadores destacaram o Brasil como um centro importante da produção científica nessa área de conhecimento.

Destaco alguns brasileiros ilustres que dedicaram suas vidas à Geografia, como Milton Santos, Manoel Corrêa de Andrade, Orlando Valverde, só para citar alguns que faleceram recentemente. Destaco os geógrafos que estudam a Amazônia, como Aziz Ab'Saber, Bertha Becker, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Carlos Walter Porto Gonçalves. Destaco também uma geração de novos geógrafos da Amazônia que completaram a formação de doutorado a partir dos anos 90 e que, ao retornarem para a região, estão desenvolvendo pesquisas, formando pessoas e criando os primeiros cursos de mestrado em Geografia no Norte do Brasil, como os cursos recém-criados na Universidade do Pará, do Amazonas e de Rondônia, Sr. Presidente.

Quero destacar aqui, como grande geógrafo do Amazonas, o Professor da Universidade Federal do Amazonas, Secretário da Faculdade de Ciência e Tecnologia, atualmente, no Governo do Estado do Amazonas, o Professor José Aldemir.

Quero destacar aqui também, porque ontem foi esse dia importante, um geógrafo que freqüentou esta Casa e que, há poucos dias, nos deixou, que é o Senador Sibá Machado.

Finalmente, neste dia do geógrafo, quero congratular-me com o Departamento de Geografia da USP, um dos mais importantes do Brasil e do mundo, que está iniciando, no segundo semestre de 2008, o curso de mestrado e de doutorado em Geografia na cidade de Manaus, em convênio com a Universidade do Amazonas, para formar 58 mestres e doutores para atuar nessa região estratégica para o Brasil.

Quero chamar a atenção para esse convênio com nossa Universidade Estadual, a nossa UEA, lá no Amazonas, que é muito bem dirigida pela Doutora Professora Marilene Corrêa. Essa ação, que é parte de um ambicioso programa de ciência e tecnologia, representa um grande esforço do Governo do Presidente Lula e mostra o compromisso do nosso Governo com a formação e a fixação de recursos humanos

qualificados para o desenvolvimento da Amazônia e do Brasil.

Aproveito o ensejo para registrar também, neste dia 30, o Dia do Geólogo, que é comemorado de forma importante. É de grande significado a carreira dos geólogos. São profissionais igualmente relevantes para o País, que atuam em instituições como a Petrobras, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e também em empresas privadas.

Assim, parabenizo os geógrafos e geólogos brasileiros pelo dia de ontem, pelo dia de hoje e pela importância desses profissionais para o conhecimento e para o desenvolvimento do Brasil, Sr. Presidente.

Para finalizar, quero, nesta manhã, fazer ainda dois registros, Sr. Presidente. No fim de semana passado, tivemos a dor de perder nosso Senador Jefferson Péres, liderança do PDT, liderança importante da política nacional, e, nesta semana, dois dias atrás, perdi uma grande companheira. Falo de companheira, porque é companheira do meu Partido, do Partido dos Trabalhadores: Iolanda da Silva Brilhante, carinhosamente conhecida como Loló, nossa querida Loló, mulher de muita fibra, mãe, militante política, militante social, mulher que tinha a utopia da sociedade justa, a utopia do socialismo, a utopia da democracia, a utopia de uma Amazônia respeitada, reconhecida. Iolanda nos fará muita falta na militância do PT e, com certeza, deixará a falta do seu companheirismo, da sua lucidez e da sua tranquilidade ao seu esposo, Alberto Siqueira Brilhante, e a seu filhos, Iury Alberto da Silva Brilhante, Janaína da Silva Brilhante e Igor da Silva Brilhante.

Quero registrar aqui essa perda. Estou apresentando um voto de pesar à família, ao Alberto Siqueira Brilhante, conhecido como Brilhante, esse pai, esse grande companheiro, pelo momento que a família está passando. Loló fará falta à sua família e ao Partido dos Trabalhadores.

Quero dizer ainda, Sr. Presidente, que, há dois dias, fui surpreendido de forma positiva. Apresentei, no final do ano passado, o Projeto de Lei nº 662, que propõe a criação da Universidade do Pacto da Amazônia, com sede em Manaus, entendendo que a Amazônia carece de uma instituição, de uma academia para trabalhar a pesquisa, a ciência, o saber, os saberes, em todos os países que compreendem a Amazônia. Proponho a criação de uma universidade que represente o pensamento dos oito países que compõem a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Caiena, esse departamento da França que

compõe a Amazônia, não faz parte da OTCA, mas é Amazônia, compõe a Pan-Amazônia.

O Projeto já está em tramitação. Inclusive, hoje, viajarei às 12 horas para São Luís do Maranhão para uma discussão com reitores de universidades federais que se encontram em um evento da Associação das Universidades da Amazônia (Unamaz), que engloba não apenas universidades do Brasil como também universidades públicas dos países que compõem a Amazônia. Amanhã, haverá uma reunião para discutir a pesquisa e o ensino na Amazônia.

Pois bem, o Projeto está em tramitação e teve como Relator o Senador Jefferson Péres. Fiquei curioso para saber se S. Ex^a havia concluído o parecer, Senador Heráclito Fortes. Fui surpreendido, porque o Senador Jefferson Péres deixou o parecer pronto. É claro que, naqueles minutos e segundos, fiquei curioso para saber o conteúdo do parecer do Senador acerca do Projeto. Eu o li e tive uma surpresa agradável, principalmente conhecendo o rigor do Senador Jefferson Péres, que deu parecer favorável ao Projeto, que já se encontra na Comissão de Educação, presidida pelo Senador Cristovam Buarque.

Faço esse registro por conta dos acontecimentos, também por conhecer a lucidez e o compromisso do Senador Jefferson Péres e por S. Ex^a ter apresentado um voto pela aprovação do Projeto e ter escrito coisas tão bonitas, como “o Projeto é meritório e digno de acolhida por esta Comissão”. O parecer ainda vai à votação na Comissão, mas externo minha alegria pelo trabalho realizado pelo grande Senador Jefferson Péres, Senador do Brasil, Senador do Amazonas, Senador que está fazendo falta a esta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador do Amazonas, João Pedro, homenageando os geógrafos e geólogos, convidamos para usar da palavra o orador inscrito e que já fora anunciado, Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB, Partido criado por Getúlio Vargas, e representa o Estado de Roraima, que parece que permanece ainda como Território do Governo Federal.

V. Ex^a terá o tempo que julgar conveniente para defender seu povo, sua gente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadoras, V. Ex^a coloca, já em seu anúncio, um tema que, evidentemente, tem sido recorrente nas minhas falas

aqui: a reclamação, a defesa do meu Estado, a situação de absurdos praticados pelo Governo Federal no meu Estado.

A batalha agora, pelo menos do ponto principal, que é a questão da reserva indígena Raposa Serra do Sol, está no Supremo. Portanto, estamos cuidando juridicamente do caso, embora não estejamos descuidando de outras medidas cabíveis. Assim como também está no Supremo uma ação para que o Incra – portanto, leia-se, de novo, o Governo Federal – devolva ao Estado de Roraima terras que arrecadou quando éramos Território Federal, pois o Incra teima em ficar com a posse dessas terras, para ele próprio titular, usurpando, portanto, o direito do Governo do Estado de fazer esse procedimento.

Mas hoje, Sr. Presidente, vou abordar um assunto que atinge todos os Estados brasileiros, principalmente o meu Estado, que é o mais pobre da Federação. Aliás, é pobre porque o Governo Federal o torna pobre, já que possui recursos minerais e condições inigualáveis de se desenvolver, comparado a outros Estados, até porque, do ponto de vista geográfico, está mais próximo dos Estados Unidos e da Europa do que qualquer outro Estado, está encravado dentro da Venezuela, portanto, praticamente dentro do Caribe. Mas, infelizmente, o Governo Federal vem exercendo uma política de engessar e emparedar meu Estado, principalmente o Governo Lula, que tem sido de uma malvadeza extrema com Roraima.

E vou abordar a questão da CPMF, que está querendo voltar. Aliás, é muito adequada uma matéria do *Correio Braziliense*, do dia 28: “CPMF em pele de cordeiro”.

Senador Mão Santa, nós que combatemos a CPMF, sendo médicos, tanto V. Ex^a quanto eu, mostramos aqui, de maneira exaustiva, que esse imposto – pior do que imposto, uma contribuição –, fica na mão da União, que repassa de forma indireta aos Estados. A CPMF foi sepultada pelo Senado Federal. E o Presidente Lula, que usou de todos os métodos cabíveis e incabíveis para aprová-la no Senado, ao final, comprometeu-se a não criar nenhum pacote tributário após a queda da CPMF. Mas criou. Aumentou o IOF e a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), portanto, onerou impostos e aumentou a carga tributária sobre alimentos e sobre tudo que se consome. E apesar de toda essa história, o que vimos?

Estão aqui jornais que faço questão de citar.

O *Globo*, de 22 de maio: “Em 4 meses, governo arrecadou uma CPMF”. Quer dizer, uma CPMF do ano inteiro. “Só de receita extra, foram obtidos R\$33,6 bi,

praticamente o mesmo que o imposto do cheque em todo 2007”.

Portanto, falta de dinheiro não é.

Jornal *Correio Braziliense*, do dia 22 de maio deste ano.

Tributos.

Apesar de não poder contar com o dinheiro da CPMF, o governo comemora aumento de R\$24,9 bilhões em seus cofres só nos primeiros três meses do ano.

O título da matéria é: “Arrecadação mais Gorda”. Portanto, falta de dinheiro no Governo não é. A queda da CPMF não provocou queda no dinheiro arrecadado pelo Governo. Tem dinheiro saindo pelo ladrão. Aliás, talvez até de maneira bem literal: pelo ladrão mesmo!

“Superávit de abril é o maior da história”. O *Estado de S. Paulo* diz:

Mesmo sem CPMF, receita do Tesouro sobe 17,8%.

Mesmo sem a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a receita do Tesouro Nacional de janeiro a abril deste ano aumentou R\$28,2 bilhões em relação ao mesmo período de 2007, informou o Ministério da Fazenda. O volume passou de R\$158 bilhões a R\$186,6 bilhões, um crescimento de 17,8% – bem acima da expansão nominal do PIB, estimada em 12,63%.

Correio Braziliense, do dia 29:

Sobram R\$6,88 bi.

Governo paga juros da dívida e registra o melhor superávit nominal do primeiro quadrimestre da história. Resultado se deve à elevação da arrecadação, favorecida pelo pagamento do Imposto de Renda [e outros tributos].

Então, Sr. Presidente, veja bem, é impressionante como o Presidente Lula não cultua muito, não preza muito as palavras que diz: talvez porque fale muito. Como fala muito, não tem tempo de pensar no que fala e no que disse há pouco tempo.

Ele disse que não ia aumentar os tributos – assumiu esse compromisso com o Senado – e em seguida aumentou. Disse inicialmente que não ia patrocinar a CPMF de volta, com esse novo nome, Contribuição Social para a Saúde, que, na verdade, é um novo calote sobre os nossos salários. É um novo calote sobre os nossos salários. De novo, querem impor que paguemos imposto, para retirem o nosso salário do banco,

para receberem o nosso salário. Vamos ter de novo de pagar. E a desculpa, Senador Mão Santa, é a de que é apenas 0,1% ou 0,10%, para ser mais claro, e não mais 0,38%, como era. E agora é só para a saúde. Ora, quanto sofisma!

A CPMF, sabemos, foi criada em 1993, exatamente para a saúde. Depois, foram aumentando os valores, foram aumentando os valores, incluíram mais a seguridade e em seguida o Fundo de Pobreza; depois, cerca de 20% da CPMF anualmente eram guardados no cofre, para fazer saldo para o superávit primário do Governo; isto é, sobrava dinheiro, e, na saúde, faltava dinheiro, como falta dinheiro até hoje. Durante todo o tempo em que havia a CPMF, nunca faltou dinheiro, como não está faltando agora. O que há mesmo é que gastar com saúde não dá muito lobo, não é, Senador Mão Santa? Nós, que somos médicos, sabemos disso.

Não dá muito lobo. O que dá lobo é fazer os PACs e mais PACs, inaugurar pontes, rodovias, fazer conjuntos habitacionais. Agora, tratar das pessoas não dá muito lobo. Que se lixem! Quem precisa realmente ser atendido pelo Sistema Único de Saúde, o famoso SUS? São os pobres, os mais pobres, os que têm menos condições de reclamar. Os que podem pagar um plano de saúde são medianamente bem atendidos; os que podem pagar uma assistência particular são bem atendidos. Os nossos colegas médicos que recebem uma miséria, para atender numa carga horária terrível não têm mais nem interesse de ir para certos lugares onde há carência de médicos. Por que? Porque recebem mal e não têm condições de trabalho; falta tudo, de esparadrapo a equipamentos mais sofisticados.

Quero aqui, só para lembrar, mostrar a arrecadação da CPMF – depois vou pedir que isto seja transcrito na íntegra –, ou seja, como ela veio comportando-se só no Governo Lula, portanto, de 2003 para cá: no primeiro ano, arrecadaram-se R\$22,984 bilhões; em 2004, R\$26,393 bilhões; em 2005, R\$28,920 bilhões; em 2006, R\$32 bilhões; em 2007, R\$29,4 bilhões, e se arrecadariam R\$40 bilhões este ano. O que melhorou no Brasil? A febre amarela, a dengue, a hanseníase ou, como se dizia antigamente, a lepra.

Pioraram as condições de atendimento nos hospitais públicos e nos postos de saúde, no Governo Lula. Não vamos recapitular para trás, quando também não era bom. Agora, vem com esta história, como diz o *Correio Braziliense*, com uma CPMF em pele de cordeiro, para salvar a saúde, porque o Senado aprovou a regulamentação de uma emenda constitucional que

estava, há anos, dormitando? Estava vigorando, e havia dinheiro da CPMF. Por que não se regulamentou e se aproveitou o dinheiro da CPMF? Agora, regulamentou-se, e vai o Ministro Temporão – entendo que temporão é aquele filho que vem fora de época, que não se estava esperando que acontecesse. Acho que esse Ministro é isto: um Ministro que vem fora de época. Ele não está sintonizado com as coisas; está completamente fora do contexto: fica falando uma coisa hoje e outra amanhã, com um riso meio sarcástico, como quem diz “Quem quiser que se lasque”. E não dá prioridade às coisas que têm prioridade.

E, lamentavelmente, está aí: dinheiro da saúde sendo gasto com ONGs que colocam o dinheiro no bolso, que roubam. A Funasa é um antro de roubo – e é mesmo: só no meu Estado, foram 36 milhões numa só operação em que o roubo foi descoberto. Agora, querer novamente que o cidadão brasileiro e a cidadã brasileira venham pagar, para manter a saúde, dizendo que não tem dinheiro? E tudo aqui está provado: há dinheiro demais sobrando. Basta que o Presidente Lula jogue a verdade.

O *Correio Braziliense* disse:

A discreta jogada de Lula. Para esconder a ótima arrecadação, Presidente manda cancelar discussões sobre o Fundo Soberano do Brasil, o ‘cofrinho’ do governo.”

Então, é o anúncio de que estava sobrando dinheiro e que o Governo ia fazer um Fundo Soberano, para emprestar para as empresas, etc e tal.

É um contra-senso, ou seja, precisa cobrar do povo um imposto para financiar a saúde, mas há dinheiro de sobra, para fazer um fundo especial para financiar determinadas coisas. Então, é um contra-senso do Presidente Lula terrível. E, pior, no início ele não queria assumir; já disse em um comício, claramente – pois só o que faz é muito comício –: “Não vi baixar preço de nada com a saída da CPMF”.

Presidente, precisa aprender a falar mais a verdade. É preciso dizer: “Eu, em parte, contribuí, para não baratear o preço da alimentação, principalmente.” Por quê? “Porque aumentei o IOF”. Por quê? “Porque aumentei a CSLL, que é a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido”. Por quê? “Porque não tenho dado incentivo adequado aos produtores, tanto aos pequenos, quanto aos médios e grandes; porque aumentou o petróleo”. Ele deveria dizer isso, e não ficar sofismando agora, dizendo que não abaixou nada e que precisa desse dinheiro, para salvar a saúde. Realmente,

é preciso que um Presidente tenha essa postura de sinceridade para com o povo.

Espero, Senador Mão Santa, que não permitamos! Parece-me até que, dessa vez, não estão conseguindo nem na Câmara. Na Câmara, eles têm a mania... Aliás, foi o Presidente Lula que disse isto, há um tempo atrás: que lá havia 300 picaretas. Acho que o conceito dele é este, que, na Câmara, ele pinta e borda. Parece que dessa vez não está conseguindo, tanto que adiaram a votação para a semana que vem.

Espero que aqui, no Senado, esse calote sobre o salário do povo brasileiro não passe, que nós não deixemos passar, como não deixamos passar a CPMF. Na verdade, é uma nova CPMF. Como disse o jornal, é uma CPMF em pele de cordeiro.

Quero também registrar que o jornal *Correio Braziliense* disse o seguinte:

Nova guerra da CPMF. Alguns Ministros do Supremo prevêem que a disputa para a criação do substituto do imposto do cheque chegará à Corte. Governo e Oposição não se entendem sobre como apresentar projeto.

(...)

Nova CPMF cai no Supremo, diz jurista. O principal questionamento é sobre o caráter cumulativo da contribuição.

Isso que é importante que a população entenda, porque é um imposto que recai sobre outro em cadeia. Se você cobra CPMF, por exemplo, do pãozinho. Tivemos agora o problema do pão piorado porque a Argentina parou de exportar o trigo para o Brasil. Como o Brasil não produz trigo suficiente, porque também não há incentivo, não há condições de produzir, o resultado é o aumento do preço do trigo. Mas vamos raciocinar com o produtor daqui mesmo. Nós produzimos cerca de 35% do trigo utilizado no Brasil. Lá, o fulano que vai comprar o grão para plantar paga CPMF; se ele mexeu no cheque, pagou CPMF. Quando ele vai vender o trigo, depois que colhe, quem compra dele paga CPMF. Quando o moinho mói o trigo e vende a farinha para a panificadora, a panificadora paga CPMF. E, no fim, quem é que paga a CPMF de tudo isso, no preço do pãozinho?

É quem vai comprar o pãozinho. É, até mesmo, o cliente do Bolsa Família. Agora, o Presidente quer negar isso, quer dizer que isso não é verdade; que tanto não é verdade que não baixou o preço do pãozinho. Mas ele não fala as verdades que estão aí, por que não baixou o preço do pãozinho: por causa do trigo

que aumentou, por causa do petróleo que aumentou e porque ele aumentou outros tributos. Então, o que o Presidente precisa fazer é aprender primeiro a não mentir para o povo. Ele é o líder da Nação, não pode sofismar com retórica. Ele é muito bom de retórica, fala realmente de maneira fácil, joga com as palavras de maneira muito fácil e engana as multidões; mas ele não pode fazer isso como Presidente da República! Ele não é apenas um mero candidato num palanque no interior do País, não; ele é o Presidente da República.

Então é preciso que essa contribuição seja desmascarada no nascedouro. Essa Contribuição Social para a Saúde ou calote sobre o salário do povo brasileiro não pode prosperar.

Inclusive, o meu Partido, quando da votação aqui no Senado, recomendou a votação contrária – recomendou apenas, não fechou questão. Mas acho que, agora, o nosso Partido, PTB, deveria fechar questão; contra esse e contra qualquer outro tributo que seja apresentado para aumentar aqui. Qualquer criação de novo imposto, qualquer aumento de imposto nós temos que cortar. Até porque não justifica. O Brasil está arrecadando cada vez mais. O que acontece é que o Governo Lula gasta mal, gasta com o que não precisa, gasta exatamente naquilo... financiando ONGs, que, por sua vez financiam movimentos sociais; financiando ONGs de todos os tipos, de todas as qualidades, em todos os setores; gastando com passeios, com cartões corporativos, com festas; com criação de emissora de televisão para fazer propaganda do seu próprio trabalho – do trabalho do Presidente e dos seus Ministros. Gasta mal. Gasta fazendo festa.

É como numa família. Se uma família ganha X e, com esse X, prioriza fazer festa, faltará para a comida. Se prioriza gastar com luxo, faltará para a saúde. Mas nenhuma família séria faz isso. Sabe quanto ganha, qual é a renda da família e divide, dando prioridade à alimentação, à saúde, à educação, ao vestuário, ao transporte e só depois à festa, só depois ao luxo; se der.

No caso do Governo Lula é o contrário. Primeiro a festa, primeiro o luxo, primeiro, como diz muito bem V. Ex^a – aliás, a palavra foi inventada por ele – escancarando os cofres públicos para os aloprados. Aí, é evidente, falta dinheiro para a saúde – não é prioridade dele.

O nosso Ministro, que chegou temporão ao Governo Lula, não está conseguindo se encontrar. Ele deveria começar por uma profunda reforma no Ministério dele, ver como são mal-usados os recursos do seu Ministério, como os programas de saúde são muito mal executa-

dos no Brasil, todos eles: da dengue, da malária, que está aumentando também, da tuberculose, que está aumentando. Todos são mal executados.

Essa Fundação Nacional de Saúde (Funasa) deveria ser extinta.

Os funcionários da Funasa deviam ser colocados à disposição dos Estados para trabalhar nos programas específicos. A Funasa devia ter uma função apenas fiscalizadora da política nacional de saúde, e não de executora. Porque aí entra o trambique de convênio com ONG. Até a Universidade de Brasília estava envolvida em trambique lá no meu Estado, com a assistência aos índios ianomâmis, e fazendo trambique. Mas outras ONGs menos importantes do que a Fundação Universidade de Brasília, como a Comissão Pró-Yanomami (CCPY), a Urihi – Saúde Yanomami, o Conselho Indígena de Roraima, todos estão enrolados, e o Ministro não sabe disso? Então, ele tinha que, primeiro, dar um balanço no Ministério dele, antes de ficar pelos corredores do Congresso pedindo para aprovar essa contribuição, que, no meu entender, é um desrespeito ao povo brasileiro, que maciçamente mostrou, por meio de pesquisas, que não aceitava a CPMF, e também ao Congresso Nacional, que a derrubou.

O Presidente precisa ver que tem dinheiro, sim, tem dinheiro para financiar a saúde, e bem. E se ele quer outras fontes, tribute, por exemplo, bebidas, cigarros, perfumes; ou então regulamente o jogo do bingo no Brasil e destine o recurso que nele for arrecadado para a saúde. Porque esse sofisma de não permitir o jogo do bingo é uma hipocrisia. O brasileiro vai lá para Buenos Aires – não é, Senador Mão Santa? – jogar. Lá tem um navio que é um cassino. Bem aqui. Mas vai também lá para a Venezuela, lá na Ilha Margarita: tem bingo, cassino, tem tudo, e o brasileiro vai lá gastar o dinheiro.

Podia gastar aqui. Ah, não, mas aqui a Igreja Católica não concorda e não sei mais o quê. O Presidente chegou a mandar um projeto regulamentando o jogo do Bingo, mas, como houve um escândalo do assessor do ex-Ministro José Dirceu, do Valdomiro, pedindo propina para um dono de bingo, ele tirou. Aquela história de tirou o sofá. Não resolveu o problema.

Então é preciso que se encontrem saídas alternativas sérias para, efetivamente, financiar a Saúde, de maneira séria, e que a Saúde, no Brasil, seja levada a sério. Aliás, a última revista *Veja* publicou uma capa interessante, Senador Mão Santa: “Somos Primeiro Mundo, em algumas coisas: produzimos, até avião, mas somos terceiro mundo no que tange, principalmente, à

Saúde, à Educação, ao respeito ao cidadão”. A Saúde é uma vergonha. Malária aumentando, tuberculose aumentando, dengue, febre amarela. Grande parte dessas doenças poderia ser evitada por vacinação e por procedimentos profiláticos. E, no entanto, não há um trabalho sério.

Quero deixar aqui o meu repúdio a essa tentativa que eu diria maliciosa e uma maldade com o povo brasileiro de tentar ressuscitar essa CPMF, com essa pele de cordeiro, da CSS, que eles chamam Contribuição Social para a Saúde e que, na verdade, o povo brasileiro já começou chamar de calote sobre o salário do povo brasileiro. Essa que é a verdade.

Quero pedir a V. Ex^a, ao encerrar, que autorize a transcrição, na íntegra, do material a que fiz referência, que aborda muito bem essa tentativa de ressuscitar a CPMF. Espero realmente que haja um pouco de vergonha na cara do Governo Federal, do Presidente Lula e dos seus Ministros e que ele mande a sua base comandada retirar esse projeto, porque é uma vergonha para o Brasil que fiquemos brincando de fazer coisas sérias, mas, na verdade, apenas na aparência. Entendo que isso não é só um calote; é uma afronta ao povo brasileiro, é uma afronta ao Congresso Nacional. Ele tem recursos para custear, sim, a saúde sem precisar de criar qualquer imposto ou contribuição, porque contribuição e imposto vão sair do bolso do cidadão. Podem dizer que agora só vai pagar quem ganhar acima de três mil reais. De novo vão querer iludir o povo, porque essa contribuição vem em cascata; ela incide sobre toda a cadeia produtiva, sobre todas as transações. Então, é mentira. O Imposto de Renda sim, nesse caso quem ganha mais paga mais, quem ganha abaixo de certa quantia não paga mesmo. Além disso, o Imposto de Renda não está embutido em produto que se compra, nem na alimentação, nem na moradia e nem nada. Agora essa contribuição está embutida sim, vai ser embutida sim.

Então, o Governo não pode mentir ao povo brasileiro.

Quero, portanto, Senador Mão Santa, deixar aqui o meu protesto e pedir a transcrição dessas matérias a que aludi como parte integrante ao meu Pronunciamento.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

HISTÓRIA DA CPMF

Senador: Mozarildo Cavalcante

Ela foi criada em 1993, através do Projeto de Lei Complementar 153, de 1993, apresentado pelo Presidente Itamar Franco, e passou a vigorar no ano seguinte com o nome de IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira) à época, a alíquota era de 0,25% e durou até dezembro de 1994 quando foi extinto pelo fim da vigência da Lei que o criou.

Dois anos depois, em 1996, voltou-se a discutir o assunto, foi apresentando o PL 2.317, de 1996, já no governo do Presidente Fernando Henrique, com a intenção de direcionar a arrecadação desse tributo para a área da saúde. Foi então criada de fato a CPMF, que passou a vigorar em 1997 com alíquota de 0,2%.

Em junho de 1999, a CPMF foi prorrogada até 2002, sendo que a alíquota passou a ser de 0,38%. O objetivo da elevação era ajudar nas contas da Previdência Social.

Em 2001, a alíquota caiu para 0,3% mas em março do mesmo ano, voltou a 0,38%. Em 2002 a CPMF foi prorrogada (PEC 407/2001), o que ocorreu novamente em 2004 (PEC 41/2003).

No final de 2000, o governo decidiu permitir o cruzamento de informações bancárias com as declarações de Imposto de Renda dos contribuintes (PL 3.756, de 2000).

A CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) é uma cobrança que incide sobre todas as movimentações bancárias, exceto negociação de ações na Bolsa, saques de aposentadorias, seguro-desemprego, salários e transferências entre contas-correntes de mesma titularidade.

O quadro abaixo demonstra os valores arrecadados com a CPMF desde sua criação até o momento:

Arrecadação da CPMF	
ANO	TOTAL ARRECADADO
1994	3.673.078.877,88
1995	138.619.918,51
1996	(2.046.419,88)
1997	6.887.275.263,23
1998	8.133.440.500,78
1999	7.948.593.124,93
2000	14.396.561.393,03
2001	17.157.001.518,51
2002	20.266.821.600,15
2003	22.984.137.823,43
2004	26.393.531.023,00
2005	28.920.773.725,97
2006	32.052.198.884,73
2007*	29.492.247.580,15

* Total até o mês 10/2007.

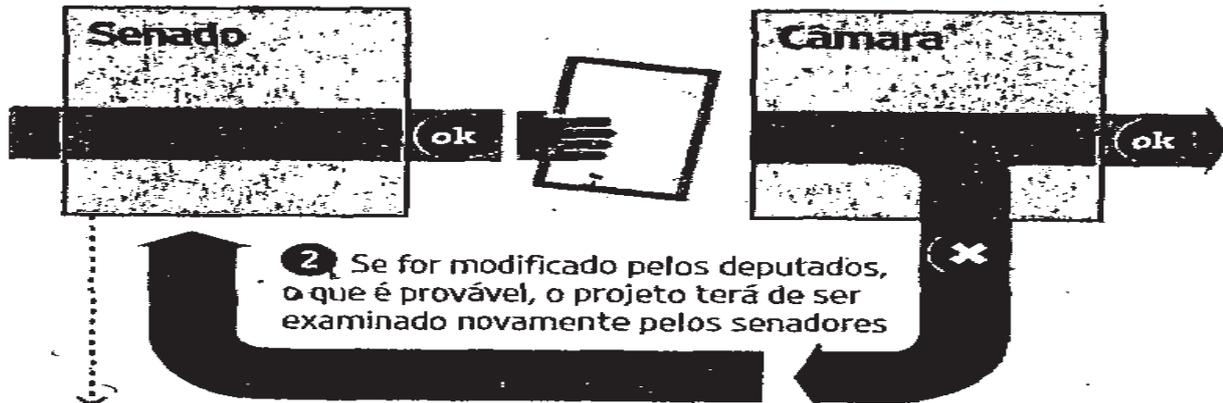
Me engana que eu gosto

O presidente Lula afirmou ontem, no Rio, que não viu nenhum preço cair com o fim da CPMF. Pode até ser que não tenha visto mesmo, mas nós, sim, e sabemos o motivo. Logo após o fim da CPMF, o governo elevou as alíquotas do IOF e da CSLL para compensar a perda de receita. Com isso, a carga tributária deve alcançar impressionantes 35,5% em relação ao PIB em 2008. Com este peso, alguém acha de verdade que os custos não seriam repassados aos preços? Sem compromisso com a verdade, Lula joga pra galera, abusa da demagogia.

A CRIAÇÃO DA NOVA CPMF

O passo a passo da CSS (Contribuição Social para a Saúde)

1 A base governista na Câmara tentará incluir a CSS no projeto, aprovado pelo Senado, que eleva as verbas da saúde



3 Se não houver acordo entre os líderes do governo e da oposição, o projeto terá de passar por três comissões temáticas do Senado antes da votação em plenário:

- >> CCJ (Comissão de Constituição e Justiça)
- >> CAS (Comissão de Assuntos Sociais)
- >> CAE (Comissão de Assuntos Econômicos)

4 Se a CSS for ratificada pelos senadores e sancionada pelo presidente Lula, deve ser questionada no Supremo Tribunal Federal

POR QUE A CSS É JURIDICAMENTE DUVIDOSA?

>> Constituição

Os governistas se valem de trechos da Constituição que permitem a criação de novos tributos por lei complementar, que precisa de 257 votos na Câmara e 41 no Senado.

>> Brecha

Essa brecha, porém, só vale para tributos não cumulativos, enquanto até documentos do Ministério da Fazenda apontam a CPMF como uma contribuição cumulativa

O QUE É CUMULATIVIDADE

Também chamada de tributação em cascata, ocorre quando um imposto ou contribuição incide sobre várias etapas do processo produtivo

Contribuição em cascata

O preço do suco de laranja, por exemplo, pode embutir a CPMF cobrada do plantador da fruta, do atacadista, do supermercado e da lanchonete que vendeu o produto



Contribuição não cumulativa

Nos tributos não cumulativos, como o ICMS e o IPI, os empresários descontam do imposto a pagar os gastos com a compra de insumos como máquinas e matérias-primas



Base do governo adia votação da nova CPMF

Para convencer os aliados, os governistas concordaram em reduzir as alíquotas da contribuição previdenciária para salários até R\$ 3.038,99

**GUSTAVO PATU
MARIA CLARA CABRAL**
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Depois de quase seis horas de batalha regimental com a oposição, a base do governo no Congresso decidiu adiar para a próxima semana a votação do projeto que cria a nova versão da CPMF, batizada de CSS (Contribuição Social para a Saúde). O texto nem chegou a ser apresentado ontem.

Os opositoristas consideraram o adiamento uma vitória de sua estratégia de obstrução. No entanto, o governo conseguiu evitar a aprovação do projeto já votado pelo Senado que eleva em pouco mais de R\$ 20 bilhões anuais os recursos a serem destinados obrigatoriamente à saúde, ao regulamentar a emenda constitucional 29.

“Neste momento, é melhor ficar sem a emenda 29 do que ficar com um novo imposto”,

resumiu o líder do DEM, Antonio Carlos Magalhães Neto.

O projeto do Senado criou um constrangimento político para o Palácio do Planalto. Diante da proposta de aumento de gastos sem fonte adicional de receita, as alternativas mais óbvias eram trabalhar pela derubada do texto na Câmara ou o

veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva —ambas difíceis em ano eleitoral.

Com a idéia de criar a CSS com alíquota de 0,1%, o governo mudou o foco da discussão, e a oposição, que antes atuava para apressar a votação do projeto do Senado, passou a obstruir as votações.

Até a próxima semana, o governo terá que fechar um texto de consenso na sua base, o que não chegou a ser feito ontem. “Ainda não há consciência plena de todos os detalhes da proposta. O debate avançou, mas até a semana que vem pode avançar mais”, afirmou o líder do PT, Maurício Rands (PE).

A bancada aliada ao Planalto quer manter a regra atual do financiamento do setor —gastos corrigidos anualmente conforme a inflação e o crescimento, conforme estipulado na emenda constitucional 29, de 2000— e acrescentar apenas, a partir de 2009, os R\$ 10 bilhões esperados com a CSS.

Nas negociações para convencer os aliados, os governistas concordaram em reduzir as alíquotas da contribuição previdenciária para os salários até R\$ 3.038,99, teto das aposentadorias do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) —na CPMF, o benefício só valia para os trabalhadores que ganhavam até três salários mínimos. Como acontecia no tempo da contribuição extinta, os aposentados terão um adicional em seus benefícios para compensar a tributação dos débitos em conta corrente.

Durante o debate, a oposição se manifestou contra o novo tributo, levando cofrinhos e faixas com dizeres como “CSS não”. Fernando Ferro (PT-PE) e Zé Gerardo (PMDB-CE) chegaram a iniciar um princípio de confusão com Waldir Neves (PSDB-MS) graças a “dizeres ofensivos contra os partidos”.

Apesar de dizer que o Executivo não participaria da criação de um novo imposto, o ministro José Gomes Temporão (Saúde) se envolveu ativamente na discussão, assim como governadores.

“Foi uma vitória parcial da oposição. Mas o fato é que a base não votou porque não tem voto, nem texto, nem certeza jurídica”, disse o líder do PSDB, José Aníbal (SP).

Jorge Rachid, secretário da Receita Federal, negou na Câmara que tenha discutido a nova CPMF com a base. Para ele, a boa arrecadação nos primeiros meses pode não se manter: “Não dá para contar com isso. O Orçamento ficou comprometido com o fim da CPMF e, apesar do esforço, jamais vai cobrir os R\$ 40 bilhões”.

Empresários se preocupam mais com combate a cartéis

Cerca de 75% da receita da SDE são direcionadas para a repressão da prática

LAURA IGNACIO
SÃO PAULO

Os especialistas em direito concorrencial estão na expectativa para saber quem serão os quatro novos conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Os nomes são esperados para junho, antes do recesso do Senado Federal, que deverá sabatar os indicados ao cargo. A causa da ansiedade é justificada. Na atual gestão, o Cade e a Secretaria de Direito Econômico (SDE) intensificaram as ações de repressão a cartéis.

Segundo dados do Ministério da Justiça, divulgados ontem em evento sobre o tema promovido pelo escritório Barcellos Tucunduva Advogados, 75% dos recursos da SDE são voltados para a repressão dos cartéis. Hoje, há 300 investigações de cartéis em curso e 100 executivos sendo processados. Além disso, na esfera criminal, 3 executivos já foram condenados a prisão de 3 a 5,5 anos.

Para o advogado Mauro Grinberg, do

Barcellos Tucunduva, as empresas têm se preocupado cada vez mais com as ações de combate a cartéis no Brasil e no exterior. No Brasil, desde 2003, começaram a ser usadas três novas ferramentas contra o cartel: busca e apreensão, acordo de leniência — também conhecido como delação premiada — e interceptação (ou escuta) telefônica.

Segundo Grinberg, a busca e apreensão tem sido realizada com o apoio da Polícia Federal e é cada vez mais comum. "Mas é bom que as empresas não se assustem com os 84 mandados cumpridos no ano passado porque muitos foram expedidos para postos de gasolina", pondera o advogado.

Numa busca e apreensão, computadores, cadernos e documentos são recolhidos para investigação pela SDE, atualmente com apoio da Polícia Federal.

Delação premiada

Até hoje, já foram acordadas 10 delações premiadas. Mas Grinberg chama atenção para o dado porque nove ainda estão em negociação. "O Cade só julgou uma por enquanto", afirma. "O problema é a demora na produção de provas", diz.

Somente o líder do cartel não tem o di-

reito de fazer a delação premiada. O prêmio da delação pode ser a diminuição da pena ou até a imunidade do delator.

Na apresentação, o advogado André Marques Gilberto, também do Barcellos Tucunduva, mostrou que em março, a SDE divulgou os requisitos que exigirá para concordar com a delação premiada. Eles são: confissão, desistir de ações judiciais, reconhecer a legalidade de busca e apreensão, não criar obstáculos injustificados na tramitação de processo criminal ou ação de indenização cível e cooperar com as autoridades.

Escutas telefônicas

Já quanto ao uso de escutas, o advogado comenta que elas estão sendo usadas com base em três decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). "Apesar de a Constituição dizer que elas só podem ser usadas em caso de investigação criminal", afirma.

Grinberg chamou atenção ainda às sugestões de condenação do SDE que, na semana passada, pela primeira vez, pediu pena máxima a um grupo de empresas acusadas de cartel. "Antes, a média era de 10% a 15% do faturamento anual. Agora, a média já é de 20%", diz. A pena máxima é de 30%.

ADRs brasileiros são os mais valorizados entre os países do Bric

LUCIA REBOUÇAS
SÃO PAULO

Os ADRs (recibos de ações) das companhias brasileiras estão no foco dos investidores que negociam na Bolsa de Nova York. É o que mostra o ranking de valorização do The Bank of New York, que criou índices para os ADR de vários países, e a pesquisa sobre volume de negócios, feita pela empresa de consultoria Economática. Este ano o índice de ADRs do Brasil acumula a maior valorização entre os emergentes do grupo Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), 17,6%. O percentual também é o mais elevado entre os índices de todos os países emergentes. Entre os 38 índices de países calculados pelo banco, o do Brasil só perde para o indicador da Noruega, o líder do ranking geral, com ganho no ano de 27,59%.

Na América Latina, o Chile (14%) e Argentina (12%) são os melhores colocados no ranking de valorização, depois do Brasil. O desempenho mostra um descola-

mento da região da crise do crédito imobiliário americano (subprime), que se alastrou pelo setor financeiro internacional ameaçando o crescimento econômico dos Estados Unidos.

Na opinião de Manoel Felix Cintra Neto, diretor presidente do Banco Indusval Multistock, conselheiro da bolsa brasileira, a BM&F Bovespa, a América Latina é o novo centro de capital e de investimento global. Segundo ele, depois do subprime há investidores retomando os negócios ao lado dos novos vindos do Oriente Médio, como Dubai.

"Se existe uma guerra hoje no mundo essa guerra é por atração de capital. A China vinha vencendo as batalhas, mas agora é a vez da América Latina, onde o Brasil é o principal centro de atração da região," disse Manoel Felix, durante evento realizado pelo IBEF (Instituto Brasileiro

de Executivos Financeiros) em São Paulo.

Para Gilberto Mifano, presidente do conselho da BM&F Bovespa, "a novidade agora somos nós e ainda tem muito dinheiro por aí procurando boas oportunidades de negócios. O mercado brasileiro está em foco porque em termos de segurança e ferramentas de negociação e sistemas de pagamentos é comparável aos dos países desenvolvidos.

Volume recorde

O volume médio diário mensal no mês de maio dos ADRs brasileiros negociados em NY ultrapassa pela primeira vez na história a marca de US\$ 4,072 bilhões dia, este valor é superior ao volume do mês de janeiro de 2008 que chegou a US\$ 3,985 bilhões, conforme a pesquisa da Economática. Os negócios com ADR superaram inclusive o giro financeiro da Bovespa. No mês de maio até dia 26, a Bovespa movimentou em média US\$ 3,588 bilhões,

nar seus preços. "No próximo semestre ou começo do ano que vem já devemos começar a sentir isso."

Ele conta que, até 2006, as importações tinham pouca representação no varejo de roupas e tecidos, entre 1% e 2%, para fechar 2007 com 4% e se aproximar dos 5% ou 6% até o fim de 2008. "As importações são uma novidade recente para nós", conta

Maior variedade

Na indústria de brinquedos, as importações chegam a 20% das vendas do setor, que faturou R\$ 2,2 bilhões em 2007. Ainda assim, a área conseguiu crescer 4,5% no ano passado e calcula avançar entre 6% e 8% em 2008, segundo dados da Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedo (Abrinq).

Na Grow, segundo seu gerente de marketing, Gustavo Arruda, o crescimento acumulado entre janeiro e abril chega aos 15%. O impulso foi dado em boa parte pela decisão da empresa por importar produtos que não constam de sua linha de produção, como jogos de vídeo game, produtos para bebês e bichos de pelúcia, produzidos em países como China (de onde vêm 80% deles), Tailândia e Vietnã.

As compras começaram há três anos, mas já representam quase 20% do portfólio da empresa. De qualquer forma, não chegaram para substituir a produção — conhecida principalmente pelos jogos de tabuleiro e valorizada por licenciamentos de marcas de força no público infanto-juvenil, como High School Music e Homem de Ferro. Desde 2006, a Grow investiu para que sua produção crescesse na faixa dos 10% ao ano.

Base do governo propõe CSS para substituir velha CPMF

Contribuição teria alíquota de 0,1%, o que proporcionaria uma arrecadação de R\$ 10 bi

REDAÇÃO*
SAO PAULO E BRASÍLIA

O líder do governo na Câmara, deputado Henrique Fontana (PT-RS), disse que a base do governo na Câmara vai propor hoje a criação de uma contribuição social para a Saúde, que vai funcionar nos mesmos moldes da CPMF, mas com alíquota de 0,1% — contra uma alíquota da antiga CPMF que era de 0,38% — e destinação dos recursos exclusivamente para o setor. É a Contribuição Social para a Saúde, ou CSS.

Os governistas conseguiram achar uma brecha para encaixar o texto de criação da CSS no substitutivo ao projeto de lei complementar que regulamenta a Emenda 29. A emenda fixa valores para que a União, estados e municípios invistam em saúde, o que deve dar mais R\$ 23 bilhões para o setor nos próximos quatro anos.

Fontana disse que a nova contribuição será "a fonte de financiamento para os novos gastos que serão criados com a regulamentação da Emenda 29". Se aprovada, a regulamentação representará um aumento entre R\$ 9 bilhões e R\$ 12 bilhões no orçamento federal da saúde deste ano. Segundo Fontana, o governo calcula em R\$ 10 bilhões a arrecadação adicional com a nova contribuição.

"Não há necessidade de tirar nem um tostão a mais do bolso do contribuinte. O governo precisa cortar despesas inúteis e definir a saúde como uma prioridade. CSS não passa de 'contribuição sem sentido'", reclamou o líder da bancada do PSDB na Câmara, o deputado José Aníbal (SP).

Fontana, por sua vez, acredita que não haverá dificuldades na aprovação da contribuição, pois a maioria dos opositores à recriação da CPMF admitiam apoiar uma nova contribuição se ela tivesse uma alíquota pequena. "Nós entendemos que não é possível aumentar em R\$ 15 bilhões o orçamento da saúde, embora isso seja necessário, pensando que esse dinheiro vai cair do céu. É difícil compreender a postura da oposição. De um lado, retira R\$ 40 bilhões da arrecadação do País e agora quer votar a favor de um aumento de R\$ 15 bilhões para a saúde, sem identificar fonte", justificou o petista.

O líder do DEM na Câmara, o deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (BA), disse que a contribuição não pode ser criada por lei complementar como pretendem os governistas. "Nós não vamos aceitar a criação de nenhum imposto novo. Estamos cada vez mais convencidos de que isso só poderia ocorrer por proposta de emenda à Constituição", criticou ACM Neto.

José Aníbal também contesta o argumento do governo de que faltam recursos para financiar as novas despesas que serão criadas com a regulamentação da Emenda 29. "O governo tem esses recursos. Na realidade, o governo está querendo

do fazer uma chantagem com o Congresso. É inaceitável", disse o deputado tucano. Para ele, o fato do governo querer mais recursos é contraditório. "Neste ano haverá aumento da carga tributária; e é absolutamente contraditório um governo que defende a reforma tributária, a geração de empregos, o desenvolvimento econômico, criar uma nova contribuição", completou o deputado tucano.

O presidente da Frente Parlamentar da Saúde, o também tucano deputado Rafael Guerra (MG), disse que a frente não concorda com a criação de um novo imposto. "Não queremos a saúde vinculada a nenhum tipo de contribuição social para firmarmos reféns, como já ficamos", afirmou.

O relator da Comissão Especial da Reforma Tributária, deputado Sandro Mabel (PR-GO), adiantou que não está disposto a incluir no seu parecer a criação de uma nova CPMF. "Essa é uma outra discussão (de remanejar recursos para a saúde) da qual eu não estou participando", disse Mabel.

O presidente da comissão, deputado Antonio Palocci (PT-SP), também anunciou que é contrário a uma nova contribuição semelhante à CPMF. "Não recomendo, acho desnecessário e isso pode desviar o foco da discussão da reforma tributária", previu. Ele garante que a contribuição não é necessária para uma nova política tributária do País.

*Com agências

VINICIUS TORRES FREIRE

Lula e o vaivém dos impostos

O PRESIDENTE reclamou que os empresários não repassaram para os preços a redução de custo decorrente do fim da CPMF. Lula desconfia do destino que o mercado dá a isenções fiscais, planejadas ou não. O que pensa sobre isenções de impostos concedidas voluntariamente por seu governo?

Lula acaba de baixar sua nova política industrial, que em boa parte consiste de desconto de impostos. Empresas podem comprar máquinas novas sem pagar alguns tributos. O objetivo não é, claro, levar o empresário que investiu a cobrar menos pelos produtos que virá a produzir, dado que seu investimento saiu mais em conta. A intenção é baratear o investimento, é criar um incentivo adicional para a compra de máquinas e equipamentos.

Mas como o governo sabe que o empresário deixaria de fazer o investimento caso não obtivesse a isenção fiscal? Não tem como saber muito bem. Como não teria condição de saber se empresários baixariam preços caso tivesse promovido uma isenção setorial de impostos, CPMF ou outro, com esse fim. A redução de preços dependeria da demanda, do grau de concorrência em cada mercado, de como o setor é afetado pelo comércio exterior etc.

“Na margem”, como dizem os economistas, algum investimento novo será realizado devido à isenção fiscal. Uma certa quantidade de investimentos ocorreria de qualquer modo, dadas as condições de demanda, câmbio e outros preços etc. (e o em-

Patrocínio mal disfarçado da recriação da CPMF mostra como funciona a política fiscal de Lula: é pura política

presário poderia embolsar o ganho com a isenção fiscal). Mas outros investimentos poderiam estar na marca do pênalti: não seriam rentáveis e, pois, viáveis, sem a isenção fiscal.

Mas esse é apenas o início do problema. Ao longo de décadas de confusão e excessos tributários, centenas de leis criaram um incentivo fiscal aqui, outro ali, para setores diferentes. Já não se sabe quem está

sendo incentivado, com quais objetivos e efeitos. Para piorar, a depender da variação das condições macroeconômicas e setoriais, os incentivos podem estar no lugar errado.

Sim, seria ingenuidade cretina e/ou maluca imaginar que é possível controlar todos os efeitos de políticas públicas. Mas é mais fácil avaliar o resultado da isenção de impostos se a política é mais localizada, se seus objetivos são específicos.

De resto, além das condições macroeconômicas e de cada mercado, o investimento depende de regulação, de custos em outras partes da economia (inclusive impostos), da infra-estrutura etc. Enfim, se o gover-

no aumenta tributos em geral, pode anular o efeito da isenção setorial. Ou pode redistribuir renda, de quem paga um imposto para os isentos, sem atingir objetivos de interesse geral, como acelerar o investimento.

Lula ainda não digeriu a derrota do fim da CPMF. Uma semana após renegar a paternidade do projeto de recriação do imposto sobre movimentação financeira, queixa-se em público de que a oposição lhe tirou a CPMF. Deixa rolar a articulação de sua coalizão partidária para criar um sucedâneo do imposto. Há gente, como este colunista, que era contra o fim da CPMF (desde que o excesso de arrecadação abatesse dívida pública). Mas falta coerência fiscal e tributária a esse governo que cancela impostos num dia e que quer inventar um novo noutra semana.

vinit@uol.com.br



214/9

FOLHA DE S. PAULO

JORNAL FOLHA DE S. PAULO	DIA/MÊS/ANO: 28 mai. 08	EDITORIA: Dinheiro	CADERNO: B	PÁGINA: 4-A
------------------------------------	----------------------------	-----------------------	---------------	----------------

Lula afirma que há mais 'química' com empresários

Presidente ressalta maior "confiança nas conversas" tratadas entre as partes

Lula pede a empresários que não percam investimentos fora do país, especialmente no mercado africano e nas Américas do Sul e Latina

PAULO PEIKOTO
DA AGÊNCIA FOLHA, EM CONTAGEM

Ao inaugurar ontem a primeira locomotiva de grande porte produzida no Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso sobre o crescimento da logística brasileira, disse que há uma "química" entre governo e empresários. Lula se referia ao fato de existir mais "confiança nas conversas" tratadas entre as duas partes em prol da economia nacional.

Um dia após defender a indústria naval brasileira e destacar seu crescimento, o presidente tratou da questão ferroviária na fábrica de locomotivas da GE (General Electric), cujos dirigentes estiveram com Lula há quatro anos.

E foi esse contato que motivou seu discurso, porque disse ter pedido à empresa norte-americana que produzisse locomotivas pesadas no país.

"Nessas conversas que a gente tem com empresários, nem sempre a gente acredita no empresário e nem sempre o empresário acredita na gente. Me parece que pintou uma química de otimismo neste país."

Lula completou: "O país encontrou um jeito de fazer com que as pessoas confiem nas conversas que tenham com os

governantes, com os políticos e com os empresários".

A fala de Lula foi pontuada pelo otimismo no desenvolvimento da logística de transporte. Para ele, os empresários brasileiros não podem perder as oportunidades externas. Citou as Américas do Sul e Latina e o mercado africano, em "que pouca gente presta atenção".

"Países como Angola estão crescendo a 19% ao ano, e, se o Brasil não tomar cuidado e [não] fizer as parcerias que precisa fazer na África, podem ficar certos de que já tem gente fazendo. Os chineses estão lá, investindo em ferrovia, em hidrovia, sobretudo na busca de minérios, de tudo que possa ter embaixo da terra. O Brasil não pode ficar parado, esperando ver as coisas acontecerem no continente africano sem a nossa participação."

O ministro Alfredo Nascimento (Transportes), também em discurso, disse que o Brasil tem atualmente 28 mil quilômetros de ferrovias privatizadas, sendo 20 mil quilômetros em operação. E que serão mais 4.000 quilômetros de novas ferrovias agregadas à atual malha, com o surgimento de uma rede ferroviária interligada.

Nos projetos em execução, estão a ferrovia Transnordestina —1.891 quilômetros que ligarão os portos de Suape (PE) a Pecém (CE), passando por AL e PI—, e também a ferrovia Leste-Oeste (BA). Essa obra chegará à ferrovia Norte-Sul, interligada também ao Centro-Oeste.

TRABALHO

Centrais fazem protestos para pedir redução da jornada

CLAUDIA ROLLI
DA REPORTAGEM LOCAL

Metalúrgicos, bancários, químicos, eletricitários, comerciários, motoristas e trabalhadores de ao menos outras onze categorias profissionais fazem hoje paralisações, passeatas e manifestações em todo o país para pedir a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem diminuição nos salários.

Os bancários devem atrasar em uma hora a abertura das agências em algumas localidades —como na região central da capital paulista e em Taubaté (SP). Alguns centros administrativos podem parar das 8h até 11h.

Motoristas e cobradores de ônibus fazem mobilização por volta do meio-dia na região do parque Dom Pedro.

Cerca de 32 mil metalúrgicos da Volks, Scania, Ford e Mercedes-Benz, montadoras do ABC, vão fazer paralisações e atos. Já os metalúrgicos da capital devem fazer passeata na altura do km 12,5 da via Anchieta, além de atos em outros sete pontos, como na avenida Roberto Marinho, próximo à ponte estaíada Octávio Frias de Oliveira, onde se reúnem com empregados de outros setores.

Os atos foram organizados pela CUT, Força Sindical, UGT e outras entidades para marcar o Dia Nacional de Luta pela Redução da Jornada.

JORNAL	DIA MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
CORREIO BRAZILIENSE	29 mai. 08	Política	1º	2A13

panha de Fernando Collor, que prometia a moralização dos gastos públicos. A medida tinha por objetivo o corte de despesas com manutenção dos apartamentos e ca-

Atualmente, têm direito a ocupar imóveis da reserva técnica os ministros de Estado, ocupantes de DAS 4, 5 e 6 e de cargos de natureza especial (CNEs). A Presidência da República, o Ministério das

Relações Exteriores e as Forças Armadas administram os imóveis funcionais ocupados pelos seus servidores. As autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, sociedades controladas direta ou indiretamente pela União também administram os imóveis que estão sob sua responsabilidade.

A Câmara dos Deputados tem a sua própria reserva técnica. São 33 apartamen-

tos, alguns luxuosos, muitos deles ocupados por titulares de CNEs. Reportagem do Correio, publicada em 20 de abril, mostrou que parte desses imóveis foi ocupada por indicação da cúpula da Casa. Servidores dos ex-presidentes Michel Temer (PMDB-SP) e Inocêncio Oliveira (DEM-PE) e de outros integrantes da Mesa Diretora estão ou estiveram instalados em apartamentos luxuosos durante vários anos. (LV)

TRIBUTO

Sem conseguir unir a base aliada, líderes governistas decidem adiar votação do novo imposto da saúde para a próxima terça-feira

Governo recua e adia a CSS

LUIZ CARLOS AZEDO
E GUSTAVO KRIEGER
DA EQUIPE DO CORREIO

Fracassou a tentativa governista de votar na noite de ontem a criação de um novo imposto do cheque para financiar os gastos com a regulamentação da Emenda 29, que transfere para o orçamento da Saúde 10% das receitas brutas da União. Os líderes do PT, Maurício Rands (PE), e do PMDB, Henrique Alves (RN), decidiram adiar a votação para a próxima terça-feira porque não conseguiram convencer boa parte da base governista a encampar a proposta de criação do novo imposto. A falta de coesão do PMDB e outros partidos facilitou a vida da oposição, que havia entrado em obstrução. "Assim vamos ter mais tempo para esclarecer nossa proposta e convencer a opinião pública de que é necessário garantir mais recursos para a saúde", explicou Rands.

"O governo ficou com medo de perder a votação, a proposta é um golpe de mão. O líder do governo, Henrique Fontana (PT-RS), rompeu o pacto de entendimento que havia na Casa para

discutir e votar matérias de interesse da sociedade", comemorou o líder do PSDB, José Aníbal (SP). Na verdade, o governo decidiu aprovar a criação de um novo imposto, mas não chegou a divulgar o texto da proposta negociada pelos líderes governistas com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão. Com a desistência do governo, a oposição sustou a obstrução e aceitou votar outras matérias que estavam na ordem do dia, como a lei da acessibilidade para deficientes físicos, que foi aprovada no final da noite.

Compromisso

Durante o dia, o governo enfrentou duas frentes de resistência. No plenário, a oposição obstruía os trabalhos e discursava contra a nova taxa. Nos bastidores, a bancada governista exigia mudanças no projeto. No início da noite os governistas fecharam um acordo que adiou para 1º de janeiro de 2009 o início da cobrança da CSS. O acordo foi bancado pelo Palácio do Planalto. Embora oficialmente diga que está fora das negociações do novo imposto, o governo assumiu o compromisso

de bancar os R\$ 6 bilhões de aumento nas verbas da saúde que deixarão de ser arrecadados com o adiamento da CSS.

O acordo também prevê a isenção da CSS para todos os aposentados e pensionistas. No caso dos outros trabalhadores, a isenção iria até R\$ 3.080. O governo também assumiu o compromisso de não aplicar sobre a arrecadação da CSS a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que permite gastar livremente 20% de toda a arrecadação de impostos federais.

Para satisfazer os interesses dos governistas, Temporão assinou um documento no qual se compromete a destinar os recursos obtidos com o novo imposto para ampliar para 50 mil as equipes de saúde da família, contratar 245 mil agentes de saúde, reestruturar 300 serviços de hemodiálise, construir 240 novas unidades de saúde e reestruturar 400 hospitais filantrópicos, dentre outros objetivos, como a compra de 4.500 ambulâncias, 10 helicópteros e 14 ambulanchas. A proposta, porém, não deixa claro como tudo isso será financiado neste ano, se o imposto somente vai vigorar a partir de 2008.

JORNAL

CORREIO BRAZILIENSE

DIA/MÊS/ANO:

29 mai. 08

EDITORIA:

Política

CADERNO:

1º

PÁGINA:

4

TRIBUTO

Para esconder a ótima arrecadação, presidente manda cancelar discussões sobre o Fundo Soberano do Brasil, o "cofrinho" do governo

A discreta jogada de Lula

DANIEL PEREIRA

DA EQUIPE DO CORREIO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva entrou em campo para garantir a aprovação do novo tributo destinado a financiar a área da Saúde. Contrariando o discurso oficial do governo, segundo o qual o Palácio do Planalto não se envolverá na tentativa de criação de uma nova Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), Lula determinou a ministros e líderes de partidos aliados que suspendam as discussões públicas sobre o Fundo Soberano do Brasil (FSB). Se prevalecer a proposta atual, o fundo receberá todos os recursos que excederem a meta de superávit primário da União, de 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Ficará, portanto, com o excesso de arrecadação do governo.

Segundo o presidente, debater essa questão agora é dar um tiro no pé. Só serve para reforçar a alegação da oposição de que há dinheiro em caixa, mesmo sem a aprovação da nova contribuição, para custear a regulamentação da Emenda 29, ao contrário do que afirmam os ministros da área econômica. Basta retirar a sobra de verba do "cofrinho", como foi apelidado o FSB, e repassá-la para a área da Saúde. A ordem de Lula foi cumprida à risca. Previsto para ser enviado ao Congresso nesta semana, o projeto que cria o Fundo Soberano do Brasil foi engavetado até segunda ordem. Já a reunião dos ministros de Relações Institucionais, José Múcio Monteiro; e da Fazenda, Guido Mantega, com líderes governistas para tratar do assunto, marcada para ontem, foi adiada para a próxima semana.

Exército

Múcio negou, mais uma vez, que o governo participe da campanha pela criação do novo tributo.

De forma indireta, admitiu, no entanto, que a reunião com os parlamentares foi cancelada para não desfalcar o exército aliado no plenário da Câmara. Depois, desconvorsou. "Se a reunião do conselho político fosse realizada, acusariam o Planalto de fazer lavagem cerebral nos deputados para votar a favor da contribuição. Irfamos passar o dia inteiro justificando o que os líderes estavam fazendo no palácio no dia da votação", declarou o ministro. Desde o início do mês, Múcio confirma a disposição de Lula de vetar a regulamentação da Emenda 29 se o Congresso não aprovar uma fonte para custear o aumento do orçamento da Saúde, que saltaria de R\$ 47 bilhões em 2008 para R\$ 70 bilhões em 2011.

Diz que o veto será necessário porque a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impede a instituição de uma despesa sem a respectiva fonte para custeá-la. O ministro também alega que o governo não pode apostar na manutenção do nível do excesso de arrecadação registrado no início deste ano. "Eu tinha um amigo que levantava dinheiro fácil. Acabou preso", brinca. Pelo menos por enquanto, os fatos negam a versão palaciana. No primeiro trimestre, a arrecadação federal cresceu 12% acima da inflação, em comparação ao mesmo período de 2007, apesar do fim da CPMF.

Além disso, a economia realizada pelo governo para pagamento de juros da dívida atingiu, nos quatro primeiros meses do ano, R\$ 61,74 bilhões, ou 6,82% do PIB, um recorde histórico. O governo cogita usar essa sobra no FSB. A oposição quer que ela custeie a Saúde. Ao entrar em campo, o presidente tentou abafar o debate sobre essas possibilidades.

Resistência na base

GUSTAVO KRIEGER
E LEANDRO COLON

DA EQUIPE DO CORREIO

A batalha pela criação da Contribuição Social para a Saúde (CSS) mal tinha começado na Câmara e o cenário já começava a ficar complicado no Senado. A Casa, que no ano passado rejeitou a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF), promete resistência contra o novo imposto do cheque. E essa resistência inclui até mesmo senadores que votaram a favor da contribuição no final de 2008.

Na época, o governo conseguiu 45 votos a favor da prorrogação da CPMF mas perdeu. Como a proposta foi feita por proposta de emenda constitucional, eram necessários 49 votos, equivalentes a três quintos do Senado. Para contornar a falta de votos, os governistas decidiram propor a criação da CSS por lei complementar, que precisa de maioria absoluta, ou 41 votos. Mas a esperteza pode custar caro e corroer parte da base de apoio do Palácio do Planalto.

O senador Francisco Dornelles (PP-R) foi um dos 45 votos pela CPMF. Não que gostasse do tributo, no qual vê sérias falhas. Mas achava um absurdo que, na última semana do ano, o Congresso retrasse do governo R\$ 40 bilhões que já estavam previstos no Orçamento. Desta vez, não se mostra disposto a votar pelo novo tributo. Ex-ministro da Fazenda e ex-secretário da Receita Federal, não compra a idéia de que a CSS é um novo tributo. "Tem cara de CPMF, jeito de CPMF e cheiro de CPMF É CPMF", conclui. Segundo ele, é possível criar contribuições específicas por lei complementar, mas a fórmula não serve para recriar antigos impostos. "Não me sinto disposto a votar a CSS", diz.

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) é outro dos 45 votos que pode repensar a posição. "Estou avaliando. Acho muito

JORNAL

CORREIO BRAZILIENSE

DIA/MÊS/ANO:

29 mai. 08

EDITORIA:

Economia

CADERNO:

1º

PAGINA:

19

CONTAS PÚBLICAS

Governo paga juros da dívida e registra o melhor superávit nominal do primeiro quadrimestre da história. Resultado se deve à elevação da arrecadação, favorecida pelo pagamento do Imposto de Renda

Sobram R\$ 6,88 bi

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

O mesmo governo que está trabalhando pesado para ressuscitar a CPMF, alegando falta de recursos para a saúde, festejou ontem uma sobre recorde de dinheiro nos primeiros quatro meses do ano. Depois de pagar todas as suas despesas, incluindo os juros da dívida, o setor público registrou superávit nominal de R\$ 6,885 bilhões. Isso, mesmo com o decepcionante resultado das empresas estatais, que, em abril, registraram déficit de R\$ 608 milhões. O desempenho histórico das contas públicas, segundo o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, decorreu do forte aumento da arrecadação, impulsionado pela primeira parcela do Imposto de Renda.

Para chegar ao inédito superávit nominal, o governo federal, estados, municípios e estatais economizaram (superávit primário) R\$ 61,743 bilhões entre janeiro e abril, valor correspondente a 6,82% do Produto Interno Bruto (PIB). Tanto o superávit em reais quanto em percentual do PIB foram os maiores para o período, conforme levantamento iniciado pelo BC em 1991. Com esse dinheiro, o governo pagou R\$ 54,858 bilhões em juros da dívida, restando os quase R\$ 7 bilhões. "Os números apresentados pelo BC são positivos. O problema é que a qualidade do superávit não é boa, pois ele está baseado exclusivamente no aumento de receitas, não no corte de gastos, como é o indicado", afirmou o economista-chefe do Banco ABC Brasil, Luís Otávio de Souza Leal.

Clodoir Vieira, economista da Corretora Souza Barros, disse que o mercado está preocupado com a sustentabilidade do superávit primário e com a ânsia arrecadadora do governo, que deseja recriar a CPMF com outro

nome — Contribuição Social para a Saúde (CSS) — para continuar ampliando as despesas de forma desenfreada. Segundo ele, as mesmas pessoas que estão comemorando os resultados dos superávits primário e nominal têm de se lembrar que, no segundo semestre, a economia dará uma desacelerada, com impacto negativo sobre a arrecadação, e o aumento dos juros implicará em mais gastos com a dívida. "Portanto, é preciso cautela. Em vez de propor mais imposto, o governo deveria controlar os gastos para enfrentar tempos mais difíceis", emendou.

Os primeiros sinais de desaceleração foram notados no superávit acumulado em 12 meses. Em relação ao PIB, o indicador passou de 4,46%, em março, para 4,23% em abril. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, quer que toda a economia que exceder à meta de superávit de 3,8% do PIB seja direcionada para o Fundo Soberano do Brasil. Ele acredita que os recursos extras corresponderão a 0,5% do Produto.

Em abril, o superávit primário ficou em R\$ 18,712 bilhões, 20% abaixo do saldo do mesmo mês do ano passado (R\$ 23,458 bilhões). A frustração veio das estatais — mais precisamente, da Petrobras. Juntas, as companhias apresentaram uma virada negativa de mais de R\$ 5 bilhões em suas contas. Em abril de 2007, tinham computado superávit de R\$ 4,727 bilhões. No mês passado, houve déficit de R\$ 608 milhões. "Os resultados das estatais variam muito. Provavelmente, em abril, houve uma conjunção de investimentos por parte das empresas", disse Altamir Lopes.

Já a conta de juros aumentou. Tanto que os gastos com a dívida de R\$ 14,870 bilhões foram os maiores para meses de

abril desde o início da série do BC. As despesas foram impactadas pela valorização de 3,54% do real frente ao dólar. Como o país é credor em moeda americana, todas as vezes que ela perde valor a conta de juros aumenta. Em abril, foram R\$ 9,193 bilhões a mais por causa do câmbio. O BC perdeu ainda R\$ 1 bilhão nas operações com swap cambial, nas quais aposta na alta do dólar e o mercado, na elevação dos juros.

Ponto fraco do Brasil

A despeito da economia recorde de recursos para pagar juros em abril, a relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB) fechou o mês em 41%, com ligeiro recuo de 0,1 ponto percentual. A expectativa do mercado era de que, com os saldos positivos, o indicador caísse para um número mais próximo de 40%. O atual patamar é considerado alto para padrões de países que receberam o grau de investimento (investment grade) e o ponto mais vulnerável da economia brasileira. Em pesquisa da agência de classificação de risco Fitch Ratings com 73 países, o Brasil é o terceiro com a maior relação entre a dívida e o PIB, atrás somente do Líbano e da Índia.

Segundo as previsões do chefe do Departamento do Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, a tendência é de que a relação entre a dívida e o PIB piore um pouquinho até o final do ano, batendo em 41,3%. Mas, no seu entender, para analisar esse indicador é preciso olhá-lo em um horizonte mais longo. Desde 2006, o endividamento diminuiu, quase 20 pp quando comparado ao PIB. De dezembro do ano passado para cá, a queda foi de 1,7 ponto.

Lopes chamou ainda atenção para o impacto das eleições nas contas públicas. Os municípios estão gastando mais e reduzindo o superávit primário. Em abril de 2007, haviam economizado R\$ 4,105 bilhões. No mesmo mês deste ano, o saldo caiu para R\$ 3,372 bilhões. (VN)

Superávit de abril é o maior da história

Adriana Fernandes
Renata Veríssimo
BRASÍLIA

Como o cofre reforçado pela arrecadação recorde de impostos e contribuições, o governo conseguiu realizar em abril o maior superávit primário da história nas contas do Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência, o conjunto que forma o chão do Governo Central. A diferença entre receita e despesa foi de R\$ 16,74 bilhões, o que levou o superávit do primeiro quadrimestre a atingir R\$ 48,03 bilhões, garantindo uma folga de R\$ 14,4 bilhões em relação à meta de R\$ 33,6 bilhões do período.

É com essa sobra acima do programado que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, quer formar o Fundo Soberano do Brasil (FSB), com o qual pretende comprar dólares e apoiar investimentos de empresas brasileiras no exterior. Com o resultado de abril, em apenas quatro meses o governo cumpriu 77,5% da meta de superávit para 2008, de R\$ 62 bilhões. O saldo acumulado equivale a 5,31% do Produto Interno Bruto (PIB), mais que o dobro da projeção do ano, de 2,2%, e R\$ 14,84 bilhões acima do valor do primeiro quadrimestre de 2007.

Embora seja comum ocorrerem superávits acima da meta no início de cada ano, já que as despesas crescem ao longo do exercício, o secretário do Tesouro, Arno Augustin, afirmou que essa tendência está mais forte no resultado de 2008. Ele argumentou, no entanto, que a sobra de recursos é "cíclica", e por isso não pode ser usada para despesas permanentes, como a proposta de regulamentação da chamada Emenda 29, que eleva os recursos para a saúde.

Mesmo sem CPMF, receita do Tesouro sobe 17,8%

... Mesmo sem a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a receita do Tesouro Nacional de janeiro a abril deste ano aumentou R\$ 28,2 bilhões em relação ao mesmo período de 2007, informou o Ministério da Fazenda. O volume passou de R\$ 158,4 bilhões a R\$ 186,6 bilhões, um crescimento de 17,8% - bem acima da expansão nominal do PIB, estimada em 12,63%.

Esse crescimento excepcional da arrecadação não decorreu apenas da elevação da receita com impostos e contribuições. Nos primeiros quatro meses deste ano, a arrecadação com a concessão de serviços públicos e royalties, principalmente do petróleo, aumentou R\$ 4,5 bilhões ante o mesmo período do ano passado.

A receita diretamente arrecadada pelos demais órgãos da administração pública federal aumentou R\$ 881,4 milhões na mesma comparação. Já o crescimento da arrecadação com impostos e contribuições foi de 17,5%, passando de R\$ 136,6 bilhões para R\$ 160,5 bilhões. Os números não incluem as receitas obtidas com o INSS. ● RIBAMAR OLIVEIRA

de. "Os resultados do primeiro quadrimestre são cíclicos. Não serão mantidos e não terão esta situação permanentemente", argumentou.

O secretário, porém, não vê problema na utilização da folga fiscal no Fundo Soberano. "É adequado do nosso ponto de vista ter um instrumento para absorver essas variações atípicas,

no caso o Fundo Soberano. As despesas permanentes têm de ter uma estrutura de receita permanente."

Augustin rechaçou ainda as críticas à política fiscal do governo. Enquanto as receitas do Governo Central no primeiro quadrimestre de 2008 cresceram 18,14% em relação a igual período de 2007, as despesas tiveram uma expansão de 9,44%. "Não enxergo essa explosão de gastos que alguns analistas vêem nas ações fiscais do governo. Pelo contrário, os dados são muito claros", disse, observando que, nos últimos quatro meses, as despesas do governo caíram 2,8% em relação ao crescimento nominal do PIB.

Ele também refutou a avaliação de que a política fiscal do governo seja um fator de risco para a inflação, como apontado pelo Banco Central. "Os impulsos fiscais são contracionistas neste momento, e não expansionistas", acrescentou.

O secretário enfatizou que a queda nas despesas com pessoal em relação a variação do PIB nominal foi ainda maior: 5,2%. Ele reconheceu que o aumento salarial para o funcionalismo deve reduzir esse ritmo de queda, mas não a ponto de comprometer a tendência.

Apesar da queda no ritmo de crescimento dos investimentos - de 21%, no primeiro trimestre, para 15% no fim de abril, Augustin assegurou que não houve "freio" nos gastos para acomodar um superávit fiscal maior. Ele atribuiu essa queda a fatores sazonais referentes aos cronogramas dos projetos. ●

214/14

JORNAL	DIA/MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
CORREIO BRAZILIENSE	28 mai. 08	Política	1º	31

Disputa pode parar na Justiça

GUSTAVO KRIEGER
E LUIZ CARLOS AZEDO
DA EQUIPE DO CORREIO

A oposição reagiu com força à proposta de criação da Contribuição Social para a Saúde (CSS). Ontem, no plenário da Câmara, os líderes do PSDB, José Aníbal (SP), e do DEM, ACM Neto (BA), ameaçaram obstruir a pauta de votações em represália à tentativa de recriar o imposto do cheque. Os oposicionistas queixam-se especialmente da manobra para criar o tributo por lei complementar e não por emenda à Constituição. Ameaçam recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), se o governo ganhar na Câmara.

Ontem, os oposicionistas

tentavam articular uma reação em plenário, mas estavam pessimistas. O governo demonstrou até aqui contar com maioria folgada na Casa. A expectativa da oposição era que a Frente Parlamentar da Saúde se posicionasse contra a proposta, mas os deputados do bloco estavam divididos. Boa parte deles temia colocar em risco o aumento de recursos para a saúde pública. "Queremos garantias de que o dinheiro vai realmente para o setor", diz o coordenador da Frente, Darcísio Perondi (PMDB-RS).

Resistência

A proposta da CSS ainda não tinha sido oficialmente apresentada e a oposição já se mobilizava contra. "Essa CSS é a verdadeira contribuição sem sentido", ataca José Aníbal. "Não há condições de negociação". O presidente do DEM, deputado Rodrigo Maia (RJ), também rejeita as negociações. "O governo

tem dinheiro de sobra. O problema é que gasta mal". Eles esperam contar com dissidências na bancada do governo para resistir ao novo imposto.

Senado

Apesar da resistência, internamente os oposicionistas já se preparam para a possibilidade de derrota na Câmara. Prepararam a resistência no Senado e até na justiça. "Se esse projeto passar na Câmara, vamos ao STF", avisa o líder do PSDB, Arthur Virgílio.

Foi no Senado que a oposição conseguiu vencer o governo no final do ano passado e derrubar a prorrogação da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF). Mas essa vitória deu-se ao quorum qualificado de três quintos necessário para mudar a Constituição. O governo teve 45 votos e precisava de 49. Com a lei complementar, precisará de apenas 41.

É NECESSÁRIO UM NOVO IMPOSTO PARA A SAÚDE?

SIM

OSMAR TERRA, presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde

A questão não é a CPMF. É a Saúde. A saúde pública precisa de financiamento. Hoje faltam R\$ 6 bilhões apenas para manter os serviços que existem. Ela precisa de muito mais. Precisa de mais UTIs, mais leitos em emergência, atendimentos especializados. Olha a fila de espera para atendimento. Hoje, só a metade da população é atendida pelo programa Saúde na Família. Precisamos de dinheiro, de uma perspectiva financeira. Temos de criar uma estabilidade na saúde, com fonte de receita. Se for necessário um imposto, que seja.

NÃO

DEPUTADO RODRIGO MAIA (RJ), presidente do DEM

O brasileiro já paga cinco meses de seu trabalho por ano para o governo. A carga tributária toma 40% do que o país produz. É o dobro que na Argentina. O problema não é mais dinheiro para o governo. O que resolverá o problema não é criar novos impostos. É alocar bem os recursos que já são arrecadados. Gastar bem o dinheiro. E isso o governo Lula não faz. Os dados mostram que a qualidade dos serviços públicos não melhorou.

CORREIO BRAZILIENSE

CORREIO BRAZILIENSE	DIA/MÊS/ANO: 28 mai. 08	EDITORIA: Política	CADERNO: 1º	PAGINA: 3
----------------------------	-----------------------------------	------------------------------	-----------------------	---------------------



TRIBUTOS

Para evitar uma derrota no Senado, como aconteceu com a CPMF governo quer distância das negociações em torno do novo imposto. A estratégia também é não pressionar a base aliada

Planalto quer ficar só na torcida

DANIEL PEREIRA
DA EQUIPE DO CORREIO

O governo aposta que o Senado, onde tem maioria apertada, também aprovará a criação de um novo tributo para financiar a área da Saúde. Vende a seguinte versão: se os ministros não participarem das negociações e a questão ficar restrita a uma iniciativa do Congresso, o projeto de lei complementar que recria a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), com outro nome e alíquota menor, receberá o apoio de 41 senadores. O número é o mínimo necessário a fim de garantir a aprovação da proposta. Auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva recorrem à derrota no caso da renovação do imposto do cheque, em dezembro do ano passado, para justificar o otimismo.

Naquela ocasião, a prorrogação da CPMF recebeu 45 votos favoráveis, quatro a menos do que o exigido para assegurar a promulgação de uma proposta de emenda constitucional (PEC). Além disso, senadores do PSDB chegaram a declarar que estavam dispostos a encampar a idéia se a alíquota caísse de 0,38% para 0,20% e a arrecadação fosse toda destinada à Saúde. Um acordo chegou a ser selado horas antes da votação, mas foi barrado depois pelo líder tucano na Casa, Arthur Virgílio (AM). Segundo auxiliares do presidente, parlamentares da oposição podem, agora, aderir à nova contribuição, já que a alíquota em discussão é ainda menor: 0,1%.

Mesmo que não haja dissidência na oposição, a bancada governista, com 53 senadores, é capaz de garantir, sozinha, a aprovação da proposta, mesmo que haja sete traições, como ocorreu na votação

da PEC da CPMF. "O governo tem 41 votos se não entrar na discussão", diz um ministro. Integrantes da base aliada na Câmara e no Senado compartilham do otimismo do Planalto. Confiantes na vitória nos plenários das duas Casas, já se preparam para defender o novo tributo no Supremo Tribunal Federal (STF). A tendência é de a Corte ser acionada porque especialistas alegam ser inconstitucional a criação de um tributo cumulativo por meio de lei complementar.

Embate jurídico

Entre os defensores da tese, está o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel. Confrontados com tal argumento, líderes governistas encomendaram ao atual chefe do Fisco, Jorge Rachid, uma solução para o embate jurídico. "A pedagogia da derrota da CPMF nos diz que não devemos nos meter nisso. A decisão do governo é não se envolver", desconversa o ministro de Relações Institucionais, José Múcio Monteiro. Ele acrescenta que o presidente vetará a regulamentação da Emenda 29 caso o Congresso não crie uma fonte de financiamento para custear o aumento do orçamento da Saúde, que seria de R\$ 23 bilhões só em 2011.

"Quem pagará essa conta? Quem garante que esse crescimento da economia é perpétuo?", pergunta Múcio. O esforço do Planalto para aparentar distanciamento em relação ao debate tem outros dois motivos. Um deles é que o governo não quer aparecer, em pleno ano eleitoral, como mentor de aumento da carga tributária. O outro é a preocupação com a possibilidade de a oposição acusá-lo de usar as emendas parlamentares, que começaram a ser empenhadas no fim deste mês, em troca de votos favoráveis de deputados e senadores.



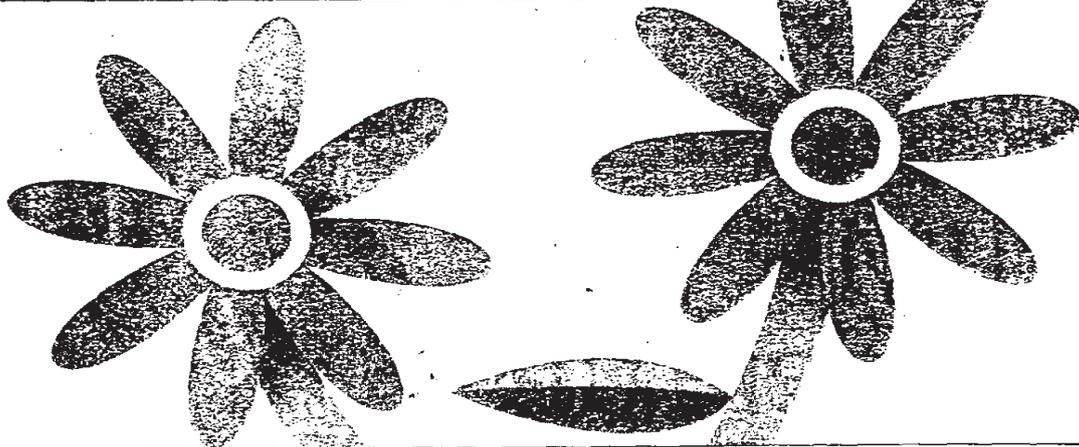
CORREIO BRAZILIENSE

LOPES DE LIMA, PAULO JOSÉ DA COSTA BRAGA, PIAZZI CHATELAINIANO

QUINTA-FEIRA • Brasília, Distrito Federal, 28 de maio de 2008

www.correio braziliense.com.br

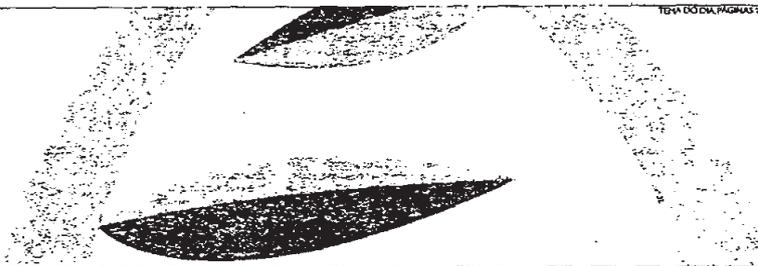
Número 18.446 • 68 páginas • R\$ 2,00



UMA SEGUNDA CHANCE...

Esperança de vida para os portadores de doenças degenerativas, o artigo 5º da Lei de Biossegurança, que permite a utilização de células-tronco embrionárias em pesquisas científicas, volta a julgamento no Supremo Tribunal Federal sob forte pressão de grupos religiosos contrários à medida. Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o artigo, apresentada há três anos, será derrubada hoje à tarde, por 6 votos a 5 ou por 7 a 4, preveem ministros do STF

TERÇA DO DIA, PÁGINAS 12 A 14 E PRATO DO CORREDOR, PÁGINA 24



CRÉDITO É RECORDE; CONSUMO JÁ ESFRIA

Pela primeira vez, o volume de importações feitas a premissas físicas e empresariais ultrapassou a barreira dos R\$ 1 trilhão, atingindo 58,7% de PIB. Apesar do volume inédito, a economia começa a dar sinais de desaceleração. Para os economistas, culpa da inflação e de aumento dos juros. PÁGINAS 16 E 17

CSS? A NOVA CPMF

COM ALÍQUOTA MENOR E NOVO NOME, IMPOSTO DO CIEIQ QUE PODE RESSUSCITAR HOJE, PELAS MÃOS DOS ALIADOS DO GOVERNO PÁGINAS 1 E 3

CRITICADO, SENADO DESISTE DE CRIAR CARGO DE CONFIANÇA

PÁGINA 5

FUNERÁRIA QUE REVENDIA CAIXÃO USADO SERÁ INDICIADA

PÁGINA 11



UM MORTO E 55 FERIDOS EM 12 HORAS

Atropelado na Estrutural por um caminhão, Breno Crispim Leite, 5 anos, não resistiu ao choque (foto). Em dia de caos, trânsito registrou 29 acidentes no DF. PÁGINA 29

SUPERQUARTA

NOITE DECISIVA PARA FLUMINENSE, SPORT, BOTAFOGO E CORINTHIANS

Três jogos definem hoje o futuro de cinco times brasileiros. Na Argentina o Flamengo enfrenta o Boca Juniors na primeira partida para se qualificar para o Mundial. Vasco e Sport em São Paulo e Corinthians e Botafogo no Maracanã decidem quem vai à final da Copa do Brasil. PÁGINAS 27, 40 E 41

CASAL FICA NA CADEIA ATÉ SER JULGADO

Por um detalhe, o STF nega pedido de liberdade para Alexandre Fradette e Aécio Cavalcini Jordani, acusados pelo assassinato da modelo Isabella Nordenskiöld no meio de 29 de março. Agora, o casal aguardará o julgamento na prisão. Hoje, os dois serão mantidos por um juiz paulista. PÁGINA 11



JORNAL

CORREIO BRAZILIENSE

DIA/MÊS/ANO:

28 mai. 08

EDITORIA:

Política

CADERNO:

1º

PÁGINA:

2

TRIBUTO

Novo imposto da Saúde, chamado de CSS, deve ser votado hoje na Câmara. A mordida será de 0,1% sobre as transações financeiras

CPMF em pele de cordeiro

GUSTAVO KRIEGER

DA EQUIPE DO CORREIO

Uma CPMF desidratada, com nome novo e com roupagem politicamente correta. Essa é a cara do novo imposto do cheque, inventado ontem pela bancada governista e que pode ser votado hoje pela Câmara dos Deputados. A antiga Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira passa a se chamar Contribuição Social para a Saúde (CSS), um rótulo que os governistas consideram mais palatável. Em vez dos 0,38% cobrado até o final do ano passado, a mordida será de 0,1% sobre todas as transações bancárias. E, como o nome indica, a arrecadação será obrigatoriamente repassada para a área de saúde pública.

O modelo do novo imposto foi fechado ontem, em um almoço entre os líderes governistas, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde. No mesmo encontro, os governistas ensaiaram o discurso que farão hoje em plenário para defender a proposta. "Nossa bancada está unida em torno da proposta de aumentar os recursos para a Saúde com responsabilidade, indicando uma fonte de arrecadação", diz o líder do governo na Câmara, Henrique Fontana (PT-RS). "A oposição está jogando para a torcida e usando a Saúde pública para a luta política".

Na verdade, a proposta do governo não garante mais recursos para a Saúde. O volume da verba será o mesmo que estava previsto no projeto aprovado pelo Senado. A diferença é a criação de um novo imposto para financiar esses gastos.

Verbas

O pano de fundo é a regulamentação da Emenda Constitucional 29, aprovada em 2000. Ela determina que a União terá de destinar 10% de suas receitas brutas totais para a Saúde. Hoje, esse percentual é de 7%. O aumento seria escalonado. Este ano, custaria mais R\$ 10 bilhões. Em 2011, chegaria a R\$ 23 bilhões extras. A

emenda deveria ter sido regulamentada até 2005, mas os governos Fernando Henrique e Lula foram adiando. Este ano, a união da bancada governista com setores da oposição fez com que o Senado aprovasse a regulamentação. O problema é que o projeto não diz de onde virá o dinheiro. A oposição afirma que há sobra de arrecadação suficiente para pagar a conta (leia mais na página 3), mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ameaça vetar o projeto se o Congresso não criar uma fonte de arrecadação. É aí que entra a nova CPMF.

Ontem, apesar de toda a polêmica, ninguém tinha visto o projeto de criação da CSS. É que os governistas vão tentar uma manobra regimental. Proporão a criação do tributo em uma emenda substitutiva ao projeto que veio do Senado. Funciona assim: o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), vai designar um deputado governista como relator no plenário. Ele proporá a troca do texto aprovado pelo Senado por outro. O novo texto dirá que as verbas da Saúde subirão ano a ano "de acordo com o crescimento do Produto Interno Bruto, mais o total arrecadado pela CSS". E aí embutirão o novo tributo.

A manobra encobre uma esperteza numérica. A prorrogação da antiga CPMF tinha de ser aprovada por emenda constitucional, que exige três quintos dos votos no Congresso. São 308 deputados e 49 senadores. No final do ano, o governo fracassou em conseguir esses votos no Senado. Conseguiu apenas 45 senadores. Ao incluir a CSS como emenda ao projeto de lei complementar que regulamenta a emenda da Saúde, a exigência cai para maioria absoluta nas duas casas. São 257 deputados e 41 senadores. Votos que supostamente o governo controla.

Por tudo isso, os governistas ameaçam com um rolo compressor. Querem votar a CSS hoje, sem mais nenhuma negociação. Para isso, iniciaram uma ofensiva política ontem. Os governadores voltaram a pressionar suas bancadas, incluindo os de partidos de oposição. No Congresso, esse lobby foi feito pelos secretários de Saúde.

Temporão

Oficialmente, o governo está fora das negociações, mas Henrique Fontana disse ontem ter a garantia de que o presidente Lula sancionará a lei, se a proposta dos governistas for aprovada. Tanto que na reunião de ontem, o ministro Temporão comunicou aos líderes que o governo está disposto a pagar parte da conta do aumento dos recursos da Saúde este ano. É que a CSS só poderá ser cobrada 120 dias depois de aprovada e o projeto ainda voltará ao Senado. Não deve entrar um centavo nos cofres antes de outubro. Mesmo assim, Temporão garantiu que iniciará imediatamente os projetos do PAC da Saúde, um pacote bilionário de investimentos no setor, congelado desde o fim da CPMF.

Presidente da República
Secretaria de Comunicação Social



RADIOBRÁS

Nome novo para a velha CPMF

Tributo, agora chamado de Contribuição Social para a Saúde (CSS), teria alíquota de 0,10%

Cristiane Jungblut

BRASÍLIA

Com o respaldo do Palácio do Planalto e da área econômica, a base aliada na Câmara fechou ontem acordo para criar um novo tributo, chamado de Contribuição Social para a Saúde (CSS), com alíquota de 0,10% — na prática, a criação da CPMF, extinta em dezembro, que tinha alíquota de 0,38%. A proposta de criação da CSS será incluída no projeto de lei de regulamentação da Emenda 29, já aprovada no Senado e que estipula o orçamento anual da saúde em 10% da receita bruta da União. Hoje, o orçamento do setor está entre 6% e 7% da receita. O projeto deverá ser votado hoje na Câmara. Serão necessários 257 votos.

A oposição vai tentar barrar a criação do tributo alegando que o governo vem registrando constantes aumentos de arrecadação. O governo, por sua vez, alega que não pode aprovar aumento de despesa sem estabelecer a fonte de receita, caso da Emenda 29 aprovada pelos senadores. O Planalto afirma ainda que não pode custear a nova despesa com base em aumento de arrecadação, que não é fixo.

Além de ressuscitar a CPMF, os governistas tentarão manter o atual modelo de cálculo para o orçamento da saúde — a correção anual pela variação do PIB nominal (considerando a inflação). Com a manobra, o governo não seria obrigado a destinar 10% da receita bruta para a saúde, como prevê a Emenda 29. Pelo texto do Senado, o governo terá que destinar até 10% da receita, de forma escalonada até 2011, com impacto de R\$ 23 bilhões até lá.

Os líderes do governo na Câmara, Henrique Fontana (PT-RS), e do PT, Maurício Rands (PE), admitiram que a idéia é manter o atual modelo de cálculo do orçamento, e que o texto será formalizado até a hora da votação. Eles argumentam que seria "mais vantajoso" para a saúde manter o cálculo conforme a variação do PIB nominal, porque a economia está crescendo. Mas Rands reconheceu dificuldades e disse que haverá negociações do texto até o momento da votação.

— A tendência é mantermos o cálculo do PIB nominal. Mas o importan-

te é garantirmos um patamar razoável de receita para a saúde, com a criação da CSS. Haverá muitos benefícios com esses recursos, como a criação de 4.850 leitos de UTI nos hospitais — disse o petista Maurício Rands, autor da proposta de recriar a CPMF por projeto de lei complementar.

'É golpe de mão!', diz José Aníbal

• Já a oposição começou à noite a obstruir as votações. DEM, PSDB e PPS reclamaram da manobra do governo com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP). Os principais coordenadores da Frente Parlamentar da Saúde, deputados Darcísio Perondi (PMDB-RS) e Rafael Guerra (PSDB-PE), também disseram que são contra a criação da CSS e querem a aprovação do mesmo texto aprovado pelo Senado.

— O governo quer dar um golpe de mão e quer reintroduzir a CPMF. É golpe de mão! Como se não bastasse, o governo vem tendo, mês a mês, excesso de arrecadação. Recursos não faltam. Nossa resposta é a obstrução generalizada — disse o líder do PSDB na Câmara, deputado José Aníbal (SP).

Mas o governo poderá até comemorar a tática da oposição de obstruir, já que a área econômica sempre foi contra a regulamentação da Emenda 29. A decisão política de recriar a CPMF por projeto de lei complementar (o de regulamentação da Emenda 29), e não por emenda constitucional, foi acertada ontem por todos os líderes da base aliada, em almoço com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

No almoço realizado na casa do líder do PTB na Câmara, Jovair Arantes (PTB-GO), houve consenso de que, apesar das polêmicas jurídicas, era preciso incluir a nova contribuição na regulamentação da Emenda 29. Mas já há a percepção de que o caso deverá parar no Supremo Tribunal Federal. Autor da proposta, Rands diz que está embasado nos artigos 195 e 154, combinados, da Constituição.

— Consultamos especialistas e estamos seguros de que poderemos

criar a contribuição por projeto de lei. Defendemos a responsabilidade com a saúde. A oposição está pensando que o dinheiro cai do céu? — disse o líder Henrique Fontana (RS).

Um projeto de lei complementar precisa de 257 votos, enquanto um projeto de emenda constitucional, de 307. Temporão quer a criação da CSS.

— Se houver solução estrutural, se a Câmara, o Congresso entenderem que deve criar um novo tributo, nos moldes ou semelhante ao que era a CPMF, eu não me oponho. Dizer que o governo pode aprovar os 10% porque há excesso de arrecadação é uma irresponsabilidade grave — disse Temporão.

Caso o imposto seja aprovado, a oposição irá ao Supremo:

— Há receita de sobra, com o excesso de arrecadação. O que falta é o governo priorizar o dinheiro para a saúde e não aceitarmos um imposto novo. Caso o governo tenha coragem de propor isso em plenário, vamos ao Supremo — afirmou o líder do DEM, Antonio Carlos Magalhães Neto (BA).

— Vai ser um grande embate na Câmara. Se for alterada (a proposta aprovada pelo senadores), teremos outro embate no Senado — disse o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia.

Se o texto da regulamentação da Emenda 29 for alterado, terá que retornar ao Senado. Lá, o governo sabe que será difícil recriar a CPMF, derrubada justamente pelos senadores. ■

COLABORARAM Demétrio Weber e Isabel Braga)

OPINIÃO

MANOBRAS PRIMÁRIAS

• TENTAR ESCONDER a CPMF sob o disfarce de Contribuição Social para a Saúde (CSS) é risível. Seja como CSS ou qualquer outra sigla, continuará a ser um imposto prejudicial à sociedade.

COMO SEMPRE, tributo é criado com alegadas boas intenções. Depois, sua alíquota é aumentada e ele vai para o caixa comum financiar a farras da ganância.



Base rebatiza CPMF e vai tentar ressuscitá-la hoje

BRASÍLIA

Com um novo nome, a base aliada do Planalto tentará aprovar hoje na Câmara a recriação da CPMF. Batizada de Contribuição Social para Saúde, o imposto também incidirá sobre movimentações financeiras, com alíquota de 0,1%.

A CSS faz parte da estratégia da bancada governista para a votação da regulamentação da Emenda 29, que amplia a destinação de recursos para a saúde. Ela cria uma fonte de renda extra para bancar a saúde e foi alinhavada ontem durante um almoço entre líderes da base e o ministro da pasta, José Gomes Temporão.

Prevaleceu a ideia de se propor alterações ao projeto 306/08 – o que, na prática, dará um pouco mais de tempo de o governo escapar do desgaste de um eventual veto do projeto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, já que a proposta terá de voltar ao Senado. Para aprovar a CSS, na Câmara e no Senado, é preciso apoio da maioria absoluta dos parlamentares das duas Casas (257 deputados e 41 senadores). Um quórum, portanto, menor do que o necessário para aprovar uma emenda constitucional, como era o caso da CPME, derrubada no ano passado. A CSS deverá isentar, como sua antecessora, quem ganha até 3 salários mínimos, além de aposentados e pensionistas.

Há dúvidas, porém, se tal contribuição poderia render os R\$ 10 bilhões a mais sonhados pelo governo. Justamente por isso, a bancada estudava também a proposta de mais duas medidas: o aumento do IPI dos cigarros, que poderia contribuir com cerca de R\$ 3 bilhões, e o destino do seguro obrigatório dos veículos para a saúde.

O líder do governo na Câmara, Henrique Fontana (PT-RS), disse ainda que o texto substitutivo deverá alterar a vinculação dos recursos da União para a a

saúde. A ideia é retirar o repasse obrigatório de 10% das receitas brutas, como foi aprovado no Senado. Esse mecanismo seria substituído pela regra atual, o montante gasto no ano anterior mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB), acrescido do total arrecadado com a nova contribuição.

Ao tomar conhecimento da proposta do governo, o líder do PSDB na Câmara, deputado José Aníbal (SP), disse que a oposição não aceita modificar a proposta já aprovada no Senado. Aníbal já apelidou a CSS de “contribuição sem sentido”. O líder do PSDB afirmou que o governo está fazendo chantagem com o Congresso e destacou há dinheiro para aplicar na saúde pública. “O governo quer impor a nova contribuição e conseguir recursos adicionais sob pretext-

to de cobrir os investimentos na saúde. É conversa fiada”, disse Aníbal. Ele lembrou que a arrecadação do governo vem crescendo a cada mês.

O líder do DEM, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (BA), por sua vez, reiterou que o partido não aceitará qualquer proposta de criação de um novo imposto. “Os recursos existem.

O que falta é o governo dar prioridade para a saúde. Não vamos aceitar imposto novo e vamos levar ao Supremo Tribunal Federal se o governo insistir com essa ideia”, avisou ACM Neto.

O ministro José Gomes Temporão passou o dia de ontem defendendo a criação de um mecanismo para prever recursos extras para a saúde. “Não podemos aprovar uma proposta irresponsável. A regulamentação é um compromisso com gerações futuras, e justamente por isso precisa ser sustentável”, completou. Para ele, o argumento da oposição de que o governo arrecada dinheiro suficiente é injustificável. “Não podemos ficar à mercê do que vai ocorrer no futuro, precisamos

criar um ambiente estável.” E afirmou que a criação de uma contribuição social para a saúde é uma medida sensata. “Os

recursos seriam usados em benefício de toda a população.”

Ele questionou, ainda, os argumentos usados pela oposição, quando vetou a prorrogação da CPMF. “Que fim foi dado aos R\$ 40 bi que deixaram de ser usados para a área social? Houve redução de preços? Não. Não sabemos para onde esse dinheiro foi.”

Ontem, o ministro avaliava pedir o adiamento da votação da emenda. Consultores viam ainda uma série de questões sem respostas, sobretudo o risco de o novo imposto ser apontado como cumulativo – e, portanto, ilegal. Mas a estratégia de pedir alterações imediatas prevaleceu. ● DENISE MADUEÑO, LÍCIA

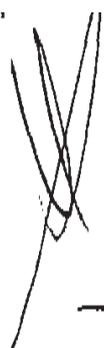
FORMENTI E LUCIANA NUNES LEAL

FRASES

José Aníbal
Líder do PSDB na Câmara
“O governo quer impor a nova contribuição e conseguir recursos adicionais sob pretexto de cobrir os investimentos na saúde.”

José Gomes Temporão
Ministro da Saúde
“Não podemos aprovar uma proposta irresponsável”





De 1995 a 2007, aumento da carga tributária

Recursos da CPMF foram usados em outras áreas que não a Saúde

Martha Beck

• BRASÍLIA. Criada em meados de 1994 como uma contribuição provisória que garantiria recursos para a saúde, a CPMF foi gradativamente ganhando importância para o caixa do governo, a despeito do forte aumento da arrecadação no período. Isso tem um motivo claro: boa parte dos recursos da contribuição teve sua finalidade desvirtuada. Ajudou, especialmente, a pagar juros da, até pouco tempo atrás, explosiva dívida pública.

Considerando o período entre 1995 e 2007 — quando, em dezembro, a contribuição foi extinta —, a carga tributária saltou de 26,6% do Produto Interno Bruto (PIB) para 35,9% no ano passado, segundo estimativa do especialista em contas públicas Amir Khair. Já a participação da CPMF na arrecadação federal de tributos, que começou em menos de 4%, rapidamente cresceu e passou boa parte desta década representando mais de 8%.

Porém, em 2007, caiu a pouco mais de 6%. Ou seja: diante do crescimento robusto da economia, que eleva as receitas com impostos como os sobre renda, lucro e

produção, a CPMF já havia perdido relevância. A despeito dos apelos do governo de que haveria uma tragédia fiscal se a contribuição não fosse prorrogada.

Nos últimos dez anos, nada menos que R\$ 33,5 bilhões da arrecadação da contribuição deixaram de ser aplicados em políticas sociais e ficaram no caixa do Tesouro para, entre outras ações, fazer superávit primário, ou seja, economia para pagar juros. Segundo levantamento do Sindicato Nacional dos Auditores da Receita Federal (Unafisco), esse volume de recursos equivale a 18% do total da arrecadação da CPMF no período, que chegou a R\$ 185,9 bilhões.

Esse montante deveria estar chegando à Saúde e também à Previdência Social e ao Fundo de Combate à Pobreza (que entraram na partilha da CPMF posteriormente). No entanto, essas áreas têm sido obrigadas a dividir espaço com o esforço fiscal da equipe econômica.

Segundo o estudo do Unafisco, na última década, 45,02% da arrecadação da contribuição chegaram à saúde; 20,18% à Previdência e 16,8%, ao Fundo de Combate à Pobreza. Os demais 18% do boio foram usados livremente pela União.



CPMF, a revanche

Proposta de recriar imposto, promovida pela base de Lula na Câmara, é um acinte diante de tanta gordura tributária

A EMENDA que propunha a renovação do imposto do cheque foi derrubada em dezembro, numa decisão soberana do Senado. A arrancada na arrecadação federal no primeiro terço de 2008 —12% de alta acima da inflação, no mínimo o dobro do ritmo de avanço do PIB, a despeito do fim da cobrança da contribuição— lançou por terra todas as previsões catastrofistas do Planalto acerca dos efeitos do fim da CPMF no Orçamento da União.

Nadando em dinheiro, no primeiro bimestre o governo já abandonara o discurso de “cortar na veia mais uma vez”, palavras presidenciais, a fim de custear despesas básicas. Aumentos salariais concedidos a vários setores do funcionalismo denunciaram a mudança dos ventos, no sentido da retomada do galope nos gastos, ditos correntes, com a máquina pública.

Outro dado eloqüente acerca da pujança da receita surgiu ontem, quando foi divulgada a sobra de caixa do governo federal de janeiro a abril. O chamado superávit primário atingiu 5,3% do PIB, acima da meta para todo o setor público (incluindo Estados e municípios), de 3,8%. O resultado está associado ao volume recorde recolhido pelos impostos, e não a um repentino surto de austeridade no Executivo.

Diante de tamanha gordura tributária, é acintosa a tentativa da base governista na Câmara, patrocinada pelo Planalto, de ressuscitar a CPMF, agora rebatizada de Contribuição Social para a Saúde (CSS), a uma alíquota de 0,1% —a da contribuição extinta em dezembro era 0,38%.

As vantagens da CPMF —tributo fácil de arrecadar e que auxilia no combate à sonegação— poderiam ser restauradas no bojo de uma reforma tributária que simplificasse o sistema, tornasse mais justa a arrecadação e diminuísse o peso dos impostos. Seria um modo de respeitar a decisão do Congresso, ancorada na ampla rejeição social ao nível absurdo da carga tributária.

Não é isso, contudo, o que a base governista na Câmara pretende com o projeto que recria a CPMF. Trata-se de resolver à moda clássica, debitando a fatura ao contribuinte e aumentando ainda mais o fardo dos impostos, uma necessidade de gasto novo e duradouro com a Saúde, criada no Senado sob o beneplácito de governistas e oposicionistas. Trata-se, igualmente, da tentativa do lulismo de ir à forra pela derrota sofrida em dezembro.

Esse revanchismo pueril atingiria, porém, outros alvos, o que os deputados deveriam levar em conta antes de corroborar a sandice. A proposta tripudia sobre o inconformismo da sociedade com o nível dos impostos, aumenta o engessamento da despesa pública, chancela a ganstância na máquina estatal e retira do setor privado fôlego para investir.

Por tudo isso, a CSS deveria ser fulminada no nascedouro.

ANTONIO DELFIM
NETTO

Insegurança jurídica

UM DOS impedimentos mais graves à aceleração do nosso desenvolvimento econômico e social é a incerteza produzida pela insegurança jurídica. Não se trata apenas da qualidade e da demora na prestação de justiça. O sistema é tão complexo e malicioso que mesmo uma questão decidida pode, com imaginosa manobra jurídica, ressurgir das cinzas e voltar a assombrar o cidadão. O problema não é a dúvida sobre o futuro incerto, mas a certeza de que o passado também pode sê-lo!

O Consultor Jurídico, no seu “Anuário da Justiça” de 2008, abriga um artigo estorpecedor que justifica por que o “World Economic Forum” de 2007/08 classifica o Brasil em 105º lugar em matéria de insegurança jurídica entre 131 países colocados em ordem crescente. O artigo “Leis fora de esquadro” (pág. 72 a 76) do “Anuário” deveria ser leitura obrigatória para todo cidadão.

O bom funcionamento da sociedade e o seu desenvolvimento dependem fundamentalmente de razoável prestação de justiça ágil e eficiente. É quase inacreditável, mas, como se afirma no artigo, “quatro em cada cinco leis questionadas em 2007 ficaram retidas no crivo do Supremo Tribunal Federal. Ou seja: no todo, ou em parte, suas normas contrariam a Constituição Federal. Em relação ao último levantamento, de 2006, o índice de inconstitucionalidade subiu de 75,5% para 80,4%. O índice que se refere às leis e atos produzidos pelo Congresso baixou de 61% para 50%. A inconstitucionalidade dos atos do Palácio do Planalto aumentou: passou de 50% para 55,5%”.

Fato ainda mais terrível é o nível de inconstitucionalidade que atinge os atos dos três Poderes do nível estadual. O quadro abaixo dá as decisões do Supremo sobre normas emitidas por eles.



66 O STF JÁ SE POSICIONOU SOBRE CASOS SEMELHANTES E AFIRMOU QUE O CONGRESSO PODE CRIAR IMPOSTO POR MEIO DE LEIS COMPLEMENTARES

Maurício Rands (PE), líder do PT na Câmara

TRIBUTOS

Alguns ministros do Supremo prevêm que a disputa para a criação do substituto do imposto do cheque chegará à Corte.

Governo e oposição não se entendem sobre como apresentar projeto

Nova Guerra da CPMF

IZABELLE TORRES
DA EQUIPE DO CORREIO

A idéia da base governista de instituir uma nova Contribuição sobre Movimentação Financeira (CPMF) já nasce em meio um imbróglio jurídico sobre o instrumento pelo qual a proposta deve ser apresentada. O debate chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) e despertou discussões informais entre os ministros. Isso porque alguns deles acreditam que apenas por meio de uma proposta de emenda constitucional (PEC) será possível recriar a CPMF. Outros, entretanto, defendem que a prerrogativa do Congresso de legislar sobre tributos permite ao Parlamento instituir a contribuição por meio também de lei ordinária ou de lei complementar. "Tudo vai depender da análise que os interessados farão sobre o cenário no Congresso para a aprovação da matéria. Creio que essa é uma questão muito mais política do que jurídica", resumiu um dos ministros ouvidos pelo *Correio*.

A relação entre os argumentos jurídicos e os interesses políticos ficou evidente durante os embates travados ontem entre governo e oposição em torno da proposta de recriar a CPMF. Os parlamentares discutiram durante todo o dia de ontem sobre qual instrumento seria utilizado. De um lado, a oposição alegava que somente por meio de PEC seria possível instituir o tributo. De outro, os governistas

divulgavam a linha de pensamento de alguns ministros do STF de que é possível também o uso de lei complementar.

A disputa em torno dos instrumentos jurídicos reflete o poder decisivo do cenário político-partidário para o futuro da proposta. Governistas preferem a lei complementar porque a aprovação da matéria precisaria apenas de maioria absoluta das duas casas para ser aprovada. Oposicionistas argumentam a favor da PEC, pois a aprovação da proposta seria uma tarefa mais árdua para o governo, visto que seriam necessários pelo menos 308 votos de deputados e 49 de senadores favoráveis à matéria.

Ontem, o líder do PT na Câmara, deputado Maurício Rands (PE), disse que a base tende a apresentar uma lei complementar (leia abaixo). "Há um consenso entre os governistas no sentido de que não há qualquer impedimento jurídico para isso. O STF já se posicionou sobre casos semelhantes e afirmou que o Congresso pode criar imposto por meio de leis complementares", alegou o deputado.

Jurisprudências

Integrantes da base aliada do governo se apegam a algumas posições adotadas pelo Supremo, em que a Corte não somente decidiu pela legitimidade da prerrogativa de legisladores instituírem tributos, como negou-se a conceder ações diretas de inconstitucionalidade (Adins) contra leis ordinárias e complementares editadas pelo legislativo de alguns estados.

Em um julgamento concluído em abril do ano passado, por exemplo, os ministros julgaram improcedente uma Adin contra lei ordinária aprovada pela assembléia do Amapá que normatizava impostos. Na avaliação do plenário da Corte, os deputados tinham a prerrogativa de legislar sobre o tema utilizando lei ordinária.

Lula faz duras críticas

DANIEL PEREIRA
DA EQUIPE DO CORREIO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou ontem os empresários pela campanha que realizaram contra a prorrogação da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Em café da manhã com integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), do qual fazem parte expoentes do setor produtivo, Lula reclamou do fato de os preços dos produtos não terem baixado de pois da extinção do chamado imposto do cheque. A alfinetada não foi à toa.

Indefinição governista

Durante a tramitação da matéria no Congresso, no ano passado, opositoristas e associações empresariais, como a Fiesp, alegaram que o consumidor seria beneficiado com o fim da contribuição. Relatora do texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), por exemplo, apresentou dados com o impacto da CPMF no valor do leite e da geladeira. Em cerca de duas horas de conversa, Lula ratificou ainda a intenção de vetar a regulamentação da Emenda 29 se não for criada uma fonte de recursos para financiar o aumento do orçamento da saúde.

GUSTAVO KRIEGER

DA EQUIPE DO CORREIO

Os líderes governistas ainda não conseguiram definir como vão encaminhar a proposta de recriação da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF). A decisão foi adiada para a próxima semana. "O importante foi que chegamos a um consenso sobre o principal. Vamos aprovar a regulamentação da Emenda 29 (que destina mais recursos para a saúde) com responsabilidade fiscal, indicando de onde virão os recursos", diz o líder do governo na Câmara, Henrique Fontana (PT-RS). "A forma será definida depois."

Não é tão simples. A intenção dos líderes governistas é propor a recriação da CPMF por projeto de lei complementar e não por emenda constitucional, como aconteceu no ano passado. A diferença é de quorum. Para aprovar uma emenda é necessário o apoio de três quintos dos deputados e senadores. No caso de lei, a exigência cai para maioria absoluta. Um arranjo conveniente, mas que

provoca desconfiança até no Palácio do Planalto.

Fontana diz que os governistas querem votar a regulamentação da Emenda 29 já na semana que vem, mesmo sem

acordo sobre a criação de uma fonte de recursos para financiar o aumento nas despesas. Os governistas baixaram a alíquota do tributo, numa tentativa de ganhar o apoio da oposição. Em vez dos 0,38% cobrados até o final do ano passado, seria apenas 0,1%.

Até agora, não deu resultado. O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), descartou a idéia. "Essa

questão é vencida. Não se deve criar um novo imposto", avisou. E ele é um aliado do governo. O deputado ACM Neto (BA), líder do DEM na Câmara, foi mais duro. "Se essa proposta prosperar, teremos de fazer um exame de sanidade no Congresso", disse. "A saída será recorrer ao Supremo Tribunal Federal."

■ COLABOROU LEANDRO COLON

Apesar de não poder contar com o dinheiro da CPMF, governo comemora aumento de R\$ 24,9 bilhões em seus cofres só nos primeiros meses do ano

Arrecadação mais gorda

DA REDAÇÃO

O governo, que reclama não ter dinheiro para bancar as despesas da área da Saúde e precisa recriar o imposto sobre cheque, arrecadou nos primeiros quatro meses deste ano R\$ 24,9 bilhões a mais do que no mesmo período de 2007. É mais da metade dos R\$ 40 bilhões perdidos com o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Esse aumento considera a correção da inflação pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em valores correntes, o incremento da arrecadação já chega a R\$ 33,59 bilhões.

A Receita Federal anunciou ontem que arrecadou, no primeiro quadrimestre do ano, a cifra recorde de R\$ 221,49 bilhões. O crescimento real foi de 12,56%, o que representa uma alta mais de duas vezes superior à projeção de crescimento de 5% do Produto Interno Bruto em 2008. Em abril, a arrecadação atingiu o valor recorde para o mês, de R\$ 59,75 bilhões, com expansão real de 11,14% sobre o mesmo mês de 2007 e 16,52% em comparação a março deste ano.

O resultado de abril confirma a tendência de crescimento da arrecadação acima do esperado inicialmente pe-

io governo, como mostrado em relatório do Ministério do Planejamento enviado ao Congresso.

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, rechaçou, no entanto, a avaliação que o excesso de arrecadação é uma "folga" de caixa que garante os recursos para a Saúde. O ministro chegou a ficar irritado com os repórteres que usaram essa expressão.

"Eu não disse que tem folga de caixa. Eu duvido que o relatório tenha essa expressão. O senhor não leu", disse Bernardo ao repórter, destacando que esse crescimento pode não ser permanente. Para o coordenador de Previsão e Análise da Receita, Raimundo Elói de Carvalho, o ritmo de crescimento da arrecadação cairá ao longo do ano.

Ritmo

Ele destacou que o crescimento das receitas administradas pela Receita ao longo

dos quatro primeiros meses do ano em relação ao mesmo período de 2007 está caindo: 20,49% (janeiro); 15,62% (fevereiro); 12,88% (março) e

abril (12,09%). "O ritmo de crescimento deve diminuir para menos de 12,09%. Qual o patamar que vai estabilizar em relação a 2007 não dá para saber. Não temos como prever. É preciso avançar mais ao longo do ano", disse.

Carvalho explicou que parte do crescimento da arrecadação é decorrente de receitas atípicas e, por isso, não é permanente para acomodar o aumento de gastos com a área da Saúde. "Parte do que estamos recolhendo vem do novo patamar de crescimento da economia e a outra parte é de receitas atípicas. Não dá para dizer que é algo permanente que se possa contar", ponderou. Na lista de receitas atípicas, o coordenador incluiu depósitos judiciais, que "turbina-ram" a arrecadação de abril.

Em 4 meses, governo arrecadou uma CPMF

Só de receita extra, foram obtidos R\$ 33,6 bi, praticamente o mesmo que o imposto do cheque em todo 2007

Martha Beck

• BRASÍLIA. A arrecadação de impostos e contribuições bateu em abril o quarto recorde sucessivo em 2008 e ajudou a Receita Federal a registrar ingresso de R\$ 221,495 bilhões nos cofres públicos no primeiro quadrimestre. Trata-se de R\$ 33,6 bilhões mais do que em igual período de 2007 — quase o que a extinta CPMF amealhou ao longo de todo o ano passado. O governo, porém, insiste que o excelente desempenho não é definitivo e continua apoiado em fatores atípicos.

O argumento também serve para a Receita dizer veladamente que não há espaço para acomodar novas despesas como a Emenda 29, que demandaria mais recursos para a área da saúde. O Congresso já fala em recriar a CPMF como fonte de receita para a emenda.

Só em abril, a sociedade brasileira pagou R\$ 59,754 bilhões em tributos — melhor resultado da História para o mês e crescimento real de 11,44% em relação a 2007. No acumulado do ano, a alta real é de 12,56%.

Até março, a Receita alegava que o recorde se explicava pela altíssima lucratividade das empresas no fim do ano passado, que aumentava o recolhimento de tributos como o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) de forma atípica. Este mês, o Fisco elegeu o pagamento maior de débitos atra-

sados como responsável pelo bom desempenho.

— Parte do que estamos recolhendo advém de crescimento econômico. Outra parte são receitas atrasadas que estão sendo pagas agora. Não dá para contar com isso. São fatores atípicos — disse ontem o coordenador-geral de previsão e análise da Receita, Raimundo Eloi de Carvalho.

Segundo ele, abril contou com R\$ 2,906 bilhões em depósitos judiciais, multa e juros de débitos em atraso, o que representa um crescimento de 74,93% sobre 2007. Carvalho adianta que esses recursos entram nos cofres da Receita todos os meses, mas disse que a arrecadação mensal com depósitos judiciais costuma ficar em torno de R\$ 600 milhões.

Recolhimento de IOF, com novas alíquotas, cresceu 158%

O mês também contou com forte crescimento no recolhimento do IRPJ e da CSLL, que registraram altas de 10,23% e 32,27%, respectivamente, em relação ao ano passado. Neste caso, não há mais influência da lucratividade das empresas no ano passado. Os números

mostram que elas continuam tendo bons resultados em 2008. Entre os setores mais fortes estão o financeiro, automobilístico e construção civil.

O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) também foi importante para o resultado da arrecadação em abril. O recolhimento desse tributo subiu nada menos que 157,99% por causa das alterações de alíquota feitas pelo governo para compensar o fim da cobrança da CPMF.

Segundo Carvalho, as medidas adotadas pelo governo para repor a CPMF, que incluem IOF e o aumento da cobrança da CSLL sobre o setor financeiro, somam uma receita adicional de R\$ 10,5 bilhões. Porém, já foram feitas desonerações de R\$ 7,5 bilhões este ano, incluindo a política industrial, a desoneração da Cide para gasolina e diesel e a redução da carga tributária do trigo. Isso sem contar com o fim da CPMF, que teve impacto de R\$ 40 bilhões. ■

O GLOBO NA INTERNET

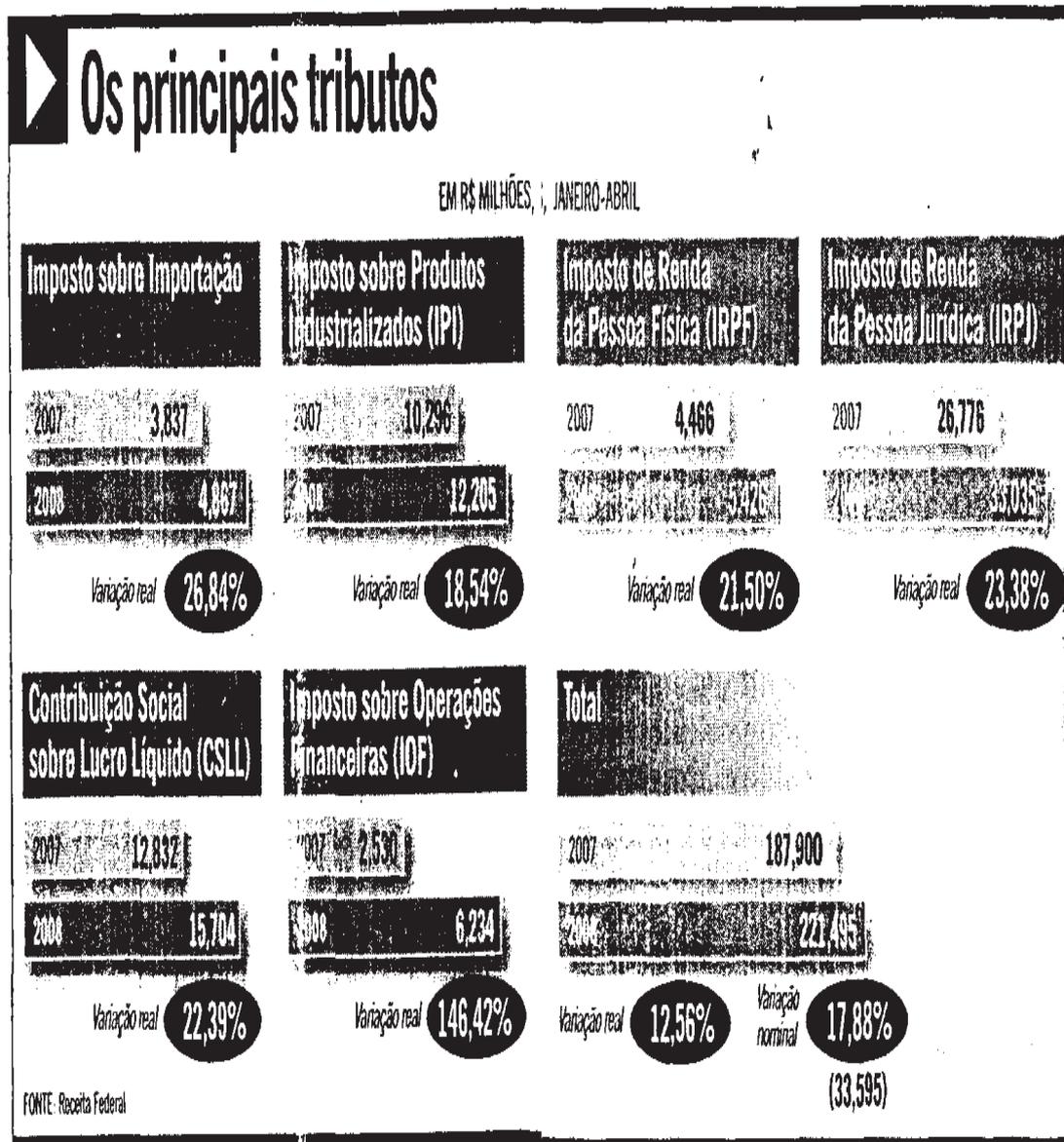
Imprensa e enfileirada, legislação tributária tem 5,5 km
www.oglobo.com.br/economia

Especialistas criticam tributação

• SÃO PAULO. A carga tributária, equivalente a quase 40% do PIB, e as distorções do sistema de arrecadação no país foram questões abordadas ontem durante debate promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), cujo tema foi "A crise do Estado no Brasil".

Para o economista Eduardo Giannetti da Fonseca, do Ibmec São Paulo, a Constituição em vigor criou um "federalismo truncado": ao mesmo tempo em que houve maior repartição de recursos da União entre estados e municípios, o governo federal ganhou a prerrogativa de criar contribuições exclusivas para compensar a receita que deixou de centralizar.

Já o professor Marcos Fernandes Gonçalves, da Escola de Economia da FGV, diz que existe no Brasil uma "cisão entre Estado e sociedade", em que o poder está nas mãos de uma oligarquia estatal. (Aguinaldo Novo)



O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Mozarildo Cavalcanti, o sentido de estarmos presentes às sextas-feiras neste Senado da República, que na sua história de 183 anos nunca funcionou às sextas-feiras, é garantir a palavra de homens livres como V. Ex^a.

Senador Mozarildo, Antonio Carlos Magalhães teve a feliz idéia de fazer um CD e livro sobre os melhores pronunciamentos da Casa. E quero dizer, Senador Mozarildo, que vi muitos pronunciamentos que lá estão incluídos como os melhores. O de V. Ex^a deve estar entre eles.

V. Ex^a foi de uma firmeza, de uma clarividência, mostrando à Nação brasileira a grandeza deste Senado, interpretando, de maneira sábia e profunda, como

médico, os problemas de saúde e como Senador, os problemas da economia em nosso País, esclarecendo à população que nunca dantes – o poeta dizia “nunca dantes mares navegados no tempo”, e o Presidente Luiz Inácio diz nunca antes – um povo sofreu com uma carga tributária tão grande. São 76 impostos que existem neste País e os juros mais altos do mundo, de tal que a brasileira e o brasileiro que trabalham, que acreditam no trabalho que fazem... Rui Barbosa disse que a primazia no trabalho é do trabalhador. Essa carga tributária, esses juros altos são um desestímulo a quem trabalha. E o culpado é justamente o poder.

V. Ex^a igualou-se a Rui Barbosa, a Carlos Lacerda, a Marcos Freire, a Affonso Arinos, a Paulo Brossard e

a Teotônio Vilela. O pronunciamento de V. Ex^a justifica o fato de eu abrir esta sessão.

O valor do Parlamento é o seu tambor de ressonância, e V. Ex^a foi esse tambor de ressonância do povo, com sabedoria e firmeza.

Convidamos o representante do Piauí Heráclito Fortes. V. Ex^a vem se destacando com o mais extraordinário Presidente da Comissão de Relações Exteriores. O mundo já lhe deve muito pela sua firme atuação, pacificando a vida do mundo; e nós fazemos parte, louvamos e somos orgulhosos da representação e a grandeza que V. Ex^a dá nesta Casa e ao Piauí, nos relembrando o maior de todos parlamentares desta Casa, que foi Petronio Portella.

E quis Deus... V. Ex^a como Prefeito de Teresina, extraordinário prefeito, que fez uma ponte em cem dias – mas eu fiz em noventa –, ergueu um busto de Petronio Portella naquela cidade, mostrando e dando o ensinamento que quem tem bastante luz não precisa diminuir ou apagar as luzes dos outros para brilhar. V. Ex^a é essa luz hoje do Piauí aqui nesta Casa.

Pode usar da palavra pelo tempo que achar conveniente, pela minha liberalidade V. Ex^a, sendo do Piauí, não tem Regimento que impeça sua voz.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil ontem viveu um dia histórico. Com grande expectativa, a ciência brasileira aguardava a decisão finalmente ontem tomada pelo Supremo Tribunal Federal, liberando pesquisas com o uso de células-tronco.

O pedido de vista feito há cerca de dois meses pelo Ministro Carlos Alberto Direito foi oportuno porque motivou, durante esse período, uma reflexão maior, uma mobilização mais profunda e, acima de tudo, obrigou setores da sociedade brasileira a uma dedicação maior ao assunto. Na verdade, o que pouca gente percebeu foi que o fato real gerador daquela votação era uma lei já aprovada pelo Congresso Nacional, cuja constitucionalidade era discutida.

O Brasil, que tem respeitabilidade muito grande em todo o mundo, devido a seus cientistas e é vanguardista em muitas áreas da Medicina, não poderia, Senador Mão Santa, Senador Mozarildo, ficar a reboque de uma evolução inevitável para a humanidade.

A discussão entre os Srs. Ministros além de pedagógica, foi comovente. À porta do Tribunal, centenas de pessoas que dependiam diretamente daquela decisão para melhorar sua qualidade de vida, cidadãos em cadeiras de roda, pessoas com deficiências das mais diversas e que dependem do aprofundamento da pesquisa com a célula-tronco para terem esperança

de voltarem a viver iguais a outros, fizeram uma mobilização fantástica.

Fiquei impressionado, Senador Mozarildo, com a mobilização, por exemplo, de alunos de 2º grau e de escolas superiores acompanhando em tempo real, por televisões ou por telões, aquele debate.

O Brasil, como um Estado laico, a Justiça também laica, não podia tomar uma decisão movida por qualquer sentimento que não fosse o da lei. É verdade que a ciência passou em toda a sua existência pela quebra de alguns tabus, venceu alguns preconceitos.

Ontem um cientista relembra, Senador Mozarildo Cavalcanti, e V. Ex^a como médico tem mais condições de atestar a veracidade ou não, que lá atrás, quando se iniciou a prática da transfusão de sangue, houve uma polêmica, para a época, considerada crucial. O entendimento àquela época é que era um sacrilégio, era um atentado essa transfusão. Um século depois, torna-se uma atividade corriqueira e banal. A mesma coisa ocorreu na época do transplante de coração, para citar apenas dois exemplos.

Do que nós precisamos nos conscientizar é que o destino da célula-tronco não aproveitada dentro do padrão ético é o lixo. E aí eu pergunto: é ético deixar que a célula-tronco se perca nos caminhos da natureza colocando-se em risco de vida milhares de pessoas? Essa é uma questão que precisa de um aprofundamento maior até por parte daqueles que, por convicção, religiosa ou não, manifestam-se contra esse gesto que é um gesto de humanidade.

Sou contra se tirar a vida, a qualquer momento ou por qualquer circunstância, mas há uma diferença muito grande entre o que se propõe nas pesquisas com o uso da célula-tronco e o fato de se tirar uma vida.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Mozarildo, com o maior prazer.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Heráclito, até gostaria de ouvi-lo mais para depois o apartear, mas o Senador Mão Santa está me pedindo para presidir porque, com certeza, também deseja apartear-lo. Quero dizer que V. Ex^a foi muito feliz ao abordar esse tema hoje, porque, realmente, a decisão do Supremo de ontem foi uma decisão que marcou um divisor de águas. Na verdade, esse tema não deveria ter ido para o Supremo, porque a lei que aprovamos aqui, Senador Heráclito, é uma lei tímida, conservadora. Até digo mais a V. Ex^a: ela foi aprovada com a aquiescência, a orientação e a tolerância da Igreja Católica, que aceitou que apenas os embriões que estivessem há três anos congelados pudessem ser usados nessas pesquisas. Portanto, essa lei é tí-

mida, essa lei não é avançada não. Mesmo assim, o ex-Procurador Geral da República, por ser católico e ter convicções arraigadas e atrasadas, resolveu entrar contra um artigo da lei, exatamente esse que permite a pesquisa com células-tronco embrionárias. Ora, Senador Heráclito, como V. Ex^a exemplificou, a religião tem de parar de se meter nas coisas que não têm a ver com a religião. Respeito o pensamento daqueles que acreditam e têm as suas convicções. Então, não pratiquem! Não pratiquem! Agora, deixem a liberdade de convicção também àqueles que pensam de maneira diferente. Aliás, ontem um dos Ministros disse que a Igreja Católica tem um conceito sobre o início da vida; a religião judaica, outro; a religião islâmica, outro. Qual vai valer?

Qual vai valer? Então, não é o conceito religioso que tem de prevalecer. Acho que o Supremo avançou muito ao liberar essas pesquisas, porque, embora a lei tivesse sido aprovada pelo Congresso e depois sancionada com muitos mecanismos de salvaguarda, de fiscalização e de controle, ela foi questionada. Quero também dizer que temos de nos preparar para discutir coisas mais avançadas ainda. Por exemplo: a clonagem reprodutiva humana. Sou médico ginecologista. Imaginemos o caso de um casal infértil, digamos o homem infértil e a mulher fértil. Através de uma célula qualquer do corpo, da pele do homem por exemplo, pode-se fazer uma clonagem com o óvulo da mulher, e essa mulher ser capaz de ter um filho de ambos, quer dizer, dela e do marido. É um caso que ainda vamos ter de discutir. Já está em discussão no mundo. No Brasil, estavam nos impedindo de fazer a clonagem, a pesquisa para um possível uso terapêutico – ainda vai levar tempo para se chegar à terapia propriamente dita. Portanto, quero cumprimentar V. Ex^a pela abordagem e cumprimentar o Supremo, que, nos últimos dias, proferiu duas grandes decisões: primeiro, aquela da medida provisória, que proibiu o Governo de fazer medida provisória para criar crédito extraordinário; e essa agora, que realmente demonstrou que o Estado brasileiro, embora respeite todas as religiões, não é subordinado à nenhuma religião. Parabéns pela abordagem. Espero que possamos, inclusive, aprofundar e melhorar ainda mais essa lei, para que o Brasil possa se colocar em pé de igualdade com os países do Primeiro Mundo. Temos bons cientistas, temos bons pesquisadores. O que falta, primeiro, são leis modernas e, depois, financiamento adequado. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Mozarildo, V. Ex^a tem absoluta razão. Eu até acho que, por princípios religiosos, temos o direito de formar as nossas convicções, mas não podemos colocar nossas convicções a serviço do atraso.

Imagine, Sr. Senador, se tivéssemos tido, ao longo da história, uma filosofia permanente de combate a esses avanços? O homem não teria ido à Lua! Os transplantes não teriam sido feitos, nem as transfusões. O que não se pode, de maneira nenhuma, meu caro Senador Mão Santa, é impedir ou cercear a comunidade científica de realizar pesquisas, desde que sejam para o bem da humanidade.

Não se está defendendo aqui – jamais se defenderia – a pesquisa que gere uma bomba atômica ou uma arma que coloque em perigo a humanidade. Ao contrário: a discussão é exatamente para salvar a humanidade.

A evolução científica, felizmente, nos levou à possibilidade da pesquisa da célula-tronco. Se olharmos à nossa volta com um pouco de atenção, nós vamos ver, Senador João Pedro – já lhe concederei o aparte –, quantas pessoas poderão ser beneficiadas com a evolução dessa pesquisa.

Quantas pessoas, Senador Mão Santa, vítimas da violência urbana, vítimas de tiros ou acidentes, tornaram-se paraplégicas? Quantos jovens, homens e mulheres na flor da idade, tiveram seus movimentos cerceados de repente e estão à espera de que a ciência descubra uma solução que lhes recoloca em situação igual à de todos nós?

Eu recebi, durante o dia de ontem, vários telefonemas de pessoas que passam por esse problema, e o que mais me sensibilizou é que recebi também telefonemas de netos, de filhos, Senador João Pedro, de cidadãos que sofrem do Mal de Parkinson por exemplo.

Acho que o nível do debate do Supremo de ontem foi extraordinário. Ontem à noite tive a preocupação de rever alguns trechos, algumas declarações de voto e o questionamento feito por alguns ilustres Ministros.

O Supremo Tribunal Federal, no meu modo de ver, deveria reproduzir aquele debate em fita e distribuí-lo a universidades, escolas, principalmente faculdades de Direito, e a quem interessar – sei que o custo é caro, mas poderia ser colocado à venda na Internet –, para que as pessoas vissem em detalhe os votos de cada um dos Srs. Ministros: os que votaram contra, os que votaram a favor, os que não votaram contra nem a favor, apenas alertaram para algumas posições.

Enfim, não temos o direito de avaliar o voto pessoal de cada um, mas, sim, o resultado como um todo, que não deixa de ser um grande resultado para a história. Portanto, o Brasil, ontem, viveu um grande dia.

Senador João Pedro, ouço V. Ex^a com o maior prazer.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Heráclito Fortes, eu que estava quase de saída, voltei

para fazer o aparte, primeiramente para dizer da importância do registro. V. Ex^a faz essa reflexão acerca da decisão dessa Corte tão importante para a Justiça do nosso País e para a sociedade brasileira. Não quero diminuir o fato, mas quero dizer que o STF discutiu a constitucionalidade de um projeto oriundo do Senado da República – e aí quero repor a importância desta Casa. Parece-me que, quando da votação, a Casa votou quase por unanimidade, com exceção de dois Senadores, salvo engano. Então, eu quero ressaltar a importância histórica de o Senado da República – e eu não estava aqui – ter compreendido o momento e travado o debate aqui na Casa. Foi elaborado um projeto contemporâneo, avançado do ponto de vista do Estado brasileiro. É importante o registro da decisão do Supremo, mas quero falar do papel do Senado da República, que elaborou um projeto contemporâneo, pluralista, avançado, que teve um olhar laico do Estado brasileiro. E aí, sim, destaco a postura dos membros do Supremo Tribunal Federal de reconhecer a constitucionalidade desse projeto, desse produto relevante do Senado da República, do Congresso Nacional, sem restrições.

Penso que foi uma vitória da ciência, foi uma vitória do Senado, uma vitória da sociedade brasileira. Não quero entrar no detalhe, mas o dogma do século XV e do século XVI foi derrotado. Vitória da ciência, vitória do Estado laico, vitória de um olhar comprometido com o presente e com o futuro do Senado da República. Muito obrigado! Parabéns pelo registro e pela reflexão que faz, com muita tranquilidade, acerca dessa decisão do Supremo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a, Senador João Pedro, e quero dizer – V. Ex^a não estava no plenário como mesmo reconhece – que o primeiro parágrafo do meu pronunciamento foi exatamente para registrar que o começo dessa discussão foi aqui no Congresso, foi aqui no Senado, e mereci até um aparte do Senador Mozarildo Cavalcanti.

O problema é que, se o Supremo Tribunal votasse pela inconstitucionalidade, iríamos ter um atraso, um retrocesso. Então, essa é uma vitória que o Brasil tem que dividir entre si, com todos: Congresso, Supremo, mas, acima de tudo, com a população brasileira.

Ontem à noite – não sei se V. Ex^{as} tiveram oportunidade de ver –, assisti a um programa da Globo News, comandado de maneira muito competente pela Maria Beltrão, uma experiente jornalista que, além de simpática e bonita, irradia segurança, onde houve um debate muito interessante sobre essa questão. Ouvei depoimentos emocionados, como o de uma senhora da família Moreira Salles, o de um músico que hoje se encontra paraplégico, vítima de bala perdida, e o de

uma figura extraordinária, que participou do debate de maneira muito ativa, uma geneticista da Universidade de São Paulo chamada Mayana Zatz. Não a conheço pessoalmente, mas venho já de algum tempo acompanhando a sua luta. Inclusive, anteontem e ontem, procurou alguns ministros para esclarecer o seu voto, a clareza do voto para evitar dubiedade na interpretação e, por consequência, na contagem, fazendo com que eles, no dia seguinte, prestassem o devido esclarecimento e fizessem as colocações não só para o esclarecimento da opinião pública, mas também para o próprio entendimento que resultasse a contagem de votos. A esse programa, Mão Santa, eu recomendo assistir. É comovente, envolve pessoas que, anonimamente, lutam não só pela liberação da pesquisa, mas também pelo seu desenvolvimento.

A vitória de ontem, sabe bem o Senador Mozarildo, é apenas uma primeira e pequena etapa. A partir de agora, vamos ter que avançar nas pesquisas e, aí sim, meu caro Senador João Pedro, teremos de nos esforçar no sentido de colocar recursos para que essas pesquisas sejam feitas e que a excelência e a competência dos cientistas brasileiros tenha o respaldo desta Casa.

É muito triste ver crianças vítimas de bala perdida, de acidente de automóvel ou que nascem com alguma deficiência, que podem ter a vida retornada ao normal, dependerem apenas do “sim” ou do “não” de alguém que pode ser leigo sobre a matéria. Por mais competente que seja muitas vezes um Ministro na ciência jurídica, ele terá que votar motivado pela emoção ou pela lógica em questões como essa.

Portanto, meu caro Senador Mozarildo Cavalcanti, esse é um avanço que a ciência brasileira alcançou ontem, como alcançou na liberação dos transplantes, que foi outra polêmica muito grande. Eu quero lembrar aqui quantas vidas foram salvas pelo mundo afora com o milagre dos transplantes de coração, rim, fígado e por aí fora.

De forma que acho que o Brasil, ontem, teve o direito de fazer uma comemoração, que é, acima de tudo, da sociedade brasileira. Um país com o índice de violência que temos... Violência no trânsito, violência pelo uso indiscriminado de armas nas grandes cidades, onde as balas perdidas fazem vítimas a cada dia, vítimas completamente inocentes e alheias ao motivo de tanta violência, que têm limitadas suas ações e que ficam à mercê do avanço da ciência, que, por seu turno, depende de uma decisão histórica, como a tomada ontem.

Senador Mão Santa, com o maior prazer, escuto V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a dá demonstração de que é um Parlamentar integral, porque V. Ex^a adentra, e muito bem, um tema muito especializado. Mas o Senador Mozarildo mostra a grandeza da democracia. O Poder Judiciário é isto mesmo: um contrapoder freando o outro, controlando o outro, e tem de haver equilíbrio. Ele é chamado e enterra medida provisória abusiva em que o Governo buscava créditos especiais de forma debochada, irresponsável e incompetente, no começo do ano. Quer dizer, é um desrespeito pedir dinheiro. Cadê o planejamento? Fomos prefeitinho e Governador. Mas eles enterraram com a grandeza deles. Agora eles dão sinal verde para uma lei boa, nascida onde tem que nascer: aqui. Senador Heráclito Fortes, ela passou aqui, eu participei dela. Isso é tão sério, Mozarildo. Como V. Ex^a, há seis médicos aqui. Ô Mozarildo, fui professor de Biologia e Fisiologia. Aquele Waldomiro Potech, eu sabia. Os três. Todos de Biologia, Zoologia e Botânica. E Houssay e Guyton, de Fisiologia médica. Ensinei Fisiologia na Faculdade de Medicina do Ceará. Então, os responsáveis pela lei, os relatores, vieram. Foi muito discutido isso na Subcomissão de Saúde. Sabem qual foi meu aconselhamento? Busquem – porque o assunto é muito especializado – os especialistas, os técnicos, os pesquisadores do País. Senador Heráclito, este País é tão avançado nessa ciência... Foi; este país foi organizado. Lá no Incor, lá no Hospital das Clínicas, o centro de pesquisas é tão grande, Heráclito, que, hoje, com o que pagam – mal –, de acordo com as tabelas do SUS, ele se mantém muitas vezes porque são contratados pelo mundo todo da pesquisa – fazem pesquisas médicas – para melhor a produção de laranja, de uva, na genética de alimentos do mundo. Então, eu disse claro que conheço. Tive o privilégio, Mozarildo, de conhecer pessoalmente, de conviver com Christiaan Barnard, com Zerbini, com Jatene, que ajudei servir.

Vi o nascer da pesquisa. Heráclito, atentai bem: Maquiavel é o que é. A Igreja bateu forte, e ele renasce como o pai da Ciência Política porque teve a coragem de separar a Igreja da política. Aí, foi um dos heróis do Renascimento. Quero dizer, Heráclito, como cirurgião, como sofremos – nós, os cirurgiões! Por muito tempo, não éramos nem aceitos como médicos, como doutores. Éramos os que tinham a panacéia, porque era preciso mexer no corpo humano, e isso era um sacrilégio. Nossos antecessores, precursores tinham que roubar cadáveres e escondê-los para estudarem Anatomia, porque isso era condenado pela Igreja. Abrir um tórax foi tabu para milhares. Então, Heráclito, lá, no Piauí, hoje, conseguimos; e, com esse avanço, fazem-se transplantes cardíacos com êxito desde quando eu

era Governador. A ciência é isso. Por aqui, passaram os melhores pesquisadores-cientistas do País. Eu me calei, porque o assunto é muito especializado, é muito avançado, mas fui aos debates, participei. O que está escrito ali é a voz da ciência. Só adquirimos a ciência pelas bênçãos de Deus, e aquela foi uma lei boa e justa. Está aí dado o sinal. É como diz Mozarildo, na sabedoria de Platão: ousado com prudência. Quer dizer, foi uma lei boa, que V. Ex^a traduz, porque, mesmo não sendo da sua área – porque o assunto é muito especializada –, V. Ex^a demonstra a vasta cultura que tem em relação aos problemas. E dá grandeza à democracia esse equilíbrio do Poder Judiciário, que foi chamado para isto mesmo, para dirimir a dúvida. Meus parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB – PI) – Meu caro Senador Mão Santa, Carlos Drummond de Andrade, em um dos seus versos, para que os outros entendessem suas limitações, diz uma frase fantástica, e Miguel Arraes a usou na sua posse como Governador eleito de Pernambuco: “Só tenho duas mãos e todo o sentimento do mundo”.

Para se ter sentimento, não é preciso conhecimento profundo do tema, principalmente nós, que vivemos em sintonia com as populações, em sintonia com o povo, com a realidade da vida. Graça a Deus, o homem público tem sensibilidade para sentir o drama social. Imagine se um homem fosse entulhado nas suas especialidades: se o médico só soubesse Medicina; o engenheiro, só Engenharia; o advogado, só leis, como é que seríamos? Para isso é que é preciso equilíbrio, que é exatamente produto da sensibilidade e do sentimento de cada um. Não acredito que, por mais seco, por mais duro que seja, o cidadão não se sensibilize com a dor de uma criança que, de repente, por problemas alheios à sua vontade, tornou-se paraplégica, vítima de um acidente, de uma bala perdida, do que quer que seja. A dor de se ver, por exemplo, os hospitais do Brasil carentes de medicamentos, com filas enormes... V. Ex^a, como médico e como governante, sabe muito bem o que é isso, e a impotência que, muitas vezes, sentimos de solucionar aquele problema. Governos a defender mais impostos, prometendo soluções miraculosas, por exemplo, para atender à saúde, mas a realidade do que se diz e do que se vê é bem diferente.

Os países que investiram em educação e pesquisa avançaram mais do que os outros, e aí vem a nossa preocupação com o nosso querido País, principalmente num momento como este, Mão Santa, em que a galeria está lotada de crianças. O Brasil não tem investido em pesquisas. O atual Governo, Senador Mozarildo, no primeiro ano, prometeu computadores

a R\$100,00 para as escolas brasileiras. No sexto ano, os computadores ainda não chegaram. Imaginem se esses computadores tivessem sido realmente distribuídos no primeiro ou no segundo ano do atual Governo! Sem dúvida, quatro anos depois, nós teríamos dado oportunidade a uma geração de se atualizar no mundo moderno e de aprender com as técnicas modernas, capacitando-se para enfrentar o desafio que o futuro lhe reserva.

O que vemos, por exemplo, nos orçamentos que votamos aqui, ano a ano, é a fome das empreiteiras por obras que muitas vezes são duvidosas, como os tapa-buracos constantes, anualmente, das estradas brasileiras, cujos reparos muitas vezes são irresponsáveis.

Não se vê preocupação com alocação de recursos para pesquisa, meu caro Mozarildo. Este é um País que pesquisa muito pouco, tendo um potencial fantástico de médicos, de cientistas, de engenheiros, que se dedicam e que honram o País. Quando ganham, lá fora, prêmios e troféus, sempre, mas sempre, é exclusivamente por mérito próprio, muitas vezes até desafiando a lei da gravidade.

Daí por que, meu caro Senador Mozarildo – V. Ex^a é médico, assim como Mão Santa, mas não precisa ser só médico –, nós, Senadores, que temos sensibilidade, deveríamos fazer um movimento agora, no próximo Orçamento, exigindo que um percentual seja colocado para pesquisas, pesquisas em qualquer campo, pesquisas que nasçam no ensino básico e que vão até os cursos de pós-graduação. Temos, Senador Mozarildo, de criar a cultura do investimento nesse setor.

O Brasil é, fatalmente, um dos candidatos a ser líder do mundo neste século. Está incluído, hoje, no que se chama BRIC, que é o grupo dos quatro países mais propensos ao crescimento: Brasil, Rússia, Índia e China. Nos três outros países, os investimentos em pesquisas são crescentes. A preparação do homem é diuturna. No Brasil, estamos pagando bolsas e estimulando a ociosidade, e, agora, até inovando, pagando bolsas a jovens de 16 ou 17 anos, sem a contrapartida. Um dia, vamos ver o mal que se está fazendo, porque, Senador Mozarildo, um programa de inclusão social faz bem a um país; um programa de dependência social arrasa um país. Não podemos, em um país que quer crescer, em um país que quer disputar com vários outros a hegemonia deste novo século, estimular uma geração a que ela se desestimize ao emprego e ao trabalho.

Portanto, finalizando o meu pronunciamento, felicito os vitoriosos de ontem. Os vitoriosos são os componentes do Tribunal, os parlamentares que discutiram aqui, nesta Casa e na Câmara dos Deputados,

a matéria, que tornaram possível chegar-se ao dia de ontem. Quero, também, parabenizar aqueles que estavam presentes durante todo esse período de discussão, em cadeiras de rodas, com muletas, os que hoje não têm visão e que esperam, com as células-tronco, a possibilidade de recuperá-la. Quero me congratular com os que estão completamente imobilizados, mas que tiveram, na pessoa de seus pais, parentes e namorados, essa luta indormida para que, ontem, o Brasil pudesse ter uma vitória que nos vai impor ao mundo – é verdade que já com alguns anos de atraso, pois estamos, Senador Mozarildo, pelo menos dez anos atrasados. As pesquisas de células-tronco, no momento, no Brasil, são feitas com embriões importados, vindos de outros países – vejam bem os senhores –, principalmente dos Estados Unidos.

Volto a repetir o que eu disse no começo, Senador Mão Santa – e o Senador Mozarildo foi muito feliz. A nossa lei ainda é tímida, ainda é atrasada, mas é o primeiro passo, o primeiro avanço. Tenho certeza de que iremos aperfeiçoá-la. As cautelas tomadas para possibilitar essa pesquisa restringem, no tempo e no espaço, o que será pesquisado, mas já é um avanço. E, aí, fica um questionamento para as pessoas de bom senso: entre o caminho do lixo, que será, fatalmente, o destino da célula-tronco não pesquisada, e o caminho dos laboratórios, para salvar a humanidade, meus senhores e minhas senhoras, nós vamos ficar com o quê?

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mozarildo Cavalcanti, que preside esta sessão de sexta-feira, 30 de maio, Parlamentares da Casa, brasileiras e brasileiros presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, após a brilhante palavra do Piauí, por intermédio do Senador Heráclito Fortes, que tratou de um tema atual, universal, eu volto lá para a nossa província.

Senador Mozarildo, o *Jornal do Senado*, que é muito bom, coloca aqui: “Mão Santa defende eclusa para tornar o rio Parnaíba navegável”.

Elenquei, Senador Heráclito Fortes, apenas para facilitar para o nosso Presidente Luiz Inácio, dez obras federais inacabadas no Piauí – para não complicar, para

facilitar, para acabar com esse “cacarejamento” de obras inacabadas. Citei só dez no Piauí. O Tribunal de Contas da União disse que há 500 obras inacabadas no País. No Piauí, temos umas trinta, mas citei dez: “Mão Santa pede conclusão de obras federais no Piauí”.

Hoje, quis Deus estar presente Heráclito Fortes, que vive o Piauí, é um político municipalista e conhece bem o porto de Luís Correia. O Heráclito tem grande densidade eleitoral na cidade de Luís Correia – tem em outras, mas lá, especificamente. Aliás, o prefeito chegou a ser assessor de Heráclito Fortes, não é Heráclito? O Toinho. E o pai dele é meu colega de turma de ginásio, foi presidente de grêmios estudantis e eu era o seu vice-presidente.

Luís Correia, o porto, atentai bem, Mozarildo. Ô Luiz Inácio: Epitácio Pessoa, repito, Epitácio Pessoa... Luiz Inácio, este País teve grandes Presidentes, extraordinários Presidentes. Epitácio Pessoa planejou e começou a fazer o Porto de Luís Correia. Senador Mozarildo, o Epitácio, eu não o conheci. O João Pessoa foi vice do Getúlio, assassinado, é lá da Paraíba. Mas Getúlio Vargas, você o conheceu? Conheceu só da história. Eu conheci pessoalmente Getúlio Vargas.

Em agosto de 1950 – Zezinho, você estava onde? –, o Brasil, que construíra o Maracanã, perdia a Copa para o Uruguai; com Gigia. Em 1950, o Fluminense, meu time, era campeão. O time era: Castilho, Píndaro, Pinheiro, Jair, Edson, Bigode, Telê, Didi, Carlyle, Orlando e Quincas – e tinha o Veludo que era reserva do Castilho.

Em 1954, Getúlio Vargas retorna à política nos braços do povo.

Antes, porém, em agosto de 1950, na praça Nossa Senhora da Graça, na minha cidade, Parnaíba, às 10 horas, no coreto, Getúlio Vargas estava lá: baixinho, terno branco, cercado por Gregório Fortunato e a sua segurança. E eu o vi discursar. Eu tinha 12 anos.

Heráclito, você já havia nascido em 1954?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI. *Intervenção fora do microfone.*) – Nasci em 1950.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, você já tinha quatro anos.

Então, nunca me esqueço. Dez horas da manhã. Candidato a presidente, de branco, Getúlio, com o seu chapéu, os Gregórios do lado, e ele disse: “Se eleito for, farei o Porto de Amarração”. Amarração era o povoado onde tudo começou. Quer dizer, desde Epitácio Pessoa, foi eleito o Getúlio e o porto não saiu.

Depois, tivemos um Ministro muito bom. O melhor Ministro do País. V. Ex^{as}, Mozarildo e Heráclito, viram João Paulo dos Reis Velloso, o mais puro intelectual deste País; o melhor Ministro do Planejamento da história! No período revolucionário, foi a luz, o farol

que trouxe todos os avanços – e foram muitos, mesmo cerceadas as liberdades democráticas! João Paulo dos Reis Velloso, pelo menos, deu ensinamentos aos aloprados: em vinte anos, nem uma indignidade, nem uma imoralidade, nem uma corrupção. E ele avançou.

Eu era Deputado Estadual, novinho. Heráclito Fortes tinha sido candidato a Deputado Federal. A gente não era do mesmo lado, mas sempre nos entendemos muito bem. Foi uma convenção e tanto! Quando vi, era esse Heráclito se embolando lá, não sei... Mas sei que o Governador era Lucídio Portella; Ministro, João Paulo dos Reis Velloso. E ele sonhava, Heráclito, e dizia que Parnaíba precisava de duas pernas: uma era a ponte para o Maranhão, a Ponte do Jandira, que deu certo; a outra era este Porto de Luís Correia. A perna está lá amputada, quebrada... E ele injetou recursos – você sabe como é.

Então, quero dar a minha observação para o Heráclito Fortes, que outro dia deu um ponto de vista correto e foi mal-entendido – e eu sou testemunha. Então, ele injetou recursos. Uma empresa construtora do Ceará, um engenheiro novo, não tinha, vamos dizer, *know-how* em porto – eu até agradeço, porque ele votou e mandou votar em mim. Você sabe como é campanha, não é? Aí, tacaram pedra no cais – pá, pá, pá! Era pedra mar adentro e tal, e na hora de inaugurar, com os recursos que João Paulo dos Reis Velloso tinha mandado, e todos nós animados, com o Deputado Federal José Alto de Abreu, que fez o Dia do Piauí, 19 de outubro, que fez o discurso aqui, como Parlamentar dizendo: “Que a morte é um naufrágio”. Mozarildo, ele dizia que, já que a morte é um naufrágio, ele o queria nos verdes mares bravios lá de Luís Correia; e, ainda assim, ele faria um esforço para voltar à tona e ver as luzes do Porto de Luís Correia. José Alto de Abreu morreu e não foi como ele sonhou.

Mas João Paulo dos Reis Velloso chegou a determinar a inauguração – eu era Deputado Estadual: 1979, 1980, 1981, 1982, por aí. Quando foram ver – atentai bem para a inexperiência do nosso País! –, onde deveria ter um calado de quatorze metros, Mozarildo, para os navios encostarem, só tinha seis metros e meio. Aí disseram que foi um assoreamento. “Que diabos é assoreamento!” Eu era Deputado e vi. O rio Parnaíba, que percorre seus 1.854km, vem trazendo areia, e o seu braço, Igarapu, o enterrou – a areia enterra. Então, a decepção; o porto não pôde ser iniciado.

Depois, Deus me permitiu ser Governador do Estado. Aí podem perguntar: “Mas por que você não o terminou?” Não o terminei porque o Governador que nos antecedeu, que foi o engenheiro Alberto Silva, acho que com boa-fé, tinha privatizado o porto, entregando-o a uma empresa do Ceará, que tem estaleiro. Então,

quando eu governei o Piauí, o porto não era meu. Sonhei, tinha um sonho. Cheguei a ver até quanto era. Com US\$10 milhões, na época, o dólar era mais pesado, hoje ele caiu, seria possível construir um porto reduzido. E eu não podia, porque era privatizado. Mas, cheguei até a ver um empresário que toparia. Mas, Mozarildo, está uma vergonha, queriam um negócio de luvas. É um rolo doido, só tem pilantra nessa história, entendeu? E eu tinha dito para ele que eram US\$10 milhões. Aí, ele disse: “Não, mas tem outras coisas” E eu perguntei: “Que outras coisas, moço?” E ele disse: “Para passar...”, entendeu como é, Mozarildo? Aí foi o tempo que me tiraram do Governo, e o povo me colocou aqui.

Mas, acreditando na importância do porto, Heráclito Fortes, não mais um grande porto como Epitácio Pessoa e Getúlio Vargas sonharam. Por quê? Porque eu sei que transporte marítimo é para longas distâncias e com cargas pesadas. Hoje, o Ceará tem porto, e o Maranhão tem um dos melhores portos do mundo, e tem um grande navio que faz a ligação com a Europa: de Roterdã, na Holanda, a São Luís. É um grande cargueiro, e, quanto maior, o frete é mais barato. É como passagem de avião: quanto maior o avião, mais barato. Os pequenininhos são caros.

Então, Mozarildo Cavalcanti, nós poderíamos ter um porto menor, mas que existisse, porque ele já se tem US\$90 milhões encravados lá. Com os US\$10 milhões, nós o concluiríamos. Realmente, eu coloquei em todas as minhas emendas – porque, no início, eu sonhava com 30 milhões, mas o Governo cortou, e tem praticamente 18 milhões, aí, para se iniciar. Antes tive entendimentos com S. Ex^a, o Governador do Estado, e ele garantiu, com o apoio do Partido dos Trabalhadores, que ele iria reconquistar o porto. E eu coloquei todas as minhas emendas. Mas era Heráclito Fortes, por que eu fiz isto? Sei que ele não pode, e o Presidente José Sarney está certo. Ele fez o porto dele lá – um dos melhores do mundo, em São Luis, que fica perto. Se eu tivesse sido Presidente – o que seria uma boa para o País –, governaria melhor do que o Luiz Inácio e teria feito era o Porto de Luis Correa. O José Sarney fez o do Maranhão.

Mas isso já passou. Vamos transformar aquilo, vamos tirar lucro do prejuízo. Se já temos lá os US\$90 milhões, vamos transformar em um porto médio, misto. Um porto que tenha, pelo menos, um terminal de petróleo. E é viável, sim, porque sou cirurgião, sei fazer as coisas. Como nós, está aí o Juscelino, que deu o exemplo.

Então, Paracuru, Heráclito. V. Ex^a conhece a praça? Vá lá com a Mariana. É uma beleza! É a 100km de Fortaleza. E a praça é assim: em frente à praia tem um

negócio francês que a gente come. Como é? Quebra-se assim, com algo que parece uns alicates. Como é? Sim; *escargot*. É, o Mozarildo anda pela França. Lá tem criação. Olha, eu nunca tinha... A gente come assim, parece um alicate. Como é? *Escargot*. Tem um francês lá, meu amigo, a 100km. E eu com Adalgisa lá, na coisa, e toma *escargot*. E eu vi. O que é aquilo? É uma terminal de petróleo. Simples, numa cidadezinha como Paracuru, mais tímida do que a nossa Luís Correia, Heráclito. Então, eu, ali, perguntei o que era aquilo. E fui ver. Então o petróleo lá é extremamente barato.

Atentai bem, Heráclito, e por isso que exige a presença de V. Ex^a. Então, de onde é o petróleo? E quis Deus estar aí Mozarildo! O petróleo do Brasil, do qual se extrai a gasolina, o óleo, o gás de cozinha, é o mais caro do mundo – frise-se: do mundo! Está aí o Mozarildo, que é vizinho de Chávez. Lá, olha, o que tem de brasileiro para encher o tanque está fora de conta, porque a gasolina na Venezuela do Chávez é dez vezes mais barata.

Quantas vezes? (Pausa.) Muito mais. Um tanque de carro.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Um litro custa 20 centavos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Um litro custa 20 centavos. Então, o do Piauí, você imagine... Ele vem de Fortaleza, vai para Teresina, que é no meio, e vem para o nosso litoral. Ou vem de São Luís, vai para Teresina e para o litoral. Então, é o mais caro do Brasil, que é o mais caro do mundo. Esse pequeno porto, Heráclito, podia ter um terminal de petróleo, como tem Paracuru. Só isso já justificaria, um misto de pesca. Ali, Mozarildo, tem uma riqueza de pescado extraordinária, pelo Delta, porque, atentai bem, nós, que somos professores de Biologia, o rio Parnaíba, nos seus 1.854 quilômetros, arrasta vegetais das regiões ribeirinhas, e os mangues, que são vegetações com raízes aéreas, engancham os vegetais. É um meio de cultura para os pescados proliferarem lá. Então, podia ser também um entreposto de pesca.

Essas foram as razões que coloquei, todas, combinado com o Governador, que já começou a adquirir. Agora, a preocupação do Heráclito Fortes, muito correta e justa, de que se faça uma concorrência e que ganhe uma pessoa, uma empresa que tenha *know how*, para que não tenhamos o desprazer que viveu João Paulo dos Reis Velloso. Na hora de inaugurar, o porto estava assoreado.

Então, que não se entregue abruptamente aos batalhões de construção do Exército. Eu usei, quando Governador, o Exército, mas todos nós sabemos que o Exército hoje está meio sucateado, sofrido. Em tecnologia, eles não têm *know how* para construção de

porto. Eu os utilizei para a construção de estradas e de açudes. Esta era a preocupação do Senador Heráclito Fortes: que se entregassem esses recursos que eu coloquei no Orçamento a uma empresa especializada. Isso seria fundamental para aquele sonho do Presidente Sarney, a ZPE, Zona de Processamento de Exportação, que lá está parada. Isso avançaria, consolidaria a ZPE sonhada pelo Presidente Sarney há mais de 20 anos, inspirada no desenvolvimento da China.

Isso seria também necessário e, sem dúvida nenhuma, recuperaria a estrada de ferro central do Piauí. Como diz o Padre Antônio Vieira, Senador Mozarildo, um bem nunca vem só. O porto forçaria o Governo a recuperar a estrada de ferro, seria até uma oportunidade para o Presidente Luiz Inácio manter a sua palavra, porque, nas campanhas passadas, ele levou Alberto Silva, Presidente do meu Partido. Ninguém é livre de ser enganado, qualquer um pode ser enganado. Disseram que, em 60 dias, estaria recuperada a estrada de ferro de Parnaíba e o Porto Luís Correia; em 60 dias. Em quatro meses, Parnaíba a Teresina. Não trocaram nem um dormente, que é aquele pau que segura o ferro. Ficou a mentira, a mentira e a mentira.

Hitler tinha um comunicador que dizia que uma mentira repetida se torna verdade. Esta é a estratégia deste Governo: cacareja mentiras, cacareja mentiras, mentiras e aí vai.

Então, nós pediríamos, e tanto é verdade que está aqui... Nós mandamos aqui ao Sr. Pedro Nascimento:

Cumprimentamos V. Ex^a e, por oportuno, informamos que consta emenda da Bancada do Estado do Piauí à OGU-2008 para esta Secretaria, número 71190015, funcional programática.26.784.1459.0022 – OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NO PORTO DE LUÍS CORREA – PI [eu coloquei, mas cortaram do Orçamento. Então nós, eu e o Heráclito, juntos a defendemos], valor total de R\$17.895.200,00.

Portanto, há recurso orçamentário, e eu coloquei todas as minhas emendas acreditando na conclusão do Porto de Luís Correia.

Diante disso, solicitamos os préstimos de V. Ex^a quando ao empenho e liberação total dos recursos da referida emenda para o Porto de Luís Correia.

Aproveitamos a ocasião para renovar-lhe nossos agradecimentos pela atenção com tem distinguido, sempre, a Bancada Federal do Estado do Piauí.

Atenciosamente, Deputado Mussa Demes.

Viu, Heráclito? Mussa Demes, que é o coordenador da Bancada, fez esse comunicado a S. Ex^a, o Sr. Pedro Brito do Nascimento. Então, tem recurso. Está aí, Luiz Inácio. Isso aqui deu uma oportunidade de salvaguardar a palavra de Vossa Excelência, o nosso Presidente. Porque, senão, ele vai ficar como mentiroso: disse que ia para os 60 dias e tudo. Quer dizer, eu coloquei o recurso, tive a palavra também do Governador, e o Mussa Demes, que é o grande coordenador de nossa marca, comunica que foi cortado um bocado de dinheiro, mas estão liberados, estão legalizados R\$17,895 milhões para começar. E com certeza, está aqui a finalidade: “os partícipes resolvem celebrar o presente convênio com a finalidade de executar os serviços e obras de retomada da construção do Porto de Luís Correia, no Estado do Piauí.”

Estão vendo? Então, está aqui o dinheiro encaminhado, legalizado. Como a esperança é a última que morre,....

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Vou já lhe concede, pois V. Ex^a tem de participar. Quero endossar as preocupações de V. Ex^a sobre uma empresa, vamos dizer, que tenha *know how*, que tenha experiência, para que não haja o que houve no passado.

Está aqui também o meu pedido ao Mussa para agilizar:

Cumprimentando-o cordialmente, venho à presença de V. Ex^a solicitar a elaboração de ofício à Secretaria Especial de Portos, pleiteando a priorização do empenho de R\$17.895.200 (dezessete milhões, oitocentos e noventa e cinco mil e duzentos reais) ...[...]... Obras de Infra-Estrutura no Porto de Luís Correia (PI), referente a minha Emenda de Bancada do Estado do Piauí ao Orçamento Geral da União de 2008.

Heráclito Fortes, vamos juntos ver o que nós podemos fazer pelo Porto.

Com a palavra, este grande representante do Piauí, Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Meu caro Senador Mão Santa, eu me congratulo com V. Ex^a pelo discurso que faz hoje. *Escargot* à parte...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas o da D^a Maria, quando você for a Fortaleza... são cem quilômetros. Eu gostei. Eu nunca tinha comido esse negócio francês.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pelo visto, em Roraima tem muito. Porque o Senador Mozarildo não apenas se lembrou como também riu ali, como

um grande saboreador dessa iguaria que a França nos ensinou a comer.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas eu comi mesmo foi em Paracuru. Aliás, agradeço a V. Ex^a, pois vou à Genebra, representando a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no dia 5. Se tiver *escargot* lá, eu vou comer, porque gostei.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mas, Senador Mão Santa, essa questão do Porto de Luís Correia é muito séria para que setores do Governo do Piauí a tratem com o desprezo e com o deboche que vem sendo tratada. Em meu primeiro pronunciamento – sou muito cauteloso no que digo –, tive o cuidado de dizer que de concreto a única coisa que havia era a emenda colocada por V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Aprendi com V. Ex^a aquela frase: o homem é escravo da palavra guardada e senhor da palavra guardada.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É dono da palavra guardada e escravo da palavra guardada. Pois bem. O resto todo é penduricalho e carona.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E cacarejamento.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Cacarejamento. V. Ex^a disse muito bem. O Porto de Luís Correia é um assunto muito sério, é uma reivindicação e um sonho de todos nós piauienses. Não podemos permitir que se transforme em uma frustração, ou em uma outra frustração. Concordo que o Governador tem o direito de se entusiasmar com a possibilidade de seu governo dar continuidade a essa obra. Mas daí a dizer que vai concluí-la, que vai torná-la viável para atender não apenas ao Piauí, mas também ao Estado da Bahia, que vai inaugurar-la em 2009 e que vai fazer a obra integrada com a linha férrea Teresinha–Luís Correia vai uma distância muito grande. Vamos por partes. Durante esta semana, esta Casa toda assistiu à discussão sobre o Reporto. Hoje, o Porto de Luís Correia tem, juridicamente, uma situação indefinida. Eles insistem em que um decreto retomou o porto para a administração do Estado. Lembro aos doutos juristas que se envolvem no processo que o porto pertence à União, e que, para que a cessão à empresa privada fosse feita, foi preciso anuência do Governo Federal. O Governo Federal transferiu a cessão do Estado, a pedido do próprio Estado, para essa empresa cearense. Decreto, nem na ditadura, anulava contrato. Só há duas coisas que podem findar um contrato feito entre partes: decisão de Justiça ou acordo. Não é decreto, permitam-me as autoridades jurídicas do Estado do Piauí. E a arrogância e a prepotência fizeram com que, pelo menos até há dez dias, a empresa que administra teoricamente o porto não fosse chamada para fazer esse destrato.

E esse destrato se faz necessário até para a tranquilidade futura do Governador. Imagine que, amanhã, um sucessor dele ou a Enace resolva entrar na Justiça contra S. Ex^a. Os zelosos bajuladores do Governador não estão atentando para esse fato. O Governador poderá pagar na Justiça por um deslize dessa natureza, até porque a impressão que tenho é que, neste momento, a Enace não oferece nenhum obstáculo em devolver o porto. Só quer a segurança jurídica de que não será importunada no futuro. Não lhe cobraram a indenização pelas invasões de área, pelo não cumprimento de cláusulas contratuais. Se bem que, aí, a Enace alega que o Estado não cumpriu também com parte desse contrato. Como não conheço o contrato em detalhes, não posso falar sobre isso. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é o novo projeto. O Governador anunciou que estavam fazendo uma modificação no projeto. Qual era a empresa contratada para essa modificação? Afinal, é um projeto de delicadeza, pois é preciso examinar a técnica da engenharia de obras submersas. Não se pode colocar qualquer empresa nesse projeto. Segundo ponto: onde está a licitação, quando foi feita, quem ganhou, quem vai fazer e como fazer? Terceiro ponto: o assoreamento. O porto tem que ter um calado de oito a nove metros. Com sete dá para começar. Só que o tempo, o movimento das águas, os ventos, a areia... Foi o movimento da areia. Hoje, esse porto está entre uma média de dois a três metros, precisa de ser desassoreado. É o primeiro ponto para isso. Segundo, a primeira etapa que o Governador quer inaugurar vai servir para quê? Para combustível, como diz V. Ex^a? É mais rápido, é mais barato, é possível. E é uma solução perfeita porque vai baratear os custos de combustível no Piauí. Mas como é que a Bahia vai usar o combustível de Luís Correia, se tem porto mais próximo? E aí vem a guerra fiscal. Por outro lado, como é que vai inaugurar e construir, restabelecer a estrada de ferro, se, hoje, no antigo traçado, estão construídas casas com iluminação, com telefone, com esgoto? E desvio de estrada de ferro não é tão fácil assim. Portanto, quero, mais do que ninguém, ver esse porto concluído. Não acredito passar meus dias sem vê-lo, fazendo a realização de várias e várias gerações. V. Ex^a se lembra, por exemplo, do Dr. Mariotte...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mariotte Pires Rebelo.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mariotte Pires Rebelo. Piauiense ilustre, que dedicou uma vida grande para ver seu sonho realizado. Aliás, Senador Mão Santa, eu lhe sugiro que apresente um projeto nesta Casa dando o nome desse porto, no dia em que for feito, de Mariotte Pires Rebelo, porque é justo e merecido. Esse homem trabalhou muito, encontrou

soluções, foi quem sensibilizou o Velloso a investir naquela obra. É preciso que o sentimento da gratidão continue entre todos nós, porque o que se vê, em alguns casos, é que a gratidão passa a ser a esperança de favor futuro. Estou dizendo isso porque V. Ex^a corre o risco de sequer ser chamado para qualquer ato ou qualquer solenidade de inauguração de etapa ou de início de obra desse porto, muito embora V. Ex^a o tenha viabilizado. Os R\$17 milhões estão aí. O resto é lorota. Agora, o Sr. Pedro Brito, que tem ligações com o Piauí, vai a nossa terra, anuncia uma obra, dez dias depois vai à Europa e assina contrato de revitalização, construção e recuperação de vários portos. Anuncia na televisão. O Piauí não tem um tostão. Vemos, por exemplo, a questão da própria Ministra Dilma Rousseff. As informações que ela tinha, como mãe do PAC, eram todas desconhecidas. Não culpo a Ministra, não. Culpo o Governo do Estado, que não leva a sério os projetos do Piauí. Na semana passada, eu não estava no Brasil, estava na África, cumprindo missão parlamentar, soube depois, o Bom Dia Brasil fez uma reportagem, mostrando o descaso e o caos da educação do Piauí por falta de planejamento e de administração: computadores guardados nas escolas, nos depósitos da Secretaria de Educação, e os alunos a mercê de oportunidade de ensino. Esse é o retrato do Estado. V. Ex^a fique tranquilo, que a sua consciência lhe dá o direito do repouso justo todas as noites, porque cumpriu a sua parte. Mas V. Ex^a, pelo temperamento que tem, sei que vai cobrar a partir de agora, diariamente. E tome cuidado com o conselho que o amigo vai-lhe dar: não permita que esse dinheiro seja desviado a partir de setembro, quando se fazem os remanejamentos, para outras obras. Escute bem o que lhe estou dizendo hoje, porque estão cometendo um crime e traindo a confiança de um Senador da República que, embora não seja ligado politicamente ao Governo do Estado, deu uma demonstração soberana de que os interesses do Piauí estão acima. O desvio desse recurso para qualquer outro setor é uma traição não só para com V. Ex^a, mas também para com o Estado. É apenas um alerta. Esses fatos acontecem; no Piauí não seria a primeira vez. De forma que é uma leviandade, uma irresponsabilidade prometer ao povo do Piauí a inauguração dessa obra para 2009. Seria melhor que se propusesse um esforço conjunto, comum de todos nós, para a construção dessa obra. O mesmo está acontecendo agora com o pronto-socorro, 18 anos, 20 anos depois, quase, que comecei a obra...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Uma obra iniciada por V. Ex^a, quando era Prefeito de Teresina, e eu, de Parnaíba.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Fui surpreendido pelo PT, em propaganda política eleitoral, avocando para si essa obra, que não tenho sequer o direito de dizer que é minha. Mas tenho, sim, o direito de dizer que a comecei, que a idéia foi minha e que os outros ajudaram. Agora, aparece uma barriga de aluguel de lá, que agora está muito na moda, alguém que areava os seus copos quando V. Ex^a era Governador, agora é o Presidente do Partido dos Trabalhadores lá. O PT fez 60% do pronto-socorro. Se se gastaram 60% do pronto-socorro, vamos ficar de olho, porque alguém comeu alguma coisa, e não acredito que o Prefeito de Teresina permita isso. Não há a menor possibilidade. Falta humildade. Falta dividir os louros de conquistas que são coletivas e não são individuais. Portanto, Senador Mão Santa, no primeiro dia dessa discussão – V. Ex^a não estava nem aqui –, louvei a iniciativa sua. Podia, por questões pessoais ou políticas, não colocar o dinheiro onde colocou, mas fez isso. Sentimento de amor ao Piauí, principalmente à região de V. Ex^a – Parnaíba, Luís Correia e todo o litoral. A propósito, quero dizer que, com a sua devida autorização em conversas que tivemos semana passada, continuei a conversa com o Senador Tasso Jereissati, que é o Relator do projeto das ZPEs, em cujo projeto consta a criação da ZPE do litoral piauiense. Por questões lógicas e estratégicas, ela vai ficar situada no Município de Cajueiro da Praia, exatamente para fazer divisa com o Ceará e haver a possibilidade de, num ato só, atender a duas regiões. Mas sabe V. Ex^a que vai atender todo o litoral piauiense. Passo-lhe essa informação e o parabenizo por esse pronunciamento que faz. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradecemos a participação do Senador Heráclito Fortes e achamos isto: que temos de unir todas as forças para realizar aquele sonho do Piauí. O próprio Deputado José Alves de Abreu, num discurso seu, disse: "Se a morte é um naufrágio, quero que esse seja nas praias de Luís Correia, que faço um esforço de voltar à tona e ver as luzes do Porto".

Quero mostrar um documento encaminhado ao nosso coordenador, o extraordinário Deputado Federal Mussa Demes. Mussa Demes, coordenador da Bancada Federal, manda a Pedro Brito do Nascimento a legalização de R\$17.895.200,00 de emendas, todas minhas, que coloquei no Porto de Luís Correia. E o Ministro responde, dizendo que está fazendo um convênio, confiando nesses recursos.

Então, assim esperamos; a esperança é a última que morre. Naquele livro *O Velho e o Mar*, Ernest Hemingway disse que a maior estupidez é perder a esperança". Vai adiante e diz: "O homem pode ser destruído, derrotado nunca". Esperamos que os piauienses

recebam esse apoio e essa obra do Presidente Luiz Inácio. O Piauí, que confiou nele, que votou nele. Até o Governador do Estado é do PT. E um bem nunca vem só, como diz Padre Antônio Vieira: virão as ZPEs e a estrada de ferro Central do Brasil.

Essas são as nossas preces a Deus e os nossos pedidos a Luiz Inácio.

Obrigado pela generosidade do tempo concedido, Senador Mozarildo Cavalcanti. Aliás, o Garibaldi termina o mandato, não pode reeleger-se, e V. Ex^a é um extraordinário Presidente.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Mão Santa, quero saber do Senador Mozarildo, que entende de escargot, qual é o nome daquele passarinho, encontrado lá no Norte, que ocupa o ninho alheio?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – São dois...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Corrupção? Corrupção é um, mas há um outro.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – São o japiim e o jacamim.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Vamos falar do corrupção, que temos no Nordeste. Serve o corrupção. Mão Santa, está cheio de corrupção se apropriando do ninho alheio, isso está! Vamos ter cuidado com os corrupções. E pior: apropriam-se e viram as costas para o passarinho que, com tanto sacrifício, construiu aquele ninho. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Fui professor de Biologia, mas V. Ex^a é autoridade em Zoologia: sabe o nome do animal francês, escargot, e dos vegetais. Meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a fez um pronunciamento belíssimo nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Encerrou-se, no último dia 23, o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 23, de 2008**, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera o art. 242 do Regimento Interno do Senado Federal, a fim de desobrigar a presença do Senador em Plenário, quando da leitura de projeto de sua autoria.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão Temporária para a reforma do Regimento Interno, conforme fala da Presidência de 2 de abril de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 25, de 2008**, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que dispõe sobre alterações do Regimento Interno do

Senado Federal, no âmbito da composição de suas Comissões Permanentes e Temporárias.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão Especial, criada pelo Requerimento nº 208, de 2008, para reforma do Regimento Interno, conforme fala da Presidência, de 2 de abril do corrente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência comunica ao Plenário que foram recebidas as informações referentes aos **Requerimentos nºs 1.388 e 1.389, de 2007**, e juntadas, em cópia, ao **Ofício nº S/46, de 2007**, que retorna à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para continuar sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência comunica ao Plenário que foram recebidas as informações referentes ao **Requerimento nº 328, de 2007**, e juntadas, em cópia, ao **Projeto de Lei do Senado nº 215, de 2005**, que retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para continuar sua tramitação, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência comunica ao Plenário que encerrou-se ontem o prazo único, previsto no art. 122, II, b, do Regimento Interno, para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2008** (nº 1.650, de 2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a apuração do imposto de renda na fonte incidente sobre rendimentos de prestação de serviços de transporte rodoviário internacional de carga, auferidos por transportador autônomo pessoa física, residente na República do Paraguai, considerado como sociedade unipessoal nesse País.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria volta à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, e às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Econômicos para exame.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 32, de 2008** (nº 500/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 871/2008-TCU (Plenário), bem como Relatório e Voto que o fundamentam, referente a pedido de reexame interposto pelo Ministério Público junto aquele Tribunal contra o Acórdão 2.450/2007, que trata de denúncia sobre possíveis irregularidades na Concorrência nº 4/2001, realizada pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – Trensurb (TC – 007.444/2001-7).

O expediente, juntado ao processado do Aviso nº 101, de 2007, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

É o seguinte o aviso recebido:

AVISO Nº 32, DE 2008

(Aviso nº 500 – Seses – TCU – Plenário)

Brasília-DF, 14 de maio de 2008

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 007.444/2001-7, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 14-5-2008, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Respeitosamente, – **Walton Alencar Rodrigues**, Presidente.

ACÓRDÃO Nº 871/2008 – TCU – PLENÁRIO'

1. Processo nº TC 007.444/2001-7 (com 20 volumes e 17 anexos)

Apensos: TC 003.594/2001-6; TC 006.494/2002-2; TC 006.664/2003-2 e TC 004.405/2005-8

2. Grupo II – Classe de Assunto I – Pedido de Reexame

3. Interessados: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Empresa de Trens Urbanos de

Porto Alegre S.A – Trensurb e Consórcio Novavia

4. Entidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – Trensurb

5. Relator: Ministro Guilherme Palmeira

5.1. Relator (com Voto vencido) da deliberação recorrida: Auditor Augusto Sherman Cavalcanti

5.2. Redator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos – Serur e Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul – Secex/RS

8. Advogados constituídos nos autos: Alexandre Moeira Salles (OAB/MG 71947), Luiz Felipe Chagas de Carvalho (OAB/RS 27.627), Cybthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298) e Werner Steribel (OAB/RS 42.339)

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de Pedido de Reexame interposto pelo Ministério Público junto ao TCU contra o Acórdão 2.450/2007-Plenário, referente à Embargos de Declaração opostos pelo Consórcio Novavia vencedor da Concorrência nº 04/2001, realizada pela Empresa de Trens Urbanos

de Porto Alegre S.A. – Trensurb, para construção e fornecimento de sistemas de extensão norte da linha 1 do metrô da Cidade de Porto Alegre/RS, no trecho de São Leopoldo a Novo Hamburgo.

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 48, parágrafo único, e 33 da Lei nº 8.443, de 1992, conhecer do Pedido de Reexame interposto pelo MP/TCU, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se o inteiro teor do acórdão recorrido;

9.2. enviar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao recorrente, à 5ª Vara da Justiça Federal de Porto Alegre, à Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, à Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – Trensurb e ao Consórcio Novavia.

10. Ata nº 18/2008 – Plenário

11. Data da Sessão: 14-5-2008 – Ordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC – 0871-18/08 – P

13. Especificação do **quórum**:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Marcos Vinícios Vilaça, Guilherme

Palmeira (Relator), Ubiratan Aguiar, Benjamin Zyniler, Augusto Nardes e Raimundo Carreiro.

13.2. Auditor convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13\$. Auditor presente: André Luís de Carvalho.

Walton Alencar Rodrigues, Presidente
Guilherme Palmeira, Relator.

Fui presente:

Paulo Soares Bugarin, Procurador-Geral, em exercício.

GRUPO II – CLASSE I – Plenário

TC 007.444/2001-7 (com 20 volumes e 17 anexos)

Apensos: TC 003.594/2001-6; TC 006.494/2002-2; TC 006.664/2003-2 e TC 004.405/2005-8

Natureza: Pedido de Reexame

Entidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre SA. – Trensurb

Interessados: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União,

Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A – Trensurb e Consórcio Novavia

Advogados constituídos nos autos: Alexandre Aroeira Salles (OAB/MG 71947), Luiz Felipe Chagas de Carvalho (OAB/RS 27.627), Cybthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298) e Werner Steribel (OAB/RS 42.339)

Sumário: Denúncia. Pedido de Reexame Interposto pelo MP/TCU. Conhecimento. Não-apresentação de Contra-razões ao Recurso Interposto. Excepcionalidade.

Não-provimento.

Adoto como Relatório a bem-elaborada instrução do Analista Laureano Canabarro Dios, da Secretaria de Recursos – Serur, com a qual anuiu o dirigente da unidade técnica:

“Trata-se de pedido de reexame interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União contra o Acórdão 2.450/2007-Plenário, ocasião em que foi dado provimento a embargos de declaração opostos ao Acórdão 1.704/2007-Plenário.

Mediante o Acórdão 2450/2007-Plenário, em seu item 9.2, foi informado à empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre – TREN SURB que ‘dê prosseguimento à licitação objeto do Edital de Concorrência nº 4/2001 após proceder ao seu saneamento, em caráter excepcional, conforme assumido na Proposta de Negociação com o Consórcio Novavia, constante do Anexo I5 destes autos, às fls. 2/67, que passam a fazer parte deste Acórdão, devendo cumprir no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da notificação deste Acórdão, à adequação do orçamento base da mencionada concorrência vista da nova análise, quantificações e dimensionamentos acordados’.

Da Admissibilidade

O exame prévio de admissibilidade foi efetuado às fls. 9, anexo 17, sendo que a Serur manifestou-se pelo conhecimento do recurso.

À fl. 11, anexo 17, o Ministro-Relator entendeu que o recurso deve ser conhecido.

Dos Procedimentos Preliminares

De se destacar que o recurso foi interposto em 5-12-/2007 fl. 1, anexo 17). Entretanto, apesar do efeito

suspensivo implícito a essa espécie recursal, não foi ainda a empresa estatal comunicada da interposição do recurso, deforma que, até o presente momento, foi dado cumprimento ao item 9.2 do acórdão impugnado. Assim, em 21-12-2007 \$. 3426. vol 21), foi assinado o contrato entre o Trensurb e o Consórcio Novavia.

Consoante o art. 283 do Regimento Interno do TCU, caberia notificar a estatal e o consórcio contratado de modo a possibilitar que apresentem contra-razões ao recurso interposto pelo MP/TCU, bem como comunicá-los do seu efeito suspensivo. Tal procedimento, entretanto, provocaria novo atraso na execução da obra, cujo processo já tramita nesta Corte desde 2001.

Em assim não ocorrendo, ou seja, em não concordando o Ministro-Relator ou o Plenário desta Corte com a proposta de mérito da Serur, caberá então suspender a execução contratual, em decorrência do efeito suspensivo do recurso, e notificar os responsáveis para se dar prosseguimento ao feito.

Do Mérito

As alegações recursais são a seguir descritas e analisadas.

Alegação: Como alternativa à anulação do certame, não poderia ser outra a solução jurídica aplicável à espécie do que a aplicação do art. 48, incisos I e II, e §3º da Lei 8.666/93. Qual seja, a desclassificação de todas as propostas e a fixação de prazo para os licitantes apresentarem nova documentação escoimada dos vícios anteriores.

Invoca-se a respeito os motivos invocados pelo eminente Ministro Augusto Sherman no voto que guiou o Acórdão nº 1.704/2007-Plenário: ‘permitir que apenas a primeira colocada em certame licitatório tenha a oportunidade de adequar sua proposta fere os princípios da impessoalidade, da isonomia entre licitantes, e da busca da melhor oferta para a Administração, o que, por si sós, já exigiriam que igual oportunidade fosse concedida a todos os concorrentes.’ Trata-se de solução antijurídica (fls. 3/6, anexo 17).

Análise: De se rememorar que a licitação estaria eivada de nulidade em decorrência de sobrepreço verificado no orçamento da obra pelo Trensurb. Ou seja, em princípio, nos estritos termos da lei, caberia a declaração de nulidade do certame, pois o art. 48, I e II, § 3º, do estatuto de licitações refere-se a incorreções nas propostas e não no edital.

Em casos da espécie, esta Corte tem ponderado os valores envolvidos e, por vezes, considera que o interesse público seria melhor atingido mediante a adoção de outras medidas que não a simples anulação do ato viciado.

Sem adentrar na opção pela manutenção da licitação em si, matéria objeto da análise posterior, tratar-se-á do procedimento a ser tomado em função da adoção dessa opção.

O recorrente pugna pela fixação de prazo a todos os licitantes para reformularem as suas propostas, tal qual previsto no art. 48 da Lei nº 8.666/1993. O acórdão impugnado entendeu que somente ao licitante vencedor caberia essa possibilidade de reformulação.

Como exposto antes, o apontado dispositivo legal não tem aplicação ao caso em tela, pois nele trata-se de falhas nas propostas e não no edital e em momento anterior a declaração do licitante vencedor. Ou seja, não há na lei de licitações uma solução direta para a situação, devendo portanto ela ser buscada com a aplicação dos princípios que regem o procedimento licitatório.

Argumenta o recorrente que, em razão dos princípios da isonomia, da economicidade e da impessoalidade, a oportunidade de adequação das propostas deveria ser dada a todos os licitantes e não somente ao vencedor.

Acontece que, já declarado o licitante vencedor não se vê óbices para que a Administração negocie condições ainda mais vantajosas para o Erário. Não se vislumbra aí qualquer restrição ao caráter competitivo do certame, pois se estará negociando com o vencedor da licitação, não havendo em tal procedimento violação à competitividade e nem ao princípio da isonomia, pois aos desclassificados, em princípio, não caberia o direito de apresentar nova proposta. Veja-se a respeito as lições de Diógenes Gasparini, constantes do voto condutor da decisão ora impugnada:

“Em artigo intitulado “Validade das contratações em condições diversas do edital e da proposta” (Internet – <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=437>), o jurista Diógenes Gasparini afirma o seguinte:

‘A regra da absoluta conformidade do contrato a celebrar com os termos e condições do instrumento convocatório (...) carece ser revista, dada a legalidade de contratações diversas dos termos e condições desses atos e da proposta, nas hipóteses em que:

- a contratação beneficiária, de algum modo, a Administração Pública licitante;
- caberia alteração do contrato se estivesse firmado; e
- caberia reajustamento dos valores propostos se o contrato estivesse vigorando’.

Vê-se que o caso concreto se adequa às duas primeiras hipóteses acima. A redução do valor proposto beneficia a Administração Pública licitante, ao retirar

o sobrepreço. E a jurisprudência do TCU é farta em exemplos de contratos assinados que foram repactoados, com alteração de valores, por determinação do Tribunal, ou seja, caberia a repactuação, caso o contrato já estivesse assinado.

Em outro trecho, ao discorrer sobre a primeira hipótese, assim aduz o Doutrinador:

‘Conhecido o proponente vitorioso ou o escolhido diretamente, pode a Administração Pública licitante interceder, na defesa do interesse público, junto a esse licitante para obter uma proposta ainda melhor. Nada há de ilegal ou inconstitucional nesse procedimento. De fato, trata-se, em relação ao vencedor da licitação (...) de acerto que tem por objeto direitos disponíveis, e, no que é pertinente à Administração Pública licitante, do cumprimento do princípio da boa administração, na medida em que está obrigada a buscar o que há de melhor para o interesse público’.

Sobre os demais licitantes, assim ensina o renomado jurista:

‘Nessas hipóteses, direito ou interesse algum, seja de quem for, foi violado, pois se todos os participantes licitatórios aceitaram o julgamento dado ser a proposta vencedora a mais vantajosa, não há porque reclamar se com esse procedimento a oferta restará ainda melhor. Nada podem exigir ou reclamar, pois nada lhes foi negado, retirado ou desrespeitado. Melhor sorte não têm os não participantes da licitação, pois se não tinham qualquer direito face à ausência do certame, nada podem reivindicar ante a melhora da proposta feita pelo proponente vitorioso.’(grifos meus)

Vencida a questão de eventuais direitos dos demais licitantes, verifica-se ainda ser contraditória a proposta de abrir prazo para todos os licitantes com a hipótese de manutenção da licitação. Ora, se o interesse público demanda agilidade nos procedimentos de contratação de forma a não declarar a nulidade de um licitação viciada, o chamamento de todos os licitantes para apresentarem novas propostas apresentaria, em potencial, consideráveis delongas, com possíveis recursos e impugnações, além da incapacidade de a Administração analisar as propostas em tempo exíguo, que tornaria a excepcional medida de preservação da licitação em parte inócua. Em suma, ou bem há imperiosa necessidade de se agilizar o certame e aplica-se o procedimento constante do acórdão impugnado, ou não há e declara-se a nulidade da licitação.

Não se vislumbra assim antijuridicidade na solução adotada, pois buscou-se preservar o interesse público, de acordo com os princípios que regem a Ad-

ministração Pública, principalmente os da eficiência, economicidade e supremacia do interesse público sobre o privado. É certo houve uma aparente colisão com o princípio da legalidade, cuja solução nos é indicada J. J. Gomes Canotilho, in *Direito Constitucional e Teoria da Constituição* – 5ª ed., p. 1.166:

‘A pretensão de validade absoluta de certos princípios com sacrifício de outros originaria a criação de princípios reciprocamente incompatíveis, com a consequente destruição da tendencial axiológico-normativa da lei fundamental. Daí o reconhecimento de momentos de tensão ou antagonismo entre os vários princípios e a necessidade, atrás exposta, de aceitar que os princípios não obedecem, em caso de conflito a uma ‘lógica de tudo ou nada’, antes podem ser objeto de ponderação e concordância prática, consoante seu ‘peso’ e as circunstâncias do caso.’(grifos meus)

Assim, entende-se que a alegação não merece prosperar.

Alegação: Embora esta Corte já tenha em outras ocasiões deixado de impor a anulação de um ato, mesmo que eivado de irregularidades, pois sua manutenção seria menos traumática que sua invalidação, tais hipóteses ocorreram diante de situações consolidadas e/ou consumadas. Entretanto, no caso presente, estava-se na fase de licitação, pois não havia contrato assinado. No caso em tela, a conduta do Trensurb foi inadequada, pois caso tivessem se empenhado em cumprir as determinações do TCU com o mesmo empenho utilizado na proposta do consórcio vencedor, a obra já estaria em franco andamento ou até já concluída. Tanto o Trensurb quanto o consórcio vencedor não agiram com lealdade e boa-fé ao trabalharem com preços superiores aos de mercado. Deve assim ser restabelecido o contido no item 9.2 do Acórdão nº 1.704/2007-Plenário. (fls. 4/5, anexo 17)

Análise: Efetivamente, embora já se tenha o contrato assinado, há de se convir que não se está diante de uma situação consumada que não possa ser revertida mediante a declaração de nulidade da licitação. Desta feita, a justificativa da manutenção da licitação deve se dar em razão da necessidade de não se postergar mais o início da execução das obras.

Nesse sentido, entende-se corretas as considerações contidas no voto vencido do Acórdão nº 1.704/2007-Plenário) no sentido de que, em sendo os valores praticados considerados compatíveis com os de mercado (matéria objeto do próximo tópico), afigura-se adequada a preservação do certame. Trago à baila os seguintes acertos do referido voto:

‘Atuando pela primeira vez neste processo que tem sofrido apreciações desta Casa desde 2001, observo que, excetuando-se o

Acórdão nº 1.424/2003-Plenário todas as demais deliberações convergiram para determinar medidas que objetivassem sanear os vícios então detectados. Portanto, a princípio, não haveria vícios insanáveis, já que excepcionalmente, em vista do compromisso assumido formalmente pelas partes perante o Tribunal e registrado nestes, autos, e uma vez que adotadas as determinações constantes do Acórdão nº 617/2006-Plenário, com as redações que as alteraram pelo Acórdão nº 988/2007-Plenário, há como se prosseguir com o certame licitatório, desde que não mais existam óbices judiciais à sua continuidade.

(...)

Assim, observo que o TCU sempre pautou suas decisões a bem do interesse público, da relevância social da obra que irá beneficiar milhares de pessoas que dependem de transporte público eficiente e de qualidade, dos significativos valores financeiros envolvidos, pela preservação do certame sem, destarte, olvidar-se de que a execução do projeto se dê a preços justos e coerentes, não onerando, por conseguinte, o Erário. Além do que, uma eventual anulação da Concorrência em análise poderá acarretar custos administrativos adicionais elevados.

Quanto às considerações acerca da conduta dos responsáveis pelo Trensurb, destaque-se que a manutenção da licitação é em decorrência de determinada situação fática, cuja relevância subsiste independentemente dos motivos que a ocasionaram. Em outras palavras, a relevância social da obra e a necessidade de se dar a ela continuidade subsistem mesmo que os gestores tenham ou não praticado atos ilícitos que provocaram essa situação. Assim, mesmo que posteriormente constate-se que os gestores agiram culposa ou dolosamente, permanecem inalterados os motivos pelos quais o TCU determinou o andamento da licitação. Trata-se de situação similar a uma contratação emergencial. Caracterizada a sua necessidade para atender o interesse público, deve ela ser realizada, independentemente da apuração das responsabilidades daqueles que a ocasionaram.

Há também o pedido de restabelecimento do contido no item 9.2 do Acórdão nº 1.704/2007-Plenário, a seguir transcrito:

‘9.2. encaminhar os autos ao Ministério Público junto a esta Corte para o obséquio de sua manifestação acerca das questões envolvendo a apreciação da conduta dos gestores da Trensurb, conforme suscitadas no voto que

fundamenta este Acórdão, e posterior retorno ao Gabinete do Ministro-Relator do feito’;

Nessa questão, não se vislumbra interesse recursal, pois a manutenção ou não da proposição não impede que o Ministério Público junto ao TCU, no bojo de suas atribuições institucionais, analise a conduta dos responsáveis e adote os procedimentos considerados pertinentes. Rememore-se que a conduta dos responsáveis, ao menos sob a ótica de análise de culpabilidade para fins de apreciação de sanções, não foi até agora objeto de apreciação nestes autos, não havendo que se falar em preclusão ou coisa julgada administrativa.

Desta feita, as alegações não merecem prosperar.

Alegação: Os achados relativos à Concorrência nº 4/2001 não se restringem às obras civis, alcançando também a área de sistemas, cujos orçamentos eram excessivamente genéricos, impedindo a comparação de preços com aqueles de mercado.

Quanto à garantia de que o contrato não sofrerá aditivos é salutar assegurar que a obra será executada dentro dos quantitativos e custos inicialmente previstos. Entretanto, embora muitas vezes desvirtuada, a possibilidade de a Administração promover alterações contratuais funciona como valiosa prerrogativa para modificar os projetos para melhor atender o interesse público. Ademais, essa possibilidade prevista legalmente não pode ser alterada por convenções particulares. (fl. 6, anexo 17)

Análise: Efetivamente, às fls. 3.172/3.173, vol. 20, constou manifestação da Secob no sentido de que o orçamento de sistemas era excessivamente genérico de forma a impossibilitar uma comparação dos preços orçados com aqueles de mercado.

Já a última manifestação da Secob foi no seguinte sentido: ‘sem adentrar no mérito da adequação ou não dos preços de mercado coletados, a verdade é que não foi aplicado o BDI de 47,65% nos preços unitários dos orçamentos dos sistemas. Desta forma (...) não poderia prosperar a informação de sobrepreço de mais de R\$10 milhões de reais com base na simples divisão do orçamento de sistemas de 1,4765 [BDI constante do orçamento] e multiplicação por 1,32 [BDI proposto pela Secob]’. (fl. 24, anexo 16).

Assim, efetivamente, salvo melhor juízo, não foi devidamente enfrentada a questão acerca da generalidade do orçamento de sistemas, como aduz o recorrente. Entretanto, não se pode desconsiderar o orçamento da obra como um todo, o qual recebeu a seguinte manifestação da Secob: ‘A Secob, exercendo a função de assessoramento do Gabinete do Ministro-Relator, considerou de interesse público a realização

de um acordo que permitisse a execução de uma obra sem aditivos, evitando-se possível dispêndio adicional e, provavelmente, parcialmente indevido, a preços atuais, de aproximadamente R\$150 milhões de reais, pois é sabido que os acréscimos contratuais de 25%, além de corriqueiros nas obras brasileiras, freqüentemente embutem sobrepreços, jogos de planilha e outros artifícios para aumentar ganhos das contratadas.’

São relevantes também as seguintes colocações constantes do voto condutor da decisão recorrida:

‘9. Quanto ao mérito da proposta, ratifico que não há outra forma de o interesse público ser melhor atendido, dado o atual contexto das questões tratadas nos autos.

10. Todas as irregularidades relativas ao projeto, e que poderiam redundar em custos adicionais durante a execução das obras, foram solucionadas com a assinatura de promessa irretroatável da empresa de que a obra seria feita completa, pelo valor acordado, sem qualquer aditivo de valor à exceção de possíveis diferenças observadas nas estacas subterrâneas, visto que normal que ocorram surpresas quando de sua realização.

11. Somente isso já seria uma economia para o Erário da ordem de R\$150 milhões, ora em análise tendo em vista o afastamento, no caso concreto, do costume arraigado nos órgãos públicos brasileiros de somente terminar as obras após aditivos contratuais de 25%!

12. Quanto ao valor proposto para as obras, observe o seguinte: A Secob apontou sobrepreço inicial de aproximadamente R\$58 milhões. Destes, grande parte referia-se a excesso no valor da Administração Local da Obra. Ao diminuir o valor proposto em R\$38 milhões, para R\$320 milhões, a Trensurb reduziu diversos preços e percentuais, entre eles o da Administração Local, que passou a ser de 10%, percentual ainda alto.

13. Estudando os autos detalhadamente, vê-se que, caso a Trensurb reduzisse o percentual da Administração Local para percentuais considerados mais aceitáveis, o sobrepreço global apontado pela Secob seria completamente eliminado. O valor da Administração Local é de suma importância para o deslinde deste processo, visto que os R\$20 milhões que faltam para que o sobrepreço seja eliminado refere-se, exatamente, a excesso no referido percentual.

14. Por outro lado, não se pode afirmar, de forma definitiva, que a Administração Local da obra não chegará a 10%.

15. Como tal aferição é passível de ser efetuada no decorrer da obra, entendi como de interesse público considerar o problema do sobrepreço resolvido,

com a ressalva de que, durante a execução das obras, o percentual da Administração Local fosse fiscalizado pelas Unidades Técnicas do TCU para, caso não comprovadas despesas dessa natureza, no percentual de 10%, houvesse determinação para que o contrato fosse repactuado.

16. Vale lembrar, ainda, que houve significativa redução no BDI das obras, para 37%, percentual compatível com o mercado para o tipo de empreendimento e que, não haveria aditivos ao contrato, como já mencionei.

17. Dessa forma, em resumo, a nova proposta da Trensurb possibilitava:

a) o imediato início das obras, de vital importância para a Região Metropolitana de Porto Alegre;

b) a redução do valor da obra em valor próximo ao informado pela Secob como sobrepreço, com exceção de parte da Administração Local, despesas estas que podem ser comprovadas ou não no decorrer do empreendimento;

c) a garantia, inédita no País, de que uma obra de mais de R\$800 milhões de reais a preços de hoje, seria terminada sem sofrer aditivos [tendo em vista o **know-how** da Trensurb no assunto], como ocorre em todas as demais grandes obras no Brasil.

18. Além disso, vale ressaltar que a situação atual do processo licitatório aponta para um sobrepreço de 1,53% que, pode ser considerado razoável e aceitável, visando ao atendimento do interesse público e, considerando:

a) a redução em R\$28,9 milhões, a preços de janeiro de 2001 (mais de 50 milhões a preços de hoje), do valor global da proposta que seria contratada não fosse a atuação do Tribunal;

b) a possibilidade, garantida pelos interessados, de a obra ser terminada sem os aditivos contratuais;

c) a possibilidade de a obra iniciar-se imediatamente;

d) os elevados riscos e custos embutidos em uma nova licitação; e

e) o fato de o processo tramitar há 6 anos nesta Corte, já tendo passado por diversas oportunidades para resolver a questão de forma a se ter a obra, hoje, já concluída ou, pelo menos, em adiantada fase de execução; e

f) a questão apontada no Voto Revisor do Acórdão nº 1.704/2007 – Plenário, (itens 41 e 42, que considero polêmica e não aplicável ao caso em tela, sobre a necessidade ou não de se utilizar o art. 48 da Lei nº 8.666/1993 no caso concreto, permitindo que as demais empresas também reduzam suas propostas.' (grifos meus)

Finalmente, quanto à alegação de que a possibilidade de a Administração promover alterações contratuais atende ao interesse público, não se questiona tal fato. Não se afasta a ocorrência de imprevistos na execução de grandes obras que podem alterar os valores inicialmente pactuados. Concorde-se também que esse direito foi conferido pela lei visando preservar o interesse público, não podendo ele ser afastado por convenções particulares. Rememore-se que a Administração pode alterar o contrato, mas deve compensar a contratada financeiramente, preservando-se o equilíbrio econômico-financeiro.

Acontece, que o consórcio assumiu o compromisso, considerando as exceções previstas no acordo, de executar os serviços sem alteração para maior de valor (fls. 2/5 anexo 15). Ou seja, quem abriu mão dos direitos de compensação financeira em razão de necessárias alterações contratuais foi a contratada e não a Administração. Assumiu o consórcio o risco de que não haverá, durante a execução das obras, variações qualitativas ou quantitativas significativas. Trata-se assim de direito disponível, cuja abdicação não afeta o interesse público.

Assim, as alegações não merecem prosperar.

Conclusão

Ante o exposto, submeto os autos à consideração superior propondo que, nos termos do art. 48 da Lei nº 8.443/1992, seja conhecido o presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento ou, caso não se concorde com essa proposta de mérito, sejam os autos restituídos à Serur para ser providenciada a instalação de contraditório, nos termos do art. 283 do RITCU.”

É o Relatório.

Voto

Versam os autos sobre Denúncia de irregularidades na Concorrência nº 4/2001, promovida pela empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A – Trensurb, referente às obras civis e de fornecimento de sistemas de extensão norte da linha 1 do metrô da cidade de Porto Alegre, no trecho São Leopoldo – Novo Hamburgo.

Nesta oportunidade, aprecia-se Pedido de Reexame interposto pelo Ministério Público em desfavor do Acórdão nº 2.450/2007 – Plenário, proferido na Sessão de 21-11-2007, que deu provimento a embargos de declaração, com efeitos infringentes, opostos contra o Acórdão nº 1.704/2007 – Plenário.

Sobre o caso, vejo que a primeira manifestação desta Corte remonta o ano de 2003 (Acórdão nº 1.424/2003-Plenário). Na época, o TCU determinou à Trensurb que promovesse a anulação da citada concorrência, ante as irregularidades ali apontadas. A partir daí, diversas foram as decisões do Tribunal, que passo a resumir para melhor deslinde da questão.

Contra esta deliberação, a Trensurb interpôs Pedido de Reexame. O TCU apreciou o recurso mediante o Acórdão nº 1.535/2004-Plenário. Na oportunidade, em razão do entendimento de que a obra é de suma importância para a população de Porto Alegre, foi dado provimento parcial à recorrente, condicionando a manutenção da licitação à adoção, pela entidade, de ajustes no orçamento-base do certame, conforme parâmetros definidos, e a correção de várias irregularidades apontadas.

Por meio do Acórdão nº 617/2006-Plenário, o Tribunal apreciou trabalho de acompanhamento das providências determinadas nas decisões anteriores. Medidas foram reiteradas e outras foram feitas, sempre considerando o forte apelo social da citada obra.

Esse último acórdão foi objeto de novo Pedido de Reexame por parte da Trensurb. O Plenário, então, por meio do Acórdão nº 988/2007, tornou insubsistente parte das determinações, mantendo, todavia, à relativa à necessidade da estatal promover ajustes no orçamento-base da licitação.

Por fim, esta Corte determinou a nulidade do procedimento licitatório, ante a impossibilidade de correção das ilegalidades detectadas por parte dos gestores da referida empresa (Acórdão nº 1.704/2007-Plenário).

Irresignada, a estatal opôs Embargos de Declaração contra o acórdão acima. Dessa feita, o TCU (Acórdão nº 2.450/2007-Plenário) deu provimento à peça recursal, conferindo-lhe efeitos infringentes. Autorizou, assim, a Trensurb a dar prosseguimento com a Concorrência nº 4/2001, além de reconhecer como cumpridas as determinações consignadas no Acórdão nº 617/2006-Plenário.

Insurge-se, desta feita, o Ministério Público junto ao TCU contra o Acórdão nº 2.450/2007-Plenário. Em que pese as alegações expostas pelo Ilustre Procurador-Geral, Dr. Lucas Rocha Furtado, adoto, desde já, como razões de decidir, os lúdicos fundamentos apresentados pela Serur. Todavia, entendo oportuno aprovar-me em alguns pontos que julgo necessários.

Antes de adentrar no mérito propriamente dito, gostaria de tecer considerações sobre questão preliminar. Trata-se de proposta feita pela unidade técnica para que o processo fosse, desde logo, apreciado por esta corte sem notificação da estatal para apresentação das contra-razões, consoante determina o art. 283 do Regimento Interno. Alega a unidade técnica que eventual notificação significaria suspensão imediata das obras, e que nova interrupção poderia ser considerada inócua, caso o Plenário entendesse pelo não-provimento do recurso.

Em acréscimo, a Serur sugere, na eventualidade de o Relator discordar do encaminhamento acima, o prosseguimento do feito com a notificação dos responsáveis, com conseqüente suspensão da execução contratual, em decorrência do efeito suspensivo do recurso.

Pelo que passarei a expor, não vejo necessidade da adoção da excepcionalidade sugerida pela unidade técnica.

Verifico, nos autos, que consta, à fl. 24 do anexo 17, Termo de Vista datado de 18-3-2008, deferido, por delegação de competência, pela minha chefia de Gabinete.

É fato que o comparecimento espontâneo do Consórcio Novavia, vencedor do certame, supre a falta de notificação. Corre, assim, a partir da data do pedido de vista, o prazo para apresentação das contra-razões por parte da empresa.

Estando o prazo legal vencido, o consórcio vencedor deu entrada, em 23-4-2008, com contra-razões em sede de memorial em que manifesta, após vista à manifestação da Serur, sua anuência ao posicionamento daquela unidade técnica. Sendo assim, não vejo razão para suspender a execução contratual pelo menos até a apreciação deste **decisum** pelo Plenário.

Saneada a questão preliminar, passo a tratar do mérito do recurso.

Esclareço que o Ministério Público, no presente Pedido de Reexame, alinha-se à tese defendida pelo Relator do Acórdão nº 1.704/2007-Plenário, Ministro Augusto Sherman Cavalcanti, ou seja, as premissas que fundamentaram a decisão de determinar a anulação do certame, contida no citado Acórdão, não podem ser desconstituídas por compromissos assumidos posteriormente pela Trensurb e pelo Consórcio Novavia, vencedor da licitação.

Reafirma o nobre Procurador-Geral que a única solução jurídica possível a ser aplicada à espécie, como alternativa à anulação do certame, seria a desclassificação de todas as propostas e a fixação de prazo para apresentação de nova documentação pelo

licitantes, nos termos do art. 48, incisos I e II, e § 3º, da Lei nº 8.666/1993.

O dispositivo citado trata de desclassificação de todas as propostas ou inabilitação de todos os licitantes. Ocorrendo tal situação, caberá a Administração fixar prazo de oito dias para apresentação de nova documentação ou propostas. Resguarda, assim, o legislador, o princípio da isonomia, assegurando que todos os participantes sejam tratados com igualdade.

O assunto já foi amplamente debatido, inclusive quanto à violação de eventuais direitos dos demais licitantes. Sobre a matéria, alinho-me à Serur, primeiro por compartilhar com o entendimento de Marçal Justen Filho, de que trata-se de norma de aplicação facultativa. Ao tratar do assunto, assim se posiciona o doutrinador (Comentários à Lei de Licitações e Contratos, 5ª edição, pág. 442), **in verbis**:

“A concessão de prazo para a revogação das propostas não é obrigatória. Trata-se de outorgada à Administração, que deve avaliar, no caso concreto, a conveniência de sua utilização. Não é obrigatório determinar a revogação da apresentação de documentos e propostas.”

De mais a mais, uma análise positiva do dispositivo legal nos leva a entender que o caso em tela não se subsume à letra da lei. Na presente situação houve falha no Edital e o licitante com melhor proposta foi declarado vencedor. Não se está, portanto, mais na fase de julgamento e não foram identificadas falhas nas propostas apresentadas, ou seja, como observado pela Serur, não há na lei de licitações urna solução direta para a situação, devendo, portanto, aplicar-se os princípios que regem o procedimento licitatório.

Assim, a meu ver, nada obriga a Administração a, neste caso, desclassificar todas as propostas e abrir novo prazo aos licitantes. Ademais, conhecido o vencedor da licitação, que ofertou o menor preço, a Trensurb não está impedida de renegociar os valores e conseguir uma proposta ainda mais vantajosa, como, de fato, ocorreu.

Vencida a questão, passo a comentar a solução encontrada pelas partes envolvidas para a não-anulação da licitação, com a qual o Tribunal pôs-se de acordo no acórdão nº 2.450/2007-Plenário, ora combatido.

O principal fato que ensejou a determinação de anulação do processo licitatório foi a constatação, pela Secob, de sobrepreço da ordem de R\$57 milhões. A Trensurb, ao invés de cumprir o que determinava o Acórdão nº 704/2007 – Plenário, apresentou uma proposta de saneamento das irregularidades detectadas, onde os custos do empreendimento seriam reduzidos.

A negociação entre as partes envolvidas contou com o acompanhamento deste Tribunal, mediante manifestação do Ministro Raimundo Carreiro, então Relator do citado Acórdão nº 2.470/2007-Plenário.

Novamente destaco, pela relevância de seu conteúdo, excertos do Voto condutor do **decisum**, em que a natureza e características do procedimento adotado são esmiuçadas. Ante o caráter inovador da solução buscada, o Tribunal privilegiou, na oportunidade, outro desfecho que não a simples anulação do certame, dotando de atenção especial o interesse público e o benefício que a obra trará, quando concluída, às pessoas que dependem do transporte público na cidade de Porto Alegre.

“10. Todas as irregularidades relativas a projeto, e que poderiam redundar em custos adicionais durante a execução das obras, foram solucionadas com a assinatura de promessa irrevogável da empresa de que a obra seria feita completa, pelo valor acordado, sem qualquer aditivo de valor a exceção de possíveis diferenças observadas nas estacas subterrâneas, visto que é normal que ocorram surpresas quando de sua realização.

11. Somente isso já seria uma economia para o Erário da ordem de R\$150 milhões, ora em análise tendo em vista o afastamento, no caso concreto, do costume arraigado nos órgãos públicos brasileiros de somente terminar as obras após aditivos contratuais de 25%!

12. Quanto ao valor proposto para as obras, observe o seguinte: A Secob apontou sobrepreço inicial de aproximadamente R\$58 milhões. Destes, grande parte referia-se a excesso no valor da Administração Local da Obra. Ao diminuir o valor proposto em R\$38 milhões, para R\$320 milhões, a Trensurb reduziu diversos preços e percentuais, entre eles o da Administração Local, que passou a ser de 10%, percentual ainda alto.

(...)

17. Dessa forma, em resumo, a nova proposta da Trensurb possibilitava:

a) o imediato início das obras, de vital importância para a Região Metropolitana de Porto Alegre;

b) a redução do valor da obra em valor próximo ao informado pela Secob como sobrepreço, com exceção de parte da Administração Local, despesas estas que podem ser comprovadas ou não no decorrer do empreendimento;

c) a garantia, inédita no País, de que uma obra de mais de R\$800 milhões de reais

a preços de hoje, seria terminada sem sofrer aditivos [tendo em vista o know-how da Trensurb no assunto], como ocorre em todas as demais grandes obras no Brasil.

18. Além disso, vale ressaltar que a situação atual do processo licitatório aponta para um sobrepreço de 1,53% que, pode ser considerado razoável e aceitável, visando ao atendimento do interesse público e, considerando:

a) a redução em R\$28,9 milhões, a preços de janeiro de 2001 (mais de 50 milhões a preços de hoje), do valor global da proposta que seria contratada não fosse a atuação do Tribunal;

b) a possibilidade, garantida pelos interessados, de a obra ser terminada sem os aditivos contratuais;

c) a possibilidade de a obra iniciar-se imediatamente;

d) os elevados riscos e custos embutidos em uma nova licitação; e

e) o fato de o processo tramitar há 6 anos nesta Corte, já tendo passado por diversas oportunidades para resolver a questão de forma a se ter a obra, hoje, já concluída ou, pelo menos, em adiantada fase de execução; e

f) a questão apontada no Voto Revisor do Acórdão nº 1.704/2007 – Plenário, itens 41 e 42, que considero polêmica e não aplicável ao caso em tela, sobre a necessidade ou não de se utilizar o art. 48 da Lei nº 8.666/93 no caso concreto, permitindo que as demais empresas também reduzam suas propostas.”

Por fim, conclui o nobre Relator: “Ora, uma vez considerada saneada a questão do orçamento, não há motivo para se realizar nova licitação. E não havendo motivo para nova licitação, também não há para se desclassificar todas as propostas e dar prazo de 8 dias para a apresentação de novas propostas”.

Apesar de concordar integralmente com a solução adotada, julgo oportuno ressaltar que o Tribunal ainda não examinou a pertinência da conduta dos responsáveis, que podem ser responsabilizados posteriormente por eventuais irregularidades.

Sobre a questão, o Procurador-Geral, em sua peça recursal, solicita o restabelecimento do subitem 9.2 do Acórdão 1704/2007-Plenário, O referido dispositivo determina que os autos sejam enviados ao MP/TCU para que haja manifestação quanto à conduta dos gestores da Trensurb.

Neste ponto acolho a posição da unidade técnica. É fato que a existência, ou não, de tal determinação em

nada impede que o Ministério Público desempenhe sua competência institucional e analise os atos praticados pelos dirigentes da Trensurb, seja manifestando-se nas contas da entidade, seja representando, se entender conveniente.

Nessa linha, há plena possibilidade de intervenção do MP/TCU no processo com vistas a examinar a culpabilidade dos gestores da entidade.

O direito de intervir, aliás, encontra-se em pleno vigor, já que não houve preclusão consumativa, pois, como já dito, em nenhum momento o TCU avaliou se a conduta dos gestores foi adequada e correta no caso.

Feitas essas considerações, termino meu Voto ressaltando que o acordo assinado entre o consórcio vencedor e a Trensurb veio favorecer a Administração, pois inovou ao permitir a execução dos serviços contratados com a garantia de que não haverá qualquer termo aditivo que implique em aumento de despesas, prática comum em obras de grande vulto, como a que hora se examina.

Em face de todo o exposto, voto por que o Tribunal adote o Acórdão que ora submeto à apreciação deste Plenário.

Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 14 de maio de 2008. – Guilherme Palmeira, Ministro-Relator.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência comunica ao Plenário que, mantido pelo Congresso Nacional o veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2002, o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2002, que se encontrava sobrestado aguardando esta deliberação, volta à tramitação normal na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 105, DE 2008

Senhores Membros do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 31.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Clodoaldo Hugueneu Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na Mongólia e na República Popular Democrática da Coreia, desde que obtidos os agréments dos governos desses países.

Os méritos do Senhor Hugo Hugueney Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessas elevadas funções constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de maio de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 178 MRE/DP/AFEPA/G-/APES

Brasília, 16 de maio de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação do Senhor Clodoaldo Hugueney Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o

cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, o Senhor Clodoaldo Hugueney Filho poderá ser nomeado também para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, na Mongólia e na República Popular Democrática da Coreia, desde que obtidos os agréments dos governos desses países.

3. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e curriculum vitae do Senhor Clodoaldo Hugueney Filho que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE CLODOALDO HUGUENEY FILHO
CPF.: 38040859700
ID.: 1151 /MRE

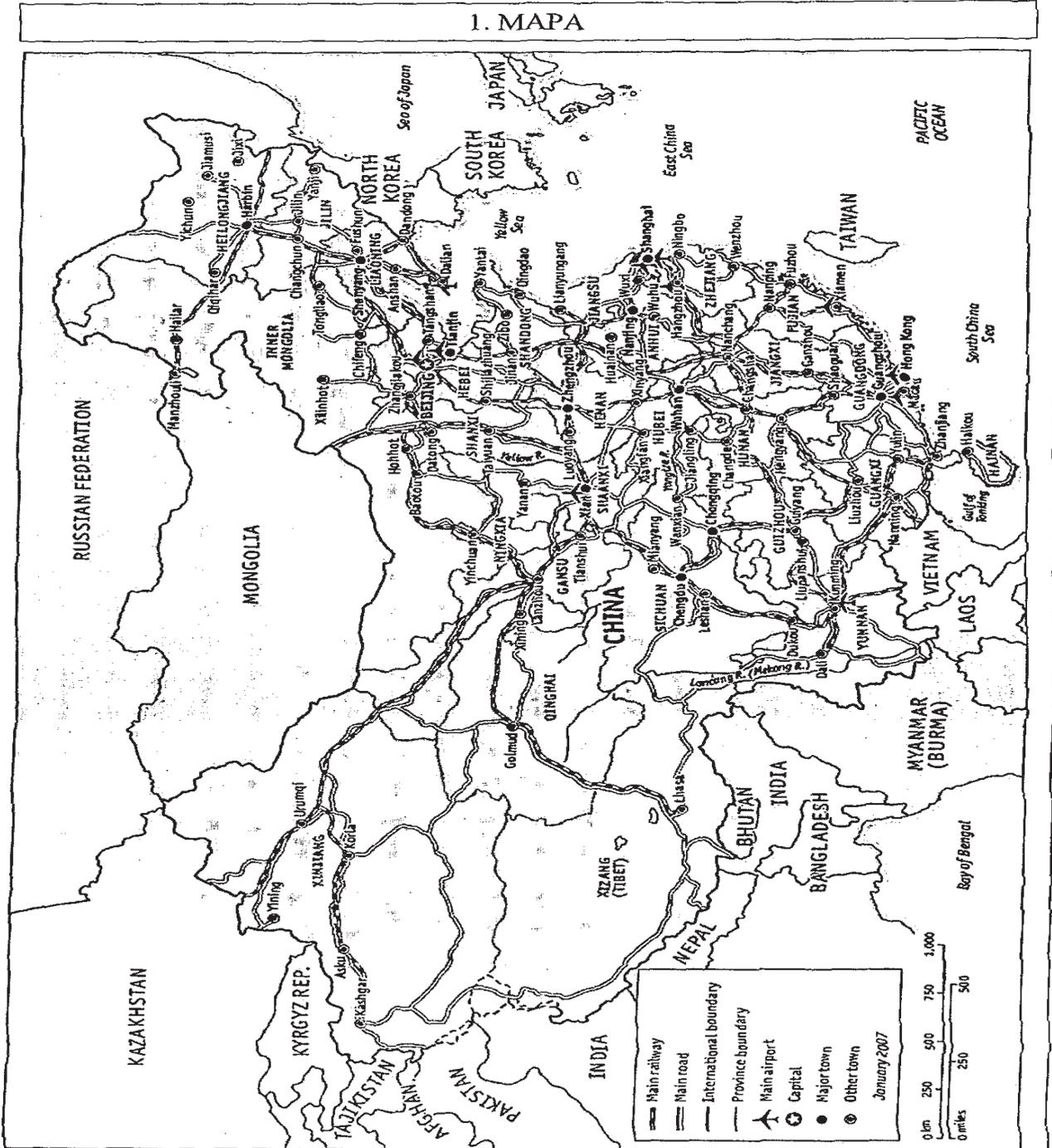
24/02/1943	Filho de Clodoaldo Hugueney e Corintha Fialho Hugueney, nasce em 24 de fevereiro, no Rio de Janeiro/RJ
01/12/1963	CPCD-IRBr
18/12/1965	Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
15/02/1966	Terceiro Secretário em 15 de fevereiro
25/07/1966	Secretaria-Geral-Adjunta para Assuntos da Europa Ocidental, África e Oriente Próximo, auxiliar
09/01/1969	Segundo Secretário, por merecimento, em 9 de janeiro
09/12/1969	Consulado-Geral em Santiago, Cônsul-Adjunto
12/12/1972	Missão do Brasil junto à OEA, Washington, Segundo e Primeiro Secretário e Encarregado de Negócios durante a ausência do titular
01/01/1973	Primeiro Secretário, por merecimento, em 1 de janeiro
29/12/1977	Departamento Econômico, assessor
12/12/1978	Conselheiro, por merecimento, em 12 de dezembro
12/11/1979	Embaixada em Londres, Conselheiro
20/05/1982	CAE - IRBr, A Conferência de Lancaster House: da Rodésia ao Zimbábue
22/12/1982	Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 22 de dezembro
26/07/1983	Divisão de Política Comercial, Chefe
15/12/1983	Reunião de Peritos Governamentais do SELA sobre Serviços, Caracas, Chefe de delegação
04/03/1985	2ª Rodada de Negociações sobre o Acordo Têxtil Brasil-EUA, Washington, Chefe de delegação
05/02/1988	Presidência da República, Secretaria de Planejamento e Coordenação, Secretário para Assuntos Internacionais
28/03/1990	Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, (Secretaria Nacional de Planejamento), Diretor do Departamento de Assuntos Internacionais
19/12/1990	Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 19 de dezembro
01/01/1991	Departamento Econômico, Chefe
27/05/1991	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
01/01/1992	Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos, Subsecretário-Geral
01/10/1992	Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, Subsecretário-Geral
22/10/1993	Embaixada em Caracas, Embaixador
01/02/1995	Ordem do Libertador, Venezuela, Grã-Cruz

- 10/07/1995 XXI Reunião do Conselho Latino-Americano do SELA, San Salvador, Chefe de delegação
- 01/02/1996 "Crus al Mérito", Colômbia, Grã-Cruz
- 02/05/1996 IV Reunião do GT sobre Desenvolvimento Fronteiriço, no âmbito da Comissão Binacional de Alto Nível Brasil-Venezuela, Boa Vista, Chefe de delegação
- 10/03/1997 VIII Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica, Caracas, Chefe de delegação
- 05/04/1999 Missão junto à CEE, Bruxelas, Embaixador
- 05/12/2000 III Reunião de Países Doadores para o Timor Leste, Bruxelas, Chefe de delegação
- 21/03/2002 Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, Subsecretário-Geral
- 24/04/2002 X Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, Ilha de Margarita, Chefe de delegação
- 12/05/2002 Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, Panamá, Chefe de delegação
- 20/05/2002 Reunião do Mecanismo de Consulta Bilateral Brasil-EUA, Washington, Chefe de delegação
- 28/08/2002 XI Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, São Domingos, Chefe de delegação
- 28/10/2002 XII Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, Quito, Chefe de delegação
- 14/11/2002 Reunião mini-ministerial da OMC, Sidney, Chefe de Delegação
- 27/01/2003 Reunião de coordenadores Nacionais do MERCOSUL, Assunção, Chefe de delegação
- 19/03/2003 IX Reunião do CNB Mercosul-UE, Bruxelas, Chefe de delegação
- 05/05/2003 Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos, Subsecretário-Geral
- 09/05/2003 Ordem da Águia Asteca, México, Grau de Banda
- 21/07/2003 Reunião de Altos Funcionários do Grupo de Cairns e Reunião do Conselho Geral da OMC, Genebra, Chefe de delegação
- 23/09/2005 Delegação Permanente em Genebra, Embaixador
- 18/12/2005 Ministro de Primeira Classe, no Quadro Especial, em 18 de dezembro


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS
ÁFRICA, ORIENTE MÉDIO, ÁSIA E OCEANIA
DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA
DIVISÃO DA ÁSIA E OCEANIA I
SUMÁRIO EXECUTIVO
MENSAGEM AO CONGRESSO
MAIO DE 2008

1. MAPA



2. DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Popular da China
CAPITAL	Pequim
MAIORES CIDADES	<u>Xangai</u> (9,9 milhões), Pequim (7,6 milhões), Hong Kong (6,1 milhões) <u>Chongquin</u> (6,6 milhões), <u>Tianjin</u> (5,3 milhões), <u>Wuhan</u> (4,4 milhões), <u>Guangzhou</u> (4,4 milhões), <u>Harbin</u> (4,3 milhões), <u>Xenyang</u> (4,3 milhões), Nanquim (3,1 milhões)
ÁREA	9.640.821 Km ² (3° maior país do mundo)
POPULAÇÃO	1.330, 04 milhões (País mais populoso do mundo)
IDIOMAS	Mandarim (oficial)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Budismo 8%, Cristianismo 4%, Islamismo 2% (2006)
SISTEMA POLÍTICO	República Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Hu Jintao
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Wen Jiabao
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Yang Jiechi
VICE-MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Li Jinzhang (interlocutor do SGAP II no Diálogo Estratégico)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Chen Duqing
UNIDADE MONETÁRIA	Yuan
PIB (2007)	US\$ 3.241 bilhões (2ª maior economia do mundo em PPP – US\$ 7.400 bilhões)
PIB PER CAPITA (2007)	US\$ 2.453 (105º maior renda do mundo)
EXPECTATIVA DE VIDA	71 anos (homens), 75 anos (mulheres)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	0,77 (81º maior qualidade de vida)

3. CRONOLOGIA

RELAÇÕES BRASIL-CHINA

Cronologia dos principais fatos históricos do relacionamento bilateral entre o Brasil e a

República Popular da China

- 1974 - Estabelecimento de relações diplomáticas
- 1978 - Acordo Comercial (nação mais favorecida/equilíbrio comercial)
- 1984 - MOU sobre Cooperação em Energia Nuclear
Acordo para criação de consulados em São Paulo e Xangai
- 1988 - Presidente José Sarney visita a RPC
Início do Programa CBERS (China Brasil Earth Resource Satellite)
- 1993 - Presidente Jiang Zemin visita o Brasil
Estabelecimento da Parceria Estratégica
- 1995 - Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a China
O Brasil declara apoio à entrada da RPC na OMC
Acordo sobre Quarentena Vegetal
Acordo sobre Quarentena e Saúde Animal
- 1996 - Comércio: US\$ 2,2 bilhões, com déficit brasileiro de US\$ 20.000
- 1999 - Lançamento do CBERS 1
- 2000 - A RPC torna-se o maior parceiro comercial do Brasil na Ásia
Abertura de escritório da EMBRAER em Pequim
Comércio: US\$ 2, 3 bilhões, com déficit brasileiro de US\$ 136.000
- 2003 - Lançamento do CBERS 2
Produção em jointventure do primeiro jato da EMBRAER na China
- 2004 - 30 anos do estabelecimento de relações diplomáticas
O Ministro Celso Amorim visita a China em fevereiro
O Presidente Lula visita a RPC em maio
O Presidente Hu Jintao retribui a visita em novembro
MOU sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento, no qual o Brasil reconhece o status de economia de mercado para a China
Criação da COSBAN (Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Cooperação)
Comércio: US\$ 9 bilhões, com superávit brasileiro de US\$ 1,7 bilhão

- 2006 -** I Reunião da COSBAN, em Pequim, presidida, do lado brasileiro, pelo Vice-Presidente José Alencar
 Visita do Presidente do Congresso da RPC, Wu Bangguo, ocasião em que foi assinado contrato de venda de 100 aviões brasileiros à RPC
- 2007-** Reunião da Subcomissão Política da COSBAN, em Brasília, com interlocução entre o SGAP II e o então Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros para as Américas, Embaixador Yang Jiechi, atualmente Chanceler da RPC
 Lançamento do satélite CBERS-2B
 I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-China
- 2008-** Reunião de Vice-Ministros das Relações Exteriores de Brasil, Rússia, Índia e China (BRICs), no Rio de Janeiro, em março
 Visita da Ministra do Turismo à China, Marta Suplicy, em março
 Visita do Presidente Nacional do PCdoB, Renato Rabelo, à China, em maio
 Visita do Ministro do Comércio da RPC ao Brasil, em maio.

PRINCIPAIS EVENTOS HISTÓRICOS

- 221 a 210 a.C. -** Unificação de diversos reinos feudais sob o mando do Imperador Qin Shihuang
- 206 a.C. a 220 d.C. -** Dinastia Han
- 618 a 907 -** Dinastia Tang (considerada a mais brilhante da história chinesa)
- 960 a 1279 -** Dinastia Song
- 1368 a 1644 -** Dinastia Ming
- 1644 -** Início da Dinastia Qing (ou Manchu)
- 1839 a 1842 -** Primeira Guerra do Ópio, entre Grã-Bretanha e China
- 1842 -** Assinatura do Tratado de Nanking – acordo desigual (“unequal treaty”) que encerra a Primeira Guerra do Ópio e abre os portos chineses aos comerciantes britânicos
- 1856 a 1860 -** Segunda Guerra do Ópio, entre Grã-Bretanha e China
- 1858 -** Assinatura do Tratado de Tianjin – acordo desigual (“unequal treaty”) que abre os portos chineses ao comércio de EUA, França e Rússia

- 1884 a 1885 -** Primeira Guerra Sino-Japonesa, vencida pelo Japão, que passa a dominar a Península Coreana e as Ilhas de Formosa e dos Pescadores
- 1900 -** Rebelião dos Boxers, contra a dominação comercial, política, tecnológica e religiosa da China por parte de potências ocidentais
- 1911 -** Término da Dinastia Qing (ou Manchu)
- 1912 -** Proclamação da República da China (fim de 4000 anos de regime monárquico)
- 1921 -** Fundação do Partido Comunista da China (PCC)
- 1934 a 1935 -** “Longa Marcha”, no interior da China, por forças comunistas lideradas por Mao Zedong
- 1937 -** Japão invade a China
- 1949 -** Fundação da República Popular da China (RPC), em 1º de outubro, por Mao Zedong
Fuga dos nacionalistas do Kuomintang para Taiwan
- 1950 -** Intervenção da RPC na Guerra da Coreia, ao lado da Coreia do Norte
- 1958 -** Programa “Grande Salto Adiante”: coletivização da agricultura e industrialização baseada na mobilização de massas em esquemas cooperativos e semi-artesanais
- 1962 -** Breve disputa territorial com a Índia, na região do Himalaia
- 1966 -** Início da Revolução Cultural (que perduraria até 1976)
- 1969 -** Conflito fronteiriço entre a RPC e a União Soviética
Deterioração das relações entre os dois principais Estados comunistas da época
- 1972 -** Visita do Presidente dos EUA, Richard Nixon, à RPC
- 1976 -** Morte de Mao Zedong
Ascensão de Deng Xiaoping como figura política dominante
Início das reformas econômicas liberalizantes
- 1979 -** Estabelecimento de relações diplomáticas com os EUA
- 1986 -** Abertura da RPC aos investimentos estrangeiros
Adoção de medidas de incentivo à economia de mercado e ao setor privado
- 1989 -** Forças Armadas reprimem manifestantes na Praça da Paz Celestial

- 1992 -** RPC e Rússia assinam declaração de retomada de relações
- 1993 -** Início da construção da represa de Três Gargantas, cuja conclusão está prevista para 2009
Jiang Zemin assume oficialmente a Presidência da RPC
- 1994 -** RPC adota política de câmbio flutuante para o RMB
- 1997 -** Deng Xiaoping morre aos 92 anos
Hong Kong é devolvida à RPC pelo Reino Unido
- 1999 -** Quinquagésimo aniversário da vitória comunista
Macau é devolvida à RPC por Portugal
- 2001 -** Tensão com os EUA em razão de avião de espionagem que colidiu com caça chinês
A RPC torna-se membro da OMC
Organização de Cooperação de Xangai - China, Rússia e países da Ásia Central
- 2002 -** Hu Jintao é nomeado presidente do Partido Comunista, em substituição a Jiang Zemin
- 2003 -** Hu Jintao é eleito, pelo Congresso Nacional do Povo, presidente da RPC
Início das negociações hexapartites sobre a Coreia do Norte
A RPC e a Índia chegam a acordo histórico sobre diferendos territoriais
Lançamento do primeiro astronauta chinês ao espaço
- 2004 -** Assinatura de acordo comercial com a ASEAN
- 2005 -** Nova lei sobre Taiwan determina uso da força caso ilha declare independência
Deterioração no relacionamento político com o Japão
Rússia e RPC executam exercícios militares conjuntos
Presidente Bush visita a RPC
- 2006 -** Visita de Hu Jintao a Washington
Chefes de Estado africanos se reúnem em Pequim, na Cúpula China-África
Visita do Primeiro-Ministro do Japão à RPC – retomada do diálogo político
- 2007 -** 17º Congresso do PCC: Hu Jintao é reconduzido ao cargo de Secretário-Geral do PCC
Inclusão do conceito de “desenvolvimento científico”, proposto pelo Presidente Hu Jintao, na Constituição da RPC

4. POLÍTICA INTERNA

A característica principal do sistema político chinês é o papel preponderante exercido pelo Partido Comunista Chinês (PCC) na condução da vida nacional. O Partido constrói o que chama de “socialismo de mercado com características chinesas”. Para tanto, permite, hoje, o ingresso em seus quadros de “todas as forças vivas da Nação”, inclusive a de capitalistas “patrióticos”.

O processo de transição para a chegada ao poder da Quarta Geração, em março de 2003, com a aposentadoria compulsória dos líderes da geração anterior, então representada pelo ex-presidente Jiang Zemin, deu-se conforme o programado. O ex-Vice-Presidente Hu Jintao foi alçado à condição de “número 1” da Comissão Permanente do Politburo e nomeado Secretário-Geral do Partido durante o XVI Congresso do PCC, em novembro de 2002. Meses depois, em março de 2003, Hu assumiu o cargo de Presidente da República. Os “números 2 e 3” da Comissão Permanente do Politburo, Wu Banguo e Wen Jiabao, foram indicados respectivamente para a Presidência do Congresso Nacional do Povo (órgão máximo do Poder Legislativo chinês) e para a Presidência do Conselho de Estado (órgão ao qual se subordina o Poder Executivo chinês).

Os atuais líderes do país têm enfatizado o conceito de “Estado de direito”, introduzido na Constituição do país em 1999, e o de “império da lei”. As decisões são tomadas por um colegiado, integrado pelos nove membros da Comissão Permanente do Politburo. Para além da evolução política da China, um fator determinante para o futuro do país no médio prazo reside na forma em que serão continuadas as reformas econômicas, em particular a modernização do parque industrial chinês.

Registra-se, desde meados da década de 1990, progressivo fortalecimento do legislativo chinês (Congresso Nacional do Povo, presidido por Wu Banguo) e do órgão de aconselhamento e discussão chamado de Conferência Político-Consultiva do Povo da China (CPPCC, dirigido por Jia Qingling), que congrega os “altos conselheiros políticos” da nação.

Em setembro de 2004, confirmou-se anúncio adiantado pelas agências noticiosas de que, ao final da IV Reunião do Plenum do Comitê Central do PCC, o Presidente Hu Jintao assumiria o posto de Chefe da Comissão Central Militar, em substituição ao ex-Presidente Jiang Zemin. O Presidente Hu consolidou, assim, o poder como dirigente máximo chinês ao ocupar simultaneamente os cargos de Presidente da República Popular da China, Secretário-Geral do PCC e Chefe da Comissão Militar Central.

O XVII Congresso do PCC, encerrado em meados de outubro de 2007, representou passo importante na consolidação do modelo de “administração colegiada” cada vez mais evidente no funcionamento do Comitê Permanente do PCC e de seu Birô Político, nos quais nenhum líder detém, individualmente, poder incontrastável. O novo estilo de liderança colegiada traz várias conseqüências políticas de grande alcance para o país. Em boa medida, o Governo chinês vem ganhando estabilidade institucional. A implementação de novas reformas ou importantes alterações de rota demandam um consenso no Birô Político.

Ainda em conseqüência do XVII Congresso do PCC, mencione-se o surgimento, em posição de força, de uma nova geração de líderes do PCC mais conscientes do papel que a China desempenha no mundo. A chamada “Quinta Geração” começou a galgar postos importantes nos anos noventa, num período em que a China começava a despontar como uma grande potência econômica e comercial.

5. ECONOMIA

A economia chinesa expandiu-se significativamente nas últimas décadas, com a transição, de um sistema de planejamento estatal virtualmente fechado à economia internacional, da era Mao, para o modelo de crescente orientação de mercado e abertura comercial introduzido com a chegada de Deng Xiaoping ao poder, em 1978.

Com uma taxa média de crescimento de 10% ao ano nas duas últimas décadas, a China já é a quarta economia do mundo e deve ultrapassar a Alemanha ainda em 2008. O PIB em 2006 foi de US\$2,6 trilhões e ultrapassou os US\$3 trilhões em 2007. A taxa de crescimento foi de 11,9% em 2007, e a previsão para 2008 é de 9,6%. Quando se aplica o processo de paridade de poder de compra, a China já é a segunda maior economia do mundo há alguns anos.

A extraordinária abertura ao exterior (o comércio internacional corresponde a mais de 2/3 do PIB e é grande o investimento estrangeiro) bem como seu enorme contingente populacional (1,3 bilhão de habitantes) fazem com que a China tenha grande influência nos rumos da economia global. A economia chinesa reduz os preços dos produtos industrializados que produz em grande escala, contribui para o aumento dos preços dos produtos que importa (principalmente commodities agrícolas, minerais e petróleo) e ajuda a manter em níveis modestos as taxas de juros internacionais, mediante a aquisição de títulos da dívida das grandes economias industrializadas (sobretudo dos EUA) com suas enormes reservas internacionais, que chegaram a US\$ 1,53 trilhão em dezembro de 2007.

As reformas econômicas se iniciaram em 1979, com ampla revisão do sistema coletivista na agricultura, permitindo a acumulação de excedentes e o surgimento de uma incipiente economia industrial e de serviços nas zonas rurais. A partir de 1984, o foco da política econômica voltou-se para incentivos à industrialização, grandes investimentos em infra-estrutura e mecanismos de estímulo às exportações, dando origem ao conceito do “socialismo de mercado com características chinesas”. Esse sistema combina estímulo à iniciativa privada, gradual liberalização de preços, descentralização fiscal, maior autonomia para empresas estatais, estabelecimento de um sistema bancário e de um mercado de capitais e investimento estrangeiro.

De 1998 em diante, o Governo promoveu a reestruturação das empresas estatais, com o abandono das menos rentáveis, o que aumentou o nível de desemprego. Em 2001, o ingresso da China na OMC (depois de 15 anos de negociações) consolidou o processo de modernização econômica, estimulado pelo marco legal mandatário que impõe o compromisso com a economia de mercado, privatização de estatais e a abertura progressiva de setores antes fechados a empresas e investidores estrangeiros. Essas orientações foram re combinadas pela atual cúpula do Partido comunista e do Governo do Presidente Hu Jintao e do Premier Wen Jiabao.

O modelo de desenvolvimento chinês combina altas taxas de investimento, sobretudo doméstico (90% do total), mas também inclui captação de investimentos diretos estrangeiros em setores estratégicos, industrialização intensiva e forte vocação exportadora. Embora bem sucedido em termos de crescimento, ainda busca enfrentar as disparidades entre a população urbana e as áreas rurais do interior e desafios tais como o da preservação do meio ambiente e o imperativo do uso mais racional de energia e outros recursos naturais (três temas centrais no novo Plano Quinquenal 2006-2010, aprovado em março de 2006 e atualmente em plena implementação).

A partir de meados de 2005, o governo central passou a defender a idéia de que o modelo de desenvolvimento deve ser menos calcado no crescimento “a qualquer preço” e mais voltado à promoção de certos objetivos sociais, como a sustentabilidade econômica, social, energética e ambiental. Para afastar o risco de sobreaquecimento da economia, o Banco Central tem aumentado regularmente a taxa de juros e o “encaixe bancário”, para conter repiques da inflação. Outras políticas públicas incluem restrições ao investimento em certos setores, medidas de uso racional e conservação de recursos naturais e energia, contenção da poluição, atração “seletiva” de investimento externo, ampliação

do consumo doméstico, redução das exportações e do saldo comercial e manutenção da disciplina macroeconômica.

Há previsão de que o crescimento do PIB deverá diminuir de ritmo. Continuará, todavia, impressionante, com estimativa de que regreda de 11,9% em 2007 para 8,5% em 2012. Estima-se que a demanda interna se fortaleça no período, uma vez que o consumo vem crescendo em face do aumento dos salários.

6. POLÍTICA EXTERNA

Dois grandes vetores balizam a política externa da RPC: a defesa de um sistema internacional multipolar, no qual a China pretende ter papel de destaque, e a manutenção de um cenário regional desanuviado de tensões político-militares, que possibilite àquele país concentrar recursos nas tarefas de desenvolvimento e reforma do Estado.

Nesse sentido, o Governo chinês tem procurado aprofundar o relacionamento e estreitar parcerias com países-chave, como os EUA, a Rússia, o Japão, a Índia e a França. A RPC tem, ademais, buscado construir imagem externa positiva, que não apenas lhe facilite atingir metas internacionais consideradas importantes, como a consolidação das condições de sua acessão plena à Organização Mundial do Comércio, mas também a credencie como ator e parceiro internacional de peso.

Os objetivos fundamentais da diplomacia chinesa são a manutenção do ritmo acelerado de desenvolvimento econômico e a reconquista e consolidação da integridade territorial, problema em que se ingerem a questão de Taiwan e a consolidação da autoridade de Pequim no Xinjiang e no Tibete.

No entorno regional, a China visa a preservação da estabilidade, considerada premissa para o seu desenvolvimento, em um projeto que tem a integração econômica (com a ASEAN, a Ásia Central, o Nordeste da Ásia e, mais recentemente, a Índia) como uma de suas linhas centrais, e ao incremento da influência política, militar e econômica do país. Nesse sentido, a política externa chinesa atua na promoção da superação negociada de antigos deferidos regionais. A China tem desenvolvido uma ativa política de boa vizinhança, apresentando-se como um fator de estabilidade regional e atuando na organização do espaço geográfico asiático.

Recentemente, tomou-se também um dos principais objetivos da política externa chinesa a garantia de uma rede internacional de fornecedores de matérias-primas, em especial recursos energéticos. Esse objetivo de garantir insumos, fundamentais para sustentar o desenvolvimento econômico do país tem contribuído

para a ampliação da atuação diplomática da China em direção a áreas do mundo nas quais mantinha, tradicionalmente, um perfil baixo ou acessório, como os países árabes, a África e a América Latina.

Nos últimos anos, a América Latina tem sido alvo da política de expansão de horizontes da China, visando a ampliação das parcerias comerciais e de investimentos, assim como à definição de uma agenda cooperativa quanto aos temas multilaterais, tanto na esfera do comércio (OMC) quanto da política (direitos humanos, multipolaridade, primado da ONU, etc.). Na região, a China atribui alta relevância ao relacionamento com o Brasil.

Pequim procura desenvolver uma atuação universalista, propondo-se responsabilidades cada vez maiores na ordem mundial, apoiando-se no assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e nos organismos multilaterais.

A China se apresenta como uma nova potência cuja ascensão fortaleceria a posição dos países em desenvolvimento e da região da Ásia-Pacífico na globalização, em favor da diminuição das desigualdades internacionais. Esse é o sentido da “teoria da ascensão pacífica da China”, doutrina oficial da diplomacia chinesa para justificar o novo papel do país no sistema internacional, a qual se apóia, ainda, na defesa do multilateralismo e de uma ordem mundial multipolar.

7. RELAÇÕES BRASIL – CHINA

Desde o reestabelecimento de relações diplomáticas, em 1974, o relacionamento Brasil-China tem sido caracterizado por um diálogo político intenso, estreita cooperação em áreas estratégicas como a de alta tecnologia, freqüentes visitas de alto nível, posições convergentes nos foros internacionais e assinatura de mais de 50 acordos bilaterais. Em 1993, os dois países celebraram uma parceria estratégica cujo primeiro fruto foi o

Programa Conjunto de Satélites CBERS (China-Brasil **Earth Resources Satellite**), o mais bem sucedido programa de cooperação científica entre países em desenvolvimento.

A partir de 2000, houve um adensamento inédito na relação bilateral, resultante tanto da transformação da China em principal parceiro comercial do Brasil na Ásia, como pela aproximação política crescente, que culminou com as visitas, em 2004, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China e do Presidente Hu Jintao ao Brasil. As duas visitas deram considerável impulso às relações bilaterais, com a assinatura de mais de

15 acordos bilaterais, destacando-se nesse âmbito a iniciativa brasileira de considerar a China como economia de mercado, em troca de concessões comerciais chinesas ao Brasil. Ressaltem-se, dentre tais tratados, instrumentos que facilitaram o turismo bilateral, a cooperação judiciária e a extradição de criminosos. No campo político propriamente dito, o mais importante acordo foi a criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), órgão que, além de conferir maior institucionalidade e sentido estratégico ao relacionamento bilateral, foi constituído com a incumbência de servir como principal canal de diálogo político de alto nível entre os dois países.

Mais recentemente, em 2005, o relacionamento bilateral passou por um período de dificuldades na área comercial, que levaram o Brasil a considerar restrições a importações chinesas. Em 2006, conversações entre os dois países permitiram a negociação de acordo de autolimitação de exportação de produtos têxteis chineses ao Brasil, fazendo surgir um modelo de solução de contenciosos com aplicações futuras também em outros setores sensíveis, como o dos brinquedos.

Em março de 2006, ocorreu a visita do Vice-Presidente José Alencar à China, ocasião em que foi implementada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), acordada em 2004.

Em abril de 2007, foi realizada a Reunião da Subcomissão de Assuntos Políticos da COSBAN, em Brasília, com a presença do então Subsecretário para as Américas, Embaixador Yang Jiechi, que logo depois tornou-se Chanceler da RIPC. O seu contraparte brasileiro foi o Embaixador Roberto Jaguaribe, SGAP II. Ao longo da reunião, foram tratados vários temas da agenda política bilateral, em especial o estabelecimento de um “Diálogo Estratégico” entre os dois países e a finura ampliação da rede consular brasileira em território chinês. O Governo brasileiro reiterou o convite à Parte chinesa para que o Primeiro-Ministro Wen Jiabao venha ao Brasil, já que é a única alta autoridade da China que ainda não o fez.

Em setembro de 2007, o satélite sino-brasileiro CBERS-2B foi lançado do Centro de Lançamento de Satélites de Tayuan (TLSC), na Província de Shanxi. O CBERS-3 foi lançado em 2008 e o Programa prevê ainda o lançamento do CBERS-4 em 2010.

Realizou-se em Pequim, no dia 29-11-2007, a I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-China, co-presidida pelo SGAP II, Embaixador Roberto Jaguaribe,

e pelo Embaixador Li Jinzhang, Vice-Ministro encarregado dos assuntos da América Latina na Chancelaria chinesa. Na primeira edição desse mecanismo, os dois lados trocaram impressões sobre as respectivas estratégias nacionais de desenvolvimento, bem como dos elementos norteadores de suas políticas externas. Trataram igualmente da relação bilateral e dos desafios, particularmente com relação à tarefa de revitalizar e aperfeiçoar a parceria estratégica, o que se faz tanto mais urgente pela ascensão internacional do Brasil e da China. Passaram ainda em revista os principais temas da agenda internacional e multilateral.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, propôs à China troca de visitas entre Chanceleres para o ano de 2008.

Igualmente, está aventada, também para 2008, a possibilidade de que o Presidente Lula visite a RPC.

8. INTERCÂMBIO COMERCIAL

Em 2007, o fluxo comercial entre a China e o Brasil foi de US\$23,369 bilhões (em 2002 havia sido de US\$ bilhões, em 2003 de US\$6,7 bilhões, em 2004 de US\$9,1 bilhões, em 2005 de US\$12,2 bilhões, e em 2006 de US\$16,4 bilhões). Esse resultado representou um aumento de 42,6% em relação ao ano de 2006. Até abril de 2008, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a China já alcançou US\$8,9 bilhões, um aumento de 44,8% em relação ao registrado no mesmo período de 2007.

Em cinco anos, o intercâmbio comercial com a China passou de 5,5% do total do intercâmbio brasileiro para 8,3%.

As exportações brasileiras para China em 2007 atingiram o valor de US\$10,7 bilhões (em 2002, tinham sido de US\$2,5 bilhões, em 2003 de US\$4,5 bilhões, em 2004 de US\$5,4 bilhões, em 2005 de US\$6,8 bilhões, e em 2006 de US\$8,4 bilhões). Esses números representam um crescimento de 27,9% em relação ao ano anterior. Até abril de 2008, as exportações brasileiras para a China já chegaram a US\$3,4 bilhões, um aumento de 16,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em cinco anos houve um crescimento das exportações de 233%. A participação da China na pauta das exportações brasileiras passou, entre os anos 2003-07, de 4,2% para 6,7%.

As importações brasileiras da China em 2007 totalizaram US\$12,6 bilhões (em 2002, foram de US\$1,5 bilhão, em 2003 de US\$ 2,1 bilhões, em 2004 de US\$3,7 bilhões, em 2005 de US\$5,3 bilhões, e, em

2006, US\$7,9 bilhões). Houve um crescimento de 57,9% em relação a 2006.

Até abril de 2008, as importações brasileiras oriundas da China atingiram a soma de US\$5,5 bilhões, um crescimento de 69,6% em relação ao registrado no mesmo período em 2007. A participação da China na pauta de importações brasileiras passou, entre os anos de 2003-07, de 3,3% para 10,5%.

Da análise dos dados, percebe-se que o superávit do Brasil diminuiu ano a ano entre 2003 e 2006. Depois de registrar superávit recorde de US\$2,4 bilhões na balança comercial com a China em 2003, em 2004 o saldo positivo caiu para US\$1,7 bilhão, em 2005 para US\$1,5 bilhão e em 2006 para US\$0,4 bilhão.

Desde o ano passado, o Brasil vem registrando déficit na relação com a China. Em 2007, o déficit foi de US\$1,8 bilhões negativos. Até abril de 2008, o saldo negativo da balança comercial indicava US\$2,1 bilhões.

A pauta de exportações do Brasil para a RPC está concentrada em um número reduzido de produtos, na maior parte básicos (**commodities**) e semi-manufaturados. A participação relativa de produtos básicos tem crescido mais rapidamente do que as exportações de manufaturas e, atualmente, corresponde a cerca de 80% do total das exportações brasileiras para a RPC. Em relação a outros mercados, a participação média dos produtos de base nas exportações brasileiras foi de cerca de 20% no ano passado.

Os complexos soja e minérios têm mantido uma participação na pauta de exportações acima de 50%, desde 2001. No que concerne às exportações brasileiras de soja, a China ultrapassou o Japão, em 2003, e tomou-se o maior importador de soja brasileira. Em 2007, a China importou US\$2,8 bilhões em soja, apresentando crescimento de 26,3% em relação a 2006.

O crescimento do setor siderúrgico na China estimula as importações de minério de ferro. A China é o principal comprador de minério de ferro produzido no Brasil, continuando a expandir suas importações em 2007 (US\$3,8 bilhões, crescimento de 35,4% sobre 2006).

A pauta de importações brasileiras provenientes da RPC possui uma elevada participação de “máquinas, aparelhos e materiais elétricos e eletrônicos parte significativa dos produtos eletroeletrônicos importados da RPC são componentes usados na indústria da informática, telefonia e outros aparelhos elétricos, que entram na cadeia produtiva das indústrias de instaladas no Brasil, notadamente nos estados do Amazonas, São Paulo e Bahia.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CHINA

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República Popular da China
Superfície	9.561.000 Km ²
Localização	Leste da Ásia
Capital	Pequim
Principais cidades	Shangai, Chengdu, Nanjing, Changchun, Wuhan, Peking
Idioma oficial	Mandarim
PIB (2007 - Estimativa EIU)	US\$ 3,2 trilhões
PIB "per capita" (2007)	US\$ 2.454
Moeda	Yuan/Renminbi

Elaborado pelo MRE/OPROIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report May 2008.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2003	2004	2005	2006	2007 ⁽¹⁾
População (em bilhões de habitantes)	1,29	1,30	1,31	1,31	1,32
Densidade demográfica (hab/Km ²)	135,1	136,0	136,8	137,4	138,2
PIB (US\$ trilhões) ⁽²⁾	1,65	1,94	2,30	2,77	3,24
Crescimento real do PIB (%) ⁽²⁾	10,0	10,1	10,4	11,6	11,9
Varição anual do índice de preços ao consumidor (%) ⁽²⁾	3,2	2,3	1,7	2,8	6,5
Dívida Externa Total (US\$ bilhões)	208,5	247,7	281,6	322,8	349,0
Reservas Internacionais (US\$ bilhões) ⁽²⁾	412,2	618,6	825,6	1.072,6	1.534,4
Câmbio (Rmb / US\$) ⁽²⁾	8,28	8,28	8,07	7,81	7,31

Elaborado pelo MRE/OPROIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report May 2008.

(1) Estimativa EIU.

(2) 2007: dado real.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CHINA

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2004	2005	2006 ⁽¹⁾
A. Balança comercial (líquido - FOB)	58.983	134.189	217.746
Exportações	593.393	762.484	969.682
Importações	534.410	628.295	751.936
B. Serviços (líquido)	-9.699	-9.392	-8.834
Receita	62.434	74.404	91.999
Despesa	72.133	83.796	100.833
C. Renda (líquido)	-3.523	10.635	11.755
Receita	20.544	38.959	51.240
Despesa	24.067	28.324	39.485
D. Transferências unilaterais (líquido)	22.898	25.386	29.199
E. Transações correntes (A+B+C+D)	68.660	160.818	249.866
F. Conta de capitais (líquido)	-69	4.102	4.020
G. Conta financeira (líquido)	110.729	58.862	6.016
Investimentos diretos (líquido)	53.132	67.821	60.265
Portfólio (líquido)	19.690	-4.933	-67.558
Outros	37.908	-4.026	13.309
H. Erros e Omissões	26.834	-16.441	-13.048
I. Saldo (E+F+G+H)	206.154	207.341	246.855

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - International Financial Statistics, CD April 2008.

(1) Última posição disponível.

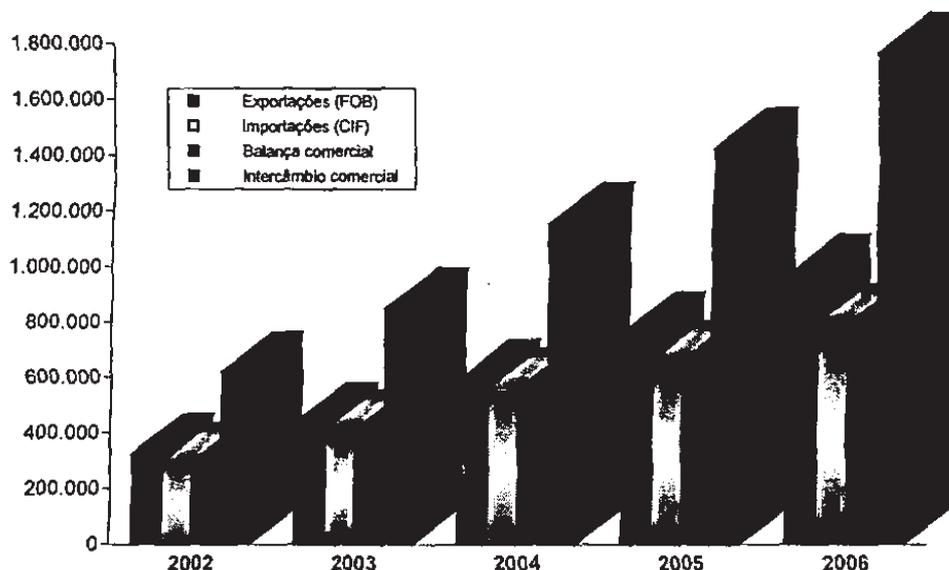
COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ⁽²⁾
Exportações (FOB)	325.744	438.364	593.358	762.337	969.284	890.093
Importações (CIF)	295.440	412.836	561.422	660.218	791.793	716.792
Balança comercial	30.304	25.528	31.936	102.119	177.491	173.301
Intercâmbio comercial	621.184	851.200	1.154.780	1.422.555	1.761.077	1.606.885

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD April 2008.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de cálculo.

(2) janeiro - setembro.

COMÉRCIO EXTERIOR DA CHINA 2002-2006



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD April 2008.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
CHINA**

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões, FOB)	2004	% no total	2005	% no total	2006	% no total	2007 ⁽¹⁾	% no total
EXPORTAÇÕES								
Estados Unidos	125.155	21,1%	163.348	21,4%	203.898	21,0%	183.587	20,6%
Hong Kong	100.878	17,0%	124.505	16,3%	155.435	16,0%	126.795	14,2%
Japão	73.514	12,4%	84.097	11,0%	91.773	9,5%	75.884	8,5%
República da Coreia	27.818	4,7%	35.117	4,6%	44.558	4,6%	40.708	4,6%
Alemanha	23.756	4,0%	32.537	4,3%	40.302	4,2%	36.193	4,1%
Países Baixos	18.519	3,1%	25.876	3,4%	30.843	3,2%	29.004	3,3%
Reino Unido	14.968	2,5%	18.983	2,5%	24.159	2,5%	22.793	2,6%
Cingapura	12.687	2,1%	16.716	2,2%	23.188	2,4%	21.127	2,4%
Itália	9.226	1,6%	11.697	1,5%	15.981	1,6%	17.070	1,9%
Rússia	9.103	1,5%	13.211	1,7%	15.829	1,6%	17.606	2,0%
Canadá	8.162	1,4%	11.658	1,5%	15.520	1,6%	17.344	1,9%
Índia	5.927	1,0%	8.937	1,2%	14.588	1,5%	15.720	1,8%
França	9.967	1,7%	11.701	1,5%	13.967	1,4%	14.793	1,7%
Austrália	8.838	1,5%	11.065	1,5%	13.626	1,4%	13.434	1,5%
Malásia	8.087	1,4%	10.618	1,4%	13.540	1,4%	12.262	1,4%
Espanha	5.534	0,9%	8.486	1,1%	11.547	1,2%	12.910	1,5%
Emirados Árabes Unidos	6.842	1,2%	8.733	1,1%	11.411	1,2%	11.910	1,3%
Bélgica	5.860	1,0%	7.740	1,0%	9.908	1,0%	9.934	1,1%
Taiilândia	5.802	1,0%	7.819	1,0%	9.763	1,0%	9.281	1,0%
Indonésia	6.257	1,1%	8.369	1,1%	9.457	1,0%	9.361	1,1%
<i>Brasil</i>	<i>3.675</i>	<i>0,6%</i>	<i>4.829</i>	<i>0,6%</i>	<i>7.380</i>	<i>0,8%</i>	<i>7.220</i>	<i>0,8%</i>
SUBTOTAL	490.576	82,7%	626.040	82,1%	776.675	80,1%	704.939	79,2%
DEMAIS PAÍSES	102.782	17,3%	136.297	17,9%	192.609	19,9%	185.154	20,8%
TOTAL GERAL	593.358	100,0%	762.337	100,0%	969.284	100,0%	890.093	100,0%

Elaborado pelo IREOPRODUC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD April 2008.

Países listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2006.

(1) Janeiro - setembro.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões, CIF)	2004	% no total	2005	% no total	2006	% no total	2007 ⁽¹⁾	% no total
IMPORTAÇÕES								
Japão	94.372	16,8%	100.468	15,2%	115.811	14,6%	94.795	13,2%
República da Coreia	62.250	11,1%	76.874	11,6%	89.819	11,3%	76.299	10,6%
Estados Unidos	44.773	8,0%	48.995	7,4%	59.326	7,5%	52.101	7,3%
Alemanha	30.368	5,4%	30.668	4,6%	37.888	4,8%	32.651	4,6%
Malásia	18.174	3,2%	20.108	3,0%	23.577	3,0%	18.441	2,6%
Austrália	11.553	2,1%	16.147	2,4%	19.195	2,4%	17.479	2,4%
Taiilândia	11.542	2,1%	13.994	2,1%	17.962	2,3%	15.010	2,1%
Filipinas	9.059	1,6%	12.870	1,9%	17.676	2,2%	16.618	2,3%
Cingapura	13.997	2,5%	16.531	2,5%	17.675	2,2%	15.397	2,1%
Rússia	12.130	2,2%	15.886	2,4%	17.539	2,2%	15.205	2,1%
Arábia Saudita	7.524	1,3%	12.286	1,9%	15.087	1,9%	12.402	1,7%
<i>Brasil</i>	<i>8.684</i>	<i>1,5%</i>	<i>9.982</i>	<i>1,5%</i>	<i>12.907</i>	<i>1,6%</i>	<i>12.571</i>	<i>1,8%</i>
França	7.670	1,4%	9.027	1,4%	11.298	1,4%	9.152	1,3%
Angola	4.717	0,8%	6.581	1,0%	10.931	1,4%	8.265	1,2%
Hong Kong	11.800	2,1%	12.232	1,8%	10.795	1,4%	40.359	5,6%
Índia	7.677	1,4%	9.780	1,5%	10.469	1,3%	10.029	1,4%
Irã	4.492	0,8%	6.796	1,0%	9.946	1,3%	9.772	1,4%
Indonésia	7.224	1,3%	8.430	1,3%	9.621	1,2%	9.465	1,3%
Itália	6.451	1,1%	6.934	1,1%	8.606	1,1%	7.163	1,0%
Canadá	7.354	1,3%	7.516	1,1%	7.667	1,0%	7.595	1,1%
Reino Unido	4.761	0,8%	5.511	0,8%	6.510	0,8%	5.564	0,8%
Omã	4.278	0,8%	4.142	0,6%	6.130	0,8%	5.142	0,7%
Chile	3.676	0,7%	4.943	0,7%	5.689	0,7%	7.423	1,0%
Bélgica	3.520	0,6%	4.006	0,6%	4.304	0,5%	3.667	0,5%
Suíça	3.645	0,6%	3.894	0,6%	4.269	0,5%	3.878	0,5%
SUBTOTAL	401.690	71,5%	464.601	70,4%	550.694	69,6%	506.444	70,7%
DEMAIS PAÍSES	169.732	28,5%	195.617	29,6%	241.099	30,4%	210.348	29,3%
TOTAL GERAL	561.422	100,0%	660.218	100,0%	791.793	100,0%	716.792	100,0%

Elaborado pelo IREOPRODUC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD April 2008.

Países listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2006.

(1) Janeiro - setembro.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CHINA

. COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2006 ⁽¹⁾	
	Valor	% total
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões - FOB)		
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	227.476	23,5%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	186.569	19,3%
Vestuário e seus acessórios, de malha	44.900	4,6%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	43.720	4,5%
Instrumentos e aparelhos de óptica, foto, precisão, médicos	32.610	3,4%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	27.955	2,9%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	26.784	2,8%
Ferro fundido, ferro e aço	25.132	2,6%
Brinquedos, jogos, artigos para divertimento ou para esporte	22.637	2,3%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	22.373	2,3%
Plásticos e suas obras	22.224	2,3%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	21.813	2,3%
Combustíveis e óleos minerais e produtos da sua destilação	17.770	1,8%
Produtos químicos orgânicos	15.542	1,6%
Obras de couro, artigos de correeiro ou de seleiro	12.404	1,3%
Outros artefatos têxteis confeccionados	12.076	1,2%
Alumínio e suas obras	9.277	1,0%
Algodão	8.877	0,9%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	8.573	0,9%
Subtotal	788.712	81,4%
Demais Produtos	180.223	18,6%
Total Geral	968.936	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Cortrade.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
CHINA**

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CHINA ⁽¹⁾ (US\$ mil, FOB)	2003	2004	2005	2006	2007
Exportações	4.533.363	5.441.746	6.834.997	8.402.369	10.748.814
Variação em relação ao ano anterior	79,8%	20,0%	25,6%	22,9%	27,9%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾	38,8%	37,3%	36,8%	40,4%	42,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	6,2%	5,6%	5,8%	6,1%	6,7%
Importações	2.147.801	3.710.477	5.354.519	7.990.415	12.620.254
Variação em relação ao ano anterior	38,2%	72,8%	44,3%	49,2%	57,9%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾	24,1%	30,2%	31,7%	34,9%	41,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras	4,4%	5,9%	7,3%	8,7%	10,5%
Intercâmbio comercial	6.681.164	9.152.223	12.189.516	16.392.784	23.369.068
Variação em relação ao ano anterior	64,0%	37,0%	33,2%	34,5%	42,6%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾	32,4%	34,1%	34,4%	37,5%	41,9%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	5,5%	5,7%	6,3%	7,2%	8,3%
Balança comercial	2.385.562	1.731.269	1.480.478	411.954	-1.871.440

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.
(2) Exclusiva Oriente Médio.

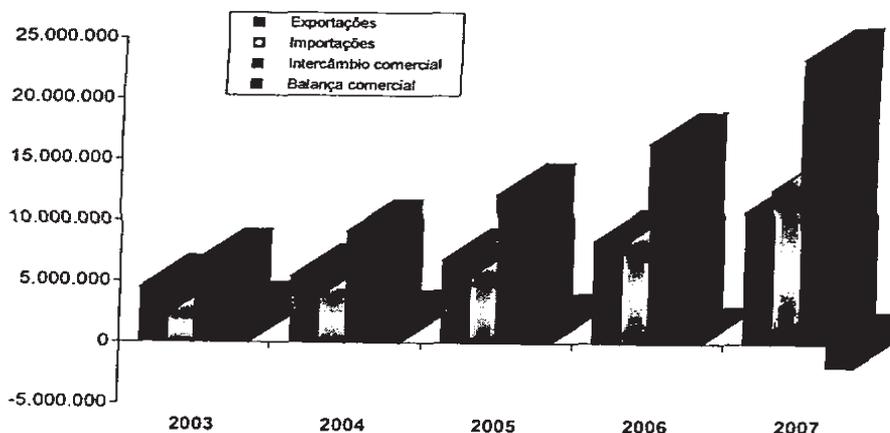
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CHINA (US\$ mil, FOB)	2007 (jan-abr)	2008 (jan-abr)
Exportações	2.922.371	3.415.932
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	35,8%	16,9%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽¹⁾	41,3%	39,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	6,3%	6,5%
Importações	3.286.624	5.573.935
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	46,9%	69,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽¹⁾	39,2%	41,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras	9,8%	11,6%
Intercâmbio Comercial	6.208.995	8.989.867
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	41,4%	44,8%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽¹⁾	40,2%	40,7%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	7,8%	8,9%
Balança Comercial	-364.253	-2.158.003

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

(1) Exclusiva Oriente Médio.

**INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CHINA
2003-2007**

(US\$ mil, FOB)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
CHINA**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CHINA (US\$ mil - FOB)	2 0 0 5	% no total	2 0 0 6	% no total	2 0 0 7	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Minérios, escórias e cinzas	1.891.778	27,7%	2.686.497	32,0%	3.807.910	35,4%
Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	1.242.541	18,2%	2.141.646	25,5%	3.118.949	29,0%
Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	542.090	7,9%	487.812	5,8%	591.337	5,5%
Sementes e frutos oleaginosos, grãos	1.717.113	25,1%	2.431.708	28,9%	2.831.908	26,3%
Outros grãos de soja, mesmo triturados	1.716.921	25,1%	2.431.569	28,9%	2.831.861	26,3%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	558.074	8,2%	835.946	9,9%	840.178	7,8%
Óleos brutos de petróleo	541.630	7,9%	835.846	9,9%	839.897	7,8%
Peles, exceto peleteria (peles com pelos) e couros	250.217	3,7%	381.364	4,5%	490.384	4,6%
Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas	270.051	4,0%	380.373	4,5%	423.475	3,9%
Ferro fundido, ferro e aço	527.791	7,7%	174.944	2,1%	336.258	3,1%
Ferrosíbio	76.291	1,1%	97.791	1,2%	206.034	1,9%
Ferro fundido bruto não ligado, com peso <=0,5% de fósforo	19.958	0,3%	31.018	0,4%	89.921	0,8%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	172.098	2,5%	116.427	1,4%	322.772	3,0%
Fumo (tabaco) e seus sudedâneos manufaturados	248.822	3,6%	77.611	0,9%	271.340	2,5%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	259.182	3,8%	276.506	3,3%	235.269	2,2%
Cobre e suas obras	9.238	0,1%	37.065	0,4%	225.863	2,1%
Subtotal	5.904.364	86,4%	7.398.441	88,1%	9.785.367	91,0%
Demais Produtos	930.633	13,6%	1.003.928	11,9%	963.447	9,0%
TOTAL GERAL	6.834.997	100,0%	8.402.369	100,0%	10.748.814	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alce.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2007.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
CHINA**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CHINA (US\$ mil - FOB)	2 0 0 5	% no total	2 0 0 6	% no total	2 0 0 7	% no total
(IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2.138.105	39,9%	3.158.133	39,5%	4.319.332	34,2%
Outs.parts.p/apars.de telefonia/telegrafia	428.158	8,0%	566.514	7,1%	775.970	6,1%
Terminais portáteis de telefonia celular	101.973	1,9%	178.908	2,2%	155.669	1,2%
Outras partes para aparelhos transmissores de radiodifusão, televisão	90.834	1,7%	119.178	1,5%	149.560	1,2%
Círculo impresso	69.595	1,3%	103.008	1,3%	139.956	1,1%
Outros aparelhos videofônicos para gravação/reprodução	121.186	2,3%	131.895	1,7%	122.599	1,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	760.840	14,2%	1.379.835	17,3%	2.347.040	18,6%
Máqs.p/impress.transm.de fax, conect.para process.	15.368	0,3%	20.483	0,3%	115.129	0,9%
Placas-mãe montadas para máquinas de processamentos de dados	44.980	0,8%	69.881	0,9%	110.704	0,9%
Unidades de discos magnéticos, para discos rígidos	9.738	0,2%	42.989	0,5%	106.483	0,8%
Outras unidades de discos ópticos	26.031	0,5%	54.606	0,7%	103.131	0,8%
Instrumentos, aparelhos de óptica, foto, precisão, médicos	370.185	6,9%	453.874	5,7%	700.170	5,5%
Dispositivos de cristais líquidos	255.936	4,8%	288.833	3,6%	506.484	4,0%
Produtos químicos orgânicos	396.016	7,4%	471.193	5,9%	625.277	5,0%
Outras sulfonamidas	988	0,0%	805	0,0%	27.774	0,2%
Ácido fosfonometilaminodiacético e ac. Trimetilfosfônico	5.453	0,1%	3.750	0,0%	21.822	0,2%
Outs. compostos heterocicl. cont. ciclo imidazol	14.814	0,3%	22.101	0,3%	18.837	0,1%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	85.207	1,6%	166.539	2,1%	329.987	2,6%
Ferro fundido, ferro e aço	48.720	0,9%	93.519	1,2%	326.557	2,6%
Adubos ou fertilizantes	156	0,0%	22.218	0,3%	320.961	2,5%
Brinquedos, jogos, artigos para divertimento/esportes	96.240	1,8%	151.248	1,9%	256.961	2,0%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	185.897	3,5%	135.516	1,7%	242.233	1,9%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	90.158	1,7%	137.952	1,7%	239.595	1,9%
Plásticos e suas obras	73.426	1,4%	156.995	2,0%	234.016	1,9%
Filamentos sintéticos ou artificiais	168.263	3,1%	202.305	2,5%	231.708	1,8%
Subtotal	4.413.213	82,4%	6.529.327	81,7%	10.173.837	80,6%
Demais Produtos	941.306	17,6%	1.461.088	18,3%	2.446.417	19,4%
TOTAL GERAL	5.354.519	100,0%	7.990.415	100,0%	12.620.254	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alce.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2007.

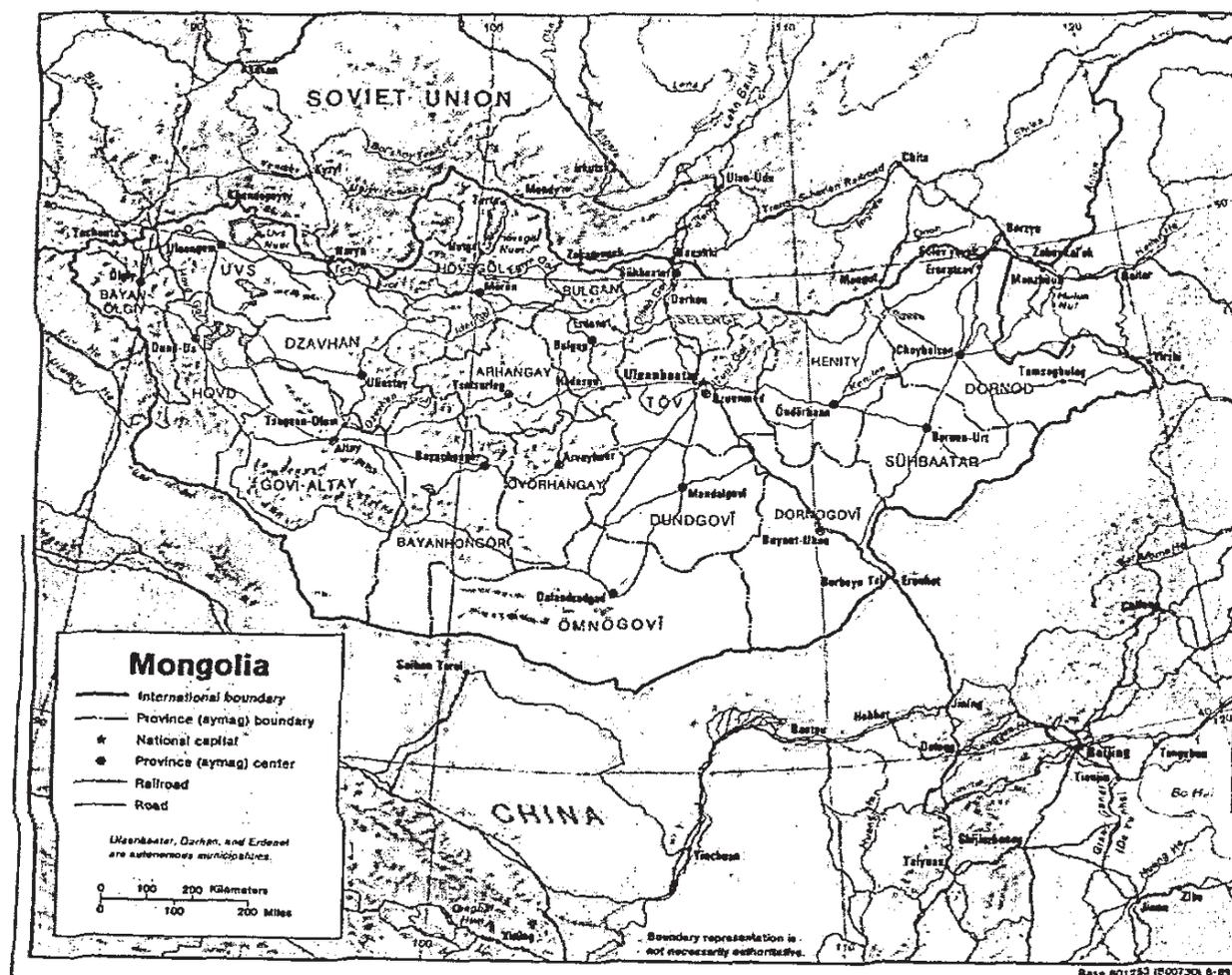
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA
Divisão da Ásia e Oceania I

MONGÓLIA

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

Brasília, maio de 2008

SUMÁRIO EXECUTIVO RESERVADO



1. DADOS BÁSICOS

GOVERNO	
Tipo de Governo	Sistema misto Presidencial/Parlamentar
Chefe de Estado	Presidente Nambaryn Enkhbayar (desde junho/2005)
Chefe de Governo	Primeiro-Ministro Sanjaa Bayar (desde novembro/2007)
Capital	Ulan Baator
Divisão administrativa	21 províncias e um distrito municipal

DEMOGRAFIA	
População (2008)	2.996.000
Crescimento populacional anual	1,49%
População urbana	57%
Grupo étnicos	
> Mongol	94,9%
> Turquicos	5,0%
> Outros	0,1%
Taxa de desemprego (2007)	3 %
População abaixo da linha de pobreza (2004)	36%

EDUCAÇÃO	
Taxa de alfabetização (adultos)	
> (Homens)	98%
> (Mulheres)	97,5%
Escolaridade	
> Fundamental	100%
> Médio	84%
> Superior	37%

SAÚDE	
Expectativa de vida	
> (Homens)	64,9 anos
> (Mulheres)	69,8 anos
Mortalidade infantil (per 1,000)	41

ECONOMIA	
PIB (2007 est.)	US \$ 8,4 bilhões
PIB – per capita	US \$ 2.900
PIB taxa de crescimento	9,9%
Orçamento (2007 est.)	
➤ Receita governamental	US \$ 1,58 bilhões
➤ Gastos governamentais	US \$ 1,49 bilhões
Participação no PIB (2006 est.)	
➤ Agricultura	18,8 %
➤ Indústria	40,4 %
➤ Serviços	40,8 %

COMÉRCIO	
Exportações (2007)	US\$ 1,88 bilhões
Importações	US\$ 2,11 bilhões
Saldo comercial	- US\$ 30 milhões
Dívida Externa (2007)	US\$ 1,43 bilhão
Balanço de Contas Correntes	US\$ 20 milhões

2. HISTÓRIA

Em 1206, formou-se um Estado a partir das tribos nômades de etnia mongol. Sob a liderança de Genghis Khan e seus sucessores, o Estado mongol veio a conquistar a China, a quase totalidade da Ásia e parte da Rússia européia. O poder das confederações mongóis declinou rapidamente a partir da derrubada da dinastia Yuan na China, em 1368. A nobreza mongol jurou fidelidade aos imperadores manchus da China em 1691, incorporando-se a região à periferia do império Qing como "Mongólia Exterior", gozando de considerável autonomia.

A derrubada do Império e o advento da República na China levou à proclamação da independência da Mongólia em relação ao domínio manchu, formando-se um Estado autônomo sob a proteção da Rússia czarista de 1912 a 1919. A Revolução Russa estimulou a China de então, liderada por senhores da guerra, a invadir a Mongólia em 1919, precipitando-se uma guerra civil que levou a nova declaração de independência, em 1921, quando Bogd Khan foi levado ao trono de uma monarquia constitucional. Em novembro de 1924, com a morte de Bogd Khan, foi proclamada a República Popular da Mongólia, incorporada à área de influência soviética.

3. ECONOMIA

A estrutura econômica da Mongólia é pouco diversificada e depende de atividades pastoris (43% da população ainda vive em zonas rurais) e, crescentemente, da mineração. Além de ser vulnerável às oscilações dos preços internacionais de minérios, a economia da Mongólia também sofre com as condições climáticas adversas. Na capital mais fria do planeta, as temperaturas podem atingir -70°C no inverno e dizimar parte dos rebanhos. A Mongólia apresenta baixíssima densidade demográfica, com os 2,9 milhões de habitantes do país distribuídos em uma superfície equivalente à do território da Argentina.

Em função dos constrangimentos apontados acima, o futuro da economia mongol depende fundamentalmente da mineração (o setor industrial, artificialmente criado nos anos sessenta e setenta com ajuda financeira soviética, revelou-se pouco competitivo). Há cerca de oitenta reservas minerais comprovadas, mas seu aproveitamento tem sido ainda pequeno devido a falta de infra-estrutura de transporte. Dentre os recursos que possui, estão o carvão, o ouro, o cobre, o molibdênio, e algum petróleo. A adoção de leis de investimento e mineração favoráveis ao capital estrangeiro, combinadas com a enorme demanda chinesa por minérios, gerou forte interesse de companhias estrangeiras, que passaram a instalar-se na Mongólia a partir de 2001.

Dentre essas empresas encontram-se firmas canadenses, australianas, japonesas e uma brasileira, a Vale.

Entre 1920 e 1990, a economia mongol seguia o modelo de planificação central adotada pela ex-URSS. O setor agrícola – sobretudo a pecuária -, responsável pela maior parte da atividade econômica nacional até 1970, foi coletivizado nos anos cinquenta, seguindo os padrões soviéticos. A partir dos anos sessenta, o país desenvolveu, sob a égide do Comecon, um setor industrial rudimentar cuja contribuição à economia nacional já ultrapassava a da agricultura e pecuária em meados dos anos setenta. Nesses mesmos anos setenta, desenvolveu-se o setor mineral, por meio de associações de empresas mongóis com congêneres da URSS, Checoslováquia e Bulgária.

Em 1990, em meio ao colapso da União Soviética e do próprio Comecon, a Mongólia passou por séria crise econômica na qual se viu privada de seus principais mercados externos e fontes de auxílio ao desenvolvimento. A perda de suprimentos subsidiados soviéticos de petróleo, maquinário e bens de consumo, afetou severamente o país, cujo PIB contraiu-se em 9,5%, em 1992. Sem outras opções, a Mongólia passou por profundas reformas políticas e econômicas,

que incluíram uma “terapia de choque”. Como parte deste processo, o país liberalizou rapidamente seu sistema de preços e salários e privatizou a maior parte de suas empresas estatais. Nesse processo, pôde contar com a ajuda do Banco Mundial, FMI e Banco Asiático de Desenvolvimento, importante para compen-sar as perdas que a Mongólia teve com a interrupção da ajuda financeira soviética (esta representava, nos anos oitenta, 6% do PIB mongol). Desde 1996, a economia mongol, já em bases de mercado, tem crescido significativamente, embora sem criar a totalidade dos empregos requeridos pela população mongol.

Estudo do Banco Mundial atribui à mineração um papel fundamental no potencial de crescimento econômico do país. Segundo projeções do Banco, as exportações de cobre devem triplicar entre 2002 e 2008, passando de US\$136,9 milhões para US\$412,2 milhões e representando cerca de 20% do PIB, em 2008. A participação do cobre na pauta de exportações do país deverá crescer de 27 para 45 % no mesmo período. Apesar das grandes reservas de minérios, a falta de infra-estrutura adequada tem criado dificuldades para o pleno desenvolvimento das atividades de extração mineral.

4. POLÍTICA INTERNA

Em 1990, em meio ao processo de decomposição da URSS, o regime político mongol, antes caracterizado pelo modelo soviético de partido único, dá lugar a um sistema político democrático, com um parlamento escolhido em eleições livres e um presidente com poderes limitados. O marco legal da nova vida institucional mongol é a Constituição, adotada em 1992. Desde então alternam-se dois partidos principais no poder, o “Partido Revolucionário do Povo Mongol” (PRPM), originalmente de ideologia socialista, mas hoje social-democrata, e a “Coalizão Democrática”, mais liberal.

Em 1990, quando da democratização do sistema político, o antigo partido do poder, o PRPM, manteve por alguns anos o controle, mas, em 1996, foi substituído pela “Coalizão Democrática”, antigo partido de oposição, posteriormente renomeado “Partido Democrático”. Nas eleições seguintes, em 2004, nenhuma das duas forças políticas obteve maioria no Parlamento, levando a um governo de coalizão, que perdurou por dois anos, até janeiro de 2006.

Nas eleições presidenciais de 2005, o candidato do PRPM, Nambaryn Enkhbayar, foi vencedor. Em janeiro de 2006, diante da retirada do Partido Democrático do governo, realizaram-se novas eleições, nas quais o PRPM voltou ao poder coligado com diversos partidos menores, sobretudo o “Partido da Pátria”. Em decorrência, o líder do PRPM, Miyegombo Enkhbold,

exerceu o cargo de Primeiro-Ministro do país até sua substituição, em novembro de 2007, pelo atual Premiê, Sanjaa Bayar.

5. POLÍTICA EXTERNA

O final da Guerra Fria e a desintegração da URSS, em 1990, precipitaram o colapso do regime pró-soviético e da política externa de “Estado satélite”. A interrupção da ajuda econômica soviética conduziu a economia do país, basicamente pastoril, à paralisia, impondo a necessidade da diversificação das relações internacionais. A nova política externa que passa a se construir desde então é caracterizada pelo Governo mongol como “independente, não-alinhada, multi-apoiada (**multi-pillared**), aberta e orientada pelo interesse nacional”.

Os marcos legais da nova política exterior são os documentos “Conceito de Segurança Nacional” e “Conceito de Política Externa” adotados pelo Grande Hural (parlamento) em 1994. Desde então, o país tem procurado reverter seu histórico isolamento, bem como libertar-se de seu antigo status de protetorado russo ou chinês, explorando a inserção nos diferentes sistemas sub-regionais asiáticos – mais imediatamente o do nordeste, além das vertentes do sudeste, do sul e da Ásia Central -, além de contatos com outras regiões do mundo e uma ativa política de participação em organismos multilaterais. Segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Mongólia, hoje, mantém relações diplomáticas com 143 países, participa de 178 tratados multilaterais e é membro de 49 organizações internacionais e intergovernamentais.

Para a Mongólia, a primeira prioridade de política externa do país continua a ser a manutenção de relações estáveis, duradouras e favoráveis com os dois vizinhos, a Federação Russa e a República Popular da China, mantendo “uma relação equilibrada” entre as duas potências regionais. A Mongólia assinou Tratado de Amizade e Cooperação com a Federação Russa em 1993 e com a RPC, em 1994. Sua segunda prioridade de política externa é a promoção das relações bilaterais com os países industrializados do Ocidente e da Ásia, e nomeadamente os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão. O papel daqueles países no provimento de ajuda ao desenvolvimento tem sido crescente desde o colapso do regime pró-soviético mongol, o que se tem revertido em compromissos políticos. Cite-se, a propósito, a participação da Mongólia, desde 2003, na **coalition of the willing** dirigida pelos Estados Unidos no Iraque, com tropa de infantaria de 430 homens, engenheiros militares e médicos, os quais são armados e uniformizados pelos EUA.

O estreitamento das relações com os Estados Unidos tem sido explorado como via para a inclusão

do país na comunidade internacional. Desde os atentados de 11 de setembro de 2001, a Mongólia tem se oferecido como base de apoio para a projeção militar norte-americana na Ásia Central, facilitando sobrevôos sobre seu território e locais de treinamento para contingentes da coalizão. O Japão e a Alemanha têm sido importantes doadores; o primeiro país, em especial, é responsável por mais de 50% da ajuda internacional recebida pela Mongólia, tanto financeira como em investimentos e bens, sendo reconhecido unanimemente pelas forças políticas locais como um parceiro essencial, cujo apoio foi fundamental no processo de transição para a economia de mercado.

Também é colocado como prioridade de política externa o “foco na região Ásia-Pacífico”, que implica o estreitamento de relações bilaterais com os países do Nordeste Asiático – em especial os dois estados da Península Coreana -, da ASEAN e, mais recentemente, também da Índia. A Coreia do Sul mantém-se regularmente entre os cinco maiores parceiros comerciais da Mongólia, sendo a quarta mais importante origem de importações. A Coreia do Norte mantém com a Mongólia um relacionamento político regular e atividades de cooperação em agricultura e pecuária. Em 2005, Pyongyang recebeu visita de Estado do Presidente Bagabandi. No mesmo ano, a Mongólia assinou com a RDPC acordo para a exploração conjunta de fazendas de criação de frango e produção agrícola nas províncias orientais de Tov, Dornod e Khentii. A Mongólia é ainda uma das principais rotas de fuga dos refugiados norte-coreanos.

A Mongólia participa regularmente, ainda, do ARF (ASEAN Regional Forum), organismo voltado a segurança da região Ásia-Pacífico, cuja espinha dorsal é a ASEAN, mas que inclui países de outras regiões, inclusive os EUA. A Mongólia pediu sua entrada na APEC e na ASEM. O país é membro da OMC. A Ásia Central também é uma prioridade imediata, com a participação nas iniciativas de repressão ao terrorismo islâmico e de cooperação regionais. A esse respeito, a Mongólia solicitou sua inclusão com status de observadora na Organização de Cooperação de Xangai, que inclui, além de China e Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão e Uzbequistão. A Mongólia é membro do Movimento Não-Alinhado e do G-77. A Mongólia orgulha-se de ser o primeiro Estado reconhecido individualmente pela ONU como Zona Livre de Armas Nucleares.

Faz parte atualmente de 49 organizações internacionais e intergovernamentais e tem buscado ampliar sua participação em organismos multilaterais, em especial a ONU. Em setembro de 2003, Ulan Baator sediou a V Conferência Internacional de Democracias Novas

e Restauradas, na qual o Brasil se fez representar pelo Embaixador cumulativo na Mongólia, residente em Pequim. O Presidente mongol procurou participar ativamente da Cúpula do Milênio, em 2000, e da cerimônia de abertura da Década de Alfabetização da ONU, em 2003, dentre outros eventos da Organização.

6. RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

Pequeno país circundado por grandes potências (China e Rússia) e com interesses econômicos ligados ao seu entorno regional, a Mongólia tem laços pouco importantes com países extra-asiáticos que não sejam doadores. Não obstante esse fato, o Brasil tem figurado crescentemente nas atenções do Governo mongol, que anunciou sua intenção de estabelecer em Brasília, futuramente, sua primeira embaixada residente na América Latina. Vê a Mongólia no Brasil um país em desenvolvimento que se mostrou capaz de implantar setores industriais e tecnológicos de vanguarda, e que poderá ainda, por intermédio de suas grandes empresas, realizar importantes investimentos na Mongólia.

Esse quadro explica as diversas iniciativas mongóis no sentido de uma aproximação maior entre os dois países. No início de 2005, o Governo mongol nomeou um Consulado honorário em São Paulo. Em meados do mesmo ano, visando colher informações sobre a experiência brasileira no setor de mineração, o Vice-Ministro da Indústria e Comércio da Mongólia, Sr. Tsagaandari Enhtuvshin, liderou delegação de seu país ao Brasil, havendo visitado o Rio de Janeiro – onde se avistou com representantes da Vale, e Brasília, onde se encontrou com os Secretários de Mineração, do MME, e do Desenvolvimento e Produção, do MDIC.

Do lado brasileiro, as iniciativas têm sido mais esparsas, e limitadas a visitas do Embaixador do Brasil em Pequim a Ulan Baator, embora tenham se dinamizado a partir de 2005. Só naquele ano, foram feitas três visitas, uma para a posse do novo Presidente, outra para tratar da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a última para apresentar credenciais. Vale ressaltar, nesse sentido, o apoio brindado pelo Governo mongol ao G-4, em geral e especificamente à pretensão do Brasil de vir a ser membro permanente de um CSNU reformado.

Nesse contexto, um passo importante no sentido da aproximação entre os dois países foi dado com a criação do Consulado Honorário do Brasil em Ulan Baator, em abril de 2007, durante visita do Embaixador residente em Pequim. Além de funcionar como pólo de agregação da pequena comunidade brasileira no país, o Consulado Honorário funciona como “catalisador” de oportunidades comerciais, sobretudo para empresas brasileiras como a Petrobras e a Vale.

Em maio de 2008, o Governo mongol decidiu acreditar a Embaixada da Mongólia em Ottawa junto ao Governo brasileiro, em substituição à Embaixada daquele país em Seul, enquanto se aguarda a concretização do projeto de abertura de uma futura representação residente em Brasília.

7. RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS BILATERAIS

Embora ainda pequeno, o comércio com a Mongólia vem apresentando significativo crescimento, nos últimos, anos em função do aumento das exportações brasileiras, que passaram de US\$13,5 mil, em 2001, para US\$1,7 milhão, em 2006 e US\$2,5 milhões em 2007. A corrente de exportações varia muito de ano para ano: em 2006, os principais produtos brasileiros exportados para a Mongólia foram açúcar e carne de frango; em 2007, tratores e escavadeiras, chocolates e biscoitos, e calçados de couro e de borracha.

Intercâmbio comercial Brasil-Mongólia (2000-2006)

Ano	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Saldo brasileiro
2000	21,8	36,2	- 13,4
2001	13,6	-	+ 13,6
2002	177,6	0,5	+ 177,1
2003	104,0	24,6	+ 79,4
2004	1.268,0	10,0	+ 1.278,0
2005	1.858,2	-	+ 1.858,2
2006	1.738,6	43,5	+1.695,0
2007	2.466,8	1,6	+2.465,2

Dados em US\$ mil
Fonte: MDIC/SECEX

No campo dos investimentos diretos, a Mongólia, na qualidade de país com subsolo excepcionalmente rico e contando com uma legislação liberal no que diz respeito à participação de capitais externos em sua economia, atraiu investimentos da empresa brasileira Vale, que possui no país a subsidiária Thetys Mining. Dados da Vale indicam que a Tethys Mining já investiu, até o momento, mais de US\$4,5 milhões em pesquisas no país, pretendendo investir até US\$1,5 bilhão caso sejam encontradas jazidas comercialmente exploráveis.

Em agosto de 2005, o Vice-Ministro da Indústria e Comércio da Mongólia, Tsagaandari Enhtuvshin, realizou visitas ao Ministério das Minas e Energia, em Brasília, e à sede da Petrobras S/A, no Rio de Janeiro,

firmando, em cada ocasião, um Memorando de Entendimento. No caso da Petrobras, o instrumento previa a ida de equipe técnica brasileira a Ulan Baator.

8. INTERCÂMBIO CULTURAL E HUMANO

Encontra-se sob exame pelos órgãos governamentais responsáveis, desde abril de 2008, projeto de acordo de cooperação nas áreas educacional, científica e tecnológica e cultural, de iniciativa da Mongólia. Se aprovado, o acordo possibilitará o ensino da língua portuguesa em universidades da Mongólia, o intercâmbio de estudantes em programas de pós-graduação e facilitará a realização de eventos culturais nos dois países.

9. RELAÇÕES CONSULARES

Na área de vistos, está em vigor, desde fevereiro de 2008, acordo de isenção recíproca de vistos para portadores de passaportes oficiais e diplomáticos. Idealizado originalmente pela Mongólia para abarcar todos os vistos, o acordo foi limitado a vistos oficiais e diplomáticos.

No âmbito de consulados honorários, foi oficialmente aberto, em abril de 2007, pelo Embaixador do Brasil em Pequim, o Consulado honorário brasileiro em Ulan Baator. Há, desde 2005, um Consulado Honorário mongol em São Paulo.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS MONGÓLIA

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	Mongólia
Superfície	1.566.500 Km ²
Localização	Ásia
Capital	Ulaanbaatar
Principais cidades	Ulaanbaatar, Darkhan
Idiomas oficiais	Mongol
PIB (2005 - EIU)	US\$ 1,92 bilhões
PIB "per capita" (2005)	US\$ 745
Moeda	Togrog

Elaborado pelo MRE/OPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report May 2008.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2003	2004	2005	2006	2007
População (em milhões de habitantes)	2,53	2,56	2,58	2,60	n.d.
Densidade demográfica (hab/Km ²)	1,6	1,6	1,6	1,7	n.d.
PIB (US\$ bilhões)	1,35	1,67	1,92	n.d.	n.d.
Crescimento real do PIB (%) ⁽¹⁾	5,5	10,7	6,3	8,4	9,9
Varição anual do índice de preços ao consumidor (%)	5,1	8,2	12,7	5,1	15,1
Reservas internacionais, exclusive ouro (US\$ milhões)	236,1	236,3	430,3	926,0	1.195,6
Dívida Externa total (US\$m)	1.237,0	1.360,0	1.380,0	n.d.	n.d.
Câmbio (Tg / US\$)	1.146,5	1.185,3	1.205,3	1.165,4	1.171,1

Elaborado pelo MRE/OPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report May 2008.

(1) 2007: estimativa EIU.

Fonte de dados: IMF, International Financial Statistics; Asian Development Bank; World Bank.

n.d. - não disponível.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
MONGÓLIA**

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2004	2005	2006 ⁽¹⁾
A. Balança comercial (líquido - FOB)	-26,9	-28,8	188,5
Exportações	872,1	1.068,6	1.545,2
Importações	901,0	1.097,4	1.356,7
B. Serviços (líquido)	-165,3	-62,0	-37,5
Receita	338,4	414,5	485,8
Despesa	503,7	476,4	523,2
C. Renda (líquido)	-11,1	-50,8	-144,6
Receita	16,5	10,7	17,4
Despesa	27,7	61,4	161,9
D. Transferências unilaterais (líquido)	180,7	136,4	102,5
E. Transações correntes (A+B+C+D)	-24,6	-5,1	108,9
F. Conta de capitais (líquido)	0,0	0,0	0,0
G. Conta financeira (líquido)	-23,2	45,6	181,4
Investimentos diretos (líquido)	92,9	184,6	344,0
Portfólio (líquido)	-52,5	0,0	0,0
Outros	-63,6	-139,0	-162,6
H. Erros e Omissões	1,4	-74,9	-7,8
I. Saldo (E+F+G+H)	-46,3	-34,4	282,5

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - International Financial Statistics, CD April 2008.

(1) Última posição disponível.

COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ⁽²⁾
Exportações (FOB)	524	616	852	1.054	1.449	1.209
Importações (CIF)	691	801	1.011	1.160	1.769	1.641
Balança comercial	-167	-186	-159	-106	-320	-432
Intercâmbio comercial	1.215	1.417	1.863	2.214	3.219	2.850

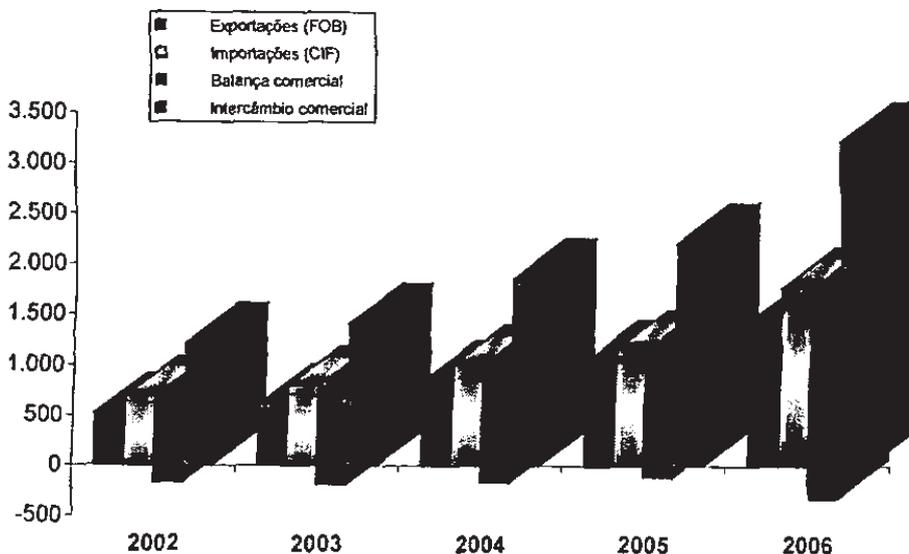
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD April 2008.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de venda (FOB e CIF) e das distintas metodologias de cálculo.

(2) Janeiro - setembro.

**COMÉRCIO EXTERIOR DA MONGÓLIA
2002-2006**

(US\$ milhões, FOB)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD April 2008.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
MONGÓLIA**

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - FOB)	2004	% no total	2005	% no total	2006	% no total	2007 ⁽¹⁾	% no total
EXPORTAÇÕES:								
China	407	47,8%	507	48,1%	1.041	71,8%	895	74,0%
Canadá	15	1,7%	122	11,6%	170	11,7%	131	10,8%
Estados Unidos	153	17,9%	150	14,2%	106	7,3%	64	5,3%
Rússia	18	2,1%	26	2,5%	36	2,5%	23	1,9%
Itália	17	2,0%	25	2,3%	28	2,0%	31	2,6%
Austrália	0	0,0%	14	1,4%	11	0,8%	0	0,0%
Alemanha	12	1,3%	12	1,2%	9	0,6%	7	0,5%
Japão	33	3,9%	6	0,5%	8	0,5%	9	0,8%
República da Coreia	8	0,9%	65	6,2%	7	0,5%	7	0,6%
Reino Unido	134	15,7%	87	8,3%	7	0,5%	6	0,5%
<i>Brasil</i>	-	0,0%	-	0,0%	0,0	0,0%	-	0,0%
SUBTOTAL	797	93,5%	1.014	96,3%	1.423	98,2%	1.173	97,0%
DEMAIS PAÍSES	55	6,5%	39	3,7%	26	1,8%	36	3,0%
TOTAL GERAL	852	100,0%	1.054	100,0%	1.449	100,0%	1.209	100,0%

Elaborado pelo MRE/OPROIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD April 2008.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006.

(1) Janeiro - setembro.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - CIF)	2004	% no total	2005	% no total	2006	% no total	2007 ⁽¹⁾	% no total
IMPORTAÇÕES:								
Rússia	337	33,3%	400	34,5%	527	29,8%	467	28,5%
China	238	23,5%	318	27,4%	522	29,5%	537	32,7%
Japão	74	7,4%	82	7,1%	210	11,9%	119	7,2%
República da Coreia	61	6,0%	61	5,3%	67	3,8%	45	2,7%
Alemanha	33	3,3%	33	2,9%	51	2,9%	55	3,3%
Estados Unidos	47	4,6%	36	3,1%	42	2,4%	22	1,4%
Cazaquistão	27	2,6%	39	3,3%	31	1,7%	25	1,5%
Coreia do Norte	0	0,0%	0	0,0%	30	1,7%	35	2,1%
Ucrânia	15	1,5%	19	1,6%	24	1,4%	20	1,2%
Argentina	2	0,2%	4	0,3%	21	1,2%	25	1,5%
<i>Brasil</i>	<i>1,7</i>	<i>0,2%</i>	<i>1,7</i>	<i>0,1%</i>	<i>1,1</i>	<i>0,1%</i>	<i>0,9</i>	<i>0,1%</i>
SUBTOTAL	836	82,6%	894	85,6%	1.527	86,3%	1.350	82,3%
DEMAIS PAÍSES	176	17,4%	167	14,4%	243	13,7%	291	17,7%
TOTAL GERAL	1.011	100,0%	1.160	100,0%	1.769	100,0%	1.641	100,0%

Elaborado pelo MRE/OPROIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD April 2008.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006.

(1) Janeiro - setembro.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS MONGÓLIA

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2006 ⁽¹⁾	
	Valor	Part. %
EXPORTAÇÕES (em US\$ mil, FOB)		
Minérios, escórias e cinzas	787.981	51,1%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas	270.172	17,5%
Lã, pêlos finos ou grosseiros; fios e tecidos de crina	156.780	10,2%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	70.380	4,6%
Vestuário e seus acessórios, de malha	47.318	3,1%
Peles, exceto a peleteria, e couros	44.066	2,9%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	39.764	2,6%
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	35.191	2,3%
Subtotal	1.451.652	94,1%
Demais Produtos	90.669	5,9%
Total Geral	1.542.321	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Comtrade.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2006 ⁽¹⁾	
	Valor	Part. %
IMPORTAÇÕES (em US\$ mil, CIF)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	434.675	29,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	181.731	12,2%
Veículos automóveis, tratores e ciclos	137.522	9,3%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	89.131	6,0%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	59.952	4,0%
Livros, jornais, gravuras e outros produtos das indústrias gráficas	56.019	3,8%
Cereais	27.026	1,8%
Ferro fundido, ferro e aço	25.398	1,7%
Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas	23.021	1,5%
Açúcares e produtos de confeitaria	21.324	1,4%
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	20.634	1,4%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão	20.531	1,4%
Plásticos e suas obras	19.800	1,3%
Instrumentos e aparelhos de óptica e fotografia	19.471	1,3%
Borracha e suas obras	18.913	1,3%
Algodão	17.775	1,2%
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	15.644	1,1%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	14.495	1,0%
Produtos farmacêuticos	13.457	0,9%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	13.433	0,9%
Subtotal	1.229.952	82,8%
Demais Produtos	255.647	17,2%
Total Geral	1.485.599	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Comtrade.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
MONGÓLIA**

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MONGÓLIA ⁽¹⁾ (US\$ mil, FOB)	2003	2004	2005	2006	2007
Exportações	104	1.290	1.869	1.744	2.467
Variação em relação ao ano anterior	-44,1%	1140,8%	44,8%	-6,7%	41,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	25	10	0	43	2
Variação em relação ao ano anterior	4538,2%	-60,0%	-100,0%	n.d.	-96,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial	129	1.300	1.869	1.787	2.469
Variação em relação ao ano anterior	-30,8%	808,1%	43,7%	-4,4%	38,1%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança comercial	79	1.280	1.869	1.701	2.465

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

(2) Exclui-se Oriente Médio.

n.d. - não disponível

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MONGÓLIA ⁽¹⁾ (US\$ mil)	2007 (jan-abr)	2008 (jan-abr)
Exportações (fob)	359	2.427
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-45,2%	576,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações (fob)	0	2,4
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	n.c.	n.c.
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	359	2.429
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-45,2%	576,7%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança Comercial	359	2.425

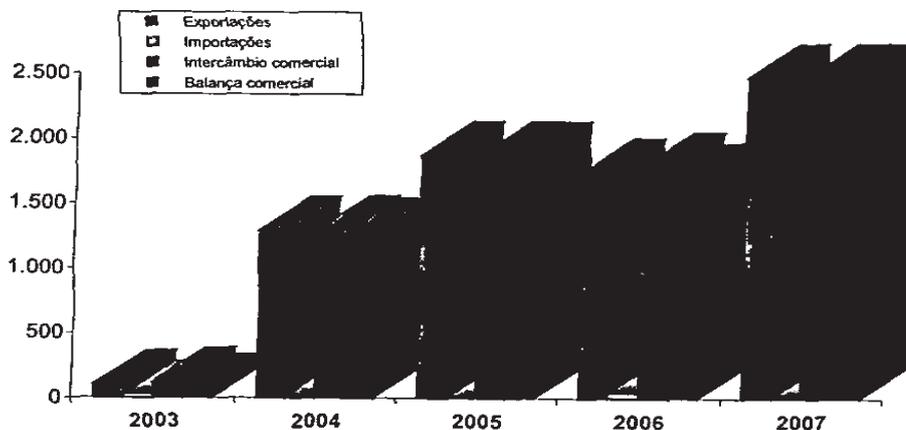
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

(2) Exclui-se Oriente Médio.

**INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-MONGÓLIA
2003-2007**

(US\$ mil, FOB)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
MONGÓLIA**

. COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-MONGÓLIA (US\$ mil - fob)	2 0 0 5	% no total	2 0 0 6	% no total	2 0 0 7	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Açúcares e produtos de confeitaria	590	31,6%	1.473	84,5%	1.172	47,5%
Bombons, caramelos, confeitos e pastilhas, sem cacau	483	25,8%	552	31,7%	656	26,6%
Outros produtos de confeitaria, sem cacau	83	4,4%	855	49,0%	443	18,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	732	39,2%	0	0,0%	960	38,9%
Outros "bulldozers" e "angledozers", de lagartas	585	31,3%	0	0,0%	940	38,1%
Cacau e suas preparações	377	20,2%	178	10,2%	157	6,4%
Outros chocolates e preparações alimentícias cont.cacau	337	18,0%	178	10,2%	135	5,5%
Subtotal	1.699	90,9%	1.651	94,7%	2.289	92,8%
Demais Produtos	170	9,1%	93	5,3%	178	7,2%
TOTAL GERAL	1.869	100,0%	1.744	100,0%	2.467	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2007.

mm

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
MONGÓLIA**

. COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-MONGÓLIA (US\$ mil - fob)	2 0 0 5	% no total	2 0 0 6	% no total	2 0 0 7	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	0	0,0%	0	0,0%	0,9	57,2%
Camisas de algodão, uso masculino	0	0,0%	0	0,0%	0,9	57,2%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0	0,0%	41,6	95,8%	0,7	42,8%
Outras unidades de discos ópticos	0	0,0%	0	0,0%	0,7	42,8%
Outros motores hidráulicos	0	0,0%	19	44,5%	0	0,0%
Válvulas rotativas, de caixas de direção hidráulica	0	0,0%	14	31,3%	0	0,0%
Outras partes de bombas para líquidos	0	0,0%	8	18,4%	0	0,0%
Outros circuitos impressos para máquinas autom.proc.dados	0	0,0%	1	2,3%	0	0,0%
Vestuário e seus acessórios, de malha	0	0,0%	1,8	4,2%	0	0,0%
Subtotal	0	0,0%	43	100,0%	2	100,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	0	100,0%	43	100,0%	2	100,0%

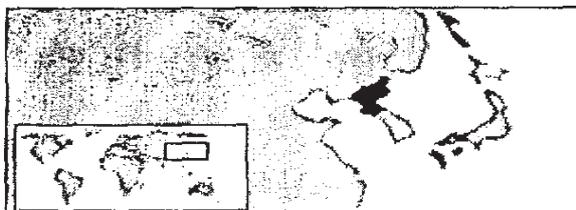
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2007.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
MONGÓLIA**

. COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MONGÓLIA (US\$ mil - fob)	2 0 0 7 (jan-abr)	% no total	2 0 0 8 (jan-abr)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0,5	0,1%	1.653	68,1%
Açúcares e produtos de confeitaria	322	89,9%	651	26,8%
Subtotal	323	90,0%	2.304	94,9%
Demais Produtos	36	10,0%	123	5,1%
TOTAL GERAL	359	100,0%	2.427	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-	0,0%	1,6	67,7%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	-	0,0%	0,7	29,3%
Ferramentas, artefatos de cutelaria, etc. de metais comuns	-	0,0%	0,1	3,0%
Subtotal	-	0,0%	2,4	100,0%
Demais Produtos	-	0,0%	-	0,0%
TOTAL GERAL	-	100,0%	2,4	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan - abr/2008.

REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA CORÉIA



1) DADOS BÁSICOS

- **Área:** 122.762 km² (equivalente à superfície do Amapá)
- **População:** 23,3 milhões (2007)
- **Forma de Governo:** Regime de partido único
- **Chefe de Estado:** Kim Il-sung (morto em 1994) é o “Eterno Presidente”, mas é o Presidente da Suprema Assembléia do Povo que se encarrega das formalidades da função de Chefe de Estado.
- **Presidente da Comissão de Defesa Nacional:** Kim Jong Il (equivalente a Chefe de Governo)
- **Ministro dos Negócios Estrangeiros:** Pak Ui-chun
- **PIB:** US\$ 40 bilhões (2007)
- **Crescimento do PIB:** -1,1% (2006)
- **PIB per capita:** US\$ 1900 (2007)
- **Exportações:** US\$ 1,5 bilhões (2006)
- **Principais países de destino das exportações:** China, Coréia do Sul, Japão, Tailândia.
- **Principais produtos exportados:** produtos animais, têxteis, máquinas, equipamentos eletrônicos.
- **Importações:** US\$ 2,9 bilhões (2006)
- **Principais produtos importados:** minerais, máquinas e equipamentos eletrônicos, têxteis, produtos químicos.
- **Principais países de origem das importações:** China, Coréia do Sul, Rússia, Tailândia.
- **Força de trabalho:** 20 milhões (1999)
- **Analfabetismo:** 1% (2008)
- **Taxa de Urbanização:** 60% (2000)
- **Principais cidades:** Pyongyang (2,5 milhões), Hamhung, Ch’ongjin, Namp’o
- **Expectativa de vida:** 70(M); 74(F).
- **Contingente militar (2000):** Exército (950 mil); Marinha (46 mil); Aeronáutica (86 mil)

* Fontes: *Economist Intelligence Unit. North Korea Country Report* (fevereiro/2008) e *CIA World Factbook* (março/2008).

2) SUMÁRIO

A Coréia é uma civilização milenar: há evidências de povoamento da Península no terceiro século a.C., por altaicos e mongóis que, por sua vez, absorveram fluxos de migração da Manchúria e da China. A adoção do budismo, somada à utilização do sistema chinês de escrita (**Hanja**, em coreano), ambas consolidadas entre o segundo século a.C e o quarto século d.C., tiveram profunda influência nos Três Reinos que habitavam a Coréia e marcaram o predomínio da cultura chinesa na Península. A consolidação territorial e política da Península Coreana deu-se no século X d.C, quando a dinastia Coryeo congregou os Três Reinos.

Além da influência chinesa, a evolução histórica da Península da Coréia foi condicionada pela circunstância de estar cercada por potências regionais – China, Rússia e Japão. Estas buscaram recorrentemente valer-se da posição geográfica privilegiada da Península para projetar seus interesses, sobretudo comerciais.

Apesar disso, e com exceção de um período de turbulência entre 1259 e 1635, em que sofreu várias investidas dos mongóis chineses, a Coréia conseguiu manter-se independente, sob o domínio de sua última dinastia – Yi – até a ocupação japonesa, entre 1910 e 1945, a qual deixou profundas feridas entre todos os coreanos.

Com a derrota do Japão em 1945, Estados Unidos e União Soviética acordaram, em 1948, a divisão da Coréia pelo paralelo 38 e a criação de dois países: a República Popular Democrática da Coréia (RPDC), ao Norte, de orientação socialista; e a República da Coréia, ao Sul, ocupada pelos norte-americanos. A ocupação durou até junho de 1949, com a retirada das tropas soviéticas e norte-americanas dos dois territórios. Um ano depois, a RPDC invadiu o Sul, com o objetivo de unificar o país, o que levou à eclosão da Guerra da Coréia. Em julho de 1953, as forças de ambos os lados chegaram a um impasse, equilibradas, aproximadamente à altura do paralelo 38°, e convieram em celebrar armistício, o qual não foi firmado pela Coréia do Sul.

O regime comunista foi estabelecido na RPDC sob a liderança de Kim Il Sung, que governou o país com mão de ferro até sua morte, em 1994, e é considerado, até hoje, o “Eterno Presidente”. Seu filho Kim Jong Il, Presidente da Comissão de Defesa Nacional e também Secretário-Geral do Partido, assumiu plenamente a liderança do regime ditatorial comunista desde então.

Vale ter presente, a propósito, que o principal núcleo de poder do regime norte-coreano não é o Partido, como ocorreu nos regimes comunistas clássicos, mas sim as Forças Armadas. Essa particularidade está expressa no princípio do “songun”, segundo o qual “o exército é o partido, o Estado e o povo”. O setor legislativo do Estado, unicameral, constitui-se da Suprema Assembléia Popular, composta por 687 membros, eleitos por voto popular, para mandatos de cinco anos. O país está administrativamente dividido em 9 províncias.

A economia da RPDC segue um sistema de planificação central e está orientada, ideologicamente, pelo princípio do “juche”, ou auto-suficiência, o que implica um alto grau de isolamento em relação à economia mundial. Anos de reduzido investimento resultaram em baixo estoque de capitais industriais. A pequena quantidade de terras agricultáveis disponíveis e problemas de ordem climática levaram a dramáticos períodos de escassez de alimentos, aliviados em parte pela ajuda internacional.

Nos últimos anos, os dois principais eixos da política externa norte-coreana têm sido a relação bilateral com a Coréia do Sul, no âmbito da **Sunhisne Policy**; e o mecanismo das conversações entre as Seis Partes. À via bilateral pode ser creditada grande parte dos resultados positivos alcançados no âmbito multilateral das Seis Partes. Nesta última, o principal papel moderador foi exercido, além de Seul, por Pequim, que serve de sede para as reuniões do mecanismo hexapartite. De acordo com dados levantados pelo Professor Gilberto Dupas, a Coréia do Norte contava, em 2006, com cerca de dez artefatos nucleares.

Segundo fontes diplomáticas, está sendo cogitada a idéia de que, caso os avanços alcançados ultimamente no âmbito das Seis Partes se consolidem, como se espera, o referido mecanismos deixaria de ser **ad hoc**, para tornar-se permanente. Em sua nova configuração, as Seis Partes poderiam vir a ser responsáveis por um amplo programa de maciços investimentos estrangeiros na Coréia do Norte.

Os entendimentos em torno da desnuclearização da Península Coreana apresentaram nos últimos meses resultados animadores, embora ainda não definitivos. A visão prevalecente da comunidade internacional sobre o assunto é a de que a inserção ordenada de Pyongyang no convívio regional e internacional é preferível ao cenário do isolamento ou da dissolução da Coréia do Norte, seja por meio de uma unificação abrupta e

descontrolada, ou pela via do colapso do regime nordesta. Esta última possibilidade, além de suscitar o risco de um conflito nuclear, acarretaria custos financeiros e humanitários excessivamente elevados.

A RPDC vê no Brasil um interlocutor político importante pela dimensão Sul-Sul de nossa política externa. O comércio bilateral, em 2007, foi de US\$232 milhões.

3) RELAÇÕES BILATERAIS

3-1) Antecedentes

As relações diplomáticas com a Coreia do Norte foram estabelecidas em março de 2001. A abertura da Embaixada norte-coreana em Brasília ocorreu em janeiro de 2005. O Embaixador do Brasil em Pequim está também acreditado cumulativamente em Pyongyang. Primeiro Embaixador norte-coreano no Brasil, o Senhor Pak Hyok, de 53 anos, apresentou credenciais em 24 de novembro de 2005. É fluente em português (foi Adido da Embaixada em Moçambique) e formado em Línguas Estrangeiras. Em seu país, exerceu funções na Chancelaria e no Partido dos Trabalhadores.

A Coreia do Norte tem dado repetidas mostras de interesse em estreitar a interlocução política com o Brasil. De modo especial, enaltece a vertente Sul-Sul de nossa política externa e tomou várias iniciativas de celebração de instrumentos bilaterais.

De nossa parte, ao mesmo tempo em que temos mostrado a disposição de princípio de cooperar com a Coreia do Norte, temos também evitado abrir novas frentes de atuação conjunta naqueles momentos em que Pyongyang tem agido de forma inadequada no plano internacional, a exemplo do que ocorreu no segundo semestre de 2006, quando realizou testes de mísseis e nuclear. Além de havermos emitido Notas à Imprensa condenatórias às atitudes norte-coreanas, abtivemo-nos de dar andamento às propostas de celebração de novos instrumentos bilaterais.

Por iniciativa norte-coreana, foi firmado instrumento que concede tratamento recíproco de nação mais favorecida no comércio bilateral, em maio de 2006. Também por iniciativa norte-coreana, foram iniciados entendimentos, hoje em diferentes graus de maturação, nas novas áreas de cooperação científica e tecnológica e esportes. Em maio de 2007, por ocasião da visita a Brasília do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Coreia do Norte, Kim Huong Jun, foi criado mecanismo bilateral de consultas políticas.

Em fins de março passado, diante dos avanços ocorridos nos entendimentos sobre a desnuclearização da Península Coreana, teve lugar à primeira visita de uma delegação de alto nível da Chancelaria brasileira a Pyongyang, sob a chefia do Subsecretário-Geral para Assuntos de África, Ásia e Oriente Médio. Na ocasião, ocorreu também a primeira reunião do mecanismo de consultas políticas bilaterais criado em maio de 2006. Ao longo dos trabalhos, a comitiva brasileira estimulou a Parte norte-coreana a manter postura construtiva nos entendimentos das Seis Partes e manifestou a disposição de prestar-lhe o apoio ao seu alcance, na consecução desse objetivo.

Vale registrar, a propósito, que, em reunião com a delegação brasileira, antes de sua visita a Pyongyang, funcionários da Chancelaria chinesa avaliaram existir um genuíno interesse entre os membros das Seis Partes com relação a um desfecho positivo das tratativas em curso.

No que concerne à questão dos direitos humanos, a posição brasileira nos foros internacionais – reiterada durante as consultas políticas de março passado – conclama a Coreia do Norte a integrar-se aos regimes internacionais aplicáveis à matéria, a exemplo do que tem feito Cuba, ultimamente.

3-2) Acordos em negociação

Além do acordo comercial firmado em maio de 2006 (antes, portanto, dos testes balísticos e nucleares realizados pela Coreia do Norte, em outubro daquele ano), encontra-se em negociação instrumento sobre cooperação técnica, discutido no início de 2006, também por iniciativa norte-coreana. A Parte brasileira enviou à norte-coreana a minuta de Acordo-Quadro que o Brasil usa como referência, sem reação até o momento.

Com relação aos demais instrumentos bilaterais apresentados pela Coreia do Norte – nas áreas de esportes e cooperação científica e tecnológica – a Parte brasileira manifestou a disposição de retomar os entendimentos havidos.

Aguarda-se reação do Ministério dos Esportes à proposta norte-coreana na área de esportes.

3-3) Instalação de Adidância Militar

A Embaixada da Coreia do Norte propôs a criação de Adidâncias Militares não-residentes (a norte-coreana em Havana, e a brasileira em Pequim). O Brasil está, em princípio, de acordo com a proposta, que poderia ser implementada oportunamente, no futuro, mas não

reconhece ainda densidade suficiente nas relações bilaterais que justifique essa iniciativa.

3-4) Comércio bilateral

Foi a seguinte a evolução do comércio bilateral nos últimos anos:

Comércio Brasil - República Popular Democrática da Coreia (US\$ milhões)										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2007*	2008*
Exportações	109,2	208,2	99,3	73,6	170	66,2	60,2	122,8	36,6	41,6
Importações	125,5	62,4	73,3	65,6	69,8	71,5	91,9	109,3	28,1	54,7
Saldo	-16,2	145,8	25,9	8	100,2	-5,3	-31,7	13,5	8,4	-13
Corrente	234,7	270,7	172,7	139,2	239,8	137,8	152,2	232,1	64,8	96,3
* Janeiro a abril										

Fonte: MDIC/Sistema Aliceweb

Como se observa, o comércio bilateral é modesto para os padrões brasileiros, e apresenta fortes oscilações. Nos últimos anos, registrou máxima em 2001 (US\$270,7 milhões) e mínima em 2005 (US\$137,8 milhões).

Em 2007, alcançou US\$232,1 milhões, o que representou uma elevação expressiva de 53% em relação a 2006. Nos quatro primeiros meses de 2008, segue a mesma tendência e já acumula alta de 50% em relação a igual período do ano anterior, com destaque para as importações brasileiras, que quase dobraram.

Apesar do volume reduzido, levando-se em conta os volumes globais de comércio exterior da Coreia do Norte – da ordem de US\$4,2 bilhões em 2006, segundo dados da **Economist Intelligence Unit**-, os fluxos com o Brasil não seriam desprezíveis (respondendo por cerca de 3,6% do total do país asiático, em 2006).

Os principais produtos exportados pelo Brasil são: laminados de aço/feno, algodão debulhado, ferro fundido, acetato de etila e resíduos de soja. As principais importações são: ácido tereftálico; rolamentos de esferas; compressores de gases; componentes de computadores, e fio de fibras de poliésteres.

Aviso nº 400 – C. Civil.

Em 27 de maio de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Clodoaldo Hugueney Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na Mongólia e na República Popular Democrática da Coreia, desde que obtidos os **agrément**s dos governos desses países.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

MENSAGEM Nº 106, DE 2008

(Nº 321/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Luiz Augusto de Castro Neves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão.

Os méritos do Senhor Luiz Augusto de Castro Neves que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de maio de 2008.



EM Nº 179 MRE /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-/APES

Brasília, 16 de maio de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Luiz Augusto de Castro Neves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro

Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Senhor Luiz Augusto de Castro Neves que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LUIZ AUGUSTO DE CASTRO NEVES

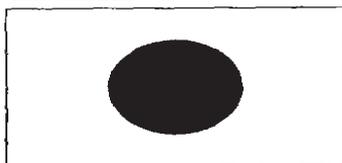
CPF.: 4643232749

ID.: 2464 /MRE

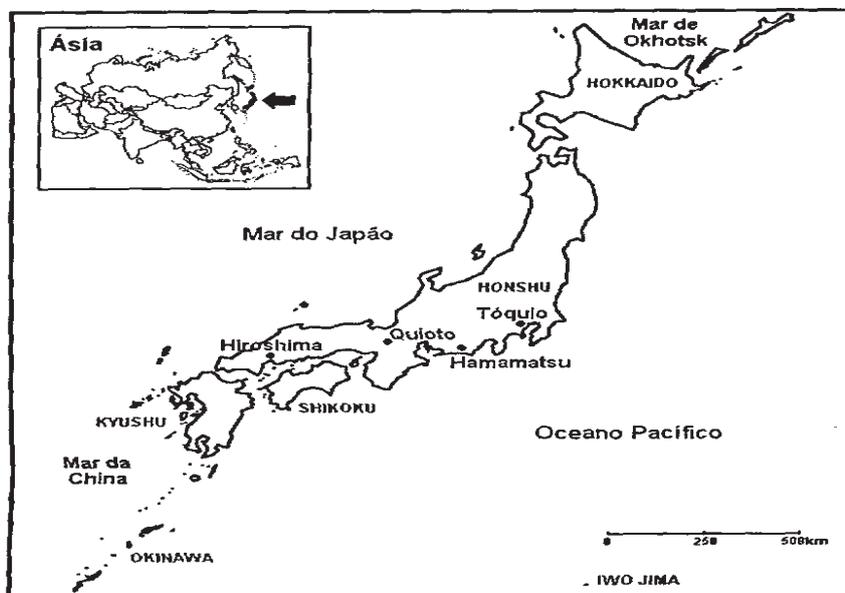
- 1943 Filho de Almerio de Castro Neves e Julieta Borges de Castro Neves, nasce em 29 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ
- 1967 CPCD - IRBr
- 1968 Terceiro Secretário em 01 de outubro
- 1968 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
- 1969 Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
- 1969 Instituto Rio Branco, Professor de Economia
- 1969 Gabinete do Ministro de Estado, assistente junto à Assessoria Especial
- 1972 Embaixada em Buenos Aires, Terceiro e Segundo Secretário
- 1972 Segundo Secretário, por merecimento, em 17 de dezembro
- 1974 Embaixada em Londres, Segundo Secretário
- 1977 Mestre em Economia, University College, University of London
- 1977 Divisão de Produtos de Base, assistente
- 1978 Divisão de Energia e Recursos Minerais, assistente e Chefe, substituto
- 1978 Primeiro Secretário, merecimento, 03 de maio
- 1979 Universidade de Brasília, Professor de Relações Econômicas Internacionais, Comércio Internacional, Sistema Financeiro Internacional e Sistema Tributário Internacional
- 1981 Presidência da República, Adjunto da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional
- 1981 Conselheiro, por merecimento, em 03 de setembro
- 1982 CAE - IRBr, Os usos civis da energia nuclear - instrumento da política de não-proliferação de armas nucleares.
- 1985 Presidência da República, Subchefe de Assuntos Econômicos da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional
- 1987 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 29 de junho

- 1987 Delegação junto à OEA, Washington, Ministro-Conselheiro
- 1988 Reuniões da Comissão Especial de Consulta e Negociação (CECON), Washington, Chefe de delegação
- 1988 Reunião Ordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, Washington, Chefe de delegação
- 1990 Embaixada em Ottawa, Ministro-Conselheiro
- 1992 Secretário-Executivo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
- 1995 Departamento das Américas, Diretor-Geral
- 1995 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 22 de dezembro
- 1996 Membro do Conselho de Administração de Itaipu Binacional
- 1998 Reunião de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe e da União Européia, Coordenador Nacional
- 1998 Secretaria-Geral, Secretário-Geral Adjunto das Relações Exteriores
- 2000 Embaixada em Assunção, Embaixador
- 2004 Embaixada em Pequim, Embaixador


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



Japão



ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	3
SUMÁRIO EXECUTIVO	4
INFORMAÇÕES SOBRE O RELACIONAMENTO BRASIL-JAPÃO	6
1. Relações Políticas	6
2. Relações Econômico-comerciais	7
2.1 Balança Comercial	7
2.2 Investimentos japoneses no Brasil	9
3. Comunidade Brasileira no Japão	10
4. Temas econômicos de interesse bilateral	12
4.1 Biocombustíveis	12
4.2 Televisão digital	13
4.3 Trem de alta velocidade	14
4.4 Mercado Financeiro	14
4.5 Energia nuclear	15
CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS FATOS DO JAPÃO	17
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-JAPÃO	19

Dados Básicos	
CAPITAL:	Tóquio
ÁREA:	377.864 km ² (equivalente ao Estado do Mato Grosso do Sul)
POPULAÇÃO (2007):	127,5 milhões (10 ^a maior do mundo)
IDIOMA:	Japonês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Xintoísta e Budista (84%), Outras (16%)
FORMA DE ESTADO:	Monarquia Constitucional Parlamentar
CHEFE DE ESTADO:	Imperador Akihito
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Yasuo Fukuda
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DO COMÉRCIO:	Masahiko Komura
PIB (2007):	US\$ 4,377 trilhões (nominal) US\$ 4,285 trilhões (PPP)
PIB PER CAPITA (2007):	US\$ 34.336 (nominal) US\$ 33.611 (PPP)
CRESCIMENTO DO PIB (2007):	2,1%
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO (2008):	1,1%
TAXA DE DESEMPREGO (2007):	3,8%
EXPORTAÇÕES (2007):	US\$ 677 bilhões
PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO:	Equipamentos de transporte, máquinas elétricas, máquinas não-elétricas, bens manufaturados e produtos químicos
PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES:	EUA, China, Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong
IMPORTAÇÕES (2007):	US\$ 572 bilhões
PRINCIPAIS PRODUTOS DE IMPORTAÇÃO:	Combustíveis minerais, máquinas elétricas, bens manufaturados, máquinas não-elétricas, alimentos
PRINCIPAIS PAÍSES DE ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES:	China, EUA, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Austrália
UNIDADE MONETÁRIA:	Iene
EMBAIXADOR DO JAPÃO NO BRASIL:	Ken Shimanouchi

* Fonte dos dados econômicos: *The Economist Intelligence Unit, Country Report*, abril 2008.

Sumário Executivo

Segunda potência econômica mundial e mais tradicional parceiro do Brasil na Ásia, o Japão integra, ao lado da Coreia do Sul, o principal eixo de aliança dos EUA naquele continente.

O Japão é uma das monarquias mais antigas do mundo e saiu do feudalismo, na segunda metade do século XIX, com o fim do Xogunato da Era Tokugawa (1603-1867) e o início da Restauração Meiji (1868-1912). Após vencer a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), emergiu como poderosa força militar e concorrente das potências europeias no Extremo Oriente. Ao longo da primeira metade do século XX, desenvolveu uma política expansionista, direcionada, segundo o discurso oficial, para a criação de uma “esfera de prosperidade do Leste da Ásia”.

Em 1933, o Japão retirou-se da Liga das Nações. Em 1937, forças nipônicas invadiram a China, dando início à ocupação militar de vastas áreas do continente e do Pacífico, o que resultou na entrada do país na Segunda Guerra Mundial, ao lado da Alemanha e da Itália.

Derrotado na guerra, após os bombardeios nucleares em Hiroshima e Nagasaki, o Japão tornou-se, após 1945, um modelo de reconstrução econômica, tendo substituído a orientação militarista do passado por instituições democráticas, no plano doméstico, e pela aliança estratégica com os EUA, no plano externo. Em 1946, foi promulgada nova Constituição, em substituição à Carta de 1889. Dentre seus traços principais, ressaltam a ausência de referência à condição divina do Imperador e o pacifismo, materializado no seu Artigo 9, que renuncia ao direito de beligerância. Em 1952, após anos de ocupação norte-americana, o Japão recuperou sua soberania. A partir dos anos 60, o país consolidou-se como um exemplo de prosperidade material, estabilidade política e centro de produção de conhecimento. Enfrentou, na década de 90, forte desaceleração em seu crescimento, que, no entanto, se reverteu parcialmente nos últimos anos, embora em níveis muito mais modestos do que aqueles observados na China e no Sudeste Asiático.

O atual Primeiro-Ministro, Yasuo Fukuda, foi eleito em setembro passado, após séria crise política enfrentada pelo Gabinete liderado por Shinzo Abe, que sofreu fragorosa derrota nas eleições de julho de 2007 para a Câmara de Conselheiros (instância mais alta da Dieta, porém menos poderosa do que a Casa dos Representantes). O Partido Liberal Democrático (PLD), de Fukuda, que controla o poder político no Japão desde o final da Segunda Guerra Mundial (salvo breve interregno na década de 90), manteve a maioria na Câmara Baixa (305 parlamentares, num total de

480), mas perdeu a maioria na Câmara Alta. Filho do ex-Primeiro-Ministro Takeo Fukuda (1976-78), Yasuo Fukuda tem 71 anos e é conhecido pela extrema cautela e moderação de suas posições.

No plano bilateral, as relações ingressam em novo ciclo virtuoso, após a notável expansão dos anos 70 e início dos 80 e o declínio observado até o final dos 90. De acordo com a decisão tomada pelo Presidente Lula e pelo ex-Primeiro Ministro Koizumi, na troca de visitas em 2004 e 2005, celebra-se, em 2008 – data do centenário da imigração nipônica no País – o “Ano do Intercâmbio Brasil-Japão”. O alcance do “Ano do Intercâmbio” transcende as festividades do centenário, na medida em que traduz a decisão política de revitalizar o conjunto da agenda bilateral, tanto em tópicos tradicionais (comércio agrícola, mineração, siderurgia etc.), quanto em novas frentes de atuação conjunta (comunidade brasileira no Japão, etanol, TV digital etc.).

A Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, representou o Brasil durante cerimônia realizada em Tóquio, em 24 de abril passado, alusiva ao lançamento das festividades do “Ano do Intercâmbio” no Japão. O evento foi prestigiado com a presença do Imperador Akihito e esposa; do Príncipe-Herdeiro Naruhito; do Primeiro-Ministro Yasuo Fukuda; e do Chanceler Masahiro Koumura, dentre outras personalidades. Por sua vez, o Príncipe Herdeiro Naruhito foi designado para representar o Japão nas festividades no Brasil, em junho de 2008.

A vertente humana constitui o principal elemento diferenciador das relações bilaterais. A comunidade nipo-brasileira, em sua quinta geração, alcança cerca de 1,7 milhão (maior colônia japonesa no exterior). Por outro lado, a comunidade brasileira no Japão é da ordem de 313 mil pessoas (terceira maior no exterior) e enfrenta dificuldades em sua inserção na sociedade nipônica (sobretudo no que se refere ao acesso à educação e aos benefícios da previdência social nipônica).

Informações sobre o relacionamento Brasil-Japão

1. Relações Políticas

O Japão é o mais tradicional parceiro do Brasil na Ásia. As relações diplomáticas entre os dois países têm como marco inicial o Tratado de Comércio, Amizade e Navegação, firmado em 1895. Durante o século XX, o Brasil foi – a partir de 1908 – o principal destino da emigração japonesa em todo o mundo. Os 1,7 milhão de “nikkeis” brasileiros constituem a maior colônia de descendentes de japoneses fora do Japão. A partir de 1990, graças à nova legislação imigratória japonesa, inverteu-se o fluxo, o que elevou a comunidade brasi-

leira à terceira posição entre os estrangeiros no Japão. O fator humano constitui, portanto, elemento marcante nas relações bilaterais.

Grandes projetos econômicos, sobretudo nas décadas de 60 e 70, consolidaram um relacionamento denso e multifacetado. No entanto, a partir da década de 80, o intercâmbio econômico perdeu o dinamismo que o singularizava nos decênios anteriores. A instabilidade econômica no Brasil e na América Latina, nos anos 80, e o longo período de estagnação econômica e deflação no Japão, na década de 90 e nos primeiros anos do atual decênio, explicam o recuo dos investimentos japoneses e o declínio relativo das relações econômico-comerciais entre os dois países.

O diagnóstico de que a perda de dinamismo no relacionamento bilateral exigia o relançamento da parceria Brasil-Japão, em novas e mais elevadas bases, já vinha sendo compartilhado pelos dois Governos. As visitas do ex-Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi ao Brasil, em setembro de 2004, e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em maio de 2005, marcaram o início de nova fase nas relações, alicerçada, no plano político, por iniciativas como a do G-4 e, no econômico e tecnológico, por projetos como a cooperação em biocombustíveis e a televisão digital. O conceito político do "Ano do Intercâmbio", cunhado durante aquelas visitas, vale-se do simbolismo do centenário da imigração japonesa no Brasil, em 2008, para promover um amplo processo de revitalização das relações bilaterais, tanto em tópicos tradicionais da agenda (como agricultura,

mineração e siderurgia), quanto em novas frentes de atuação conjunta (como etanol/energias renováveis; TV digital; projetos MDL etc.).

As questões envolvendo os brasileiros no Japão tornaram-se, nos últimos anos, um dos itens mais importantes da agenda bilateral. Os brasileiros totalizam mais de 312 mil pessoas, ou a terceira maior comunidade (15 %) de estrangeiros no Japão. Trata-se também da terceira maior concentração de nacionais no exterior. O Governo brasileiro tem-se empenhado na defesa dos complexos interesses de seus nacionais naquele país em várias frentes, tendo inclusive proposto ao Governo japonês a negociação de instrumentos bilaterais nas áreas de cooperação jurídica civil e penal, transferência de presos, e previdência social. A parte japonesa, por sua vez, prioriza a negociação de instrumento sobre extradição (vide seção 3).

A comemoração do centenário da imigração japonesa no Brasil, em 2008, em curso em ambos os países, deverá contemplar, em todos os níveis, a vasta presença da comunidade brasileira no Japão e representará importante oportunidade para levar a cabo iniciativas que efetivamente contribuam para melhorar sua qualidade de vida.

2. Relações Econômico-comerciais

2.1 Balança Comercial

Foi a seguinte a evolução da balança comercial (em US\$ FOB) entre o Brasil e o Japão nos últimos anos:

Balança Comercial BRASIL-JAPÃO (US\$ FOB)				
ANO	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
1990	2.348.517.001	1.482.305.342	866.211.659	3.830.822.343
1991	2.556.613.060	1.433.414.724	1.123.198.336	3.990.027.784
1992	2.305.516.282	1.446.019.124	859.497.158	3.751.535.406
1993	2.313.020.291	1.918.809.441	394.210.850	4.231.829.732
1994	2.574.085.563	2.411.931.565	162.153.998	4.986.017.128
1995	3.101.596.432	3.300.862.373	-199.265.941	6.402.458.805
1996	3.047.133.859	2.783.775.709	263.358.150	5.830.909.568
1997	3.068.120.526	3.534.433.387	-466.312.861	6.602.553.913
1998	2.204.927.954	3.274.327.424	-1.069.399.470	5.479.255.378
1999	2.192.598.498	2.575.784.667	-383.186.169	4.768.383.165
2000	2.472.374.403	2.961.233.042	-488.858.639	5.433.607.445
2001	1.986.280.102	3.063.769.654	-1.077.489.552	5.050.049.756
2002	2.097.953.829	2.347.544.923	-249.591.094	4.445.498.752
2003	2.310.545.977	2.520.523.813	-209.977.836	4.831.069.790
2004	2.767.994.878	2.868.674.552	-100.679.674	5.636.669.430
2005	3.476.104.750	3.405.031.090	71.073.660	6.881.135.840
2006	3.894.521.360	3.839.633.337	54.888.023	7.734.154.697
2007	4.321.335.071	4.609.392.158	-288.057.087	8.930.727.229
2007*	1.322.303.059	1.349.361.667	-27.058.608	2.671.664.726
2008*	1.433.770.503	2.014.335.704	-580.565.201	3.448.106.207

*Janeiro a abril

Fonte: MDIC/Sistema Aliceweb

A corrente de comércio entre Brasil e Japão apresentou o montante de US\$8,9 bilhões em 2007. Esse valor corresponde a 3,2% da corrente total brasileira, muito aquém dos 7,6% registrados em 1991. Naquela ocasião, o país era o segundo maior parceiro comercial do Brasil, sendo superado, a partir de 1992, por Argentina e Alemanha. Em 2002, o Japão perdeu para a China a posição de principal parceiro do Brasil na Ásia. Atualmente, constitui nosso sexto principal sócio comercial no mundo.

Em 2007, o Japão foi o destino de 2,69% das exportações brasileiras, e o país de origem de 3,82% das importações. As exportações brasileiras alcançaram a cifra de US\$4,32 bilhões, com crescimento de 10,96% em relação ao mesmo período de 2006 (mas inferior ao crescimento total das exportações brasileiras, que atingiu 16,58%). Por sua vez, as vendas japonesas para o Brasil cresceram 20,05%, atingindo US\$4,6 bilhões – também abaixo da média de 32% do incremento das importações brasileiras como um todo.

Como resultado, verificou-se déficit de cerca de US\$288 milhões na balança comercial bilateral. Após dois anos de superávits modestos, este é o primeiro déficit para o Brasil desde 2004. Nos quatro primeiros meses de 2008, o déficit já se ampliou para mais de US\$580 milhões.

Entre as exportações brasileiras, produtos básicos e semi-manufaturados equivalem a mais de 82% das vendas para o Japão. A concentração em itens de menor valor agregado é contrária à tendência geral do comércio brasileiro. Em 2007, os manufaturados totalizaram mais de 52% das exportações brasileiras.

Foram os seguintes os principais produtos exportados para o Japão em 2007: minérios de ferro não aglomerados (19,44%); alumínio bruto (13,46%); frango congelado (13,20%); minérios de ferro aglomerados (8,64%); café não torrado (6,31%); álcool etílico de uso industrial (3,53%); níquel bruto (3,40%); sucos de laranja (3,15%); pasta de madeira (2,69%), e soja (2,52%).

Na medida em que mais de três quartos das vendas brasileiras ao Japão continuam concentradas nos 10 principais produtos exportados, a pauta japonesa é bem mais diversificada: os 100 principais produtos comprados do Japão respondem, juntos, por apenas 57,19% do total importado. Destacam-se diversos itens relacionados à indústria de transportes, (partes para carros, tratores, helicópteros, motores, motocicletas etc.), poliacrilato de sódio, escavadoras, discos ópticos, centros de usinagem, partes para aparelhos radiodifusoras, uma grande variedade de componentes eletrônicos e muitos outros bens manufaturados.

Com vistas a reverter esse quadro, o Governo brasileiro tem seguido uma estratégia de diversificação da pauta de exportações, de modo a aumentar a participação relativa de itens de maior valor agregado. Nesse sentido, ressalta a assinatura de dois contratos pela Embraer, que provocarão um salto qualitativo das exportações do Brasil para o Japão, em 2008: (i) venda de dez aeronaves ERJ-170 à J-AIR (companhia de vôos regionais coligada à Japan Airlines) em junho de 2007 (entrega prevista para outubro do corrente ano), com opção de compra de mais cinco; e (ii) venda de dois ERJ-170 à Suzuyo Ltd, com opção de compra de mais 1 aeronave, em novembro de 2007 (entrega no primeiro trimestre de 2009). Com as opções de compra, o contrato assinado com a J-AIR envolve transações que poderão alcançar US\$435 milhões. Nota-se, contudo, que a aquisição das cinco unidades adicionais poderá ser comprometida pelos planos japoneses de produção de aeronaves com características semelhantes àquelas da Embraer.

Outra importante característica das exportações brasileiras para o Japão é o papel desempenhado por empresas que contam com participação acionária japonesa. Estima-se que entre as 100 maiores exportadoras, pelo menos 20% tenham capital japonês. Do ponto de vista das compras brasileiras provenientes do Japão, destaca-se também o aumento do comércio intra-firma. Grupos japoneses com unidades produtivas no Brasil são os principais importadores, tais como Toyota, Honda, Yamaha e Mitsubishi.

2.2 Investimentos japoneses no Brasil

No imediato pós-Segunda Guerra, o Brasil posicionou-se como um dos principais destinos dos investimentos externos japoneses, com destaque para os setores de mineração, siderurgia, agricultura e construção naval. Esse ciclo expansivo se manteve até o início dos anos 1980, quando a crise do setor externo brasileiro e suas conseqüências afetaram duramente as inversões nipônicas.

Na década de 1980, a pronunciada mudança no plano das relações econômico-comerciais bilaterais coincidiu com um período de grande crescimento da economia japonesa; com o início do processo de abertura econômica da China; e com a expansão de outras economias da região, em especial os “Tigres Asiáticos”. Essa conjunção de fatores deslocou fortemente o eixo do comércio e dos investimentos nipônicos para a Ásia (inclusive na década de 1990, quando a economia japonesa passou por grande desaceleração).

As mudanças ocorridas nas economias brasileira e japonesa desde meados da década de 1990 criaram

as condições para o lançamento de um novo ciclo virtuoso das relações econômico-comerciais bilaterais.

Do lado brasileiro, ressaltam a consolidação da estabilidade macroeconômica; os avanços na política de integração regional; e, como parte desse processo, a bem sucedida abertura do setor externo da economia, o que resultou em grandes elevações nas correntes de comércio e nos fluxos de investimento externos (inclusive, mais recentemente, via investimentos brasileiros no exterior).

Do lado japonês, destacam-se a recuperação dos índices de crescimento econômico – ainda que com níveis muito inferiores aos das décadas de 1950 a 1980 – e a busca de oportunidades extra-regionais de investimento.

Neste novo cenário, abriram-se oportunidades inéditas de parceria nipo-brasileira, seja em relação aos setores contemplados, seja no que concerne a novas modalidades de atuação conjunta.

Além dos setores tradicionais (agricultura, mineração e siderurgia), surgiram grandes possibilidades em áreas como energias renováveis, com destaque para etanol; TV digital, com a criação de uma tecnologia híbrida nipo-brasileira, com perspectivas de acesso a outros mercados sul-americanos; projetos relativos ao mecanismo de desenvolvimento limpo; exploração das novas reservas petrolíferas brasileiras em águas profundas; nanotecnologia; tecnologia da informação; etc.

No que concerne às novas modalidades, vale ter presente que, diferentemente do que ocorria antes, o capital brasileiro começa a chegar ao Japão com mais força, conforme evidenciado pela aquisição, pela Petrobrás, de uma refinaria em Okinawa.

A presença brasileira no Japão seria fortemente beneficiada por uma eventual decisão do governo nipônico de tornar mandatória a mistura do etanol no combustível utilizado por sua frota automotiva. Além de contribuir para a meta de tornar o etanol uma **commodity** internacional, a mistura obrigatória favoreceria a exportação de automóveis e de acessórios brasileiros de tecnologia “flex” – inclusive por parte das montadoras japonesas instaladas no Brasil – e poderia ainda fazer do Japão uma plataforma para as exportações de etanol para terceiros mercados asiáticos.

Existem também possibilidades de investimentos conjuntos nipobrasileiros em terceiras regiões, como, por exemplo, na África, que poderão ser dirigidos para os segmentos de insumos (etanol e outros), de indústria e de serviços.

3. Comunidade Brasileira no Japão

Mais de 312 mil brasileiros residem hoje no Japão. Trata-se da terceira maior comunidade de estrangei-

ros nesse país (depois da coreana e da chinesa) e da terceira maior comunidade de brasileiros no exterior (após os EUA e o Paraguai).

A comunidade brasileira começou a crescer a partir de 1990, quando uma modificação da lei de imigração nipônica permitiu que a segunda e a terceira gerações de descendentes de emigrantes japoneses e seus cônjuges pudessem receber vistos de trabalho.

Mais de 80 por cento de nossos nacionais concentram-se em dez províncias, de localização central no Japão e apenas duas delas – Aichi e Shizuoka – abrigam mais de 100 mil residentes brasileiros. Dentre as cidades, destacam-se Hamamatsu, em Shizuoka – maior concentração de brasileiros, cerca de 20 mil em uma população total de 800 mil – e Oizumi, em Gunma – onde 11,6% da população são compostos de brasileiros. Esta última foi visitada, em 7 de abril, pelo Imperador e a Imperatriz, no contexto das comemorações do centenário da imigração japonesa no Brasil.

Os brasileiros, em sua maioria, exercem funções de baixa qualificação em grandes fábricas (nos setores automobilísticos, eletro-eletrônico e alimentício), onde trabalham cedidos por empreiteiras. No início dos anos 90, sua permanência média no Japão era de 3 anos. Hoje, estima-se que esse período tenha duração de 9 anos. Cerca de 54% são do sexo masculino e 65% têm entre 20 e 49 anos. Enviam anualmente ao Brasil aproximadamente 2,6 bilhões de dólares (de acordo com pesquisa do BID referente a 2006).

As principais dificuldades que a comunidade enfrenta no Japão são as seguintes:

a) educação: cerca de 45 mil crianças brasileiras em idade escolar residem no Japão. Muitas enfrentam sérias dificuldades de adaptação ao sistema público de ensino, causadas pela falta de conhecimento do idioma e por diferenças culturais. Mais de 11 mil delas estudam nas 113 escolas brasileiras em funcionamento no país (49 delas homologadas pelo Ministério da Educação do Brasil e apenas 4 consideradas estabelecimentos educacionais pelo Governo japonês);

b) previdência social: pesquisa recentemente conduzida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros apontou que cerca de 40% dos brasileiros não estão inscritos na previdência social ou em plano de saúde. A falta de acordo na matéria entre Brasil e Japão impossibilita que os brasileiros possam contar o tempo trabalhado e as contribuições efetuadas num país para uma futura aposentadoria no outro; e

c) cooperação jurídica: muitos brasileiros, ao mudar-se para o Japão, deixam famílias em nosso País, as quais, muitas vezes, necessitam de apoio jurídico (como, por exemplo, na tramitação de cartas rogatórias). A ausência de acordo nessa área torna os processos de guarda de menores, pensão alimentícia e divórcio que precisam circular entre os dois países mais lentos e complexos.

Após a vinda do Presidente Lula, em maio de 2005, quando foi assinada declaração específica sobre o tema previdenciário, foram estabelecidos Grupos de Trabalho para intercâmbio de informações. A última reunião dos grupos ocorreu em outubro de 2007, em Tóquio, prevendo-se novo encontro em setembro do corrente ano no Brasil. A próxima fase, ainda sem previsão de início, seria a negociação em si dos acordos.

4. Temas econômicos de interesse bilateral

4.1 Biocombustíveis

Por ocasião da visita do Presidente Lula a Tóquio, em maio de 2005, foi criado o Grupo de Trabalho sobre Biomassa, com o mandato principal de tratar da cooperação bilateral no campo do etanol.

Desde então, o Grupo de Trabalho reuniu-se uma única vez, em abril de 2006, em Tóquio. A sessão programada para abril passado, em Brasília, foi suspensa a pedido da Parte nipônica, devido a circunstâncias ligadas à política interna japonesa que impediram a vinda do titular do Ministério da Economia, Comércio e Indústria – METI, que chefiaria a delegação nipônica. Espera-se nova convocação do Grupo de Trabalho ainda em 2008.

Houve, também, grande número de visitas de parte a parte para discutir o assunto, envolvendo funcionários governamentais; parlamentares; empresários; e acadêmicos.

Muitos dos integrantes das missões brasileiras revelam certo desapontamento diante do que avaliam como uma falta de comprometimento japonês em avançar nas negociações, cujo objetivo final consiste em tornar obrigatória a mistura do etanol no combustível automotivo utilizado no Japão.

Embora haja conhecidas restrições por parte de setores japoneses (notadamente nas áreas de refino e distribuição) à introdução do etanol na matriz energética nipônica, há boas possibilidades de que isso venha a ocorrer no futuro, por ser o etanol um recurso renovável e por suas características ambientais benignas.

Essas possibilidades poderão crescer caso o Japão identifique fornecedores adicionais do insumo, o que reduziria sua dependência frente ao Brasil. Para tanto,

seria importante acompanhar as iniciativas, em diferentes graus de maturidade, que vêm sendo tomadas por alguns países asiáticos como Vietnã, Tailândia, Indonésia e Filipinas, assim como os empreendimentos conjuntos, entre o Brasil e o Japão, ora em consideração em terceiros mercados extra-regionais, como na África.

São também animadores os fatos de a Petrobrás haver adquirido refinaria em Okinawa e de haver interesse nipônico em realizar investimentos para aumentar a oferta de etanol no Brasil.

De qualquer maneira, o esforço brasileiro para tornar obrigatório o uso do etanol na matriz energética nipônica certamente terá de ser sistemático e de longo prazo, de modo a vencer as resistências hoje existentes.

4.2 Televisão digital

Em 29 de junho de 2006, o Presidente Lula assinou os instrumentos que definem as características centrais do Sistema Brasileiro de TV Digital, com base no padrão de modulação ISDB-T: (i) o decreto que estipulou o regime de transição da televisão analógica para o sistema digital, e (ii) o instrumento bilateral com o Japão, que estabeleceu os parâmetros da cooperação, inclusive no que toca ao desenvolvimento da indústria eletroeletrônica brasileira.

A parceria em TV digital é coordenada pelo Grupo de Trabalho Conjunto Brasil-Japão de TV Digital (GTC). Inaugurado em Brasília, em outubro de 2006, tem-se reunido a cada seis meses, intercaladamente nos dois países. A IV Reunião está prevista para junho de 2008, em Tóquio. Integram o GTC cinco diferentes subgrupos: Subgrupo A (cooperação tecnológica e padronização); subgrupo B (indústria eletrônica – semicondutores); Subgrupo C (recursos humanos); Subgrupo D (propriedade intelectual); e Subgrupo E (financiamento).

Merecem atenção os seguintes aspectos: (i) definição das iniciativas japonesas ligadas ao desenvolvimento da indústria de semicondutores no Brasil, de forma a atender a uma das principais expectativas brasileiras; (ii) acesso direto das empresas brasileiras ao menu de crédito do JBIC; e (iii) maior engajamento de instituições de pesquisa e educação japonesas ao GTC, com vistas à intensificação da formação de recursos humanos. Nesse contexto, destaque-se o estabelecimento do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de TV Digital, em Brasília, para o qual será fundamental a cooperação com a Parte japonesa.

Durante os encontros mantidos em abril passado pela Ministra Dilma Rousseff, em Tóquio, houve manifestações animadoras por parte de altos executivos da Toshiba, a respeito da possibilidade de realização

de investimentos japoneses na criação de indústria de semicondutores no Brasil.

Por iniciativa brasileira, Brasil e Japão definiram estratégia conjunta de atuação junto aos países sul-americanos, com vistas à divulgação e adoção do padrão ISDB-T acoplado às inovações brasileiras. Ações diplomáticas, governamentais, técnicas e empresariais foram intensificadas. Mais recentemente, as missões enviadas e os seminários realizados passaram a ser conjuntos, contribuindo para o entrosamento entre as duas equipes e constituindo-se em notável exemplo de articulação político-diplomática. O exemplo mais recente foi à missão conjunta ao Chile, integrada por altas autoridades governamentais e liderada pelo Ministro Hélio Costa. Como resultado, o ISDB-T, antes relegado nesses países, é hoje altamente considerado, quase sempre visto como mais desenvolvido e adequado tecnologicamente em relação aos sistemas europeu e norte-americano.

4.3 Trem de alta velocidade

O Governo e os empresários nipônicos têm grande interesse em que o modelo japonês de trens de alta velocidade seja adotado no Brasil para a ligação das cidades de Rio de Janeiro e São Paulo. Ressaltam sua grande experiência internacional na área de transporte ferroviário, que incluiria a construção e operação de inúmeros metrô ao redor do mundo, bem como a recente construção do trem de alta velocidade de Taiwan, cujo projeto foi executado por consórcio de empresas nipônicas e inaugurado em 2007. O “shinkansen” de Taiwan, interligando as cidades de Taipei e Kaohsiung (350 km) foi construído por consórcio de empresas japonesas liderado pela Mitsui e formado pela Mitsubishi Heavy Industries, Kawasaki Heavy Industries, Toshiba, Mitsubishi Corp., Marubeni e Sumitomo. A execução do projeto taiwanês custou US\$15 bilhões. Sublinhe-se que coube a uma das empresas que opera o “shinkansen” no Japão, a “JR Central”, prestar a cooperação técnica necessária para formação de recursos humanos.

Na comparação com outros sistemas de trem de alta velocidade, os japoneses procuram demonstrar a eficiência na operação do seu sistema, que possibilitaria 12 partidas por hora, ao passo que o modelo europeu permitiria apenas 5 partidas no mesmo período. Agregam, ainda, que cada trem japonês pode transportar até 1.362 passageiros (modelo N700), ao passo que os sistemas europeus conseguiriam atingir um número significativamente menor (sistema TGV-R, 377 passageiros; sistema TGV-D, 545 passageiros; sistema ICE 1, 645 passageiros, e sistema ICE 3, 391 passageiros). Além disso, o Japão ressalta que tem condições de oferecer um “pacote abrangente e

integrado”, que envolveria todos os elementos do sistema, como construção, central de controle de tráfego, sistema de treinamento, trens e manutenção.

4.4 Mercado Financeiro

O mercado brasileiro de capitais passou a despertar o interesse do sistema financeiro japonês, sobretudo após a eclosão da crise de hipotecas, nos EUA. Apesar de geralmente avesso a riscos, o investidor japonês, que já migrou para aplicações em títulos, fundos de investimento e ações, está agora vendendo papéis norte-americanos e buscando os emitidos por mercados emergentes pouco afetados pela crise mundial. Os ativos financeiros dos japoneses são usualmente divididos da seguinte forma: 50% em moeda e depósitos bancários (nos EUA, a participação é de 12,4%), 25,9% em seguros e fundos de pensão, 20% em títulos, fundos de investimento e ações (nos EUA, 53%) e 4,1% em outros ativos.

O crescente interesse nos mercados emergentes tem levado corretoras e bancos de investimento a criar fundos compostos exclusivamente de papéis do Brasil, sejam títulos públicos, sejam ações de grandes empresas. A seguir, elencam-se os principais desdobramentos do mercado japonês relativos a investimentos em fundos brasileiros: (i) em 2006, o HSBC lançou o fundo “Brazil Open”, cujo patrimônio líquido alcançou a cifra de US\$1,3 bilhão em dezembro de 2007; (ii) a Daiwa Securities e a BNP Paribas passaram a vender, em novembro de 2007, fundos do Brasil no valor total de US\$1,2 bilhão; (iii) em dezembro de 2007, Credit Suisse e Tokai Tokyo Securities lançaram o “Brazil Fund”, que atingiu a soma de US\$270 milhões; (iv) o Itaú Asia Securities organizou, em Tóquio, dois seminários sobre as oportunidades de investimento no mercado brasileiro de capitais, voltados exclusivamente a investidores institucionais; (v) o Credit Suisse e a Tokai Tokyo Securities realizaram dois seminários, em Tóquio e Nagóia, para pessoas físicas interessadas em investir em ações e títulos públicos brasileiros; e (vi) por iniciativa conjunta da Bovespa, BM&F, Anbid e CBLC, com apoio do Banco Central, Tesouro Nacional e da CVM, realizou-se o seminário “Brazil: Excellence in Securities Transactions”, em novembro de 2007, cuja segunda versão será organizada em Tóquio, em setembro de 2008.

Paralelamente, o Brasil tem-se beneficiado da aceitação, pelo mercado japonês, de fundos conjuntos de países emergentes. Em 2006, BlackRock Japan e Merrill Lynch lançaram o “Latin America Equity Fund”, com patrimônio de US\$90 milhões. Em setembro de 2007, Nomura Securities e Schroders Investment Management criaram o “Schroders Latin America Equity Investment”, no valor de US\$ 1,8 bilhão.

4.5 Energia nuclear

Em mercado que promete ser cada dia mais promissor, chama atenção à presença japonesa nas três maiores alianças globais do setor nuclear: Toshiba/Westinghouse, Hitachi/GE e Mitsubishi/Areva. Esta última anunciou, em novembro último, ter recebido importante encomenda da Eletrobrás, para a usina em Angra dos Reis. O Presidente da Toshiba, por sua vez, visitou o Brasil em agosto de 2007, com o objetivo de tratar, entre outros temas, de fornecimento de equipamento nuclear.

O Japão é um dos maiores consumidores de energia do mundo, dependendo em cerca de 80% de suprimentos do exterior, fato que influenciou – e continua a influenciar – a inserção internacional do país. A matriz energética total apresenta a seguinte divisão: 49%, petróleo (73% em 1975); 19%, carvão; 13%, gás natural; 13%, nuclear; 3%, hidroeletricidade e geotérmica; e o restante em fontes alternativas, sobretudo eólica e solar. A energia nuclear supre aproximadamente 30% da geração de eletricidade.

O Governo japonês lançou, em maio de 2006, a “Nova Estratégia Energética Nacional”, que tem entre suas prioridades a ampliação para 40% da participação de energia nuclear na matriz elétrica até 2030. A

fim de cumprir tal objetivo, deverão ser construídos ao menos 10 novos reatores, dos quais quatro já estão em estágio inicial. O Japão conta hoje com 55 centrais nucleares em seu território (com capacidade instalada de quase 50 GW) e é o terceiro país, atrás dos EUA e França, em geração de energia elétrica a partir de fontes nucleares. No entanto, o forte terremoto de 16 de julho de 2007, em Niigata, recordou os japoneses de que a combinação entre usinas nucleares e zonas sísmicas – que cobrem o país inteiro – podem gerar inquietações. O sismo forçou a suspensão das atividades da usina de Kashiwazaki.

Para o longo prazo, a grande aposta japonesa reside na tecnologia de reatores “rápidos” (FBR), cuja comercialização seria possível a partir de 2050 (o protótipo de Monju, fechado em 1995 após um vazamento, deve ser retomado em 2008 e reator de demonstração poderá estar pronto em 2025). Do ponto de vista japonês, o sistema FBR, além de vantagens econômicas, seria a opção mais adequada aos objetivos de não-proliferação. Em paralelo, o Japão prossegue com seus programas de enriquecimento e reprocessamento de combustíveis nucleares, concentrados no complexo de Rakkosho.

Cronologia dos principais fatos do Japão

710-784: Período Nara. Difusão do Budismo.

794-1185: Período Heian. Capital em Kyoto.

1192-1333: Período Kamakura. Predomínio da classe dos samurais.

1338-1573: Xogunato Muromachi ou Ashikaga. Guerra civil (1462-1472).

1542: Primeiros contatos com o Ocidente. Chegada de missionários jesuítas.

1603-1867: Xogunato de Tokugawa.

1853: Chegada da frota dos EUA. Início da era moderna japonesa.

1868-1912: Período Meiji. Modernização do Japão.

1889: Promulgada primeira Constituição, que consagra a monarquia hereditária.

1894-1895: Guerra Sino-Japonesa.

1904-1905: Guerra Russo-Japonesa.

1912-1926: Reinado do Imperador Taisho.

1931: O Japão invade militarmente a Manchúria.

1933: O Japão retira-se da Liga das Nações.

1937: Início da guerra não-declarada com a China.

1940: Firmado pacto com Alemanha e Itália (setembro).

1941: Ataque-surpresa a Pearl Harbor (7/12).

1941-1942: Forças japonesas ocupam o Leste da Ásia e o Pacífico.

1945: Bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki (6 e 9/8). Rendição do Japão (2/9).

1946: Promulgada nova Constituição democrática (3/11), a qual entra em vigor em 3/5/1947.

1951: Firmada formalmente a paz com o Ocidente.

1952: Fim da ocupação militar norte-americana (abril).

- 1954: Tratado de defesa mútua com os EUA.
- 1955: Início do predomínio do Partido Liberal-Democrático (PLD) no Governo.
- 1960-1980: Grande crescimento industrial e recuperação econômica.
- 1989: Morre o Imperador Hirohito. Sucede-o seu filho, Akihito.
- Década de 1990: Crise econômica.
- 2006: Shinzo Abe sucede Junichiro Koizumi como Primeiro-Ministro.
- 2007: Yasuo Fukuda sucede a Shinzo Abe como Primeiro-Ministro.

Cronologia das relações Brasil-Japão

- 1895: Assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação (abertura das respectivas representações diplomáticas dois anos mais tarde).
- 1906: Abertura do primeiro estabelecimento comercial japonês no Brasil.
- 1908: Início da imigração japonesa ao Brasil, com a chegada do navio Kasato Maru a Santos.
- 1928: Início da imigração japonesa na Amazônia.
- 1941: Até 1941, o Brasil recebeu cerca de 190 mil imigrantes japoneses.
- 1942: Rompimento de relações diplomáticas. Os imigrantes japoneses somam 190 mil (0,5% da população brasileira à época).
- Década de 1950: Investimentos japoneses no Brasil (Usiminas, Ishibrás-Ishikawajima do Brasil, etc).
- 1952: Restabelecimento das relações diplomáticas. Recomeço da imigração japonesa ao Brasil (chegada do navio Santos Maru à Amazônia). Até 1993, cerca de 60 mil imigraram ao Brasil.
- 1954: Entrada no Brasil do Fuji Bank, empresa pioneira no pós-guerra.
- 1955: Início do estabelecimento no Brasil das principais "tradings" japonesas (Marubeni em 1955; Mitsubishi em 1956; Itochu em 1957; Nissho-Iwai/Sojitz em 1957; e Mitsui em 1960).
- 1958: O Príncipe Mikasa e esposa participam das comemorações dos 50 anos da imigração japonesa no Brasil.
- 1958: Inauguração da Usiminas, com a participação de capital estatal brasileiro, em parceria com acionistas japoneses. Chegada do primeiro voo da Varig ao Japão.
- 1959: O Primeiro-Ministro Shinsuke Kishi torna-se o primeiro Chefe de Governo japonês a visitar o Brasil. Estabelecimento da Toyota do Brasil, primeira fábrica da montadora japonesa no exterior. Início das operações da Ishibrás (Ishikawajima do Brasil).
- 1965: Início do estabelecimento no Brasil de importantes fábricas japonesas (Ajinomoto em 1965, Toshiba e Panasonic em 1967, Yakult em 1968, NEC em 1969, Yamaha em 1970, Honda em 1971, Sharp em 1971 e Sony em 1972).
- 1967: Visita do Príncipe Herdeiro Akihito e da Princesa Michiko ao Brasil.

1969: Posse de Fábio Yassuda como Ministro de Estado da Indústria e Comércio, o primeiro nikkei a assumir um Ministério.

Década de 60: Firmados Acordos de Imigração (1960); Aéreo (1962); Cultural (1964); e para Evitar Bitributação (1967).

Década de 70: Segundo ciclo de investimentos japoneses no Brasil (Carajás, Albrás, Usina de Tubarão, projeto nipo-brasileiro para a produção de celulose, etc).

1970: Assinatura do Acordo Básico de Cooperação Técnica.

1974: Visita do Primeiro-Ministro Kakuei Tanaka ao Brasil. Criação do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão, com apoio da CNI e do Keidanren.

1976: O Presidente Geisel torna-se o primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar o Japão.

1978: 70 anos da imigração japonesa no Brasil; visita do Príncipe Herdeiro e da Princesa Michiko ao Brasil; início do vôo regular da JAL ao Brasil.

1978: Formalização do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER).

1979: Segunda Reunião Ministerial Brasil-Japão: estréia do filme "Gaijin"; início do PRODECER.

1981: Realização do "Asakusa Samba Carnival".

1982: Primeiro-Ministro Zenko Suzuki e Príncipe Naruhito visitam o Brasil.

1984: Visita do Presidente João Baptista Figueiredo ao Japão; assinatura do Acordo de Cooperação na área de Ciência e Tecnologia entre o Japão e o Brasil; estabelecimento da Companhia Vale do Rio Doce no Japão.

1988: 80 anos da imigração japonesa no Brasil; visita do Príncipe Fumihito ao Brasil.

Década de 1990: Publicado o primeiro jornal em português no Japão. Os jogadores brasileiros destacam-se no campeonato japonês de futebol (J-League). As empresas automobilísticas japonesas investem no Brasil.

1990: Entrada em vigor da nova lei japonesa de imigração. Os imigrantes japoneses e descendentes no Brasil chegam a 1,5 milhão. Os brasileiros no Japão somam 56 mil.

1991: Comunidade brasileira no Japão ultrapassa a marca dos 100 mil.

1994: Ministro dos Negócios Estrangeiros Yohei Kono visita o Brasil.

1995: Centenário do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação; visita do Vice-Presidente Marco Maciel ao Japão; visita da Princesa Nori ao Brasil.

1996: Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Japão; visita do Primeiro-Ministro Ryutaro Hashimoto ao Brasil.

1996: A comunidade brasileira no Japão ultrapassa a marca dos 200 mil.

1997: Visita do Imperador Akihito e da Imperatriz Michiko ao Brasil, a primeira de Chefe de Estado japonês ao Brasil.

1998: 90 anos da imigração japonesa no Brasil; visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Keizo Obuchi ao Brasil; visita do Chanceler Luiz Felipe Lampreia ao Japão.

2000: Os brasileiros no Japão somam 250 mil.

Década de 2000: Intensificação das visitas de autoridades, e a dinamização das relações econômicas entre o Japão e o Brasil.

2002: Visita do Chanceler Celso Lafer ao Japão.

2004: Visita do Chanceler Celso Amorim ao Japão; visita do Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi ao Brasil. Com a criação do G-4, Brasil e Japão unem forças para a reforma do Conselho de Segurança da ONU. Criação do Grupo de Trabalho sobre Biomassa (parceria em biocombustíveis).

2005: Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Japão. Assinatura do Programa Conjunto de Revitalização das Relações Econômicas entre o Brasil e o Japão. Reunião, no Brasil, do "Conselho Brasil-Japão para o Século XXI".

2006: Adoção do padrão brasileiro de televisão digital com base no sistema japonês ISDB-T. Reunião, em Tóquio, do Conselho Brasil-Japão para o Século XXI.

2006: Na Copa do Mundo na Alemanha, o técnico Zico comanda a Seleção Japonesa. O número de brasileiros residentes no Japão ultrapassa 300 mil.

2007: Reuniões, em São Paulo e em Tóquio, do "Conselho de Sábios". Aquisição dos primeiros aviões da Embraer pelo grupo Japan Airlines. Aquisição da refinaria Nansei Sekiyu pela Petrobras. Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas, em Tóquio.

2008: Ano do Intercâmbio Japão-Brasil. Visita da Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, ao Japão.

Aviso nº 401 – C. Civil

Em 27 de maio de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Luiz Augusto de Castro Neves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações, Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM Nº 107, DE 2008

(Nº 322/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Ivan Oliveira Cannabrava, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil no Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

Os méritos do Senhor Ivan Oliveira Cannabrava que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessas elevadas funções constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de maio de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 180 MRE /DP/AFEPA/G -/APES

Brasília, 16 de maio de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação do Senhor Ivan Oliveira Cannabrava, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, o Senhor Ivan Oliveira Cannabrava poderá ser nomeado também para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

3. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e **curriculum vitae** do Senhor Ivan Oliveira Cannabrava que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE IVAN OLIVEIRA CANNABRAVA

CPF.: 7508689453

ID.: 412/MRE

23/05/1941	Filho de Elpidio Vianna Cannabrava e Yonne de Oliveira Cannabrava, nasce em 23 de maio, em Araguari/MG
18/03/1963	CPCD - IRBr
05/02/1965	Terceiro Secretário em 05 de fevereiro
06/02/1965	Divisão Jurídica, auxiliar
03/04/1965	Divisão da Organização dos Estados, auxiliar
02/07/1967	Embaixada em Bonn, Segundo Secretário
31/12/1967	Segundo Secretário, por merecimento, em 31 de dezembro
05/03/1970	Embaixada em Assunção, Segundo Secretário
01/01/1973	Primeiro Secretário, por merecimento, em 1º de janeiro
03/02/1974	Departamento das Américas, auxiliar
01/01/1975	Divisão da América Meridional-I, assistente
03/02/1976	Departamento das Américas, assessor
03/03/1976	Reunião Regional para a Ásia Ocidental, Preparatória da Conferência da ONU sobre Água, Bagdá, observador, Chefe de delegação
03/04/1977	Reunião sobre a Antártica, Punta Arenas, Chile, Chefe de delegação
08/04/1977	Reunião da Comissão Econômica para a América Latina, Guatemala, Chefe-técnico de delegação
13/05/1977	Medalha Mérito Tamandaré, Ministério da Marinha, Brasil.
26/09/1977	Conselheiro, por merecimento, em 26 de setembro
05/04/1978	Reunião do Comitê Científico sobre a Pesquisa Antártica (SCAR), Chamonix, França, Chefe de delegação
01/05/1978	Divisão da América Central e Setentrional, Chefe
07/07/1979	Embaixada em Washington, Conselheiro
16/06/1982	Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 16 de junho
10/09/1982	CAE - IRBr, Aspectos Políticos, Jurídicos e Econômicos do Tratado da Antártica
05/01/1983	Embaixada em Tóquio, Ministro-Conselheiro
10/01/1989	Embaixada em Luanda, Embaixador

18/04/1989 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

19/12/1990 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 19 de dezembro

04/05/1991 Embaixada em Tel Aviv, Embaixador

25/08/1991 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial

03/07/1995 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, Subsecretário-Geral

02/11/1995 Conferência Regional sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança, Santiago, Chefe de delegação

03/12/1995 V Reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos Países do Tratado de Cooperação Amazônica, Lima, Chefe de delegação

23/12/1995 "Alto Funcionário" do Brasil e Coordenador das negociações de paz entre o Peru e o Ecuador, 1995/1998, Chefe de delegação

07/06/1996 Ordem Nacional do Mérito, Paraguai, Grã-Cruz

11/06/1996 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grã-Oficial

27/08/1996 Ordem do Condor dos Andes, Bolívia, Grã-Cruz.

11/09/1996 Orden del Sol del Perú, Peru, Grã-Mestre.

26/11/1996 Orden del Libertador, Venezuela, Grã-Oficial

03/05/1997 XVI Reunião Ordinária de Chanceleres do Grupo do Rio, Assunção, Chefe de delegação

03/09/1997 L'Ordre Nacional de la Légion d'Honneur, França, Grã-Mestre

16/12/1997 Ordem Honorífica, Portugal, Grã-Cruz

29/08/1998 Delegação do Brasil à XII Conferência de Cúpula do Movimento dos Não-Alinhados, Chefe

03/04/1999 Ordem do Mérito, Peru, Grã-Cruz

01/05/1999 Ordre du Hendes Majestaet, Dinamarca, Grã-Cruz

03/05/1999 1a. Conferência dos Estados Partes da Convenção de Ottawa para a Proibição das Minas Terrestres, Chefe de delegação

04/05/1999 Orden del Libertador San Martín, Argentina, Grã-Cruz

04/09/2000 Coordenador-Geral da 1a Reunião de Presidentes da América do Sul, Chefe de delegação

27/07/2001 Embaixada em Tóquio, Embaixador

23/10/2001 Condecoração da Aeronáutica, Brasil, Grande Oficial

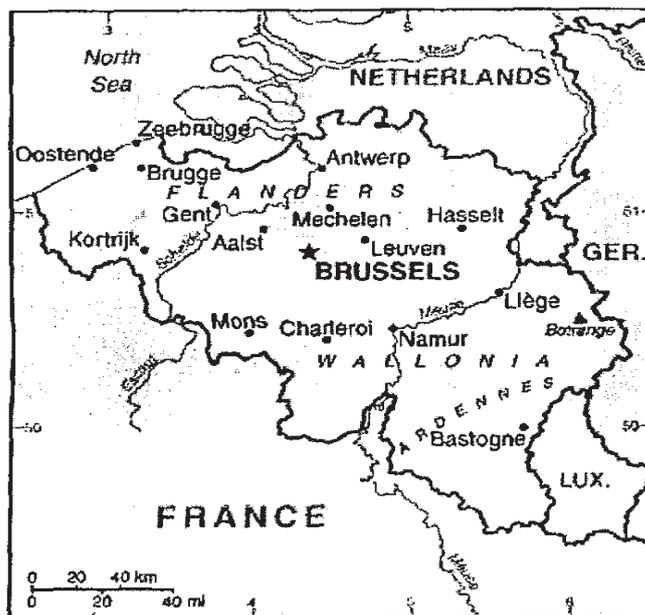
20/02/2003 Delegação do Brasil à XIII Conferência de Cúpula do Movimento dos Não-Alinhados, Kuala Lumpur, Chefe

24/10/2005 Embaixada no México, Embaixador


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INFORMAÇÕES SOBRE O REINO DA BÉLGICA



Brasília, maio de 2008

ÍNDICE

Dados Básicos.....

Perfil Biográfico

Política Interna.....

Política Externa

Relações com o Brasil

Intercâmbio Bilateral

Dados do Comércio Bilateral

Indicadores Econômicos.....

Cronologia das relações bilaterais.....

DADOS BÁSICOS

CAPITAL	Bruxelas
ÁREA	30.528 km ²
POPULAÇÃO	10.392,226 (2007 est.)
IDIOMA	Neerlandês (em Flandres e Bruxelas), Francês (na Valônia e Bruxelas), Alemão. O Inglês é falado por muita gente.
ATITUDES COM RELAÇÃO À RELIGIÃO	Católicos(90%), protestantes(0,4%), islamismo(1,1%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia parlamentar constitucional
CHEFE DE ESTADO	Rei Alberto II
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Yves Leterme
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Karel De Gucht
PIB (2007 est.)	US\$ 442,8 bilhões
PIB PER CAPITA (2007 est.)	US\$36,500
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)

PERFIS BIOGRÁFICOS

Rei Alberto

Nascido em Bruxelas, em 6 de junho de 1934, filho do Rei Leopoldo III e da Rainha Astrid. Foi deportado para a Alemanha em junho de 1944, após o Dia D, juntamente com seus familiares, e libertado pelas tropas americanas em maio de 1945. Após cinco anos na Suíça, regressou à Bélgica na companhia de seu pai e de seu irmão mais velho, o Príncipe Balduino, que assumiu o trono após a abdicação de Leopoldo III, em julho de 1950. Em julho de 1959, casou-se com Paola Ruffo di Calabria, com quem teve três filhos: Philippe, Astrid e Laurent. Exerceu atividades nas áreas da promoção do comércio exterior, assistência social, urbanismo, habitação, proteção do meio ambiente e de monumentos históricos. Com a morte de seu irmão, o Rei Balduino I, assumiu o trono em 9 de agosto de 1993.

Yves Leterme

Primeiro-Ministro da Bélgica

Yves Leterme nasceu em 6 de outubro de 1960, em Wervik (Bélgica). É casado com Sofia Haesen e tem três filhos. Formou-se em Direito (Universidade de Gante-1984) e Ciências Administrativas (Universidade de Gante-1985). É também diplomado do Centro de Estudos Internacionais do Federalismo (Nice- 1984).

- Foi colaborador parlamentar de Paul Breyne (1985) e deputado, antes de se tornar secretário do Partido Popular Cristão (CVP) no distrito de Ypres (1985-1987).
- Em 1986 passou a ser colaborador no Gabinete do Ministro comunitário P. Deprez (1986). De 1987 a 1989, trabalha na Controladoria das Contas.
- De 1989 a 1992, atuou como Secretário nacional do CVP.
- Entre 1992 e 1997, ocupou cargo de administrador na União Européia.
- Foi Regedor distrital da cidade de Ypres (1995- 2001) e desde 2001 é membro do Conselho Comunal da mesma cidade.
- Em 1997 foi eleito deputado do CVP (sucendo a P. Breyne).
- De 2001 a 2003 assumiu a presidência do grupo político Cristão Democrático - CD&V na Câmara dos Deputados.
- De 2003 a 2004 foi eleito Deputado e Presidente do CD&V.
- Entre julho de 2004- junho de 2007 foi Ministro-Presidente do Governo flamengo.
- Depois de ocupar o cargo de Senador Federal (junho de 2007- dezembro de 2007), recebeu mandato do Rei para formar um novo Governo federal.
- Entre dezembro de 2007 e março 2008 foi Vice-Primeiro Ministro e Ministro do Orçamento, da Mobilidade, das Reformas institucionais e do Mar do Norte.
- Em 20 de março de 2008, foi nomeado Primeiro-Ministro.

POLÍTICA INTERNA

Depois de seis meses com governo com poderes restritos apenas ao trato de assuntos corriqueiros e rotineiros, o novo governo, “intermediário”, recebeu em dezembro de 2007, o voto de confiança da Câmara dos Deputados para a elaboração do orçamento de 2008 e para a preparação do governo definitivo sob a liderança de Yves Leterme.

Uma Nota do Premier Verhofstadt, entregue ao Rei Alberto, divulgada em 10 de janeiro de 2008, concentrava atenções nas seguintes metas:

1. institucionalização de um Estado federal forte com Regiões e Comunidades igualmente fortes;
2. “refederalização” de algumas matérias;
3. expansão do conceito de “convergências” para as matérias que seriam transferidas do federal para o regional e comunitário;
4. instauração do conceito de “comunidade urbana em torno de Bruxelas”, que poderia superar as dificuldades lingüísticas no entorno da capital.
5. ratificação, por Flandres, da Convenção-Quadro do Conselho da Europa sobre respeito às minorias lingüísticas.

Como previsto, cumpriu-se, nos feriados de páscoa de 2008, todo o ritual da entronização do governo Leterme I. O Premier, e seu Gabinete, prestaram juramento ao rei Alberto II. Leterme emitiu pronunciamentos no Senado e na Câmara dos Deputados e, finalmente, o Legislativo federal deu a seu governo o voto de confiança com ampla maioria. Depois de longos meses de negociações, a montagem desse governo foi cercada do máximo de cautela e de desconfiança de todas as partes envolvidas. Os principais partidos do país só estão presentes porque a composição foi a única maneira encontrada para possibilitar a superação do impasse político.

Da base de apoio fazem parte partidos com posturas diametralmente antagônicas, como o NVA, nacionalista e separatista, e o Partido Socialista, contrário a novas transferências de poder federal para as regiões. A formação do novo governo só foi possível mediante a permanência de dez Ministros de peso já presentes no governo anterior (Verhofstadt III) – entre os quais Didier Reynders (MR/Finanças), Patrick Dewael (VLD/Interior) e Karel De Gucht (VLD/Relações Exteriores) – e a expansão de cargos para distribuição entre os partidos da base aliada, até o limite legal de 15 Ministérios (contabilizado o cargo de Primeiro-Ministro), e

a criação de novas Secretarias, que chegam a sete. Os cargos estão bem distribuídos, cabendo sete Ministérios aos flamengos, sete aos francófonos, e a cada partido um com título de Vice-Primeiro-Ministro. Ao VLD, partido liderado pelo ex-Premier Verhofstadt, coube 5 Ministérios, ao CD&V do atual governo, dois e mais o cargo de Premier. Di Rupo conseguiu três Ministérios para os socialistas, igual número foi dado ao MR de Reynders. O CDH foi agraciado com um, ocupado por Joelle Milquet. À exceção do VLD, todos os outros partidos foram agraciados com Secretarias: duas para o CD&V, duas para o MR, duas para o PS e uma para o CDH.

Com o objetivo de fortalecer e unificar a voz da população francófona, sob a inspiração de Elio Di Rupo, foi processada importante acomodação política que atingiu o comando partidário e a própria estrutura do estado belga. Assim:

– Marie Arena deixou o cargo de Ministra-Presidenta da Comunidade Francófona para ocupar o Ministério federal das Pensões, da Integração Social e das Grandes Cidades;

– Rudy Demotte, Ministro-Presidente da Valônia, passou a acumular, de forma inédita, também a presidência da Comunidade Francófona, que, além da Valônia, abrange também a região de Bruxelas;

– Joelle Milquet, assim como o Presidente do CD&V, teve de abrir mão da presidência de seu partido (VIR/Movimento Reformador) para integrar o Gabinete de Leterme. Mas só deixará formalmente a presidência ao final de seu mandato, no segundo semestre, quando já deverão estar concluídas as negociações sobre a reforma do estado.

Esses arranjos políticos não foram suficientes para estabelecer um equilíbrio harmônico no governo ou para desanuviar as desconfianças no seio da base aliada. Os francófonos reaproximam-se e procuram superar divergências com vistas a aglutinar forças para a eventualidade de ser necessária uma barreira a tentativas flamengas de regionalização excessiva do país. À cumulatividade do comando Região/Comunidade soma-se outra medida de relevância, destinada ao fortalecimento do flanco francófono: a presença, na coalizão, de grandes líderes políticos, tais como Didier Reynders e Joelle Milquet. Antes de marcar apoio ao Primeiro-Ministro, essa atitude confirma a determinação dos partidos de prepararem-se para as discussões sobre a reforma do estado, que deverão estar concluídas no próximo verão. Não é sem razão que em seu discurso no Parlamento, Leterme registrou estar consciente “de

seus limites” mas que ousaria “assumir riscos”, mesmo que sob condições de vulnerabilidade.

Poder-se-ia arriscar que, até o momento, os francófonos – graças sobretudo a Elio Di Rupo, que se mantém em discreta direção das operações – conseguiram desarticular a estratégia flamenga de assegurar avanços regionalistas e, dessa forma, praticamente imobilizar, ao menos temporariamente, o nacionalista e separatista NVA, aliado do cartel que permitiu a vitória de Leterme nas eleições de 11 de junho. De certa forma, a estratégia francófona também liberou o CD&V da situação de refém do NVA, partido de importância política ainda inexpressiva no contexto do país. A NVA está em compasso de espera e não tendo cumprido a ameaça velada de retirar-se do cartel. Seu Presidente absteve-se de dar seu voto de confiança no atual governo, mas liberou seus outros eleitores para ratificarem a nova Administração. Até o momento, limitou-se a reclamar, com o apoio do jornal **Die Standaard**, que o novo governo estaria em desequilíbrio, uma vez que o número de francófonos, contabilizadas as secretarias, seria superior ao de flamengos.

Essa situação, perante o NVA, parece agradar até mesmo a Leterme, que, graças às manobras de seus opositores políticos, conseguiu superar o impasse político na formação do governo e obteve maior margem de manobra frente ao aliado de cartel. Nesse contexto, não passou despercebida a insistência com que ele defendeu, nos últimos momentos das negociações para a formação de seu governo, a participação de Joelle Milquet no Gabinete, justamente uma das maiores opositoras a novas transferências de poder federal às regiões e cuja firmeza lhe valeu o apelido de “Madame Non”. Em entrevista divulgada no **La Libre Belgique**, Leterme admite que o NVA terá de se adaptar à nova realidade política, deixando subentendido que isso seria essencial à governabilidade do país.

Resta aguardar como se comportará esse gabinete, cuja surpresa maior é reunir personalidades com visões políticas diferenciadas e por vezes antagônicas, e, sobretudo, como evoluirão as propostas e decisões mais controversas adiadas para meados deste ano. Essas dificuldades já geraram críticas até em relação à forma como vem sendo chamado o novo governo (Leterme I), uma vez que, a se confirmarem as previsões mais pessimistas, o atual Premier não teria chance de uma segunda Administração.

Yves Leterme assume o governo com a promessa de que antes do início das grandes férias de verão no país e o recesso parlamentar de julho, uma ampla reforma fiscal, previdenciária e orçamentária seja implementada, liquidando, assim, o dossiê institucional longamente aguardado.

POLÍTICA EXTERNA

A posição geográfica da Bélgica – situada entre vizinhos poderosos e palco de sucessivos cenários de guerras – levou o país, desde sua independência, a acrobacias diplomáticas que lhe garantissem autonomia e segurança através de alianças políticas, muitas vezes precursoras de ações multilaterais. Com efeito, o País aderiu o projeto Benelux e esteve presente desde o início das negociações referentes à integração europeia. A condição de país pequeno e com recursos relativamente limitados também contribuiu para a tradicional prioridade europeia de sua política externa. O próprio fato de abrigar o “core” das instituições europeias representa, por um lado, o seu compromisso com a integração continental e, por outro, a contribuição nada desprezível para sua projeção internacional, bem como para a saúde da economia nacional e mais ainda para sua capital, cuja menção há muito deixou de evocar o Governo belga, tendo-se tornado praticamente sinônimo de “Governo Europeu”.

Intransigente defensora do processo integracionista do continente, a Bélgica desenvolve sua ação internacional, sobretudo no quadro da União Europeia. Nesse âmbito, favorece, como regra, o fortalecimento da Comissão e do Parlamento europeus, aos quais atribui papel central na consolidação e no alargamento da UE.

O complicado e longo processo de definição do novo governo, que dominou o cenário político interno na Bélgica dos últimos meses, bem como as possíveis repercussões no plano internacional, é objeto de preocupação das autoridades belgas, sobretudo do Chanceler Karel de Gucht, que se surpreendeu, na Reunião de Cúpula União Europeia-África, ocorrida em dezembro último em Lisboa, ao ser bombardeado por perguntas por parte de autoridades africanas e de outros países da Europa sobre o que esperar do resultado final das negociações no plano político interno. Alguns países africanos, com certa ironia, teriam oferecido ajuda para intermediar possíveis negociações no plano interno, a exemplo do que a Bélgica tradicionalmente disponibiliza para seus parceiros africanos.

De Gucht decidiu redigir Nota transmitida a todos os diplomatas em missão no exterior, cujo teor acabou sendo divulgado por conhecido periódico flamengo. Em resumo, a Nota conclamava os representantes do governo no estrangeiro a buscar influenciar de maneira positiva seus interlocutores, enumerando especificamente os agentes políticos, representantes de empresas e formadores de opinião pública, no sentido de esclarecer que a crise política interna vivida pelo

país não teria nenhum impacto sobre as relações internacionais da Bélgica.

Com esse objetivo, a estratégia adotada pela Chancelaria foi além ao sugerir medidas concretas, tais como a aproximação intencional com interlocutores privilegiados, a participação de emissões de rádio e televisão, e a divulgação de artigos na imprensa estrangeira, em medidas sempre marcadas pela discricção, evitando assim exposição indesejada da marca de referência do país no exterior.

RELAÇÕES COM O BRASIL

Em meados de 2007, foi lançado projeto ambicioso para recuperar a quase inexistente prioridade dada pela Bélgica, nos últimos anos, à América Latina e ao Caribe. Seguiram-se reuniões com os países mais importantes, ou com grupos de países menores, para a elaboração de planos de ação específicos. Com o Brasil foram promovidos encontros entre o Departamento da América Latina e a Embaixada do Brasil em Bruxelas. Por ocasião da visita do Secretário-Geral, Embaixador Jan Grauls, a Brasília, em agosto de 2007, o tema foi retomado. Havia projetos de intensificação do diálogo diplomático, da assinatura de Memorando de Consultas Políticas, de cooperação triangular e de acordos bilaterais nas áreas de previdência social e prevenção do tráfico internacional de drogas.

Infelizmente, o impasse político que se arrastou por nove meses na Bélgica não permitiu a formação de um governo estável no país. Esse fato impediu qualquer avanço na execução do projeto do plano de ação com o Brasil. Não favoreceu sequer a realização de visita bilateral por ocasião da passagem do Presidente Lula por Bruxelas, em 2007, em visita à União Européia.

O Brasil poderia eventualmente anunciar o exame de uma visita do Presidente Lula à Bélgica em 2009, em atenção ao convite formulado em 2005, durante viagem do Príncipe Philippe ao Brasil, e à ida do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a Bruxelas este ano, em retribuição à visita oficial ao Brasil empreendida pelo Chanceler De Gucht, em 2006.

A Bélgica tem interesse em cooperar com o Brasil em áreas de ponta, como governo eletrônico, segurança alimentar (na área sanitária), logística portuária (dragagem, ampliação, treinamento de pessoal e cooperação administrativa) e no campo nuclear.

O Plano de Ação Brasil 2008 a ser finalizado pela parte belga, prevê, preliminarmente, os seguintes pontos:

Cooperação no setor de navegação fluvial e gestão de portos

A cooperação prestada ao Governo brasileiro pelos portos belgas, sobretudo o de Antuérpia, é in-

tensa. Está em andamento a criação de um centro de excelência portuária em Santos, em parceria com o Centro de Capacitação do Porto de Antuérpia (APEC). Há interesse belga em participar de licitação internacional para dragagem nos portos de São Paulo, Espírito Santo e Maranhão.

O Secretário Especial de Portos, Ministro Pedro Brito, realizou visita à Bélgica, em março de 2007, para divulgar o processo de modernização dos portos brasileiro e reunir-se com eventuais parceiros do setor privado belga e com autoridades locais interessadas. Integraram também a Comitativa representantes de empresas brasileiras de engenharia. O Ministro visitou os escritórios da empresa Jan Van de Nul, especializada em construções marítimas, obras de dragagem e saneamento ambiental. A empresa é responsável pelas obras de preenchimento das primeiras sete ilhas do Projeto "Waterfront", em Dubai, e pela dragagem e manutenção, durante dezoito anos, de trecho de 790 quilômetros entre o Rio Paraná (Santa Fé) e o Rio da Prata (Puerto Indio). O Ministro foi recebido pela diretoria da empresa "Dredging International", com sede no Porto de Antuérpia e responsável pela dragagem e manutenção no Rio Schelda, que serve ao Porto, além de outras importantes obras na Europa (Le Havre), América do Sul, Ásia, África e Austrália. Participou, ainda, de apresentação institucional da Câmara de Comércio "Voka" Antuérpia – País de Waes", uma das principais organizações empresariais da região de Flandres, com uma rede de 17.000 empresas associadas, representando cerca de 64% dos empregos e cerca de 65% do "valor agregado" da região.

O Brasil está em processo de revitalização da estrutura portuária, que comporta obras de engenharia e dragagem e a criação de um centro de capacitação de mão-de-obra e projetos de formação de recursos humanos. A criação da SEP surgiu de uma decisão política de mudança da realidade portuária brasileira. Os projetos em curso envolvem recursos do PAC e a participação intensa do setor privado nacional, visivelmente comprometido com o desenvolvimento do País.

Cooperação no setor energético

Houve visitas do Ministro da Agricultura e do Governador de Mato Grosso à Bélgica em outubro de 2007.

O lado belga tem demonstrado especial interesse em entender a posição brasileira de defesa dos biocombustíveis. Na Bélgica, as questões referentes ao meio ambiente e à energia são tratadas cumulativamente pelo Governo Federal e pelas regiões, assim como agricultura, pesquisa e tecnologia. No âmbito federal, a fim de concretizar os objetivos fixados pela

UE quanto ao consumo de biocombustíveis, o governo belga iniciou, em julho de 2006, processo de licitação para o fornecimento de cotas anuais de biodiesel e de bioetanol, por um período de 6 anos, durante os quais haveria exoneração fiscal. As empresas foram selecionadas no final de 2006, por critérios ambientais e energéticos. Ao contrário de outros países, a legislação federal belga não estipulou de forma concreta o percentual de biocombustível para a mistura com combustíveis convencionais. A Bélgica, com PIB menos dependente da agricultura que outros países europeus, reconhece, de maneira geral, o vínculo entre os subsídios à agricultura praticada pelos países ricos e a distorção dos preços internacionais, com a conseqüente fragilização da estrutura agrícola dos países subdesenvolvidos. Embora não contrarie diretamente os interesses de parceiros europeus, o país tem evitado alinhar-se na defesa da PAC.

Pesquisa

Desde a década de 80, a Universidade de Gand vem investindo em pesquisa no campo da divisão molecular das plantas e em biotecnologia. Essa Universidade e as empresas e institutos a ela vinculados fazem campanha aberta em favor da produção de biocombustíveis na Europa e nos países em desenvolvimento, inclusive no sentido de combater a pobreza concentrada em áreas rurais. Tendo em vista o histórico de pesquisa desenvolvido pelo Professor Marc Montagu na Universidade de Gand sobre desenvolvimento e maior rentabilidade de biocombustíveis de segunda geração, a cooperação bilateral Brasil-Bélgica poderia intensificar-se. Há especial interesse na pesquisa da maior rentabilidade da mamona.

Transportes

Em razão da proximidade com os grandes mercados europeus, de sua complexa malha de transportes e de sua excelência logística, os portos belgas (Antuérpia, Gand e Zeebrugge) podem servir como porta de entrada para os produtos brasileiros na União Européia. Os principais produtos brasileiros que entram nos portos belgas atualmente são o suco de laranja, a celulose, o papel, o aço e o alumínio. O porto de Antuérpia conta com a maior capacidade de estocagem entre os portos europeus e está preparado para receber as mais diversas mercadorias, inclusive produtos químicos. O Brasil também é o principal cliente sul-americano do Porto de Gand, sobretudo para a exportação, redistribuição e armazenagem de minérios e suco refrigerado. Os tanques para armazenagem e o espaço de estocagem poderiam ser adaptados para receber o etanol brasileiro. O Porto de Zeebrugge, por

sua vez, possui profundidade para receber navios de grande calado e também armazena grandes quantidades de suco de laranja oriundos do Brasil. Esse projeto foi objeto de missões da Petrobrás, da ANP, da Secretaria de Transportes do Estado de São Paulo e, mais recentemente, do Ministro dos Portos na chefia de importante missão brasileira que visitou os portos de Antuérpia e Gand.

BNDES – SBI

Seria interessante relançar os contatos entre o BNDES e o SBI com a finalidade de elaborar o texto de projeto para a implementação do fundo de investimentos comum. O objetivo seria o incentivo à instalação de pequenas e médias empresas nos dois países e no desenvolvimento de pesquisas de interesse comum. A Bélgica, que já implementou iniciativa semelhante com a China, em 2002, tem interesse em promover esse mecanismo de fomento à cooperação bilateral com outros países “BRIC”. Em agosto de 2007, o Governo belga indicou a SFIP (“Société Fédérale d’Investissement et de Participation”) para se encarregar das providências necessárias à implementação do fundo, em coordenação com os representantes do Brasil. Dos dois lados, o assunto encontra-se ainda sob exame. Por ocasião de passagem por Bruxelas, no ano passado, o Presidente do BNDES demonstrou interesse na iniciativa e prometeu examiná-la, como projeto pioneiro, que contemplaria a participação de estrangeiros em fundos constituídos com recursos binacionais. Há possibilidade da participação do BIO (Belgian Investment Company for Developing Countries) através do SME Fund.

Cooperação trilateral Brasil-Bélgica-África Central

Trata-se de proposta já ventilada, em diversas ocasiões – visita do Professor Marco Aurélio Garcia a Bruxelas, do Ministro e do Secretário-Geral belga a Brasília – pelo Governo brasileiro. Consciente do papel ativo do Brasil na Cooperação Sul-Sul, a Bélgica parece ter despertado interesse para o projeto, sobretudo em relação às suas ex-colônias da África Central (Congo, Ruanda e Burundi). O papel preponderante do Brasil em programas nacionais e internacionais de combate à pobreza e à fome, de iniciativa do Presidente Lula, também contribuiu para o renovado interesse por parte da Bélgica.’

Haveria possibilidade de cooperação em projetos trilaterais em áreas como saúde, energia, reforma administrativa, desenvolvimento social e ambiental. A área de interesse mais imediata é, sem dúvida, a de biocombustíveis. Poderia representar, para a Bélgica, a retomada, com a ajuda do Brasil, de um relacionamento mais maduro com o Congo, ex-colônia belga.

Para ambos os países, o projeto poderia transformar-se em importante elo de interesses comuns na África e criar parceria a ser eventualmente explorada em outros setores e em outros continentes.

Cultura

Possibilidade de organizar um Festival Brasil no "Palais des Beaux Arts à Bruxelles -BOZAR" em 2011. A homenagem já ocorreu, em anos recentes, em relação à Rússia, à Índia e à China, para citar apenas os demais integrantes dos BRICs. No início de 2008, O Diretor-Geral do BOZAR de Bruxelas, Senhor Paul Dujardin, confirmou a intenção daquela prestigiosa instituição, o mais importante centro cultural da Bélgica, em sediar ampla exposição temática sobre diversos aspectos da cultura brasileira em 2011 ou 2012. O Diretor-Adjunto do BOZAR, Senhor Pablo Fernandez Alonso, deverá empreender visita exploratória de contatos ao Brasil, no período de 28 de maio a 3 de junho vindouro.

Cooperação parlamentar

O Parlamento da Valônia, sediado na cidade de Namur, capital da região, organizou visita ao Brasil em fins de março último. O objetivo da missão foi o de estudar, mediante contatos no Congresso brasileiro e na área acadêmica, o federalismo no Brasil, sobretudo no que diz respeito à divisão de competências entre União e estados e às atribuições financeiras e fiscais de um e outro. Além de Brasília, os visitantes tiveram ainda interesse em estabelecer relacionamento com as autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo

dos Estados de Rio, Bahia e Paraná, e discutir as possibilidades de cooperação entre a Valônia e o Brasil, sobretudo nos campos econômico e científico.

Acordos com a Bélgica

Um projeto de Memorando de Entendimento para o estabelecimento de mecanismo de consultas políticas regulares está em negociação. O documento segue os moldes dos documentos assinados recentemente entre o Brasil e os Países Baixos, a França, a Irlanda e a Áustria.

A respeito da Convenção para Evitar a Dupla Tributação, celebrada em 2002, foi promulgada em dezembro de 2007 nova Convenção Adicional que altera o instrumento de anterior.

Com relação ao acordo sobre transferência de pessoas condenadas, o Brasil aguarda manifestação da parte belga a respeito da proposta brasileira de texto encaminhada pelo Ministério da Justiça.

Sobre o Acordo de Serviços Aéreos, realizou-se no Rio de Janeiro, nos dias 7 e 8 de novembro de 2007, a V Reunião de Consulta Aeronáutica Brasil-Bélgica. Na reunião, o lado belga sublinhou o interesse de incorporação das chamadas "cláusulas comunitárias", que dão aos Estados-Membros da União Européia a prerrogativa de designar qualquer empresa aérea comunitária, desde que possua sede em seu território. A delegação brasileira assinalou não estar em condições de aceitar tais cláusulas no momento e sugeriu que o tema fosse retornado em encontro futuro. Há interesse belga em ampliar o número de freqüências aéreas de passageiros para o Brasil.

Atos em Vigor Assinados com o Reino da Bélgica

	Data celebração	Data de Entrada em vigor	em Promulgação Decreto nº	Data
Tratado de Extradicação.	06/05/1953	14/07/1957	41909	29/07/1957
Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita.	10/01/1955	14/07/1957	41908	29/07/1957
Acordo para Regular a Aplicação do Tratado de Extradicação de 06 de maio de 1953.	12/11/1956	12/11/1956		
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes, Diplomáticos, Especiais e Comuns.	27/02/1957	01/04/1957		
Acordo Complementar estendendo a aplicação do Tratado de Extradicação de 06 de Maio de 1953 ao Tráfico ilícito de Drogas.	08/05/1958	08/07/1958		
Acordo Cultural.	06/01/1960	17/04/1965	56368	27/05/1965
Acordo Sanitário que passa a Regular o Comércio de Carnes e Derivados de Carnes Bovinas.	12/10/1965	12/10/1965		
Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda.	23/06/1972	12/07/1973	72542	30/07/1973
Acordo sobre Transporte Aéreo Regular.	19/09/1980	15/12/1982	88017	03/01/1983
Acordo Relativo ao Reconhecimento Recíproco dos Documentos de Habilitação Nacionais para Dirigir Veículos Automotores.	29/11/1983	29/11/1983		
Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Industrial.	12/03/1985	02/02/1987	94010	10/02/1987
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica e Industrial que entre si celebram o Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), e o Ministério de Economia, Energia, Comércio Exterior e Política Científica da Bélgica, por meio do Centro Belga de Pesquisas Nucleares (SCK-CEN).	24/11/2005	24/11/2005		
Convenção Adicional Alterando a Convenção para evitar a dupla tributação e regular outras questões em Matéria de Impostos sobre a renda e protocolo final, assinados em Brasília em 23 de junho de 1973.	020/11/2002	23/10/2007	6.332	28/12/2007

INTERCÂMBIO BILATERAL

A corrente de comércio bilateral foi de US\$5 bilhões em 2007 e de US\$1,8 bilhão segundo o MDIC em 2008 (janeiro a abril). Em 2007, as exportações totalizaram US\$3,88 bilhões e as importações US\$1,4 bilhão, com saldo em favor do Brasil de US\$2,7 bilhões. Os três principais produtos brasileiros exportados em 2007 foram suco de laranja congelado, pasta química de madeira e fumo não-manufaturado. Os principais produtos importados foram peças para aviões e helicópteros, vacinas e sulfato de amônia. O estoque de investimentos belgas no Brasil monta a US\$1,5 bilhão.

Episódio interessante foi a recente greve de funcionários da Sonaca em março de 2008, fornecedora da Embraer, provocada por decisão da empresa de transferir parte de suas atividades de fabricação para sua filial no Brasil (Sobraer). Ao cabo de cinco dias de greve, os funcionários conseguiram, em 19/3, que o Ministro da Economia da Valônia, majoritária no Conselho de Administração da Empresa, suspendesse a decisão de deslocar a fabricação de parte das asas das aeronaves Embraer 170 e 190 para o Brasil.

Comércio bilateral

BRASIL-BÉLGICA	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
Exportações	1.791.949.556	1.921.576.459	2.144.222.039	2.996.037.403	3.886.405.704	1.228.505.318
Importações	504.031.787	620.549.724	718.969.365	957.602.906	1.142.268.211	504.117.454
Saldo	1.287.917.769	1.301.026.735	1.425.252.674	2.038.434.497	2.744.137.493	724.387.864

Fonte: SECEX – MIDIC (2008)

Principais Indicadores Econômicos (Bélgica)

PIB: US\$442,8 bilhões

PIB per capita: US\$36,500

Inflação: 3,5%

Nível de desemprego: 7,6%

Valor total das exportações: US\$328,1 bilhões fob (2007)

Valor total das importações: US\$320,9 bilhões fob (2007)

Principais destinos das exportações: Alemanha 19,7%; França 16,9%; Países Baixos 12%; Reino Unido 7,9% (2006)

Principais origens das importações: Países Baixos 18,3%, Alemanha 17,3%; França 11,2%; Reino Unido 6,6% (2006)

Valor total das exportações para o Brasil: US\$3.886.405.704 (2007)

Principais produtos de exportação (Brasil): suco de laranja, café não torrado, pasta química de madeira, minério de ferro, alumínio

Valor total das importações do Brasil: US\$1.142.268.211 (2007)

Principais produtos de importação (Brasil): peças para aviões e helicópteros, óleo diesel, malte não torrado, sulfato de amônio.

Cronologia das relações bilaterais entre o Brasil e a Bélgica

1830 – Reconhecimento do Reino da Bélgica.

1834 – Tratado de Comércio e Navegação. Confirma termos do Tratado de Amizade assinado, antes da independência, com os Países Baixos.

1863 – Laudo Arbitral do rei dos Belgas, Leopoldo I, resolvendo Litígio entre o Brasil e a Grã-Bretanha (Questão Christie). Favorável ao Brasil.

Tratado Geral para Abolição dos Direitos da Escalda, por meio de Resgate. Brasil participa do pagamento aos Países Baixos, em troca da suspensão/redução de impostos.

Acordo Regulando o Comércio. Tratamento de nação mais favorecida à Bélgica em troca, de tratamento igual ao já concedido à Inglaterra e Irlanda aos participantes do Resgate.

1890 – Reconhecimento, pelo Reino da Bélgica, da República do Brasil

1894 – Apresentação, ao governo Floriano Peixoto, do Relatório do belga Louis Ferdinand Cruls, com demarcação do local onde deveria ser construída a nova capital do país.

1911 – Fundação da Câmara de Comércio Belgo-Brasileira, a mais antiga câmara de comércio bilateral da Bélgica.

1918 – Constituição da Câmara de Comércio Brasil-Bélgica do Rio de Janeiro

1920 – Rei Alberto I, e sua esposa, visitam o Brasil, transportados pelo encouraçado Minas Gerais. Têm início conversações que levarão à criação da companhia belgo-mineira. Governo brasileiro abre crédito, para a Bélgica, de cem mil contos de reis para aquisição de produtos nacionais.

1921 – A Companhia Siderúrgica Mineira se associa à belga ARBED e passa a se chamar Companhia Siderúrgica Belgo-ineira.

1938 – Constituição da Câmara de Comércio Brasil-Bélgica de São Paulo

1993 – Início da parceria da belga Sonaca com a Embraer na produção de peças de motor e fuselagem de aeronaves.

2000 – Visita do Ministro da Defesa, André Flahault, ao Brasil. Conversações sobre intercâmbio de aeronaves, peças e acessórios e equipamento militar.

2001 – Instalação da Sobraer, sucursal da belga Sonaca, em São José dos Campos. Produção da fuselagem central de conexão de asas de aeronaves da Embraer.

2004 – Fusão da belga Interbrew com a brasileira AMBEV, que resulta na INBEV, a maior produtora mundial de cerveja.

2005 – Inauguração da Sopeçaero, em São José dos Campos, do grupo belga Sonaca, com a Airbus e

a Eletra Holding Overseas, para fabricação de placas de alumínio para aeronaves.

2005 – Carta de Intenções para a criação de Fundo de Investimento para fomentar as exportações de produtos de pequenas e medias empresas.

2005 – Ajuste Complementar na área nuclear, entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e sua contraparte belga, o Centre d'Étude de l'Énergie Nucléaire.

2005 – Segunda missão – a primeira em 1999 – do Príncipe herdeiro, Philippe, ao Brasil, à frente de missão empresarial. Visita empresas belgas no Brasil (Sobraer, Parafix, Katoen Natie, Tractebel).

2007 – Aprovação de documento de trabalho, que prevê maior prioridade da política externa belga à América Latina e Caribe, com ênfase especial no Brasil.

2007 – Visita do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Jan Graus, para conversações sobre o adensamento da relação belgo-brasileira e a elaboração de Plano de Ação direcionado para o Brasil.

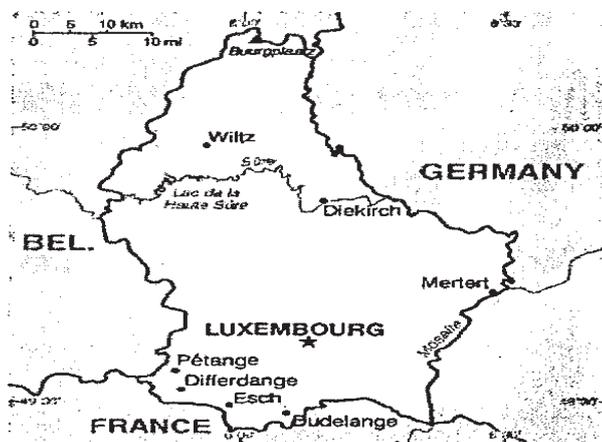
2007 – Visita do Ministro flamengo de Trabalhos Públicos, Energia e Meio Ambiente, Senhor Kris Peeters.

2007 – Participação de cinco aviões fabricados pela Embraer (3 Xingu e 2 ERJ) no desfile militar da Data Nacional da Bélgica.

2008 – Visita ao Brasil de parlamentares da Valônia.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INFORMAÇÕES SOBRE O LUXEMBURGO



BRASÍLIA, MAIO DE 2008

ÍNDICE

Mapa.....

Dados Básicos.....

Perfis Biográficos.....

 Grão-Duque Henri

Perfil do país

 Evolução histórica.....

 Política interna.....

 Política externa

 Relações com o Brasil

 Relações Econômicas Brasil-Luxemburgo

 Intercâmbio comercial bilateral.....

 Indicadores Econômicos e Comerciais do Luxemburgo.....

 Comércio Exterior do Luxemburgo.....

DADOS BÁSICOS

Nome oficial e capital:	Grão-Ducado de Luxemburgo, Luxemburgo
Idioma:	Luxemburguês (língua nacional), Francês e Alemão (línguas administrativas)
Território:	2.586 km ²
Fronteiras:	Bélgica (149 km), França (73 km), Alemanha (138 km)
População:	476,2 mil (2007) ¹ : 61% luxemburgueses; 39% estrangeiros
Etnias:	Celtas (com miscigenação alemã e francesa), portugueses, italianos, eslavos (de Montenegro, Albânia e Kosovo) e outros europeus (visitantes e residentes)
Principais religiões:	Católicos romanos (87%), com minoria protestante, judia e muçulmana
Sistema político:	Monarquia constitucional
Chefe de Estado:	Grão-Duque Henri , desde 7 de outubro de 2000
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Jean-Claude Juncker, (1º /01/95), e Vice-Primeiro-Ministro Jean Asselborn, (31/07/04)
Chanceler:	Jean Asselborn
PIB:	EUR 33 bilhões (2006)
Taxa de crescimento anual:	6,2% (2006)
PIB per capita:	EUR 71.500 (2006)
Unidade monetária:	Euro (€)
Reservas:	208 milhões (setembro/2006)

Fonte: Governo de Luxemburgo; STATEC (Serviço de Estatística Oficial)

PERFIS BIOGRÁFICOS

¹ Estimativa em 1º de janeiro d

Grão-Duque Henri de Luxemburgo

* Primogênito do Grão-Duque Jean e da Grã-Duquesa Joséphine-Charlotte, nasceu em 16 de abril de 1955 em Betzdorf. É casado, desde 1981, com Maria Teresa Mestre, cubana, e pai de cinco filhos: Príncipe herdeiro Guillaume, Príncipes Félix, Louis e Sébastien, e Princesa Alexandra.

* Sobrinho do rei Alberto II da Bélgica. Primo do Príncipe de Ligne, casado, por sua vez, com Eleonora de Orleans e Bragança.

* Após realizar seus estudos secundários em Luxemburgo e na França, licenciou-se em Ciências Políticas, em 1980, pela Universidade de Genebra.

* Obteve vários títulos de doutor **honoris causa**: em Letras (Sacred Heart University Fairfield, Connecticut – USA), em Direito (Miami University, Oxford, Ohio – USA), em Economia (Universidade de Khon Kaen – Tailândia) e em Ciências Políticas (Universidade de Trier – Alemanha).

* Detentor da patente militar de Coronel no Exército Luxemburguês e Major Honorário do Regimento de Paraquedistas do Reino Unido.

* Desde 1998, é membro, pelo Grão-Ducado, do Comitê Olímpico Internacional. É Presidente do Comitê de Patronagem da Sociedade de Feiras Internacionais de Luxemburgo e membro ativo da Fundação Mentor, vinculada à Organização Mundial de Saúde, e destinada à prevenção do consumo de drogas por adolescentes.

* Em 7 de outubro de 2000 foi proclamado Grão-Duque de Luxemburgo, sucedendo seu pai, o Grão-Duque Jean.

* Visitou várias vezes o Brasil como príncipe herdeiro, em companhia de seu pai, o Grão-Duque Jean. Na presente viagem fez questão de retornar a Ouro Preto, cidade que muito o impressionou.

Evolução histórica

O ano de 963 d.C. marca o início da história do Luxemburgo. A primeira referência histórica do país surge numa troca de correspondências entre o Conde de Ardenes Sigefroid e o abade Saint-Maximin de Trèves relativo ao Rochedo de Bock, mencionando o Conde em uma passagem a respeito de vestígios de um **castelum** romano chamado “Lucilinburhuc” (cujo significado é “pequeno castelo”); sua intenção era construir um castelo em torno do qual se desenvolveria uma vila fortificada.

A história do Grão-Ducado é marcada por soberanias estrangeiras. Apenas em 1815, houve o reconhecimento do Luxemburgo como Estado autônomo, pelo Congresso de Viena, ainda que sob domínio holandês. Com o Tratado de Londres, de 1839, perdeu

metade de seu território para a Bélgica em troca de maior autonomia. A partir de 1842, o país participa com a Prússia, ainda que de forma indireta, de uma União Aduaneira (Zollverein). O crescimento econômico do país e de toda a região, à época, decorreu em grande parte da exploração de minas de carvão. A necessidade de mão-de-obra dá início a um grande movimento imigratório no país.

A independência completa do país chegou em 1867. Após o término da União Aduaneira, em 1918, Luxemburgo estreita suas relações com a Bélgica estabelecendo, em 1921, a União Econômica Belgo-Luxemburguesa (UEBL). Devido à limitação temporal prevista para esta União, fixada em 50 anos (1972), foi a UEBL prorrogada em duas ocasiões para mais uma década (com termo em 1982 e 1992). Em 2002, os dois países assinaram uma nova convenção, a qual entrou em vigor em fevereiro de 2005. Ocupado pela Alemanha, durante as duas Grandes Guerras, rompeu o Luxemburgo sua neutralidade criando, em 1944, com a Bélgica e os Países Baixos, a União Aduaneira BENELUX, ainda hoje em vigor.

A participação luxemburguesa no processo de integração europeia foi desde os primórdios bastante ativa. O Grão-Ducado integrou a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e foi um dos países membros fundadores da atual União Europeia. Em 1999 aderiu à zona do euro.

A partir dos anos 60, o crescimento do Grão-Ducado como importante mercado financeiro, no contexto do processo europeu de integração, deu à cidade de Luxemburgo, apesar de sua população reduzida (cerca de 77.000 habitantes), um ar de inesperado cosmopolitismo.

Política interna

A paisagem política luxemburguesa se tem caracterizado, nos últimos 35 anos, por uma tradição de Governo de coalizão, com participação preponderante do Partido Cristão Social (PCS), no poder quase que ininterruptamente desde 1937, exceto no período de 1974 a 1978. Os outros dois grandes partidos são o Partido Operário Socialista Luxemburguês (POSL) e o Partido Democrático (PD).

Ultimamente os partidos Verde (PV), Socialista (POSL) e Democrático (PD) têm promovido encontros com o objetivo de analisar a possibilidade de formação de coligação para enfrentar a supremacia histórica do PCS (democratas-cristãos). Desde o final da Segunda Guerra Mundial, o Luxemburgo conheceu apenas uma legislatura sem os cristãos-sociais, entre 1974 e 1979, com a coligação POSL e PD, sob a presidência do Primeiro-Ministro Gaston Thorn, recentemente fa-

lecido. Esse governo, marcado por reformas sociais e econômicas, ficou na memória dos luxemburgueses. Sua repetição – segundo o próprio o Presidente do POSL, Alex Bodry – seria hoje politicamente pouco provável em função da receptividade do PCS junto ao eleitorado, popularidade decorrente sobretudo da atuação do Primeiro-Ministro Jean-Claude Juncker.

As grandes linhas do atual governo poderiam ser assim resumidas:

- no plano orçamentário, controle rigoroso do gasto público;

- na área fiscal, redução seletiva da carga fiscal sem aumento dos impostos indiretos ou deslocamento da carga tributária entre as famílias e as empresas;

- em matéria de preços e renda, manutenção da indexação automática de salários e pensões; acompanhamento da evolução dos preços, para adotar medidas conetivas a fim de manter a inflação no nível mais baixo possível;

- no campo do desenvolvimento e da diversificação econômica, favorecimento da implantação de novas empresas; subvenção à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico;

- diversificação e expansão do comércio exterior e dos investimentos; favorecimento da penetração dos produtos e serviços nacionais nos novos mercados da Europa, da Ásia e do continente americano; fomento à política de atração de novos investimentos, em favor, sobretudo da indústria, com apoio de campanhas publicitárias;

- em termos de política financeira e monetária, consolidação e diversificação do centro financeiro instalado no Luxemburgo, mediante, de um lado, o ajuste e a adaptação do direito financeiro luxemburguês às necessidades do **private banking** e de outros segmentos e, de outro, a ampliação do número de tratados para evitar a dupla tributação;

- promoção de política de estabilidade monetária no âmbito da Associação Monetária belgo-luxemburguesa, de maneira a manter os francos belga e luxemburguês entre as moedas fortes do sistema monetário europeu;

- garantia da defesa externa do Estado no quadro de sua inserção na Aliança Atlântica e promoção da segurança interna, com ênfase no trabalho das forças policiais.

- valorização da identidade e do patrimônio culturais, bem como estímulo à criação artística contemporânea. Cerca de 1% dos in-

vestimentos em construção de imóveis públicos é destinado ao seu acabamento artístico e paisagístico.

À vista do elevado contingente de estrangeiros estabelecido no Luxemburgo, o Governo encaminhou à Câmara dos Deputados projetos de leis que aceitam a dupla nacionalidade e prevêm o direito de voto. A iniciativa estimulará a maior participação na política luxemburguesa ao passar envolver cerca de 39% da população, percentual dos estrangeiros no país. A nova legislação representará o abrandamento da rigidez do direito do sangue, ao permitir que filhos de pais já nascidos no Grão-Ducado adquiram a nacionalidade luxemburguesa.

Os países lusófonos estão representados por cerca de 23% da população luxemburguesa, dos quais oitenta mil são portugueses, vinte e cinco mil cabo-verdianos e cerca de quatro mil brasileiros. As outras comunidades estrangeiras de importância são a francesa, a italiana e a belga. As associações de defesa dos emigrantes desencadearam recentemente campanha contra emendas introduzidas aos projetos de leis, que endureceriam os requisitos para a cidadania ao estipular em sete anos o tempo mínimo de residência até para cidadãos casados com nacionais do Grão-Ducado (hoje são 5), e exigir – mesmo para quem chegou antes de 1984, ano em que o idioma passou a ser nacional – aprovação em teste de luxemburguês.

Política externa

Historicamente disputado por países vizinhos mais poderosos e ocupado nas duas Grandes Guerras pela Alemanha, o Luxemburgo tem assumido historicamente a postura de grande defensor do multilateralismo e de incentivador das organizações internacionais e regionais, tais como a ONU, a União Européia e a OTAN. Membro fundador dessas instituições, nelas atua com desenvoltura e afinco, sobretudo naquelas de enfoque regional. Paralelamente à prioridade da integração regional, persegue uma relação estreita com os Estados Unidos, marcada algumas vezes por diferenças de posição.

Em sua plataforma de política externa o Estado luxemburguês cultiva tenazmente a imagem de intermediador honesto e imparcial nas negociações e discussões multilaterais. Nesse particular, têm sido marcantes seus esforços para intermediar as relações dos Estados Unidos com a União Européia e desta com a Rússia. Com esse objetivo o Grão-Ducado buscou posição conciliadora na visita de Vladimir Putin ao país em maio último, reiterando seu apoio à entrada da Rússia na OMC e na OCDE.

Apesar do tamanho – 6º menor da Europa – e da população reduzidos, essa bandeira de conciliação e de seriedade confere ao país instrumento importante de afirmação e de peso de sua influência no cenário internacional.

O Grão-Ducado sedia em seu território as seguintes instituições européias: Tribunal de Justiça Europeu; Banco Europeu de Investimento; Secretariado do Parlamento Europeu; Tribunal de Contas; Instituto Estatístico; Instituto das Publicações Oficiais; Centro Europeu de Conferências.

O pequeno porte de suas forças armadas – com o Ministério da Defesa subordinado ao Ministério das Relações Exteriores –, não impede, entretanto, uma atuação expressiva em operações de manutenção da paz, vinculadas às ações da OTAN, das Nações Unidas ou da União Européia em regiões beligerantes. Participa do Eurocorps desde 1994 e tem contribuído com tropas para as missões da UNPROFOR e da IFOR na antiga Iugoslávia. Participa também – com pequeno contingente, sob comando operacional belga, no Grupo de Batalha Belgo-Luxemburguês – da missão SFOR, da OTAN, na Bósnia Herzegovina. Tropas luxemburguesas foram ainda deslocadas ao Afeganistão para apoiar a missão ISAF e o Grão-Ducado tem apoiado financeiramente missões de paz, tais como na Guerra do Golfo de 1991, em Ruanda, na Albânia, e no Kosovo. Seu Exército participou também de missões de assistência em campos de refugiados para curdos, e de fornecimento de produtos de emergência na Albânia.

Em razão do crescente engajamento internacional, em atenção à política de solidariedade observada pelo país, pretende-se efetuar, em futuro próximo, uma reforma das forças armadas, de maneira a permitir a expansão de seu contingente. Assinale-se que as forças armadas luxemburguesas já mantêm, em seus quadros, cidadãos nacionais de outros países europeus, em sua maioria portugueses.

À vista do apoio que tradicionalmente é dado, pela população luxemburguesa, à União Européia, não era esperado que 44% do eleitorado se manifestasse contrário ao Acordo Constitucional Europeu. A solidariedade européia tampouco foi suficiente para garantir o apoio do Primeiro-Ministro Juncker à proposta de reforma fiscal que previa alterações na cobrança do TVA, com a aplicação das taxações no ponto de consumo em lugar do ponto de venda. Compreensivelmente viu o Premier que tal reforma abalaria a posição do país ao limitar seus trunfos no e-commerce, que lhe garantem indiscutível poder de atração junto ao empresariado estrangeiro em decorrência das condições especiais que oferece para investimentos seguros de alta monta.

No contexto da Comunidade Européia, Junckers conta com o apoio apenas de Malta nessa matéria.

Para instrumentalizar sua política externa, o país conta com um corpo reduzido de diplomatas (85) e uma rede de missões no exterior que não passa de 25 postos, nas principais capitais do mundo. Das 25 Embaixadas residentes na capital do Grão-Ducado, apenas quatro são de países não europeus (Estados Unidos, Cabo Verde, China e Japão). Em sua visita ao Brasil, em janeiro de 2007, o Chanceler Asselborn afirmou que a primeira Embaixada a ser aberta pelo Luxemburgo na América Latina será no Brasil. Os assuntos bilaterais de caráter político são hoje acompanhados pela Embaixada dos Países Baixos em Brasília e os temas econômicos pela Embaixada da Bélgica. Como o Brasil e os demais países latino-americanos, muitos outros países mantêm, no Luxemburgo, Embaixadas cumulativas com representações sediadas em Bruxelas.

Mas, ainda assim, o nível de influência do Grão-Ducado no processo de tomada de decisões internacional e regional é, de certa forma, superior ao seu porte no cenário político mundial.

No plano europeu, consta que o Primeiro-Ministro Juncker nutre pretensões a vir a ocupar o futuro cargo de Presidente do Conselho da União Européia, após a entrada em vigência do Tratado para a reforma da UE (antiga Constituição Européia). O Premier age com grande desenvoltura no circuito europeu, não negando opiniões sobre questões de interesse continental ou mundial. Ainda em outubro último, recomendou que os países da zona euro, representados no G-7, pressionem os Estados Unidos a reagirem em favor do fortalecimento do dólar. Para ele, a Europa não deveria “sustentar sozinha as conseqüências dos desequilíbrios globais” nem “suportar o resultado da omissão dos outros”. O recado, dirigido, sobretudo aos EUA, envolveria também o Japão e a China, acusados de fomentar baixas taxas para suas moedas como forma de apoiar seus exportadores e o crescimento das respectivas economias.

Relações com o Brasil

Entre o Brasil e o Luxemburgo prevalece um relacionamento cordial, cooperativo e de respeito mútuo. O Luxemburgo adota posturas e posições análogas às do Brasil na defesa da igualdade entre os Estados, da prevalência dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos, da paz, da não-intervenção, das soluções arbitradas e negociadas dos conflitos, do repúdio ao terrorismo, ao racismo, à discriminação e à exclusão, da cooperação entre o Norte e o Sul e de decisões adotadas nos foros internacionais. Além disso, compar-

tilham os dois países o apoio a iniciativas que visem, entre outros objetivos, a erradicação do terrorismo e do tráfico de drogas, o combate da proliferação nuclear, a ampliação e liberalização do comércio internacional e a eliminação do protecionismo.

No plano multilateral, o Luxemburgo, além de prestar, em várias oportunidades, apoio a candidaturas brasileiras nas Nações Unidas e em outras organizações de que participam os dois países, procura promover – inclusive no âmbito da União Européia – questões de interesse do Brasil, quando as considera procedentes e justificadas.

As relações econômicas refletem o clima de amizade e entendimento que prevalece entre o Brasil e o Luxemburgo. No comércio bilateral, destaque tem as exportações brasileiras para o Grão-Ducado, que, apesar de reduzidas, sofreram, em um período de 20 anos (1973-1992), acréscimo à proporção de 120 vezes. Todavia, as vendas luxemburguesas para o Brasil, apesar de alguns resultados melhores em 1974 e 1989, quando atingiram LUF 300 milhões (cerca de US\$9 milhões) mantiveram-se em níveis inexpressivos nas últimas duas décadas.

A Embaixada do Brasil em Bruxelas exerce cumulativamente funções diplomáticas e consulares junto ao Grão-Ducado do Luxemburgo. Como já registrado acima, a Embaixada da Bélgica representa os interesses econômicos e comerciais luxemburgueses no Brasil, cabendo à Embaixada dos Países Baixos o tratamento de assuntos de ordem política.

De acordo com os dados oficiais do Luxemburgo, têm residência legal naquele país cerca de 710 brasileiros. Estima-se, porém, entre 1.500 e 4.000 o número dos nossos nacionais lá fixados, divididos em dois grupos: um crescente grupo de executivos – Banco Safra, Bradesco, Unibanco, Itaú, Arcelor-Mittal, Brasimpex etc. – e um contingente de trabalhadores também sempre em expansão, sobretudo nos setores de construção civil, hotelaria e serviços gerais.

Pareceria, portanto, de todo recomendável fosse retomada a idéia de criação, naquele país, de uma Agência Consular, capaz de abarcar outras tarefas, além, de agilizar a prestação dos serviços hoje oferecida pelo Consulado Honorário. Até que isso se concretize, faz-se, porém, indispensável garantir a organização trimestral de Consulado Itinerante àquele país para efetuar – com o apoio do Consulado Honorário – contato mais estreito com os nossos compatriotas e emitir os passaportes, certidões, procurações, autorizações e outros documentos de que necessitem.

Por outro lado, cabe registro de que, apesar do reduzido contingente de luxemburgueses no Brasil, o Grão-Ducado conta com Consulados Honorários em

Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo.

Considerando-se, de um lado, os princípios para a cooperação ao desenvolvimento observados por Luxemburgo, e, de outro, as ações levadas a efeito pelo Brasil, poder-se-ia pensar em uma cooperação triangular, aproveitando-se a disponibilidade de recursos do Grão-Ducado e o **know-how** e a tecnologia do Brasil em várias setores de interesse do mundo em desenvolvimento. Essa idéia foi ventilada em recente encontro mantido pela Embaixada com os responsáveis pela cooperação ao desenvolvimento do Grão-Ducado.

A relevante atuação do Luxemburgo na área de assistência ao desenvolvimento, e a atenção que já dedica a países africanos e latino-americanos próximos ao Brasil, bem como a importância do segmento lusófono – sobretudo portugueses e cabo-verdianos – na população luxemburguesa, levaram a Embaixada em Bruxelas a ventilar a idéia, junto ao Itamaraty, de estender, ao Governo do Luxemburgo, convite para participar de algumas das reuniões da CPLP, sobretudo aquelas em que se discuta projetos de desenvolvimento em países africanos lusófonos. Apesar de seu interesse, ficou acertado que a idéia seria examinada caso trazida à consideração pelo próprio governo luxemburguês, que não foi ainda sequer sondado.

Aproveitando o ensejo de que a cidade do Luxemburgo é a capital Cultural Européia no ano em curso, e em comemoração à visita do Grão-Duque Henri ao Brasil, a Embaixada em Bruxelas promoveu, em novembro de 2007, com o apoio logístico e financeiro da Arcelor-Mittal e da Cargolux, exposição retrospectiva do artista plástico brasileiro Carlos Bracher nas dependências do Centro Cultural da Abadia de Neumünster. A inauguração da exposição, realizada a 12 de novembro, constituiu o primeiro evento brasileiro nos últimos anos naquele país, e contou com a presença de importantes figuras do cenário político, financeiro e artístico do Grão-Ducado e do corpo diplomático acreditado junto ao governo daquele país.

Durante visita realizada pelo Embaixador do Brasil ao Grão-Ducado, em outubro de 2007, foi sondado o eventual interesse da Chancelaria luxemburguesa na assinatura de Acordo-Quadro Cultural bilateral, tendo sido sugerido, pelo responsável pelos assuntos culturais naquela Chancelaria, o anúncio desse projeto durante a visita do Grão-Duque. Vale registrar que o Governo português acaba de assinar, no decorrer do presente ano, acordo amplo na área de educação com vistas à promoção e incentivo do ensino da língua portuguesa no Grão-Ducado, país cuja população conta com mais de 20% de descendentes de portugueses. Também no âmbito da visita do Embaixador brasileiro, foi

mencionada a eventual criação de leitorado brasileiro na Universidade do Luxemburgo.

RELAÇÕES ECONÔMICAS BRASIL-LUXEMBURGO

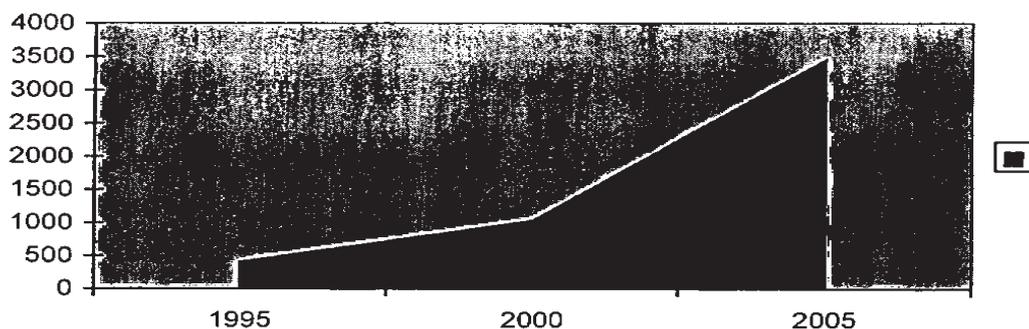
De acordo com dados do Banco Central do Brasil, até 2000, o Luxemburgo participou com 1% dos investimentos externos diretos no Brasil, totalizando a cifra de US\$1.034.11 milhões. Deste montante, 57% dos investimentos luxemburgueses foram destinados à indústria e 42% ao setor de serviços. No âmbito mundial, o Luxemburgo ocupa a 20ª posição dentre todos

os países que investem no Brasil. Dentre os países da União Européia, ocupa o Grão-Ducado a 9ª posição.

Estoque de investimentos luxemburgueses no Brasil (em US\$ milhões)

1995	2000	2005
408.05	1.034.11	3.456.28

Fonte: Banco Central do Brasil

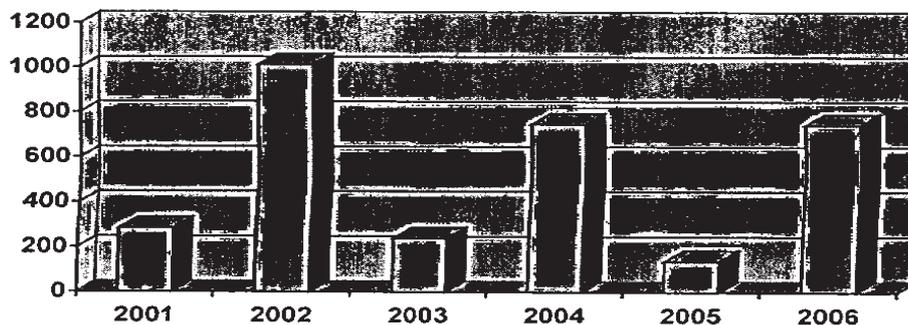


Fonte: Banco Central. Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio. Dados de Censo de Capitais Estrangeiros (datas-base 1995, 2000 e 2005). Conversões pela cotação do último dia útil do respectivo período.

Fluxo de invest. luxemburgueses no Brasil (em US\$ milhões)

2001	2002	2003	2004	2005	2006
284.66	1.012.78	238.69	746.94	139.10	745.09

Fonte: Banco Central do Brasil



Fonte: Banco Central. Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio. Ingressos de investimentos e conversões de empréstimos e financiamentos em investimento direto. Conversões em dólares às paridades históricas.

Quanto aos investimentos brasileiros no Luxemburgo, segundo dados do Banco Central do Brasil, no período de 2001-2005, totalizaram esses, US\$ 9.667 milhões.

INTERGÂMBIO COMERCIAL BILATERAL

Em 2006, a corrente de comércio entre o Brasil e o Luxemburgo totalizou US\$ 58.632 milhões (FOB), o que corresponde a 0,12% da corrente comercial do Brasil com a União Européia.

O saldo da balança comercial brasileiro tem sido deficitário em relação a Luxemburgo nos últimos 5 anos, à exceção do ano de 2005, quando da exportação de aviões da EMBRAER para o Grão-Ducado.

Brasil – Luxemburgo: Intercâmbio comercial (2002-2006)

	2002	2003	2004(1)	2005	2006
Exportações (FOB)					
Valores (em US\$ milhões)	3.713	3.751	10.648	52.774	19.010
Variação (%)	- 94,36	- 1,04	183,82	395,63	- 63,98
Part. (%) na UE	0,06	0,02	0,04	0,19	0,06
Part. (%) no total	0,01	0,01	0,01	0,04	0,01
Importações (FOB)					
Valores (US\$ milhões)	18.513	10.635	19.713	41.311	39.621
Variação (%)	- 40,46	- 42,55	85,36	109,56	- 4,09
Part. (%) na UE	0,13	0,08	0,12	0,22	0,19
Part. (%) no total	0,04	0,02	0,03	0,06	0,04
Saldo da balança comercial (valores em US\$ milhões)	- 14.800	- 6.883	- 9.065	11.463	- 20.610
Intercâmbio comercial (valores em US\$ milhões)	22.226	14.387	30.361	94.086	58.632

(1) A partir de 01.05.2004 a União Européia passou a contar com 25 Estados-membros, com o ingresso de 10 novos países ao bloco.

Fontes: ALICEWEB / SECEX-MDIC

A pauta de exportações do Brasil para o Luxemburgo é composta sobretudo de produtos básicos e semi-manufaturados. Os dez principais produtos brasileiros exportados para o Grão-Ducado correspondem, em cifras (US\$ FOB) a mais de 90% do total das exportações para aquele país.

Exportações brasileiras para o Luxemburgo, principais produtos (2006)

Produtos	Valores em US\$ (FOB)	Participação (%)
Outros fio-máquinas de outras ligas de aço	10,453.489	54,99
Outros catagutes esterelizados para suturas cirurgicas	1,381.952	7,27
Ferrossilicio	1,003.077	5,28
Fumo não-manufaturado, total/para destal. fls. secas	941.688	4,95
Turborreatores de empuxo	842.605	4,43
Outros pneus novos para veículos	826.465	4,35
Outras obras de marcenaria ou carpintaria para construções	787.585	4,14
Outros nitratos de celulose, sem carga, em forma primária	653.605	3,44
Outros negros de carbono	365.655	1,92
Fumo não-manufaturado não-destal. Em fls. Secas	232.344	1,22
Subtotal	17,488.465	91,99
Demais produtos	1,522.467	8,01
Total	19,010.932	100

Fonte: SISCOMEX

Os produtos importados pelo Brasil de origem luxemburguesa consistem de semi-manufaturados e manufaturados.

Importações brasileiras do Luxemburgo, principais produtos (2006)

Produtos	Valores em US\$ (FOB)	Participação (%)
Ligas de alumínio em forma bruta	15,093.132	38,09
Estacas-pranchas de ferro e aço	5,270.386	13,30
Trilhos de aço	3,210.070	8,10
Máquinas de moldar termopl.	1,367.836	3,45
Partes de máquinas e aparelhos para selecionar subst. minerais	1,365.341	3,45
Falsos tecidos de filam. poliet. Alta densidade	817.152	2,06

Outras plaquetas/pastilhas, de ceramais, não-montadas, para ferramentas	815.065	2,06
Moldes para moldagem de borracha/plástico, por injeção, etc	801.545	2,02
Chapas, etc., tereftalato polieteno, sem suporte	753.612	1,90
Outros termostatos automáticos	731.174	1,85
Subtotal	30.225.313	76,28
Demais produtos	9.396.273	23,72
Total	39.621.586	100

Fonte: SISCOMEX

INDICADORES ECONÔMICOS E COMERCIAIS DO LUXEMBURGO

A economia do Luxemburgo é estável, com crescimento sólido e constante do Produto Interno Bruto, inflação baixa (2,3%) e baixa taxa de desemprego (4,2%). Apesar de reduzido em termos absolutos, figurando como 180 no contexto da União Européia, o PIB **per capita** do Luxemburgo é o maior da União Européia e o salário mínimo mensal (1.570 euros) é o maior da OCDE. Com população extremamente reduzida – cerca de 470.000 habitantes – depende de mão-de-obra estrangeira, residente (39% da população) ou transfronteiriça (106.900 pessoas), para impulsionar sua economia.

A economia luxemburguesa tende a ser altamente especializada em razão das pequenas dimensões do país. Assim, até meados da década de 70, no século XX, a produção siderúrgica representava mais de 25% na formação do PIB do país. As atividades no setor industrial foram progressivamente compensadas com o incremento no setor de serviços, sobretudo de serviços financeiros, inicialmente focado em **private banking**. Atualmente, Luxemburgo é líder europeu na administração de fundos de investimentos, além de contar com um pequeno, porém importante, setor de seguros. O setor financeiro abriga 156 bancos, de mais de 20 países; trinta dos cinquenta maiores bancos do mundo de subsidiárias no Luxemburgo. O setor financeiro responde atualmente por 28% do PIB luxemburguês, compensando amplamente o declínio do aço. Caso adicionados os serviços relacionados de negócios, esse percentual ultrapassaria 38%.

O sucesso do setor financeiro resulta da combinação de uma série de fatores: segredo bancário legalmente implementado; taxa moderada sobre renda pessoal e corporativa; força de trabalho multilíngüe; governo reativo às necessidades do setor; e associação à União Européia. Essa combinação de confidencialidade, alto nível de **expertise** bancária, regime fiscal que prevê isenção de taxas sobre rendimentos de poupança e nível elevado de controles e auditorias têm assegurado ao Grão-Ducado posição de importância como praça financeira internacional. Até as tentativas da União Européia de redução das vantagens comparativas não têm produzido grande impacto no Grão-Ducado. Foi isso que ocorreu com a imposição de taxa de 15% sobre contas mantidas por não-residentes, mas que não atingiu os fundos de investimentos ou os seguros de vida.

O setor agrícola, inclusive produção de vinhos e de produtos florestais, responde apenas por 0,4% da força de trabalho do país. O setor industrial, antes dominado pelo aço, hoje é diversificado envolvendo empresas de porte,¹ sobretudo nos setores de tecnologia de informação, telecomunicações, transporte de carga, processamento de alimentos, produtos químicos e de borracha, vidros e outros. Vantagens fiscais – diretas e indiretas – oferecidas às empresas que se estabelecem no país favorecem o investimento direto, como ocorreu com a Amazon, a Apple, a Microsoft e a Skype, que oferecem seus produtos de forma virtual a partir da sede no Grão-Ducado.

1 Agricultura e viticultura (9,33%): 2.450 empresas; extração de produtos não energéticos (0,04%): 12; manufaturas (3,67%): 964; energia e água (0,21%): 57; construção (7,43%): 1.952; serviços (79,23%): 20.808.

Mas a siderurgia permanece importante para a indústria local.

Ultrapassado a desconfiança inicial da fusão da Arcelor com a Mittal, as autoridades luxemburguesas assumiram papel de neutralidade durante a negociação sobretudo após a garantia da permanência da sede da empresa no Luxemburgo e da manutenção de suas unidades de produção no país.

O Luxemburgo, como já salientado, é um dos cinco países que já ultrapassaram a meta de 0,7%, recomendada pela ONU, para investimentos em ODA, com investimentos canalizados em grande parte para o continente africano, inclusive Cabo Verde.

COMÉRCIO EXTERIOR DO LUXEMBURGO

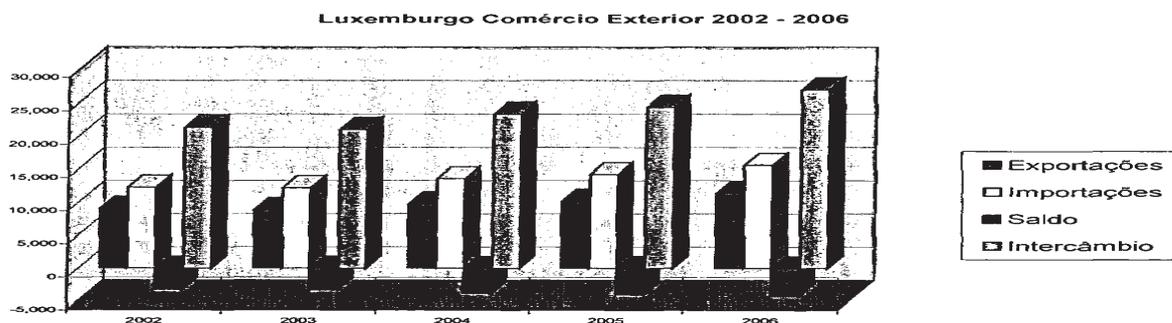
A balança comercial de Luxemburgo é historicamente deficitária. Segundo dados da Statec, órgão oficial de estatísticas no Grão-Ducado, apenas na década de 70 apresentou o país superávit na sua balança comercial, no valor correspondente à 105,8 milhões de Euros (em valores atuais). Nas décadas que se sucederam, incluindo os últimos 5 anos, o déficit da balança comercial tem aumentado continuamente. Em contrapartida, a balança de serviços luxemburguesa tem sido positiva (8,7 bilhões de Euros em serviços e 6,5 bilhões de euros em serviços financeiros, em 2005).

Luxemburgo: Comércio exterior (2002-2006)

(em milhões de Euros)

	Exportações (valores e %)	Importações (valores e %)	Balança comercial (valores e %)
2002	9,000 (- 1,11%)	12,200 (- 2,40%)	- 3,200 (- 5,88%)
2003	8,800 (- 2,22%)	12,100 (- 0,80%)	- 3,300 (3,12%)
2004	9,700 (10,22%)	13,500 (11,57%)	- 3,800 (15,15%)
2005	10,100 (4,12%)	14,100 (4,40%)	- 4,000 (5,26%)
2006	11,300 (11,88%)	15,500 (9,92%)	- 4,200 (5,00%)

Fonte: STATEC



Os parceiros comerciais do Luxemburgo, tanto para exportações como para importações, são sobretudo os Estados-membros da União Européia. O fluxo total de comércio (importação + exportação) entre o Grão-Ducado e os membros da UE alcançou, em 2006, o montante de 23,521.3 milhões de Euros, o que representa pouco mais de 87% da balança comercial do país.

Fora da União Européia, os Estados Unidos aparecem como principal país de origem e de destino das importações e exportações luxemburguesas. Na América Latina, o Brasil é o maior importador de produtos luxemburgueses, bem como é o principal país da região que exporta produtos para o Grão-Ducado.

Exportações luxemburguesas - principais países de destino 2006 (*)

País de destino	Total de exportações (valores em Euros e %)
Alemanha	2,876.9 (25,47%)
França	1,900.6 (16,83%)
Bélgica	1,377.0 (12,19%)
Itália	638.9 (5,65%)
Países Baixos	565.3 (5,0%)

Reino Unido	521.7 (4,62%)
(A) Sub-total	7,880.4 (69,79%)
(B) Outros EU-25	1,632.7 (14,45%)
(C) Outros europeus	519.5 (4,60%)
(D) Américas:	585.1 (5,18%)
Estados Unidos	377.4 (3,34%)
Canadá	61.2 (0,54%)
Brasil	30.1 (0,26%)
(E) Demais países	790.1 (7,0%)
Total (A + B + C + D + E)	11,291.4 (100,0%)

(*) Dados provisórios

Fonte: STATEC

Importações luxemburguesas - principais países de origem 2006 (*)

Pais de origem	Total de importações (valores e %)
Bélgica	5,580.5 (35,82%)
Alemanha	4,279.9 (27,47%)
França	1,802.6 (11,57%)
Países Baixos	881.9 (5,66%)
Itália	441.9 (2,83%)
Reino Unido	296.0 (1,89%)
(A) Sub-total	13,282.8 (85,25%)
(B) Outros EU-25	725.4 (4,65%)
(C) Outros europeus	452.4 (2,90%)
(D) Américas:	577.1 (3,70%)
Estados Unidos	482.3 (3,09%)
Canadá	44.3 (0,28%)
Brasil	20.4 (0,13%)
(E) Demais países	541.1 (3,47%)
Total (A + B + C + D + E)	15,579.5 (100,0%)

(*) Dados provisórios

Fonte: STATEC

Em termos de composição do comércio exterior, o Luxemburgo centra suas exportações em artigos manufaturados em metais, máquinas e equipamentos. Dentre os produtos importados, destacam-se combustíveis minerais e lubrificantes, máquinas e equipamentos e material de transporte.

Exportações luxemburguesas, por principais categorias de produtos, 2006

Produtos	(%)
Produtos manufaturados em metais comuns	32,3
Máquinas e equipamentos	18,9
Produtos manufaturados classif. segundo matéria-prima	15,8
Artigos manufaturados diversos	10,3
Material de transporte	7,1
Produtos químicos e conexos	6,6
Produtos alimentares e animais vivos	4,6
Matérias brutas não-comestíveis, óleos e graxas	2,0
Bebidas e fumo	1,6
Combustíveis minerais, lubrificantes	0,8
TOTAL	100

Fonte: STATEC

Importações luxemburguesas, por principais categorias de produtos, 2006

Produtos	(%)
Máquinas e equipamentos	15,6
Material de transportes	14,1
Combustíveis minerais e lubrificantes	13,3
Artigos manufaturados em metais comuns	11,5
Artigos manufaturados diversos	10,3
Produtos químicos e conexos	9,9
Matérias brutas não-comestíveis, óleos e graxas	8,0
Outros produtos manufaturados classif. segundo matéria-prima	7,9
Produtos alimentares e animais vivos	6,9
Bebidas e álcool	2,5
TOTAL	100

Fonte: STATEC

Aviso nº 402 – C. Civil

Em 27 de maio de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Ivan Oliveira Canabrava, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil no Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o **agrément** do governo desse País.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 485, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2007 que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Araguaia (UNIVAR), com sede no Município de Araguaia, Estado do Tocantins.

Relator: Senador **Leomar Quintanilha**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Araguaia (UNIVAR), no Estado do Tocantins.

Para justificar a proposição, a autora argúi que a Univar contribuirá para a transformação da economia tocantinense, na medida em que propiciará aumento da oferta de vagas para o ensino superior de qualidade em Araguaia, o maior município do Bico do Papagaio, região que apresenta os menores índices de Desenvolvimento Humano do Estado.

Encaminhado a esta Comissão para decisão em caráter terminativo, o projeto recebeu emenda de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, com vistas à criação de **campi** da Universidade Federal de Sergipe nos municípios de Estância, Lagarto, Nossa Senhora da Glória e Propriá.

II – Análise

O projeto de lei em exame tem por objetivo desenvolver e aprofundar a educação pública superior de qualidade no Tocantins, com o objetivo de melhorar, no curso dos próximos anos, os indicadores socioeconômicos no extremo norte do Estado.

No que tange aos aspectos constitucionais e formais, a proposição encontra-se em conformidade com as normas vigentes, inclusive no que diz respeito à técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

A única ressalva a ser feita refere-se à nomenclatura da instituição a ser criada, uma vez que a sigla UNIVAR já foi adotada pelas “Faculdades Unidas do Vale do Araguaia”. Por essa razão, sugerimos a alteração da sigla da Universidade Federal do Vale do Araguaia para UFEVAR, por meio de emenda ao PLS nº 189, de 2007.

Relativamente à emenda apresentada pelo Senador Antonio Carlos Valadares, impõe-se registrar que tal proposição foi também incluída no PLS nº 195, de 2007, ao texto do qual foi incorporada, após aprovação na reunião da Comissão de Educação de 10 de julho de 2007, razão pela qual se encontra prejudicada.

No mais, o projeto é meritório e digno de acolhida por esta Comissão.

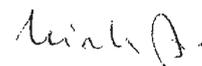
III – Voto

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2007, com a emenda apresentada a seguir prejudicando a emenda de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

EMENDA Nº 1 – CE

No Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2007, substitua-se, onde couber, a sigla Univar pela sigla Ufevar.

Sala da Comissão, 6 de maio de 2008.

 , Presidente

 , Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 189/07 NA REUNIÃO DE 06/05/2008
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Mirh (-) (Sen. Cristovam Buarque)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GEOVANI BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA RELATOR
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
(VAGO)	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- (VAGO)
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	(VAGO)
-----------------	--------

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES
-------------------	--------------------

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS/54/04

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	PATRICIA SABOYA GOMES	X							
AUGUSTO BOTELHO	JOÃO PEDRO								
FÁTIMA CLEIDE	SIBÁ MACHADO								
PAULO PAIM	ANTÔNIO CARLOS VALADARES					X			
IDELI SALVATTI	FRANCISCO DORNELLES	X							
INÁCIO ARRUDA	MARCELO CRIVELLA	X							
RENATO CASAGRANDE	MAGNO MALTA								
JOÃO RIBEIRO	JOÃO VICENTE CLAUDINO					X			
TITULARES - PMDB	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO	ROMERO JUCÁ					X			
GEOVANI BORGES	LEOMAR QUINTANILHA	X							
MÃO SANTA	PEDRO SIMON					X			
VALDIR RAUPP	VALTER PEREIRA								
PAULO DUQUE	JARBAS VASCONCELOS					X			
(VAGO)	(VAGO)								
GERSON CAMATA	NEUTO DE CONTO					X			
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)	ADELMIR SANTANA					X			
HERACLITO FORTES	DEMÓSTENES TORRES	X							
VIRGINIO DE CARVALHO	GILBERTO GOELLNER					X			
MARCO MACIEL	JOSÉ AGRIPINO	X							
RAIMUNDO COLOMBO	KÁTIA ABREU								
ROSALBA CIARLINI	ROMEU TUMA								
MARCONI PERILLO	(VAGO)								
MARISA SERRANO	EDUARDO AZEREDO	X							
PAPALEO PAES	SÉRGIO GUERRA	X							
FLEXA RIBEIRO	LÚCIA VÂNIA	X							
TITULAR - PTB	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	(VAGO)					X			
TITULAR - PDT	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	JEFFERSON PÉRES					X			

TOTAL: 27 SIM: 16 NÃO: 11 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

Luiz G.

SALA DAS REUNIÕES, EM 06/05/2008

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 189/07 EMENDA

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCCB, PRB, EPP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCCB, PRB, EPP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNS	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO					JOAO PEDRO				
FATIMA CLEIDE					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
INACIO ARRUDA	X				MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE	X				MAGNO MALTA				
JOAO RIBEIRO					JOÃO VICENTE CLAUDINO	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO					ROMERO JUCA				
GEOVANI BORGES					LEOMAR QUINTANILHA				
MÃO SANTA	X				PEDRO SIMON				
VALDIR RAUPP					VALTER PEREIRA	X			
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
(VAGO)					(VAGO)				
GERSON CAMATA					NEUTO DE CONTO	X			
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM, EPSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM, EPSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					ADELMIR SANTANA	X			
HERACLITO FORTES					DEMÓSTENES TORRES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				GILBERTO GOELLNER	X			
MARCO MACIEL					JOSE AGRIPINO				
RAIMUNDO COLOMBO	X				KÁTIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI					ROMEU TUMA				
MARCONI PERILLO					(VAGO)				
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO				
PAPALÉO PAES	X				SÉRGIO GUERRA				
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA VANIA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					(VAGO)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					JEFFERSON PERES				

TOTAL: 18 SIM: 15 NÃO: 3 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

link

SALÁ DAS REUNIÕES, EM 06/05/2008

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2007**Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Araguaia (UFEVAR), com sede no Município de Araguatins, Estado do Tocantins.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal do Vale do Araguaia – UFEVAR, no Município de Araguatins, Estado do Tocantins, bem como os cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 2º A Ufevar terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

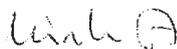
Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da Ufevar serão definidas segundo seu estatuto e as normas legais pertinentes, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 4º A instalação da universidade subordinar-se à prévia consignação, no Orçamento necessárias ao seu funcionamento de que dispõe da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 6 de maio de 2008.

Senador
Presidente



Senador
Relator


LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Relator: Senador **Leomar Quintanillia**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar a Universidade

Federal do Vale do Araguaia (UNIVAR), no Estado do Tocantins.

A proposição dispõe que a criação da Univar visa contribuir para a transformação da economia tocantinense, na medida em que propiciará o aumento da oferta de vagas para o ensino superior de qualidade em Araguatins, o maior município do Bico do Papagaio, região que apresenta os menores índices de Desenvolvimento Humano do Estado.

II – Análise

O projeto de lei em exame tem por objetivo desenvolver e aprofundar a educação pública superior de qualidade no Tocantins, com o objetivo de melhorar, no curso dos próximos anos, os indicadores socioeconômicos no extremo norte do estado.

No que tange aos aspectos constitucionais e formais, a proposição encontra-se em conformidade com as normas vigentes, inclusive no que diz respeito à técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

O projeto, no entanto, merece uma única ressalva, relativa à nomenclatura da instituição de ensino superior a ser criada, uma vez que a sigla Univar já foi adotada pelas “Faculdades Unidas do Vale do Araguaia”. Por esta razão, sugerimos a alteração da sigla da Universidade Federal do Vale do Araguaia para UFVAR, por meio de emenda ao PLS nº 189.

No mais, o projeto é meritório e digno de acolhida por esta Comissão.

III – Voto

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2007, com a emenda apresentada a seguir.

EMENDA Nº – CE

No Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2007, substitua-se, onde couber, a sigla UNIVAR pela sigla UFVAR.

Sala da Comissão,

Of. nº CE/50/2008

Brasília, 6 de maio de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data,

pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2007, de autoria de Sua Excelência a Senhora Senadora Kátia Abreu que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Araguaia (UNIVAR), com sede no Município de Araguatins, Estado do Tocantins”, com a emenda oferecida, prejudicando ainda a emenda apresentada pelo Senador Antônio Carlos Valadares.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

PARECER Nº 486, DE 2008

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o Aviso nº 33, de 2001, do Tribunal de Contas da União que encaminha ao Senado Federal cópia das Decisões nºs 850 e 1.089, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no 11º Distrito Rodoviário Federal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem no Estado de Mato Grosso, com o objetivo de verificar os aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade nos processos de desapropriação de imóveis promovidos pela entidade (TC nº 425.052/98-2 e TC nº 425.021/98-0).

Relator: Senador **Gim Argello**

Trata-se de matéria que retorna ao Senado Federal após atendimento de providência requerida por esta Comissão.

Por meio do Aviso nº 33, de 2001 (Aviso nº 9.441, de 2000, na origem), o Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) encaminhou ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.089, de 2000, bem como do relatório e do voto que a fundamentaram, proferida nos autos dos processos de auditoria realizados no 11º Distrito Rodoviário Federal do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), no Estado de Mato Grosso, com o objetivo de verificar os aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade em procedimentos de desapropriação de imóveis promovidos pela referida autarquia.

Na verdade, a mencionada Decisão nº 1.089, de 2000, do TCU, destinou-se apenas à correção de erro material encontrado na Decisão nº 850, também de 2000. Por ocasião da transformação do processo em Tomada de Contas Especial, para fins

de citação das pessoas envolvidas nas irregularidades constatadas, foram indevidamente incluídos os herdeiros de uma delas em razão de seu suposto falecimento, fato este que, adiante, o Tribunal verificou não ter ocorrido.

Promovidas as necessárias alterações, foram mantidos os demais termos da Decisão nº 850, de 2000. Em síntese, à vista da conclusão de que o DNER promovera diversas desapropriações no Estado de Mato Grosso, pagando, segundo apurado pela equipe de auditoria do TCU, valores de indenização acima do efetivamente devido, com o agravante de que os atos se deram sem a necessária observância das regras legais do processo expropriatório, o Tribunal Pleno decidiu:

1. converter os autos em Tomada de Contas Especial para, preliminarmente, promover a citação dos responsáveis no sentido de que apresentassem defesa ou recolhessem as quantias indicadas nos autos, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos;
2. determinar ao DNER que, entre outras providências administrativas, procedesse à abertura de Tomada de Contas Especial para fins de identificação dos responsáveis e quantificação dos danos causados aos cofres públicos, em razão do pagamento administrativo irregular de indenização a título de “desapropriação consensual”.

Submetida a matéria a esta Comissão em 26 de março de 2003, foi aprovado o relatório do Senador Antero Paes de Barros no sentido de que fosse requerido ao TCU o inteiro teor do processo.

A solicitação foi atendida em 8 de maio de 2003, nos termos do Aviso nº 488-GP/TCU, por meio do qual o Tribunal encaminhou a esta Casa cópia integral do processo, bem como dos relatórios de auditoria que embasaram as citadas Decisões nºs 850 e 1.089, ambas de 2000. Os documentos foram encaminhados ao então relator da matéria.

Advinda nova legislatura, a proposição manteve-se em tramitação por força do art. 332 do Regimento Interno, assim como do Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal, tendo sido redistribuída. Quando atuou como relator, no ano de 2007, o Senador Gilvam Borges apresentou relatório em que propôs a esta Comissão que tomasse conhecimento da matéria e determinasse o seu arquivamento.

Tendo S. Ex^a deixado de integrar a Comissão, o processado me foi destinado para substituí-lo na relatoria.

Segundo informações obtidas perante o TCU, a mencionada Tomada de Contas Especial, ainda inconclusa, encontra-se instaurada desde 16 de abril de 2002.

Em face do exposto, também concluo no sentido de propor que esta Comissão tome conhecimento da

matéria, procedendo-se em seguida ao arquivamento do processado.

Sala da Comissão, 13 de maio de 2008.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: ANS Nº 33 DE 2001

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13,05,2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>L. Quintanilha</u> (SEN. LEOMAR QUINTANILHA)	
RELATOR: <u>Gil Argele</u> (SEN. GIL ARGELE)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
RENATO CASAGRANDE-PSB	FLÁVIO ARNS-PT
SIBÁ MACHADO-PT	AUGUSTO BOTELHO-PT
FÁTIMA CLEIDE-PT	SERYS BUHESARENKO-PT
CÉSAR BORGES-PR	INÁCIO ARRUDA-PC do B
	EXPEDITO JÚNIOR-PR
Maioria (PMDB)	
LEOMAR QUINTANILHA	ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	ALMEIDA LIMA
VALTER PEREIRA	GERALDO MESQUITA
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
ELISEU RESENDE-DEM	ADELMIR SANTANA-DEM
HERÁCLITO FORTES-DEM	VAGO
GILBERTO GOELLNER-DEM	VAGO
JOSÉ AGRIPINO-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM
MÁRIO COUTO-PSDB	PAPALÉO PAES-PSDB
MARISA SERRANO-PSDB	FLEXA RIBEIRO-PSDB
MARCONI PERILLO-PSDB	ARTHUR VIRGÍLIO-PSDB
PTB	
GIL ARGELE RELATOR	
PDT	
EFFERSON PÉRES	VAGO

PARECER Nº 487, DE 2008

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 106, de 2007 (nº 1.640/2007, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão proferido nos autos do processo TC nº 002.798/2007-0, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram.

Relator **ad hoc**: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

O Aviso nº 106, de 2007, do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), no exercício da Presidência, encaminha ao Presidente do Senado Federal cópia do acórdão proferido nos autos do processo TC nº 002.798/2007-0, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, referente ao acompanhamento realizado pela Secretaria de Macroavaliação Governamental – SEMAG, dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 3º quadrimestre de 2006, publicados pela Presidência da República, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Ministério Público da União, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal e Territórios, Justiça Eleitoral, Justiça Militar e Justiça do Trabalho.

O Acórdão remete à sessão do plenário do TCU de 7 de novembro de 2007, durante a qual foram vistos, e discutidos tais relatórios. Acordaram os ministros do Tribunal de Contas da União, naquela ocasião, em:

1. considerar atendidas as exigências de publicação e encaminhamento ao Tribunal de Contas da União dos Relatórios de Gestão Fiscal pelos poderes e órgãos federais relacionados no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), referentes ao 3º quadrimestre do exercício de 2006, em obediência aos artigos 54 e 55, bem como ao inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028 de 19 de outubro de 2006;

2. determinar a realização de audiência, com base na legislação vigente (Petrônio, é só uma sugestão. Copiar exatamente igual

as decisões do TCU torna o texto muito enfadonho. Acho que poderia ser resumido) para que, no prazo de 15 (quinze) dias, o Desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos, ex-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba e o Sr. Vicente Cavalcanti Roque Filho, ordenador de despesas, apresentem razões de justificativa para a contratação de despesa no valor total de R\$4,2 milhões junto à Fundação Carlos Chagas e à Imprensa Nacional sem que houvesse, até o encerramento de 2006, disponibilidade de caixa suficiente para honrar o pagamento das parcelas correspondentes no próprio exercício ou no seguinte, em descumprimento ao art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000;

3. firmar entendimento de que o art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000 aplica-se aos titulares de todos os poderes e órgãos com autonomia administrativo-orçamentário-financeira (ou poder de autogoverno) garantida nos termos da Constituição, independentemente do período do mandato do respectivo titular à frente da gestão do órgão, que, no âmbito do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas da União, é definido, em geral, por meio dos respectivos regimentos, e deve ser aplicado em conjunto com os princípios norteadores do orçamento, em especial o da anualidade previsto no § 5º do art. 165 da Constituição e arts. 34 e 35 da Lei nº 4.320/1964, limitada a sua abrangência ao encerramento do exercício em 31 de dezembro;

4. fixar prazo de 90 (noventa) dias para que o Ministério da Fazenda apresente a ao Tribunal de Contas da União projeto visando à implementação do sistema eletrônico centralizado de que trata o § 4º do art. 32 da Lei Complementar nº 101/2000, contemplando os saldos atualizados e os limites relativos às dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias, os encargos e condições da contratação por parte da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de modo a garantir o acesso público como meio de viabilizar a transparência da gestão fiscal e fomentar o controle social;

5. determinar aos Tribunais Regionais Eleitorais do Espírito Santo e do Paraná que

adotem as providências necessárias com vistas a pagamentos mediante a utilização de fonte de recursos diversa daquela indicada quando da apropriação da respectiva despesa;

6. orientar os titulares de todos os Poderes e órgãos federais referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, para que:

6.1. observem o Enunciado de Súmula TCU nº 214 quando da realização de concursos públicos;

6.2. atentem para a previsão de cláusulas contratuais que gerem obrigação de pagamento de parcelas sem que haja disponibilidade de caixa suficiente, até 31 de dezembro, para honrar os compromissos assumidos a cargo do orçamento em curso, quando não se tratar de despesas plurianuais;

6.3. elaborem cronograma físico-financeiro das ações, de forma a garantir que os recursos diretamente arrecadados, porventura indicados para abertura de créditos orçamentários, sejam efetivamente recolhidos à conta do Tesouro Nacional no exercício correspondente à abertura do crédito (até 31 de dezembro), considerados os princípios norteadores do orçamento, em especial o da anualidade;

6.4. sejam redobrados os cuidados no que tange à elaboração e revisão permanente da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso (art. 8º da LRF), considerados, inclusive, os recursos diretamente arrecadados, principalmente no período compreendido nos últimos oito meses do mandato do titular à frente da gestão do Poder ou órgão autônomo, em observância aos princípios basilares insculpidos no § 1º do art. 1º da LRF;

7. dar ciência da deliberação, mediante o envio de cópia do relatório e do voto que a fundamentam, aos Presidentes da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados; e aos Ministros da Fazenda, da Casa Civil e do Planejamento, Orçamento e Gestão;

8. encaminhar cópia dos anexos à instrução da unidade técnica (fls. 100/110, volume principal), bem como do relatório, voto

e acórdão proferido à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização de que trata o § 1º, art. 166 da Constituição Federal;

9. restituir os autos à Secretaria de Macroavaliação Governamental – SEMAG, para prosseguimento da instrução, em especial a análise das razões de justificativa a serem apresentadas pelos responsáveis em cumprimento ao disposto no item 2.

II – Análise

No âmbito regimental, a tramitação do Aviso nº 106, de 2007, está de acordo com o art. 409 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que estabelece que os documentos recebidos pelo Senado podem ser despachados às comissões competentes ou arquivados.

O Aviso também se conforma ao art. 410 do RISF, pois está datado e assinado e não contém termos desrespeitosos. Finalmente, para atender ao art. 411, não deverá ser encaminhado à Câmara ou a outro órgão do poder público.

Por conseguinte, é pertinente o envio do Aviso nº 106, de 2007, do Tribunal de Contas da União, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para conhecimento.

III – Voto

Diante do exposto, concluo no sentido de propor que esta Comissão tome conhecimento da matéria, procedendo-se em seguida o arquivamento do processado.

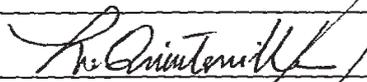
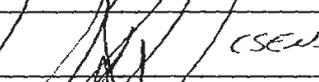
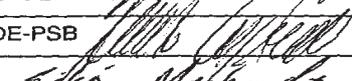
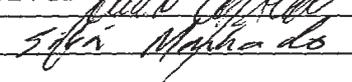
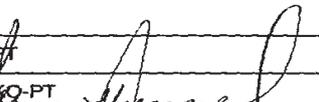
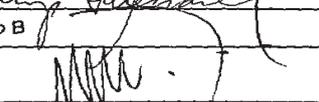
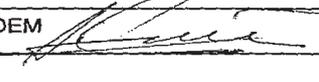
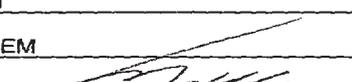
Sala da Comissão, 13 de maio de 2008.



COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AUS Nº 106 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13, 05, 2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:  (SEN. LEDMAR QUINTANILHA)	
RELATOR: <u>"AD HOC"</u>  ("AD HOC", SEN. FLEXA RIBEIRO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
RENATO CASAGRANDE-PSB 	FLÁVIO ARNS-PT
SIBÁ MACHADO-PT 	AUGUSTO BOTELHO-PT
FÁTIMA CLEIDE-PT	SERYS SLHESARENKO-PT 
CÉSAR BORGES-PR	INÁCIO ARRUDA-PC do B
	EXPEDITO JÚNIOR-PR 
Maioria (PMDB)	
LEOMAR QUINTANILHA	ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	ALMEIDA LIMA
ALTER PEREIRA	GERALDO MESQUITA
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
JOSE RESENDE-DEM	ADELMIR SANTANA-DEM 
ERÁCLITO FORTES-DEM	VAGO
ALBERTO GOELLNER-DEM 	VAGO
SÉ AGRIPINO-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM
FRIO COUTO-PSDB	PAPALÉO PAES-PSDB
ANISA SERRANO-PSDB	FLEXA RIBEIRO-PSDB RELATOR "AD HOC"
CONI PERILLO-PSDB	ARTHUR VIRGÍLIO-PSDB
PTB	
ARGELLO 	
PDT	
PERSON PÉRES	VAGO

PARECER Nº 488, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2003 (nº 335/1995, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, que trata das penitenciá-

rias das mulheres (em reexame, nos termos do Requerimento nº 812, de 2004).

Relatora: Senadora Serys Shlessarenko

I – Relatório

Vem a esta Comissão para reexame, em caráter não terminativo, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 105, de 2003, de iniciativa da Deputada Fátima Pela-

es, que “dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, que trata das penitenciárias das mulheres”.

O presente projeto objetiva dotar as penitenciárias de mulheres de berçário, para que as crianças possam ser assistidas até os seis meses de idade, no mínimo, e de seção para gestante e parturiente e de creche, para crianças maiores de seis meses e menores de sete anos de idade, garantindo-se acompanhamento médico e atendimento por pessoal qualificado à mulher presa e ao recém-nascido.

Em sua tramitação inicial, ao referido PLC foram apensados outros três projetos. O projeto recebeu parecer favorável nas Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados. Em plenário foi aprovada subemenda substitutiva global, restando prejudicados todos os projetos que se encontravam em apenso.

Encaminhado a esta Casa, foi aprovado o parecer favorável com duas emendas por esta Comissão em maio de 2004. Incluída a matéria na Ordem do Dia de 23 de junho de 2004, é aprovado o Requerimento nº 812, do ilustre Senador Fernando Bezerra, solicitando o adiamento da discussão para reexame da matéria pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no sentido de analisar a compatibilidade do novo inciso I do art. 89 proposto pelo projeto face a Constituição Federal (arts. 61, § 1º, inciso II, letra **c** e 62) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000, arts. 15 e 16).

II – Análise

O projeto versa sobre matéria de competência concorrente, limitando-se à União estabelecer normas gerais, conforme prevê o art. 24, I e § 1º, da Constituição Federal (CF).

No parecer aprovado por esta Comissão, argumentou-se que o PLC em apreço vem para tratar de questão praticamente ausente nas resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária ao longo dos anos.

O projeto reforça o direito subjetivo de individualização da pena conferido às mulheres no inciso XLVIII do art. 5º da CF, assim como a garantia ratificadora inculpada no inciso L, que assegura condições para uma assistência materna mínima, durante o período de amamentação, às crianças recém-nascidas.

O PLC nada mais faz do que reforçar e materializar direitos e garantias já anunciados pelos princípios da dignidade da pessoa humana, da convivência familiar e da garantia estatal de não-negligência (arts. 1º, III, e 227, **caput**, da CF), inovando ao estabelecer sua observância obrigatória para a criança desamparada de até sete anos de idade e a definição de requisitos

institucionais básicos de qualificação de pessoal e de horário individualizado de atendimento.

O Requerimento nº 812, de 2004, espousa tese de inconstitucionalidade em relação ao novo inciso I do art. 89 da Lei de Execução Penal (LEP) proposto, segundo o qual as mães detentas que precisem se deslocar para a seção de gestante e parturiente, e seus filhos, na seção de creche – unidades autônomas dos estabelecimentos penais destinados a mulheres – devam ser atendidos por pessoal qualificado.

Os arts. 15 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), citados pelo referido Requerimento, não se aplicam à presente hipótese. A LRF, de forma geral, foca a execução da lei, e não a sua feitura. Tal diploma legal impõe limites aos trabalhos administrativos dos três Poderes em todas as unidades federativas, exigindo observância do equilíbrio entre receita e despesa. Outrossim, a matéria objeto do presente PLC não está contida na esfera de alcance do art. 61 da CF (muito menos do § 1º, inciso II, letra **c**), conforme consta da justificativa do requerimento.

A União tem competência para impor as normas gerais do direito penitenciário, nos termos do art. 24, I e § 1º da CF, e o Poder Legislativo, por força do art. 48, **caput**, do mesmo texto constitucional, tem competência para dispor dessas matérias. A LRF seria flagrantemente inconstitucional se atasse as mãos do Congresso Nacional, se restringisse a sua competência de produção das leis do País devido a questões orçamentário-financeiras, se simplesmente usurpasse o Poder Legislativo de sua independência, em clara afronta ao art. 2º.

Todas as leis, direta ou indiretamente, envolvem questões orçamentário-financeiras. O presente PLC apenas garante direitos já constitucionalmente positivados, e a garantia de direitos aos cidadãos fatalmente inclui despesas por parte do Estado, pois o mesmo foi constituído para isso, como anunciam os filósofos contratualistas desde o século XVII. Mas, por causa disso, o Poder Legislativo não pode mais garantir direitos por meio de sua competência primária, a produção da lei? E ainda: não pode mais criar direitos e obrigações? A sociedade está agora jogada à sua própria sorte devido a uma lógica puramente orçamentário-financeira, de preocupação primária do Poder Executivo? Se assim é, então deveríamos fechar as portas do Legislativo e do Judiciário, e reerguer os Estados absolutistas anteriores à Revolução Francesa!

Obviamente que longe a LRF está de propor tanto. Tal lei, e a gestão fiscal responsável, se aplicam no momento de execução da lei, pois, caso contrário, haveria choque de competências constitucionais. Assim, transformado o PLC nº 105, de 2003, em lei, os

administradores deverão zelar pelo seu cumprimento com responsabilidade fiscal, mas deverão cumpri-la, regulamentando-a em suas unidades federativas e adotando-a como norte, pois ela permite o gozo de direitos constitucionais pelas mães detentas, as quais, segundo o princípio da dignidade da pessoa humana – fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, III da CF) –, não podem ter tratamento diferente daquele dedicado a mães livres.

Ou será que só as mães que não cometeram crimes e os filhos destas têm direito a atendimento em hospitais e creches por pessoal qualificado? Será que devemos reservar os “piores” para os “piores”? A nossa Carta Magna não estabelece esse tipo de discriminação, muito pelo contrário.

O PLC nº 105, de 2003, portanto, atende aos requisitos de constitucionalidade.

III – Voto

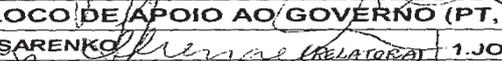
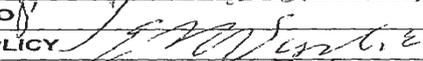
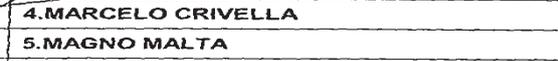
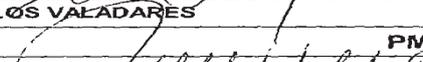
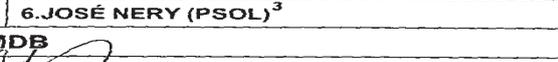
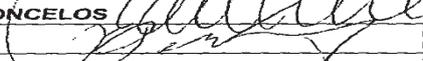
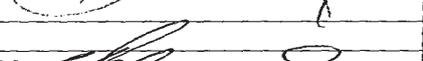
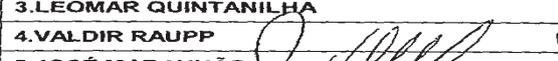
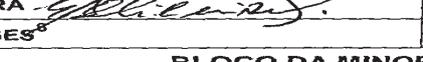
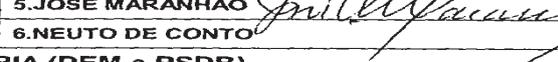
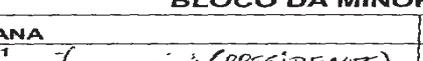
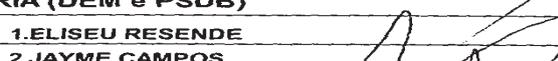
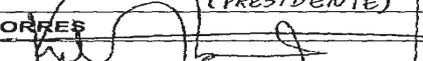
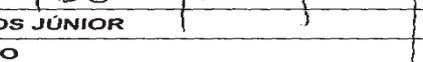
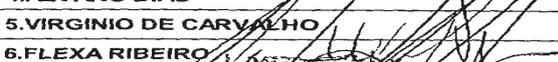
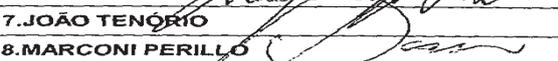
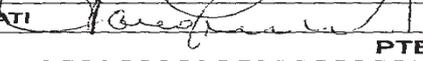
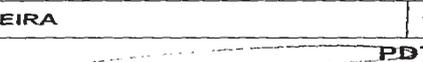
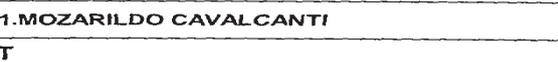
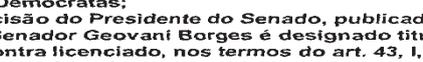
Diante do exposto, concluímos pela manutenção do parecer já aprovado por esta Comissão
Sala da Comissão, 23 de abril de 2008.

, Presidente
, Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 105 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 23/04/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 	
RELATOR:  <i>Sin. Serys Shlessarenko</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP) ²	
SERYS SHLESSARENKO 	1. JOÃO RIBEIRO 
SIBÁ MACHADO 	2. INÁCIO ARRUDA 
EDUARDO SUPLYCY 	3. CÉSAR BORGES 
ALOIZIO MERCADANTE 	4. MARCELO CRIVELLA 
IDELI SALVATTI 	5. MAGNO MALTA 
ANTONIO CARLOS VALADARES 	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³ 
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS 	1. ROSEANA SARNEY 
PEDRO SIMON 	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA 
ROMERO JUCÁ 	3. LEOMAR QUINTANILHA 
ALMEIDA LIMA 	4. VALDIR RAUPP 
VALTER PEREIRA 	5. JOSÉ MARANHÃO 
GEOVANI BORGES ⁵ 	6. NEUTO DE CONTO 
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA 	1. ELISEU RESENDE 
MARCO MACIEL ¹ 	2. JAYME CAMPOS 
DEMÓSTENES TORRES 	3. JOSÉ AGRIPINO 
KÁTIA ABREU 	4. ALVARO DIAS ⁴ 
ANTONIO CARLOS JÚNIOR 	5. VIRGINIO DE CARVALHO 
ARTHUR VIRGÍLIO 	6. FLEXA RIBEIRO 
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PBT	
JEFFERSON PÉRES	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 17/04/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;

² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);

³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

⁴ Vaga cedida pelo Democratas;

⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;

⁶ Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

Institui a Lei de Execução Penal.

SEÇÃO III
Da Assistência à Saúde

Art. 14. A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico.

§ 1º (Vetado).

§ 2º Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção do estabelecimento.

Art. 83. O estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva.

§ 1º Haverá instalação destinada a estágio de estudantes universitários. (Renumerado pela Lei nº 9.046, de 18-5-95)

§ 2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam amamentar seus filhos. (Incluído pela Lei nº 9.046, de 18-5-95)

Art. 89. Além dos requisitos referidos no artigo anterior, a penitenciária de mulheres poderá ser dotada de seção para gestante e parturiente e de creche com a finalidade de assistir ao menor desamparado cuja responsável esteja presa.

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I – a soberania;

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V – o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres Individuais E Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XLVIII – a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

L – às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II – orçamento;

III – juntas comerciais;

IV custas dos serviços forenses;

V – produção e consumo;

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX – educação, cultura, ensino e desporto;

X – criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XI – procedimentos em matéria processual;

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIII – assistência jurídica e Defensoria pública;

XIV – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

XV – proteção à infância e à juventude;

XVI – organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos,, empregos e funções públicas;

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal;

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

SUBSEÇÃO III

Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato

ao Congresso Nacional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

I – relativa a: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

b) direito penal, processual penal e processual civil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º; (Incluído Pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

II – que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

III – reservada a lei complementar; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

IV – já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001).

§ 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V. e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001).

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 4º O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais, (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados. (incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 9º Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 10º. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo. (incluído pela Emenda

Constitucional nº 32, de 2001).

§ 11º. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos

praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32 de 2001.

§ 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001).

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito á vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, á profissionalização, à cultura, á dignidade, ao respeito, à liberdade e á convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º – O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os seguintes preceitos:

I – aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno- infantil;

II – criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I – idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º XXXIII;

II – garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

III – garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola;

IV – garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;

V – obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;

VI – estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios,

nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;

VII – programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins.

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

§ 5º A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

§ 7º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Mensagem de Veto

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

CAPÍTULO IV
Da Despesa Pública

Seção I
Da Geração da Despesa

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I – adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II – compatível com o plano-plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do caput constituem condição prévia para:

I – empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II – desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Os pareceres lidos vão à publicação. Sobre a mesa ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of nº CE/O50/2008

Brasília, 6 de maio de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2007, de autoria de Sua Excelência a Senhora Senadora Kátia Abreu que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Araguaia (UNIVAR), com sede no Município de Araguatins, Estado do Tocantins”, com a emenda oferecida, prejudicando ainda a emenda apresentada pelo Senador Antônio Carlos Valadares.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com referência ao ofício que acaba de ser lido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2007, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com relação aos Pareceres nºs 486 e 487, de

2008, referentes aos Avisos nºs 33, de 2001-TCU; e 106, de 2007, a Presidência, em observância às suas conclusões encaminha as matérias ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Indago à Secretaria se há algo mais a tratar. (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 38 minutos.)

ATA DA 16ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 1º DE MARÇO

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 18, de março de 2007)

RETIFICAÇÕES

No sumário, página 03359, 1ª coluna, item 1.2.
2. – Comunicação da Presidência,
Onde se lê:

“Término do prazo, ontem, com apresentação das Emendas nºs 2,3 e 4 ao Projeto Lei do Senado nº 68, de 68, de 2003 – Complementar, de autoria do Senado Antonio Carlos Valadares, (...)”

Leia-se:

“Termino do prazo, ontem, com apresentação das Emendas nos 3, 4 e 5 ao Projeto de Lei do Senado Antonio Carlos Valadares, (...)”

Na ata, páginas 03374 e 03375, republique-se as emendas apresentadas ao Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2003 – Complementar, nos seguintes termos:

SENADO FEDERAL

EMENDAS APRESENTADAS, PERANTE A MESA, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2003-COMPLEMENTAR, QUE REGULAMENTA O § 4º DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO, DISPONDO SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA A SERVIDORES PÚBLICOS, NOS CASOS DE ATIVIDADES EXERCIDAS EXCLUSIVAMENTE SOB CONDIÇÕES ESPECIAIS QUE PREJUDIQUEM A SAÚDE OU A INTEGRIDADE FÍSICA” (TRAMITANDO EM CONJUNTO COM OS PROJETOS DE LEI DO SENADO NºS 250, DE 2005, 8, DE 2006-COMPLEMENTARES).

EMENDA Nº 3, DE 2007

Acrescente-se os §§ 2º e 3º ao artigo 5º do PLS nº 68 (SUBSTITUTIVO), de 2003 – Complementar, aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, renumerando-se o parágrafo único desse artigo em §1º, mantendo a sua redação, bem como acrescente-se o Anexo IV ao Projeto, no seguintes termos:

Art. 5º

§2º - Aplica-se o disposto no caput e no parágrafo 1.º, aos militares e servidores policiais, como tal definidos nos artigos 42, 142 e 144 da Constituição Federal, utilizando-se os multiplicadores estabelecidos no Anexo IV.

§3º - As conversões previstas neste artigo valerão para todos os fins, inclusive para o disposto no inciso III do artigo 3.º da Emenda Constitucional n.º 47, de 05 de julho de 2005.

ANEXO IV CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO POLICIAL OU TEMPO DE SERVIÇO MILITAR EM SERVIÇO COMUM

TEMPO A CONVERTER	MULTIPLICADORES	
	PARA 30	PARA 35
DE 25 ANOS (mulheres)	1,20	-
DE 30 ANOS (homens)	-	1,17

JUSTIFICAÇÃO

O escopo da Emenda é: (a) acrescentar os ex-militares no tocante à proporcionalidade de tempo de serviço exercido em atividade especial, em relação à atividade comum; (b) conceder aos servidores policiais o direito à proporcionalidade prevista, e (c) que o acréscimo de tempo gerado por esta proporcionalidade seja válido para todos os fins, inclusive para o disposto no artigo 3.º da Emenda Constitucional n.º 47, de 05 de julho de 2005.

Um pequeno lapso fez com que não conste no substitutivo ao Projeto aprovado na CCJ a proporcionalidade de tempo para os servidores policiais, caso eles não mais exerçam atividade de risco e passem a desempenhar, via concurso, outra atividade. Importa dizer que tal proporcionalidade é expressamente prevista para as atividades que prejudiquem a saúde, inexistindo motivo para a não previsão legal aos servidores policiais.

Outra omissão presente no substitutivo diz respeito aos ex-militares. No caso, vários indivíduos que no passado foram militares hoje em dia trabalham, via concursos públicos, em inúmeras outras atividades do serviço público, no caso exercendo atividade civil e desenvolvendo atividades nos mais variados órgãos públicos. Se o *militar permaneceu, digamos, 15 anos em atividade, obviamente, neste período de tempo, ele esteve exposto a todos os riscos da profissão. Caso tenha sido policial, certamente enfrentou rebeliões de presos, tiroteios e agressões físicas, para citar alguns dos riscos. Se bombeiro militar, além dos riscos à sua vida, como a sujeição a quedas e explosões, também este servidor esteve exposto a agentes nocivos à saúde, tais como fumaça, calor, eletricidade, produtos químicos tóxicos, radiações, etc.*

Sendo assim, não é justo que a legislação simplesmente promova um “apagão” neste período e não dê a estes servidores o direito a qualquer proporcionalidade do tempo de atividade especial, permitindo o seu acréscimo ao tempo de serviço civil atualmente exercido (CF/88, art. 40, par. 4º, inc. II).

Por fim, no que toca a conversão de tempo exercido em atividade militar para a atividade comum, independentemente se for homem ou mulher, uma vez que há igualdade de tempos no serviço militar, ou ainda do tempo de serviço policial, se servidor policial do sexo masculino, deverá ser feita mediante a aplicação do multiplicador 1,17, conforme cálculo abaixo:

Cálculo do Multiplicador 1,17:

Tempo de Serviço Militar (homem/mulher) / Policial (homem) = 30 anos

Tempo de Serviço em Atividade Comum = 35 anos

Diferença de Tempos = 35 - 30 = 5 anos

Percentual = 5 / 30 = 0,1667 = 17 % (acréscimo de tempo)

Multiplicador = (1 + percentual) X tempo de serviço militar/policial = 1,17 X tempo de serviço militar/policial

Para as servidoras policiais, uma vez que o tempo de serviço será de 25 anos após a conversão do Projeto em lei, a conversão do tempo de atividade especial em tempo de serviço comum deverá ser feita com a aplicação do multiplicador 1,20, como demonstrado a seguir:

Cálculo do Multiplicador 1,20:

Tempo de Serviço em Atividade Policial (mulher) = 25 anos

Tempo de Serviço em Atividade Comum = 30 anos

Diferença de Tempos = 30 - 25 = 5 anos

Percentual = 5 / 25 = 0,20 = 20 % (acréscimo de tempo)

Multiplicador = (1 + percentual) X tempo de serviço policial = 1,20 X tempo de serviço policial

Portanto, visando corrigir em tempo hábil tais aspectos, pedimos apoio dos Pares para aprovação desta Emenda.

Sala das Sessões,


Senador ANTONIO CARLOS VALADARES
PSB/SE

EMENDA Nº 4, DE 2007

(ao PLS nº 68, de 2003)

Dê-se ao artigo 3º do PLS nº 68/03, a seguinte redação:

“Art. 3º - A aposentadoria especial será concedida, independentemente de idade, ao servidor policial, perito e penitenciário, voluntariamente com proventos integrais, nos termos do art. 40 § 4º, II e III, da Constituição Federal, se homem, desde que comprove 30 (trinta) anos de contribuição, contando pelo menos 20 (vinte) anos de pleno exercício em qualquer atividade da carreira, e se mulher, desde que comprove 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, contando pelo menos 15 (quinze) anos de pleno exercício em qualquer atividade da carreira.

JUSTIFICAÇÃO

Objetivamos, com esta emenda, acrescentar dispositivo estabelecendo a fixação de requisitos para a concessão de aposentadoria especial.

Já existem em quase todas as legislações dos países mais evoluídos, o direito à aposentadoria especial aos servidores policiais e penitenciários.

A presente emenda visa corrigir um grave equívoco na Emenda Constitucional nº 41, de 2003, e suprir uma importante lacuna, reformulando o Sistema Previdenciário vigente, tornando-o mais adequado a especialidade da categoria, e assegurando-lhes, condições dignas de vida, melhores condições de trabalho, princípios fundamentais de um Estado Democrático de Direito, garantidos pela Carta Magna de 1988.

Confiantes na importância e no elevado conteúdo de Justiça Social desta nossa proposição, esperamos contar com apoio dos Ilustres Membros desta Casa para garantir a sua inclusão na PLS 68, de 2003, e posterior aprovação no Plenário.

Sala das Sessões:


Senador PAULO PAIM

EMENDA Nº 5, DE 2007

(ao PLS nº 68, de 2003 - Complementar)

Acrescente-se parágrafo único ao artigo 3º do Projeto de Lei do Senado 68, de 2003, conforme a seguinte redação:

“Art. 3º.
.....

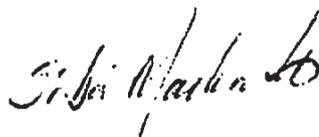
Parágrafo único: A concessão da aposentadoria de que trata o caput é condicionada à respectiva comprovação da existência de risco, segundo os métodos e critérios adequados, consideradas as características específicas da atividade profissional na localidade de seu exercício, conforme regulamentação.” (NR).

JUSTIFICAÇÃO

A concessão de aposentadoria especial não pode seguir padrão único para todo o país. Certamente há profundas diferenças no exercício de cada atividade em diferentes locais que implicam em diferentes graus de risco, de forma que poderá ser justificável a concessão do benefício em algumas localidades, mas não em todo o território nacional.

A proposta de emenda busca adequar o projeto de lei para que a regulamentação possa estabelecer critérios conforme a realidade de cada unidade federativa.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2007.



"As emendas, juntadas ao processado da referida matéria, vão ao exame das Comissões de Constituição, e Cidadania e de Assuntos Sociais."

ATA DA 69ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 6 DE MAIO DE 2008

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 60,
de 7 de maio de 2008)

Retificação

Na ata, página 12111, 2º coluna, republique-se o Requerimento nº 517, de 2008, para inclusão de assinatura de Senador, nos termos que segue:

REQUERIMENTO Nº 517, DE 2008

Requeremos, nos termos do art. 215, *caput*, do Regimento Interno e considerando o notável trabalho do escritor, ex-governador do Pará, ex-Senador, ex-presidente do Senado e ex-Ministro de Estado no cenário da Educação brasileira, a concessão do título de Professor **Honoris Causa** da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS a **Jarbas Gonçalves Passarinho**.

Justificação

Jarbas Gonçalves Passarinho, nascido em Xapuri, no Acre, em 11/01/1920, é personagem proeminente do período republicano que começou com o regime militar em 1964, passou pela redemocratização e prosseguiu

pela atual fase de globalização. Coronel de artilharia, administrador cartesiano, quatro vezes ministro – do Trabalho (Governo Costa e Silva), da Educação (Governo Médici), da Previdência (Governo Figueiredo) e da Justiça (Governo Collor).

Leitor compulsivo, orador refinado, articulador paciente, destacou-se também como um dos grandes políticos da restauração democrática. Foi eleito senador três vezes, foi governador do Pará e chegou a Presidente do Congresso. Aos 88 anos, seis livros publicados, dedica seu tempo ao trabalho de consultor e ao ofício de escrever artigos para jornais.

Entre suas colaborações para a Educação pode-se destacar as iniciativas quando foi Ministro de Estado da Educação, durante quatro anos, num período de grande efervescência política, principalmente, no ambiente universitário, berço de muitos movimentos contra o regime militar iniciado em 1964.

Durante a sua gestão, Passarinho realizou reformas importantes voltadas para a modernização dos ensinos fundamental, secundário e superior. Entre as principais realizações, a inversão na oferta do ensino secundário, que passou a ser 74% em escolas públicas contra 26% em escolas particulares;

a implementação do regime de dedicação exclusiva para o corpo docente; o aumento da participação de investimentos na Educação de 2,4% para 4% do Orçamento da União.

Jarbas Passarinho já recebeu 17 títulos de Doutor Honoris Causa, sendo cinco em Pontifícias Universidades Católicas.

É viúvo de Ruth de Castro Gonçalves Passarinho, com quem teve cinco filhos.

A concessão do título de **Professor Honoris Causa** que estamos requerendo é, pois, merecida. Jarbas Passarinho é um dos ícones vivos da história política brasileira na segunda metade do século XX e um profundo conhecedor e estimulador da Educação no País, além de ser considerado um dos grandes nomes que já passaram pelo Senado Federal.

Sala das sessões, em 06/05/2008

Senador Garibaldi Alves Filho

Capelão das

U. Maria Auxiliadora (Macau) Norte

Handwritten signatures and names on the left side of the document, including names like 'Lima Borges'.

Handwritten signatures and names on the right side of the document, including names like 'CÉSAR BORGES'.

~~D. D. D.~~
~~Francisco~~
~~Vigilância~~

~~Alcides~~
~~Alcides~~
~~Alcides~~
~~Alcides~~
~~Alcides~~
~~Alcides~~

~~Alcides~~
~~Alcides~~
~~Alcides~~
~~Alcides~~
~~Alcides~~
~~Alcides~~
~~Alcides~~
~~Alcides~~

~~Alcides~~
~~Alcides~~
~~Alcides~~
~~Alcides~~
~~Alcides~~
~~Alcides~~
~~Alcides~~
~~Alcides~~

~~Alcides~~
~~Alcides~~
~~Alcides~~
~~Alcides~~
~~Alcides~~
~~Alcides~~
~~Alcides~~
~~Alcides~~

Augusto Botte
EFRAIM MORAIS
Tião Vianna

Alvaro Elias
Inácio Inácio
Gerson Carneiro
Sergio Allessandro
Ideli Salvatti

JEFFERSON PERES
ALCIBIO MERLINO DE OLIVEIRA
RENATO LAMARCA
Marisa Senna
Dorival
ROSEANES SARNEY
Romeo Tuma
Romeo Tuma

LUCCA VÂNIA
Antonio Carlos Valadão
JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO MARZARINA
Flávio Arnus

Osman Dias
CICERO FERREIRA
Tarbas Vasconcelos
Tasso Jurecki

~~João Durval~~
~~Jose Sarney~~
~~Paulo Durval~~
~~Uedson Costa~~
~~Roberto Cavalcanti~~
~~Marcelo Pereira~~
~~Helcio Santana~~
~~Sergio Guerra~~
~~Fernando Collor (PTB-AL)~~
~~Jose Agripino (DEM-RN)~~
~~Eliseu Resende~~
~~Jim Anello~~
~~Ministerio (CDB) Jucimar~~
~~Oscar Dourado (PTB-PE)~~
~~Valdir Pimenta~~
~~Raimundo Saboga~~
~~Arthor Vianna~~
~~Marcos Vinícius~~
~~Fabiano de Melo~~
~~Leandro Brito~~

João Durval
 Jose Sarney
 Paulo Durval
 Uedson Costa
 Roberto Cavalcanti
 Marcelo Pereira
 Helcio Santana
 Sergio Guerra
 FERNANDO COLLOR (PTB-AL)
 JOSE AGRIPINO (DEM-RN)
 Eliseu Resende
 Jim Anello
 Ministério (CDB) Jucimar
 Oscar Dourado (PTB-PE)
 Valdir Pimenta
 Raimundo Saboga
 Arthor Vianna
 Marcos Vinícius
 Fabiano de Melo
 Leandro Brito
 MOZARILDO

~~Wagner~~
~~Antonio Carlos~~
~~Leomar Quintanilha~~
~~João Tenório~~
~~Decidim do Amador Gomes~~
~~Amador Gomes~~
~~Almeida Lima~~
~~Wagner Salgado~~

CRISTOVAN
 Wagner
 Antonio Carlos
 DE RICARDO BRAGA
 LEOMAR QUINTANILHA
 JOÃO TENÓRIO
 Decidim do Amador Gomes
 AMADOR GOMES
 ALMEIDA LIMA
 WAGNER SALGADO

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Sihessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga** (S)

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
Bloco-PT - João Pedro** (S)
- vago*

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmiir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹²⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Flávio Arns (PT-PR) ^(3,13)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	
PDT/PSOL ⁽¹¹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicação do Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
13. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3311-3514
Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB) (1)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Paulo Paim (PT-RS)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008

2. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

**COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO
FEDERAL**

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)
Senador César Borges (PR)
Senador Papaléo Paes (PSDB)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

**2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS
PELO INPE**

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Shessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.
(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 7

Leitura: 25/03/2008

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3 titulares

Leitura: 03/04/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Maioria (PMDB)

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. VAGO ⁽⁸⁾
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁷⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayne Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1.
Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. VAGO ⁽⁹⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)
RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ^(2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Silhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
VAGO ⁽⁶⁾	1.
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
9. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papatéo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Majoria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Shessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
VAGO ⁽⁸⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

8. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. VAGO ^(9,13)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valtir Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,12)	6.
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marcos Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁸⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
8. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
9. Em 15/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. 44/2008).
10. O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008.
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
12. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
13. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. n° 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB n° 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Mário Couto (PSDB) ⁽⁴⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁷⁾	1.
PDT	
VAGO ⁽⁹⁾	1.

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 02/04/2008, o Senador Mário Couto é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Cícero Lucena, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008 (Of. 40/08-GLPSDB).
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
- Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA
AMAZÔNIA**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 121/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Shhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. VAGO ⁽¹³⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹²⁾	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽¹¹⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
10. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
11. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
12. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDDB).
13. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (4)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (3)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2)	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁹⁾
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁵⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁷⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Fernando Collor	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁴⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

4. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclydes Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Idelei Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) (3,7)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. VAGO (6)
Geovani Borges (PMDB) (6)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) (1)
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB) (5)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB (4)	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
6. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (5)	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO (10)
Patrícia Saboya (PDT) (4)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO (6)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) (9)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) (8)	7. João Tenório (PSDB)
PTB (7)	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
VAGO (11)	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
10. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
11. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3311-4282**Fax:** 3311-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO (6,9)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) (1)
Maioria (PMDB)	
VAGO (3)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO (4)
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (8)	
Carlos Dunga (7)	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
7. Em 02/04/2008, o Senador Carlos Dunga é designado titular do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão (Of. nº 050/2008/GLPTB).
8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Marcello Varella**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ^(3,4)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

3. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	3. VAGO ⁽⁷⁾
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁾	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
7. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29/05/2008, nos termos do OF. GLPMDB nº 151/2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁾	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁸⁾	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹⁴⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹²⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹¹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹³⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁵⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁹⁾	

Atualização: 23/05/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.
3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir do dia 16.04.2008.
9. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
11. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
12. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.
13. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
14. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
15. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽²⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
PSOL

Atualização: 25/03/2008

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. (Vago) ^(*)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. ILDERLEI CORDEIRO ⁴ (PPS/AC)
GERALDO RESENDE (PMDB/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (Vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 28.4.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008

(*) Vago, em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres (PDT/AM), ocorrido em 23-5-2008

⁴ Indicado pela Liderança do PPS tendo em vista a renúncia do Deputado Fernando Coruja (OF/LID/Nº115/2008, de 16-4-2008, lido na Sessão do SF de 17-4-2008)

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/07, de 28.11.07, do Líder do PSDB, Dep Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.07

¹ Vago, em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA</u> <u>MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5255 e 3311- 4561
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PR-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5258 e 3311-4561
scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp>** **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 208 PÁGINAS